

COLEÇÃO

# Reflexões dos pradiseis

## **O MUNDO RURAL EM MOVIMENTO: PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS**

ORGANIZADORES  
CRISTIANA COSTA DA ROCHA  
SOLIMAR OLIVEIRA LIMA  
LIA MONNIELLI FEITOSA COSTA

6

VOLUME



EDUESPI

**O MUNDO RURAL  
EM MOVIMENTO:  
PERSPECTIVAS  
CONTEMPORÂNEAS**

6

COLEÇÃO  
Sertões  
do  
Brasil

# **O MUNDO RURAL EM MOVIMENTO: PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS**

ORGANIZADORES  
CRISTIANA COSTA DA ROCHA  
SOLIMAR OLIVEIRA LIMA  
LIA MONNIELLI FEITOSA COSTA



**EDUESPI**

2024



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI**

**Evandro Alberto de Sousa**

Reitor

**Jesus Antônio de Carvalho Abreu**

Vice-Reitor

**Mônica Maria Feitosa Braga Gentil**

Pró-Reitora de Ensino de Graduação

**Josiane Silva Araújo**

Pró-Reitora Adj. de Ensino de Graduação

**Raurys Alencar de Oliveira**

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

**Fábia de Kássia Mendes Viana Buenos Aires**

Pró-Reitora de Administração

**Lucídio Beserra Primo**

Pró-Reitor de Planejamento e Finanças

**Joseane de Carvalho Leão**

Pró-Reitora Adj. de Planejamento e Finanças

**Ivoneide Pereira de Alencar**

Pró-Reitora de Extensão, Assuntos Estudantis e Comunitários

**Marcelo de Sousa Neto**

Editor da Universidade Estadual do Piauí



**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI**



Rafael Tajra Fonteles **Governador do Estado**  
Themístocles de Sampaio Pereira Filho **Vice-Governador do Estado**  
Evandro Alberto de Sousa **Reitor**  
Jesus Antônio de Carvalho Abreu **Vice-Reitor**

**Conselho Editorial EdUESPI**

Marcelo de Sousa Neto **Presidente**  
Algemira de Macedo Mendes **Universidade Estadual do Piauí**  
Antonia Valtéria Melo Alvarenga **Academia de Ciências do Piauí**  
Antonio Luiz Martins Maia Filho **Universidade Estadual do Piauí**  
Artemária Coêlho de Andrade **Universidade Estadual do Piauí**  
Cláudia Cristina da Silva Fontineles **Universidade Federal do Piauí**  
Fábio José Vieira **Universidade Estadual do Piauí**  
Hermógenes Almeida de Santana Junior **Universidade Estadual do Piauí**  
Laécio Santos Cavalcante **Universidade Estadual do Piauí**  
Maria do Socorro Rios Magalhães **Academia Piauiense de Letras**  
Nelson Nery Costa **Conselho Estadual de Cultura do Piauí**  
Orlando Maurício de Carvalho Berti **Universidade Estadual do Piauí**  
Paula Guerra Tavares **Universidade do Porto - Portugal**  
Raimunda Maria da Cunha Ribeiro **Universidade Estadual do Piauí**

---

[Marcelo de Sousa Neto](#) **Editor**

Alcides Jr / Área de Criação **Capa e Diagramação**

[Editora e Gráfica UESPI](#) **E-book**

Endereço eletrônico da publicação: <https://editora.uespi.br/index.php/editora/catalog/book/196>

M965 O mundo rural em movimento: perspectivas contemporâneas /  
Cristiana Costa da Rocha, Solimar Oliveira Lima, Lia Monnielli  
Feitosa Costa, organização. – Teresina: EdUESPI, 2024.  
282 p. : il. – (Coleção Sertões dos Brasis; v.6).

ISBN versão digital: 978-65-89616-40-6

1. Mundo rural. 2. Migração. 3. Desenvolvimentismo.  
4. Trabalho. 5. Subalternidades. I. Rocha, Cristiana Costa da.  
II. Lima, Solimar Oliveira. III. Costa, Lia Monnielli Feitosa.  
IV. Título.

CDD: 300.81

Ficha Catalográfica elaborada pelo Serviço de Catalogação da Universidade Estadual do Piauí - UESPI  
Nayla Kedma de Carvalho Santos (Bibliotecária) CRB 3ª Região / 1188

**[Editora da Universidade Estadual do Piauí - EdUESPI](#)**

Rua João Cabral • n. 2231 • Bairro Pirajá • Teresina-PI  
Todos os Direitos Reservados

## **PARECERISTAS**

Alcebíades Costa Filho (UESPI/ UEMA)

Antônio Alexandre Isidio Cardoso (UFMA)

Cristiana Costa da Rocha (UESPI)

Daniel Vasconcelos Solon (UESPI)

Elias Sacramento (UFPA)

Francivaldo Alves Nunes (UFPA)

Lia Monnielli Feitosa Costa (SEDUC-PI)

Marcia Milena Galdez Ferreira (UEMA)

Raimundo Erundino Santos Diniz (UNIFAP)

Salania Maria Melo Barbosa (UESPI/ UEMA)

Solimar Oliveira Lima (UFPI)

Robson Carlos da Silva (UESPI)

Luciano Silva Figueiredo (UESPI)

## COLEÇÃO SERTÕES DOS BRASIS

A Coleção Brasis inicialmente produto de pesquisas de estudantes de Pós-Graduação e docentes de ensino superior e básico, submetidos ao Seminário Internacional Independências dos Brasis e I Seminário Interdisciplinar em Sociedade e Cultura do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura, da Universidade Estadual do Piauí, em agosto de 2022, integrado ao Calendário da Adesão do Piauí à Independência do Brasil. O evento resultou da parceria do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura, Núcleo de Documentação e Estudos em História Sociedade e Trabalho, UESPI, e da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, através da sua Área de História e do Centro de História da Universidade de Lisboa, tendo como objetivo propor debates em torno do projeto de Independência dos Brasis, com ênfase nas questões relacionadas à construção de territórios e fronteiras regionais, as independências do mundo atlântico, portuguesa, espanhola e francesa, escravidão e liberdade.

Com o propósito de dar continuidade à Coleção Brasis, em 2024 apresentamos os livros 06) *O Mundo Rural em Movimento: perspectivas contemporâneas* e 07) *Ensino, Linguagens e Relações Étnico Raciais*. Os trabalhos reunidos apresentam complexidade temática e constituem contribuições originais tendo como eixo central os diálogos interdisciplinares para pensar e compreender estratégias de

dominação e controle social, como práticas de lutas, resistências e enfrentamentos de populações subalternizadas.

Nossos cumprimentos e agradecimentos ao PPGSC pelo apoio financeiro para publicação da Coleção. Convidamos o leitor a adentrar interpretações plurais e fragmentadas dos Brasis, que fazem desta coletânea um esforço coletivo de uma geração de autores para dar visibilidade às suas pesquisas, em andamento e outras já concluídas, que, sem dúvida, constituem contribuições originais para o universo acadêmico.

#### CRISTIANA COSTA DA ROCHA

Tem doutorado em História Social pela Universidade Federal Fluminense - UFF. É professora Adjunta do Curso de História da Universidade Estadual do Piauí – UESPI/ Campus Poeta Torquato Neto. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura – PPGSC. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Documentação em História, Sociedade e Trabalho – NEHST/UESPI/CNPQ

## O MUNDO RURAL EM MOVIMENTO: PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS

A presente coletânea reúne discussões sobre a questão rural, com ênfase na contemporaneidade, em perspectiva interdisciplinar, considerando múltiplos olhares, histórico, sociológico e da literatura, para debater temas como, escravidão, direito à terra, estratégias camponesas, agronegócio, trabalho escravo contemporâneo. Na conjuntura atual, entendemos que somente através dos diálogos possíveis com outras ciências humanas enriquecemos o debate sobre temas sociais que se delineiam como pertinentes e necessários, operando direta ou indiretamente na reflexão de narrativas construídas pelos dominantes, problematizando-as e relevando-as ao grau de complexidade que caracteriza a questão da terra em nosso país.

O exercício desta compreensão já desperta desde cedo o interesse e horizontes de perspectiva. As diversas realidades aqui apresentadas convergem no interesse comum nos estudos sobre o Mundo Rural, suas interfaces com as cidades, em um país que conserva uma estrutura secular de escravização, exploração e opressão de grupos subalternizados. Os pesquisadores comprometidos com esse escopo e reunidos nesta coletânea caracterizam-se por diferentes graus de formação e experiência acadêmica, muitos deles jovens pesquisadores e docentes vinculados a Programas de Pós-Graduação. São em parte frutos dos estudos possíveis vinculados ao Núcleo de Estudos e Documentação em História Sociedade e Trabalho - NEHST, reunindo

artigos de discentes e docentes da disciplina Sociedade e Cultura do Mestrado em Sociedade e Cultura - PPGSC/UESPI, e alguns pesquisadores convidados. O livro nasce dos anseios e trabalhos desses pesquisadores preocupados em compreender as sociedades rurais e suas relações com a natureza, à mercê do avanço desenfreado do capitalismo internacional sob a insistente retórica do desenvolvimentismo.

Assim, nutridos deste repertório a parte I “Terra e Natureza” é concebida com o propósito de apresentar textos que gravitam em torno das condições de vida de camponeses, suas estratégias de sobrevivência e sua constante luta para que seus sentimentos de pertença se transponham em direito legítimo, face ao avanço do capitalismo. As pesquisas que aqui se enfeixam demonstram que os tensionamentos da luta pela terra tem um passado de batalhas cotidianas e que vão se desenhando até o presente. Francivaldo Alves Nunes em “Lhe(s) faltam contudo terras”: Roceiros, extratores e a agricultura nos sertões amazônicos do Século XIX” propõe analisar as imagens construídas pelos agentes públicos, políticos, viajantes, naturalistas e intelectuais sobre as experiências de vida das populações que ocupavam os sertões amazônicos no século XIX. Aqui nos debruçamos sobre um exercício promissor de pesquisa histórica, através da análise de registros deixados em manuais, relatórios e pronunciamentos governamentais, ora reativados pelo olhar aguçado do historiador que permite entrever nos documentos narrativas de hipervalorização da mata, encantadora e fantástica, um espaço que guarda em si grandes potências industriais, mas que “esconde” em suas entranhas populações pobres que dela tiram seus sustentos e ali constituem seus modos de vida. Negados em suas experiências e rejeitados para compor o “espetacular corolário” da floresta, homens e mulheres são pintados nestes relatos sobre o signo da “indolência”, suas práticas de plantar e colher apenas para o necessário livre de interesses comerciais incomodam a necessidade de disciplina do trabalho reclamada pelo naturalista Henry Bates. Assim, Francivaldo Nunes contribui por meio de sua escrita para entender como esse discurso delinea

e invisibiliza indígenas, extratores, caboclos e ribeirinhos em detrimento de uma floresta retratada como um manancial de riquezas rutilantes para serem exploradas industrialmente.

Lia Monnielli Feitosa Costa em “Considerações iniciais sobre a indústria extrativa do babaçu no Piauí” perscruta alguns apontamentos iniciais sobre a indústria extrativa do babaçu no Piauí. O babaçu, junto a outros produtos extrativistas compôs boa parte das receitas do Estado durante a primeira metade do século XX, destacando-se após a primeira Guerra Mundial. Com o incremento da demanda do produto no mercado, aos poucos no território piauiense vão se estruturando as primeiras indústrias de beneficiamento da amêndoa, uma indústria cujas bases se consolidaram em função da exploração de trabalhadores rurais combinadas a um acesso à terra limitado pelo Estado e uma ideia de desenvolvimentismo e progresso que forjava muitas promessas de melhorias de vida. Analisando este objeto de estudo pelo prisma da história social, a autora entende que o estudo da indústria é indissociável do contexto de acesso à terra, elemento que compõe as relações de trabalho entre grandes proprietários e trabalhadores rurais, cujas famílias combinando forças com o cultivo de roçados, viam na coleta e quebra do coco uma importante obtenção de meio de vida. O caráter de dependência se estende também para o interior das fábricas, onde através de relatos orais, a subjetividade invisibilizada é alcançada em fontes oficiais, percebendo-se as discrepâncias entre o discurso do progresso e a realidade vivida por estes trabalhadores. O texto da autora palmilha ainda, através da construção de mapas que elucidam a indústria babaçueira, os espaços ocupados por estes sujeitos invisibilizados que fazem parte deste universo fabril alimentado por exploração de mão-de-obra campesina.

“Campesinato, agroecologia e extensão universitária: relato de experiência do projeto de produção e comercialização de hortaliças no Assentamento 28 de agosto (Governador Newton Bello-MA)” escrito por Isaac Giribet Bernat, Tainan dos Santos Pereira, Marjorie Jeanine Ferreira Silva e Elizabeth Pessanha Silva conduz-nos a um exercício

de história-ação onde o Projeto de Assentamento do Estado Vila Santa Lúcia se torna espaço de laboratório de pesquisa e observação, convidando o pesquisador a refletir sobre seu ofício e atuação política na sociedade. Tendo como instrumento o Edital Mais Extensão da UEMA apresentado ao MST, o grupo interdisciplinar de pesquisadores pode comungar experiências e vivenciá-las junto às famílias Sem Terra, entendendo sua lida diária, suas dificuldades, e assim conceber um projeto que para além de mera contemplação dos “pegue-pagues” próprios da labuta daqueles sujeitos camponeses, trouxe uma contribuição regida pelos princípios de respeito ao meio ambiente e aos conhecimentos camponeses existentes no local para, assim, contribuir no processo de transição agroecológica em andamento. Dessa forma, a leitura deste capítulo não somente aponta a agroecologia como um caminho possível frente às investidas do capitalismo no campo, mas se constitui também um perpetrador entre gerações do sentimento de comunidade.

Brenda Maria Vieira Mendes e Cristiana Costa da Rocha trazem em “O (des)encontro com o outro: terra, natureza e agroindústrias na região de Codó-MA (1970-1990)” uma importante discussão acerca da apropriação e degradação dos recursos naturais ocasionados pela instalação de agroindústrias na região de Codó-MA, dentro do período estabelecido entre 1970 e 1990, levando em conta o conceito de fronteira de Martins (2018) e a intrínseca relação entre terra e natureza. Tendo como ponto de partida a Lei Sarney de Terras- e seus macabros desdobramentos para os camponeses maranhenses- as autoras analisam que na interface da implantação de agroindústrias em solo maranhense impulsionadas pelo capital externo, as condições de vida e obtenção de subsistência dos sujeitos camponeses são dramaticamente modificadas. Recuperando falas silenciadas, as historiadoras trazem recortes de relatos como os de Antônio e João, que bem poderiam abreviar a experiência de muitos homens e mulheres espalhados nos “brasis”, cujos cotidianos de trabalho foram soterrados pelo ininterrupto tempo do relógio, operante pelo lucro.

No capítulo “Experiências Camponesas: a vida em terra alheia e a condição de moradia no Piauí (1940-1990)”, os autores Marcos Oliveira dos Santos e Antônio Alexandre Isídio Cardoso analisam as vivências de camponeses por meio de entrevistas com base na metodologia da história oral e através de fontes hemerográficas, dando ênfase às especificidades do cotidiano de trabalho de camponeses em um ambiente rural e fabril, no povoado Novo Nilo, município de União Piauí, buscando compreender como esses camponeses buscaram formas para sobreviver diante das agruras da vida cotidiana.

“Terra, trabalho e frentes de emergência de combate aos efeitos da seca no Meio-Norte (décadas 1970-1990)”, o estudo de Lucas Ramyro Gomes de Brito e Cristiana Costa da Rocha convida-nos a conhecer a atuação das frentes de emergência enquanto política pública de combate às secas no Meio-Norte do Brasil, especificando três linhas distintas: fornecimento de água e alimentos, implementação de medidas sanitárias e de saúde, e intervenção na produção de bens essenciais. No rastro de fontes documentais e no veio vívido de experiências da metodologia da história oral, o autor nos insere na “solução “controversa que consistiram nas frentes de emergência enquanto resposta à crise socioeconômica ocasionada pela seca, salientando suas problemáticas e nesta interface, como os pobres buscaram alternativas de subsistência frente às agruras iminentes. A fala potente de D. Expedita é aqui inserida para lembrar que políticas públicas prometedoras de soluções rápidas para o drama social da seca logo caem na armadilha da generalização ao desconsiderarem as realidades sociais de cada Estado. O texto de Lucas, além de nos alertar para a complexidade das frentes de emergência em seu contexto, reporta mais uma vez o avanço do capitalismo no campo, objetivando a industrialização, modificando os meios de obtenção de vida de populações rurais e ampliando sua vulnerabilidade.

A parte II intitulada “Terra trabalho e conflitos” enfeixa um conjunto de textos que refletem a luta pela terra e seus desdobramentos, dificuldades, desafios, bem como o trabalho escravo e seus

desdobramentos até a contemporaneidade. O texto de Marcelo Aleff de Oliveira Vieira “O Combate ao Trabalho Escravo Contemporâneo em Fazendas do Agronegócio no Piauí e Maranhão”, expõe e problematiza ações de agentes públicos voltadas para o combate ao trabalho escravo contemporâneo em fazendas do agronegócio situadas no interior do Piauí e Maranhão, entre 1985 e 1995. Ao abordar primeiramente as condições a que estavam submetidos os trabalhadores escravizados flagrados nas inspeções, nos deparamos com a Fazenda Santa Júlia situada no município de Miguel Alves-PI e as situações degradantes em que homens e mulheres de todas as idades se encontravam, relevando aqui a importância da análise do Relatório de Fiscalização Rural como a fonte nodal desta pesquisa. Na fricção desta com outras fontes, o autor elucida o complexo trabalho de fiscalização destas propriedades onde o trabalho forçado e as jornadas exaustivas em grandes propriedades a perder de vista, se encontram naturalizadas. Marcelo segue aqui mostrando que, tomando como exemplo o ano de 1995, emblemático em políticas públicas mais eficazes ao trabalho escravo, as armadilhas e justificativas de grandes proprietários seguem incólumes, necessário portanto lembrar este histórico de ações combativas que possam garantir amplos direitos para os trabalhadores.

“Amazônia legal, Amazônia letal: Violência e necropolítica em conflitos no campo no território amazônico (2012-2021)”, de João Marcel Evaristo Guerra e Cristiana Costa da Rocha, perscruta, via metodologia estatística-quantitativa, apresentar uma perspectiva de análise da violência no campo no território amazônico, a partir do número absoluto de homicídios verificados, ao longo dos anos de 2012 a 2021, nas unidades federativas incluídas na Amazônia Legal. Os autores se movem, compulsando leis, histórico de ocupação da Amazônia e tabela que relaciona quantidade de mortes violentas no campo por Estado, elucidando a violência no campo e seu elemento de letalidade, algo entranhado nas elites rurais, no agronegócio, e termômetro da vulnerabilidade em que se encontram as pessoas mais

pobres, cujas vidas foram invisibilizadas, e de acordo com a pesquisa dos autores, mortes também, uma vez que em outras unidades da federação nenhuma morte por conflito no campo sequer foi registrada, na década ora analisada. Na interação frutífera com as interpelações teóricas da Necropolítica, os autores evidenciam o papel do Estado em tornar estas populações campesinas invisíveis, colocando-as em zona de exclusão, de violência extrema e condições de vida precárias. Os pesquisadores nos deixam aqui uma importante lição a respeito dessas fontes; o silêncio sobre mortes naquela região ecoa fortes gritos, e precisamos estar atentos para escutá-los.

O capítulo escrito por Iramaira de Oliveira Torres e Antônio Alexandre Isídio Cardoso nos relembra sobre uma das últimas pontas da escravidão no Brasil: o trabalho doméstico. A leitura sensível da produção audiovisual brasileira “Curica” complementada por relatos orais de mulheres que vivenciaram o trabalho doméstico na infância em Barras-PI, descortina não apenas a perspectiva primorosa do cinema como fonte, mas também sua interação enriquecedoras com outras fontes, destacando aqui a metodologia da história Oral. Assim, somos apresentados a Sueli, Maria, Agnes e outras, cujas vozes se reencontram com a voz de Esperança Garcia, mulher, mãe, escravizada, que reclamou pelo fim das condições desumanas em que vivia seu filho, sob tutela de inclementes senhores. Captando estes fios e os enredando em uma escrita cuidadosa, as narrativas tanto do documentário, como das entrevistas se entrelaçam à medida que têm como fio condutor a exploração doméstica de crianças. As memórias dessas mulheres sobre suas infâncias marcadas pela exploração laboral precoce, nos direcionam a observar a repetição de certas práticas seculares na atualidade. Apesar de não aparecerem de forma legal na legislação continuam a ocorrer escancaradamente no Brasil nos mais diversos cantos do país. As questões suscitadas no texto nos fazem refletir: quantas meninas pobres estão, neste momento, assaltadas de seus entes, sob cativo em lares “honestos” de famílias tradicionais brasileiras”, em quatinhos sujos, mal iluminados,

executando diversas funções em uma exploração justificada sob o signo do “favor”?

O capítulo da lavra de Leandro Chaves Batista e Márcia Milena Galdez Ferreira constitui-se uma necessária pesquisa sobre a “Chacina do Castanhal Ubá (1985): conflitos no meio rural no limiar da abertura política”. Abordando a situação de violência que perpassou o massacre de oito trabalhadores rurais no castanhal Ubá em junho de 1985, município de São João do Araguaia, tomando como documento nodal, donde se embrenham interação com outras fontes, o dossiê *Chacina no Castanhal Ubá 13 e 18-06-1985*, produzido pelo Comitê Rio Maria Contra Violência e Impunidade e armazenado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Os autores evidenciam que o processo de abertura política ocorrido na década de 1980 salientou a questão da terra e os conflitos que se espalhavam no campo brasileiro face às disputas fundiárias, em uma ciranda maldita onde violência galopou a largos passos, par a par com a impunidade de grandes fazendeiros. A reforma agrária, tornando-se um sonho possível, mostrou-se uma longa estrada palmilhada de muitos sacrifícios e muitas vidas inocentes de trabalhadores perdidas frente aos grandes proprietários que, alegando defesa de suas propriedades, ceifaram vidas a qualquer custo. Por outro lado, acompanhamos junto aos autores a evolução das instituições em favor dos trabalhadores rurais, numa tentativa de lhes dar dignidade e conter a escalada da violência. A chacina em Ubá, para além de uma demonstração de horror do que mandatários podem fazer por meio de milícias armadas no campo, arrola questões pertinentes sobre violação de direitos materiais e processuais, bem como lembrar de mais um dos muitos brasis silenciados.

“Diálogos sobre redes de migração e trabalho de garçons de Pedro II-PI em São Paulo (1980)”, de Raiane Melo Brito e Cristiana Costa da Rocha apresenta-nos um capítulo sobre as experiências de trabalhadores garçons de Pedro II, município rural localizado no norte do Piauí, que migraram para a metrópole, São Paulo, em busca de melhores condições de vida e trabalho, a partir da década de 1980. Na

pista de jornais e periódicos que atestavam o crescente movimento migratório de homens e mulheres pobres rumo à Região Sudeste, as historiadoras pinçam e analisam uma rede migratória de trabalhadores que passam a compor a malha social de sujeitos invisíveis em São Paulo. Fuga da seca, das condições de vida que se precarizam dia após dia, e a sedução de um sudeste que transpira progresso, mobiliza pessoas que experienciam o viver dessa profissão, suas expectativas e frustrações. As historiadoras friccionam assim, o discurso dominante, de um Nordeste atrasado versus metrópole que se figurava como um veio aberto de oportunidades para todos; com a memória e experiências narradas pelos próprios trabalhadores, relatos orais analisados por pena e tinta da História Oral. Questões de interesse de trabalho e migrações são aqui levantadas, ao passo que se problematizam os deslocamentos para além de motivos econômicos, destacando elementos de solidariedade, cooperação e sentimento de pertencimento ao lugar de origem.

Em “A construção da narrativa do extermínio da população indígena no Piauí (década de 1830)” Hellen Beatriz da Silva Araújo e João Paulo Peixoto Costa ensaiam uma reflexão sobre a condição em que a população indígena foi colocada na primeira metade do século XIX na província do Piauí. O processo de apagamento de identidades étnicas e apropriação de terras indígenas é evidenciado pelos autores como parte de um projeto de Estado-Nação que pretendia construir uma memória nacional aos moldes da civilização branca e europeia. Assim, o IHGB se torna a ponta de lança deste processo de apagamento, justificando o extermínio indígena compactuando com os interesses econômicos de expansão da agricultura e da pecuária local. Por extensão, os autores analisam o próprio contexto de produção do conhecimento historiográfico piauiense, e em que medidas tais discursos de extermínio tornam-se mais ou menos proeminentes naquelas escritas. O texto, além de nos alertar para a constante característica da escrita histórica enquanto território de disputas, lembra que mesmas fontes, acionadas sob olhares e interpretações diversas,

podem gerar diferentes pesquisas e narrativas históricas, algo a que o GT Povos Indígenas está atento e se propõe sob uma perspectiva de diálogo interdisciplinar.

“Historiografia e trabalho escravo rural no Piauí” de Naiara Rosa Felix de Sousa e Solimar Oliveira Lima apresenta a escravidão rural, a partir de autores considerados a base da historiografia clássica acerca da escravidão no Piauí, num movimento metalinguístico de entender a produção historiográfica piauiense sobre este tema. ao longo da trajetória dessas narrativas, os autores evidenciam as visões de escravidão outrora dominantes, hoje interpeladas veementemente, tais como a negação da existência de trabalho escravo no Piauí. O olhar diferente sobre as fontes, interrogadas à luz de um repertório da história social, emergem não apenas o caráter violento da escravidão no Piauí, mas também do cotidiano de trabalhadores nas fazendas de gado, a despeito do olhar romantizado de cronistas e viajantes dos séculos XVII e XIX, que em suas andanças deixaram registros tomados como verdade inquestionável por parte daqueles que mais deveriam lhes questionar: os historiadores. O texto dessa forma enriquece os estudos sobre o tema.

Convidamos o leitor para adentrar caminhos de pesquisa e temáticas inseridas no Mundo Rural, que amplie possibilidades para um diálogo crítico e transformador. Nossos cumprimentos ao PPGSC pelo apoio financeiro para publicação da Coleção.

Vamos a leitura!

CRISTIANA COSTA DA ROCHA  
LIA MONNIELLI FEITOSA COSTA

# SUMÁRIO

## PARTE I - TERRA E NATUREZA

- 22 1.1 “Lhe(s) faltam contudo terras”: Roceiros, extratores e a agricultura nos sertões amazônicos do Século XIX  
Francivaldo Alves Nunes
- 37 1.2 Considerações iniciais sobre a indústria extrativa do babaçu no Piauí  
Lia Monnielli Feitosa Costa
- 53 1.3 Campesinato, Agroecologia e Campesinato, Agroecologia e Extensão Universitária: relato de experiência do projeto de produção e comercialização de hortaliças no Assentamento 28 Agosto (Governador Newton Bello-MA)  
Isaac Giribet Bernat  
Tainan dos Santos Pereira  
Marjorie Jeanine Ferreira Silva  
Elizabeth Pessanha Silva
- 71 1.4 O (Des)Encontro com o Outro: Terra, Natureza e Agroindústrias na Região de Codó-MA (1970-1990)  
Brenda Maria Vieira Mendes  
Cristiana Costa da Rocha
- 89 1.5 Experiências Camponesas: a vida em terra alheia e condição de moradia no Piauí (1940 -1990)  
Antônio Alexandre Isídio Cardoso  
Marcos Oliveira dos Santos
- 107 1.6 Terra, Trabalho e Frentes de Emergência de Combate aos Efeitos da Seca no Meio-Norte (Décadas 1970-1990)  
Lucas Ramyro Gomes de Brito  
Cristiana Costa da Rocha

## **PARTE II - TRABALHO ESCRAVO E CONFLITOS**

- 134** 2.1 O Combate ao Trabalho Escravo Contemporâneo em Fazendas do Agronegócio no Piauí e Maranhão  
Marcelo Aleff de Oliveira Vieira
- 149** 2.2 Amazônia Legal, Amazônia Letal: violência e necropolítica em conflitos do campo no território amazônico (2012-2021)  
João Marcel Guerra  
Cristiana Costa da Rocha
- 166** 2.3 Um Lugar de Indignidade: Cotidiano da Exploração Infantil Doméstica  
Iramaira de Oliveira Torres  
Antônio Alexandre Isídio Cardoso
- 188** 2.4 Chacina do Castanhal Ubá (1985): conflitos no meio rural no limiar da abertura política  
Leandro Chaves Batista  
Marcia Milena Galdez Ferreira
- 210** 2.5 Diálogos sobre Redes de Migração e Trabalho de Garçons Pedro Segundo, PI, em São Paulo na Década de 1980.  
Raiane Melo Brito  
Cristiana Costa da Rocha

## **PARTE III - ESCRAVIZADOS E INDÍGENAS NOS SERTÕES**

- 233** 3.1 A Construção da Narrativa do Extermínio da População Indígena no Piauí (Década de 1830)  
Hellen Beatriz da Silva Araújo  
João Paulo Peixoto Costa
- 251** 3.2 Historiografia e Trabalho Escravo Rural no Piauí  
Naiara Rosa Felix de Sousa  
Solimar Oliveira Lima
- 268** AUTORES E AUTORAS
- 275** ÍNDICE REMISSIVO

PARTE I

**terra**

**e**

**Natureza**

# "LHE(S) FALTAM CONTUDO TERRAS": ROCEIROS, EXTRATORES E A AGRICULTURA NOS SERTÕES AMAZÔNICOS DO SÉCULO XIX

FRANCIVALDO ALVES NUNES

Texto resultante de pesquisas vinculadas ao projeto "Roceiros, extratores e o viver nos sertões amazônicos: Estado Imperial entre interesses de observação e estratégias de controle", financiado pelo CNPq.

## INTRODUÇÃO

Neste texto propomos analisar as imagens construídas pelos agentes públicos, políticos, viajantes, naturalistas e intelectuais sobre as experiências de vida das populações que ocupavam os sertões amazônicos no século XIX. Para isso utilizaremos os registros deixados em manuais, relatórios e pronunciamentos governamentais, assim como relatos de viagens. Aqui procuraremos analisar estas percepções, não apenas como um conjunto de impressões, nem também como simples relatos. Nosso entendimento é que se trata de uma leitura sobre uma região que se revelava por uma invencível força criadora, materializada na percepção de uma densa mata, mas também ocupada por um conjunto de experiências que envolvem a população local, que nesses registros são percebidas de forma a negar suas experiências vinculadas na lida com a terra, através do cultivo, e com a floresta, através da extração.

Permita-me começar esse texto com um pronunciamento à Assembleia Legislativa do Grão-Pará, de 1º de outubro de 1849, do Conselheiro Jerônimo Francisco Coelho (1806-1860), então presidente da província.

Na fértil província do Pará, onde a natureza dá a todos com espontânea superabundância tudo o que é preciso para viver, o trabalho é tido por

essas classes como um constrangimento desnecessário, e intolerável. O nosso tapuio, que ergue a sua barraca, ou o palheiro à margem de qualquer desses rios e lagos variadamente piscosos, rodeados de matas e florestas virgens, ubérrimas de frutos, drogas, e especiarias, abundantes de uma infinita variedade de caça em quadrúpedes e voláteis, vive descansando e descuidoso no seio da abundância.<sup>1</sup>

Observem que o tom ufanista para as riquezas florestais que podiam ser avistadas nas terras amazônicas, caminhava em passos conjuntos as críticas à forma como as populações lidavam com esses recursos. Essa parece ser a primeira imagem que se passa a construir da região, ou seja, terras de muitas riquezas, mas como uma população que pouco ou nada sabe, quanto a exploração desses recursos. Ao que se observa, há uma negação ao modo de vida dessas populações.

As descrições sobre a geografia, flora e fauna amazônica, os recursos naturais, os costumes das populações locais, o esforço humano para dominar a paisagem física e o povoamento são compreendidos para reafirmar a capacidade produtora da região. Diante destes dados, ao Estado imperial estaria, portanto, a responsabilidade, através da troca de informações sobre produção e comércio entre diferentes regiões do Brasil, observar a capacidade produtiva e de comércio da Amazônia para com a Europa, América do Norte, a África e Ásia, como bem destacou os estudos de Caio Prado Júnior (1987).

É justamente sobre isso que pretendo discorrer, ou seja, analisar esse olhar das autoridades para o modo de vida das populações que ocupavam os sertões amazônicos. Para isso utilizaremos os registros deixados em relatórios e pronunciamentos governamentais, assim como relatos de viajantes. Aqui procuraremos analisar a percepção dos agentes públicos e naturalistas, não apenas com um conjunto de

1 PARÁ. *Falla dirigida pelo Exmo. Sr. Conselheiro Jerônimo Francisco Coelho, Presidente da Província do Gram-Pará a Assembleia Legislativa Provincial na abertura da segunda sessão ordinária da sexta legislatura no dia 1º de outubro de 1849.* Pará, Typographia de Santos & Filhos, 1849, p. 22.

impressões, nem também como simples relatos. Nosso entendimento é que se trata de uma leitura sobre uma região, uma imagem forjada da amazônia, que a revelava como portadora de uma invencível força criadora, materializada na percepção de uma densa mata, mas ocupada por uma população local, que é percebida de forma a negar suas experiências de vida.

## **OLHARES SOBRE AS EXPERIÊNCIAS DE VIDA NOS SERTÕES AMAZÔNICOS**

Uma primeira observação está associada ao que apontou Domingos Soares Ferreira Penna (1818-1888) em 1864, para quem a “liberdade de trabalho não gera riqueza e não garante a prosperidade”. Trata-se de uma expressão posta em um relatório apresentado à presidência da província em que observa o modo de vida das populações que ocupavam as margens do rio Tocantins. Ao estabelecer comparativos com a experiência de plantio, não deixava de expressar seu pensamento crítico quanto às formas de cultivo, ainda dependente da queima da mata, assim como sem qualquer regularidade nos dias e horários de trabalho, o que faria com que esta população pouco conseguisse gerar riqueza com sua produção (Penna, 1864, p. 17). A reclamação aqui se pauta na ausência de uma disciplina que organize o trabalho e a produção.

O que nosso interlocutor chama de parcos resultados da produção, também associa à “indolência” de parte da população local, que só produziria o necessário para consumo ou manutenção das despesas com a família e agregados. O pequeno roçado de cultivo de mandioca, de onde se produzia a farinha, era o que se observava de mais regular. Algumas famílias ainda plantavam o milho e feijão em menor escala, no entanto sem grandes preocupações em produzir mais do que o necessário para alimentar cinco a sete pessoas por alguns meses. Aliás era a farinha que completava o prato, servido com peixe cozido e assado, que diariamente se observava nas cozinhas destes sertanejos,

destacava Ferreira Penna. Em outras palavras, associa a questão ao que chama de “gênio pacato do paraense”, que se satisfaria com menor lucro e não acompanharia o espírito ambicioso, de forma a se preocupar em produzir para o comércio (Penna, 1864, p. 23).

De acordo com o naturalista Henry Bates (1825-1892), que esteve na região em 1848, a bruteza de costumes por parte das populações que habitavam as regiões do Pará e essa não disciplina do trabalho estava relacionada ao contato com as populações indígenas. Ao observar os moradores da região do Tocantins, a proximidade de Cametá, registrava que havia uma predominância de mamelucos, que embora fossem caracterizados pela gentileza nos seus hábitos, não se conseguia “comprar deles muita coisa em matéria de alimentos frescos”. Na opinião do naturalista, isto se devia ao “fato de nunca terem feito nada além do que o estritamente necessário ao seu próprio sustento” (Bates, 1979, p. 58). A reclamação se volta à ausência de produção cumulativa que favoreça o comércio.

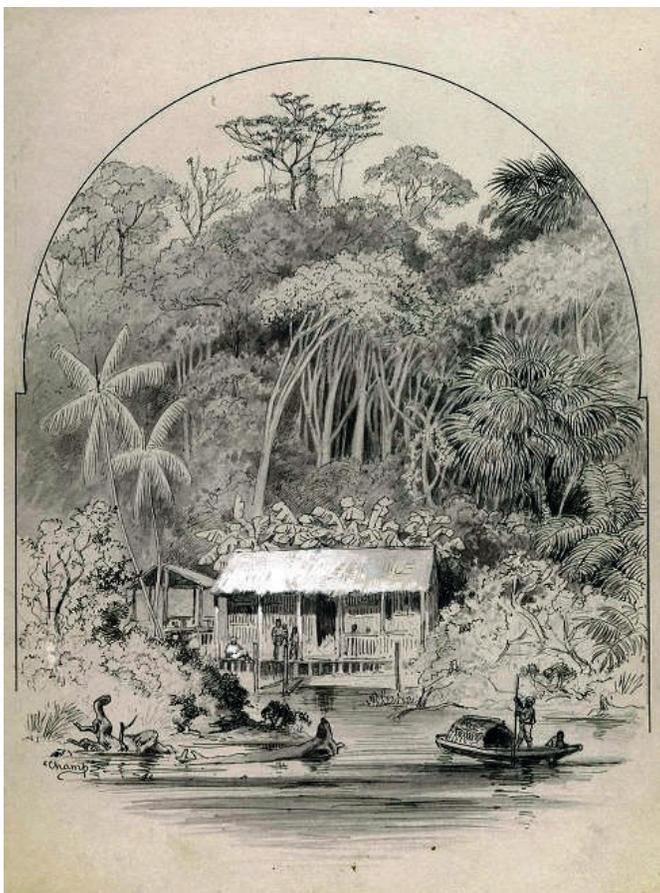
Outro dado apontado, agora pelas autoridades provinciais, sobre o que se considerava enquanto práticas selvagens dos agricultores, correspondia aos braços que se empregavam no trabalho agrícola, percebidos como “móveis, cedendo às vantagens, que lhes afigura a colheita dos produtos naturais”. Isto fazia com que não desenvolvessem “um trabalho regular, não se fixando, e rolando soltos de mata em mata sem deixar em sua passagem por esse laboratório da natureza, outros vestígios, que não sejam a destruição das árvores, que tão grandes riquezas lhe oferecem” (Pará, 1863, p. 43).

O sítio de Antônio Ferreira Gomes, localizado em Vista Alegre, a 22 quilômetros de Cametá, é apontado por Henry Bates como um dos casos em que se observa uma acanhada lavoura, sem uso de instrumentos que promovam o aumento produtivo e práticas indiscriminadas de derrubada da floresta. Nas áreas de cultivo, se avistava um trecho de terreno limpo, onde se encontravam várias árvores frutíferas, tais como laranjeiras, limoeiros, jenipapeiros e goiabeiras. Eram ainda registradas “algumas mal cuidadas” plantações de cacau e café.

Das terras de cultivo de mandioca, estas ficavam espalhadas pela mata, sendo encontradas também em algumas ilhas no meio do rio, no entanto, o que se observava era uma força da mata que procurava dominar e sufocar o homem amazônico (Bates, 1979, p. 56).

Em 1860, o norte-americano James Wells Champney (1843-1903), fez o registro dessa paisagem amazônica em que buscava demonstrar essa indominável força da floresta amazônica que limitava a atuação humana.

FIGURA 1: ON THE BANKS, DE JAMES WELLS CHAMPNEY, 1860.



Fonte: Acervo digital da Biblioteca Nacional.  
Disponível em: <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/35611>

O modo de lidar com a terra, associado a práticas rudimentares ou selvagens, seria ainda observado nas matas próximas à sede do município de Baião, constituídas na sua maioria por capoeiras, já que as terras nessa área já haviam sido anteriormente cultivadas. “Numerosos pés de café e algodão cresciam entre as moitas de mato” que ficavam aos cuidados do trabalho das mulheres, uma vez que os homens permaneciam, boa parte do tempo, ausentes de suas terras, o que era explicado pelo trabalho de pescaria. Ao deixar sob a responsabilidade das mulheres a atividade de plantio, demonstrava, na observação do naturalista Henry Bates (1979, p. 59), a pouca importância que a agricultura exercia sobre essa população, servindo apenas para o complemento diário de sua alimentação, regada por pescado e frutas silvestres.

Robert Christian Avé-Lallemant (1812-1884), também naturalista e que no último ano da década de 1850 esteve na Amazônia, ao examinar as populações das margens do rio Negro revelava que estas se satisfaziam perfeitamente com a caça, frutos silvestres, cocos de palmeiras e castanhas “que a natureza lhes atira aos pés” (Avé-Lallemant, 1980, p. 105). Aqui a natureza exuberante e dadivosa surge novamente como responsável pela indolência, pois oferecia de forma gratuita às populações da região o que estas precisavam.

Na fala destes viajantes e naturalistas, ao que se observa, os hábitos das populações amazônicas estavam, pois, em contradição com que se compreendia enquanto indústria, ou seja, ação transformadora do homem sobre a natureza, ou ainda, como resultado do esforço da inteligência do homem para satisfazer uma necessidade aparente. A inexistência de uma indústria agrícola, por exemplo, estaria relacionada à facilidade de meios para garantir os recursos necessários à sobrevivência, sem que houvesse uma necessidade de transformação desse espaço natural. Esta situação era responsável, portanto, para fazer do homem amazônico um constante dependente dos recursos que as florestas disponibilizavam sem grandes esforços.

Na avaliação do militar e intelectual Antônio Baena (1782-1850) sobre a agricultura e extração no Pará na primeira metade do século

XIX, destacava que os lavradores, em geral, não haviam rejeitado o que chamava de “pernicioso método dos derrubamentos” e dos “incêndios das matas”. Estas ações, que eram justificadas por estarem às terras cansadas e pela necessidade de se buscar outros espaços para desenvolver novos cultivos, faziam com que esses trabalhadores não se prestassem ao desenvolvimento de uma indústria fértil. O método desenvolvido pelos colonos do Pará, segundo Baena, copiava “o bruto costume que tinha os silvícolas na sua acanhada agricultura”, o que dificultava, inclusive a fixação destes colonos por um longo e duradouro tempo em um mesmo terreno (Baena, 2004, p. 71).

Nas áreas em que predominavam a derrubada e queima da floresta “pairava a imagem do aniquilamento”, “sobre as colinas, viam-se alguns troncos carbonizados e outros só meio queimados”, dizia Robert Avé-Lallemant quando observava as plantações que margeavam o rio Amazonas até a embocadura do rio Negro, para quem chamava de “lavoura aniquiladora” (Avé-Lallemant, 1980, p. 140). A esta falta de indústria na lavoura era adicionada o que se considerava enquanto “apoucamento dos proprietários rurais em fazer um cultivo que abarcasse os gêneros necessários a alimentação, mas também [assegura] o comércio”. Como destacou Antônio Baena (2004, p. 73).

No caso das agrestes plantas como a salsaparrilha, as palmeiras de piaçava, as árvores de recendentes gomas e bálsamos, de cravo, de baunilha, de óleo, de breu, de estopa e outros produtos importantes encontrados nas florestas da Amazônia, por sua utilidade no comércio, estas eram defendidas como necessários cultivo. No entanto, o que se observava é que esses produtos ainda não se constituíam como objeto de plantio por parte dos agricultores do Pará. De acordo com o presidente do Pará em 1863, Francisco Carlos de Araújo Brusque (1822-1886), diversos frutos, resinas e bálsamos não eram encontrados com tanta frequência nos mercados de Belém, o que se devia “à acanhada rotina a que estava submetida à agricultura” (Pará, 1863, p. 45).

Ainda sobre a questão, apontava que nas regiões das baías do Baixo Amazonas a imprevidência e barbaridade de seus usuários teriam

provocado o quase desaparecimento dos pés de castanha, cravo, baunilha e copaíba, considerados os quatro vegetais mais estimados da região. Essa destruição era resultante do uso indiscriminado da força do machado e do terçado. No caso das castanheiras, a sua destruição era provocada pela avidez com que os extratores buscavam explorar todos os recursos disponibilizados por esta planta, arrancando-lhes até a casca a fim de tirarem dela a estopa utilizada para calafetar embarcações. Esta prática teria provocado a escassez de castanheiros nas terras altas dos rios Pacajá e Anapu, sendo necessário chegar às proximidades das cachoeiras desses rios para se fazer a extração deste produto. O cravo, a exemplo das castanheiras, já não era mais facilmente encontrado nas margens dos rios, como outrora. Para se obter o produto era indispensável procurá-lo no interior das matas, o que era explicado pela coleta predatória deste produto, responsável pela destruição das árvores que os produziam (Penna, 1864, p. 81).

Herdeiros do método de extração dos grupos indígenas, as populações do Pará seriam identificadas em alguns posicionamentos das autoridades locais, como incapacitadas ao melhor aproveitamento dos recursos disponibilizados pela natureza. Das terras nas margens do rio Tapajós, sudoeste da província, dizia o engenheiro português tenente-coronel Franco de Almeida, em sua memória sobre o Tapajós, que as terras que margeavam este rio eram possuidoras de frutas silvestres, salsa, cacau, cravo e gomas. Essa região era ainda formada de matas gerais e campos de pastagens. No entanto, apesar das variadas riquezas da região, pouco se aproveitava, isto por que as atividades de exploração desses recursos estavam sendo controladas pelo que chamava de “toscos índios”, ou seja, os trabalhos extrativos e de criação eram praticados, segundo o tenente-coronel, por homens “que se assemelhavam mais aos tapuios do que a civilizados” (Pará, 1871, p. 21).

As reclamações quanto às práticas de extração aparecem nos relatórios dos presidentes do Amazonas, especialmente no caso de João Pedro Dias Vieira (1820-1870). Em 1856, ele constatou que a

salsaparrilha havia quase que por completo desaparecido das matas e margens dos rios mais próximos, o que era resultado de práticas inadequadas das populações do interior, que ao retirar a salsa arrancava do solo a batata que dava sustentação a planta e permitiria novas colheitas (Pará, 1856, p. 16).

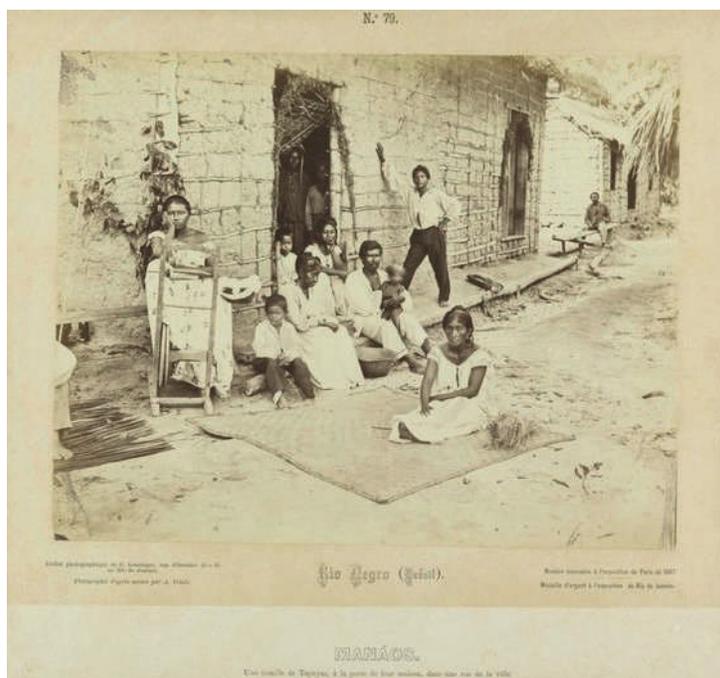
A extração da estopa e do óleo-de-copaíba também sofreu danos semelhantes, o que, no caso da extração de óleo, este estava sendo retirado através de golpes de machados que danificaram o caule da planta, e não através de cortes superficiais que não destruísse a árvore. Neste caso, Dias Vieira propunha como ações de enfrentamento a esses problemas a aprovação de leis e regulamentos que coibisse o extrativismo predatório e apoiasse o cultivo dessas árvores, justificando estas medidas como necessárias para também para “assegurar a melhor condição de vida das populações do sertão, habituadas a viver em cabanas e a se alimentar de frutas e tubérculos” (Amazonas, 1956, p. 16).

Um último caso está associado ao relatório baseado na viagem de exploração do rio Madeira em 1861, em que o engenheiro João Martins da Silva Coutinho (1830-1889), na época prestando serviço para o governo do Amazonas, faz um diagnóstico da situação da agricultura e extrativismo nesta região. Destacava que embora houvesse uma legislação que proibisse expressamente a devastação das matas devolutas para a lavoura itinerante, no caso fazia referência a Lei de 1850, esta deixava de lado o extrativismo predatório, que matava as árvores aos poucos, pois entendia que a destruição de uma planta como a seringueira, por exemplo, não estava associada apenas a sua imediata retirada, mas que ao tirar a casca, cortar as raízes e perfurar o tronco, também promovia com o tempo a sua destruição (Coutinho, 1986, p. 64).

Os problemas identificados com a extração tomavam uma dimensão econômica mais preocupante quando fazia referência ao uso destrutivo das seringueiras. De acordo com Silva Coutinho, nas ilhas e igapós do Baixo Amazonas, no Pará, a ausência dessa planta

era sentida pelos seus exploradores. As árvores estragadas e enfraquecidas, não podiam dar o leite suficiente para saciar a avidez dos fabricantes. Com isso, dizia que, se as autoridades do Amazonas não desenvolvessem ações no sentido de combater essas “práticas destruidoras”, haveria de acontecer o mesmo nesta província. Na percepção de Silva Coutinho, essas práticas eram consequências do “modo de vida desalentador das populações” que sobreviviam do extrativismo, registradas em 1867 pelo fotógrafo alemão Albert Christoph Frish, destacada na imagem 2. Esta população formada por indígena e caboclos, para Coutinho, se constituíam enquanto “uma horda nômade que pousa ora aqui ora acolá, tirando das seringueiras a máxima quantidade de leite que é possível, matando as plantas e deixando atrás de si a devastação” (Coutinho, 1986, p. 65).

IMAGEM 2: CABOCLOS DO RIO NEGRO, POR ALBERT CHRISTOPH FRISH, 1867.



Fonte: Acervo Digital da Biblioteca Nacional.  
Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/333759022358658800/>

## CONCLUSÕES

Muitos outros agentes públicos, autoridades e viajantes, poderiam aqui ser destacados, no entanto, precisamos encaminhar para as conclusões. Em geral podemos destacar que ao descrever o modo de vida das populações do interior envolvidas no trabalho de extração, Silva Coutinho se soma a outros intelectuais e agentes públicos da época, entre outras autoridades, que apontavam as experiências de trabalho e produção das populações dos sertões amazônicos como prática predatória, responsável em explicar a situação de miséria em que viviam as populações do interior do Pará.

Outra questão que se observa nesta relação entre os agentes públicos e as experiências produtivas desenvolvidas pelas populações dos sertões amazônicos, é a perspectiva de transformar a região em grande centro de produção e comércio. Neste aspecto, as descrições sobre a geografia, flora e fauna amazônica, os recursos naturais, os costumes das populações locais, o esforço humano para dominar a paisagem física e o povoamento são compreendidos para reafirmar a capacidade produtora da região.

Na fala destes viajantes e agentes públicos, os hábitos das populações amazônicas estavam, pois, em contradição com que se compreendia enquanto indústria, ou seja, ação transformadora do homem sobre a natureza, ou ainda, como resultado do esforço da inteligência do homem para satisfazer uma necessidade aparente.

A inexistência de uma indústria agrícola, por exemplo, estaria relacionada à facilidade de meios para garantir os recursos necessários à sobrevivência, sem que houvesse uma necessidade de transformação desse espaço natural. Esta situação era responsável, portanto, para fazer do homem amazônico um constante dependente dos recursos que as florestas disponibilizavam sem grandes esforços.

A modernização das práticas agrícolas passava a ser percebida como necessária para superação do modo de vida das populações das áreas do interior da Amazônia, e descritas como reduto de costumes

selvagens. Esta perspectiva permitia a defesa da introdução de novas técnicas de plantio que superasse os antigos hábitos de lidar com a terra e que eram identificados nesses discursos como práticas rudimentares e atrasadas. Ainda sobre a questão ficava evidente, a partir do desenvolvimento da agricultura, a expectativa de que as populações do interior superassem a sua condição nômade, formando povoados e auxiliando no progresso e prosperidade dessas povoações.

A atividade extrativa é também percebida como dotadas de rudimentares práticas, pois não chegava a aproveitar todos os recursos naturais disponíveis para exploração, o que para os agentes públicos, em vez de provocar a prosperidade, era responsável por tornar ainda mais pobres essas populações.

As descrições e impressões apontadas representam, portanto, representações e leituras sobre a região, que envolviam interesses científicos e políticos, o que oscilava em atentar para as vantagens comerciais, sem perder de vista o controle sobre hábitos e valores quanto ao modo de vida das populações. Tratava-se em um momento circunscrito a meados do século XIX, de defesa da circulação de conhecimentos sobre as formas de produção e uso dos recursos florestais, como estratégia de desenvolvimento econômico. O que significava disciplinar índios, pretos e mestiços, nas suas experiências de trabalho.

Por último, diríamos que a observação desses agentes públicos sobre o modo de vida das populações dos sertões amazônicos revelou uma incompreensão sobre as experiências que envolviam o lidar com os rios e matas. Uma incompreensão necessária para exercício de dominação. Diríamos que, considerando os interesses desses agentes, tratava-se de uma oportuna incompreensão, uma vez que, o não entendimento legitimava a condenação destas práticas e a busca de outras experiências de produção que resultasse na extinção de antigas práticas plantio e extração.

O que podemos em geral concluir é que trata-se, portanto, de uma nítida estratégia de justificativa de dominação e controle, inclusive

de suprimir, dominar ou dizimar as populações locais, um discurso que é bastante atual como uso estratégico de domínio e controle da Amazônia.

## REFERÊNCIAS

Amazonas (1856). *Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial, pelo excelentíssimo senhor doutor João Pedro Dias Vieira, digníssimo presidente desta província, no dia 8 de julho de 1856 por ocasião da primeiras sessão ordinária da terceira legislatura da mesma Assembléia*. Barra do Rio do Rio Negro, Typ. de F.J S. Ramos.

Avé-Lallemant, Robert (1980). *No rio Amazonas (1859)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo.

Baena, Antônio Ladislau Monteiro (2004). *Ensaio Corográfico sobre a província do Pará*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial.

Bates, Henry Walter (1979). *Um naturalista no rio Amazonas*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo.

Coutinho, João Martins da Silva (1861). *Relatório sobre alguns lugares da província do Amazonas, especialmente o rio Madeira*. Manaus. IHGA.

Pará (1849). *Falla dirigida pelo Exmo. Sr. Conselheiro Jerônimo Francisco Coelho, Presidente da Província do Gram-Pará a Assembleia Legislativa Provincial na abertura da segunda sessão ordinária da sexta legislatura no dia 1º de outubro de 1849*. Pará, Typographia de Santos & Filhos.

\_\_\_\_\_ (1863). *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa da Província do Pará na Segunda Sessão da XIII Legislatura pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Província Doutor Francisco Carlos de Araújo Brusque em 1º de novembro de 1863*. Pará, Typografia de Francisco Carlos Rhossard.

\_\_\_\_\_ (1871). *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial na 2ª Sessão da 17ª Legislatura pelo Dr. Abel Graça Presidente da Província em 15 de agosto de 1871*. Pará, Typ. Do Diário do Gram-Pará.

Penna, Domingos Soares Ferreira (1864). *Viagem ao Tocantins até a cachoeira das Guaribas e às baías do rio Anapu*. Rio de Janeiro, Livraria do Povo.

Prado Junior, Caio (1987). *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense

# **CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A INDÚSTRIA EXTRATIVA DO BABAÇU NO PIAUÍ**

LIA MONNIELLI FEITOSA COSTA

## INTRODUÇÃO

A indústria extrativa do babaçu, consoante às demais economias extrativas que tomaram corpo em território piauiense durante o século XX, e com mais força em sua segunda metade, deve ser entendida não só no seu contexto áureo, gerador de grandes receitas para o Estado, mas também em toda a sua trajetória, uma indústria cujas bases se consolidaram em função da exploração de trabalhadores rurais combinadas a um acesso à terra limitado pelo Estado e uma ideia de desenvolvimentismo e progresso que forjava muitas promessas de melhorias de vida.

Para entender como milhares de pessoas se submeteram ao trabalho extrativo nos babaçuais e compunham os diferentes elementos desta extensa cadeia produtiva, consideramos essencial destacar um fator importante: o acesso à terra. Tendo como instrumento jurídico legitimador a Lei de Terras (Lei nº 6012, de 18/9/1850), constituiu-se um marco importante na transição do trabalho escravo para o trabalho livre,

ao impedir o acesso à terra por outros meios que não sua compra, abriu a possibilidade de transformar a terra em renda territorial capitalizada, permitindo aos fazendeiros transfigurar seu capital, anteriormente investidos em escravos, na aquisição de terras (MOTTA, 2005, p. 279).

Dessa forma, as populações rurais não só continuaram sem o acesso à terra como também foram submetidas a outras formas de exploração que caracterizaram basilarmente atividades extrativas praticadas no território piauiense durante todo o século XX, destacando-se o babaçu, produto que passa a incrementar as receitas do Estado ainda no início do século, tornando, gradativamente, o Piauí no segundo maior produtor de babaçu do país, atrás apenas do Maranhão.

Entretanto, a trajetória evolutiva desta atividade extrativa que culmina com o surgimento das primeiras indústrias dedicadas ao beneficiamento da amêndoa conta com uma combinação de elementos, tais como o comportamento do mercado interno brasileiro, as flutuações do valor da amêndoa no mercado externo e as relações de trabalho que se entrelaçaram e permitiram que proprietários de terras reproduzissem vínculos exploratórios e mantenedores da condição de pobreza de populações rurais, tudo isso tendo como bojo o discurso desenvolvimentista que, ao passo que criticava e rechaçava métodos de sertanejos como rudimentares, invisibilizava os trabalhadores nos inúmeros estudos técnicos produzidos pelo Estado no intuito de otimizar a produção, sem, no entanto, mencionar as condições degradantes que compunham toda a cadeia produtiva da amêndoa, um paradoxo, portanto, conforme veremos a seguir.

### **BABAÇU: LOCALIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO INDUSTRIAL**

De acordo com SANTOS (1979, p. 3),

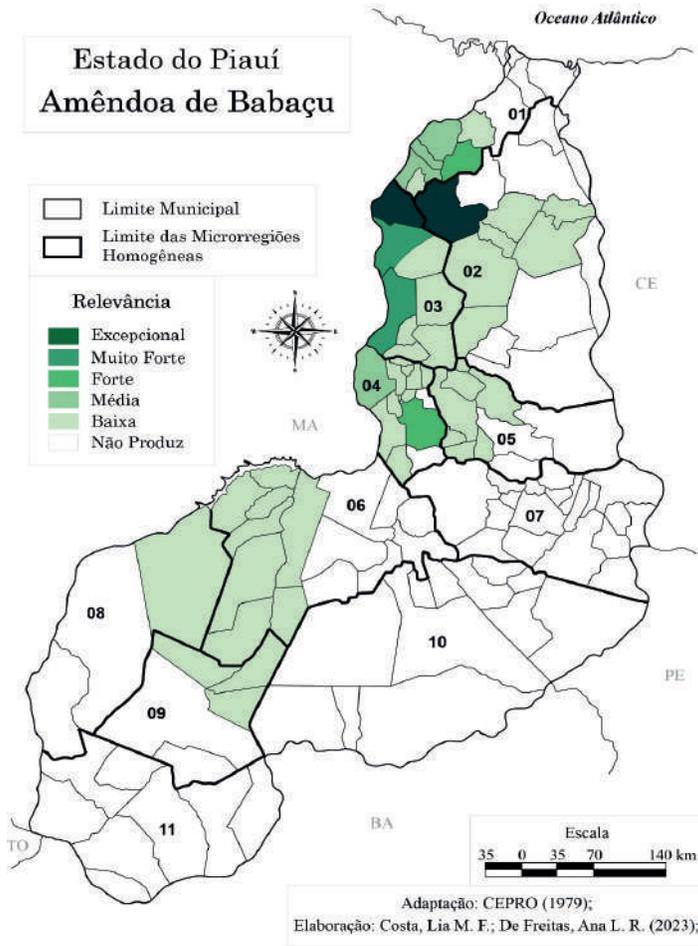
Até 1914, o babaçu era conhecido somente pelos lavradores do interior dos estados produtores. A partir daquela data, surgiram interesses econômicos pelo produto, com o início das exportações da amêndoa do babaçu para a Alemanha.

A intensificação do uso do produto durante a Primeira Guerra Mundial colocou-o na pauta de produtos geradores de receitas para o Estado junto a outras culturas extrativas. A região do Meio-Norte

brasileiro, que abriga boa parte da vegetação de transição conhecida como Mata dos Cocais, tornou-se espaço de intensa exploração de babaçuais e a atividade, que anteriormente era praticada apenas dentro do ciclo de subsistência, passa a ter um valor significativo de mercado. No início do século XX, conforme assinala Rocha (2022, p. 125), “[...] o Piauí se insere no modelo econômico centrado na exportação de produtos extrativos, borracha da maniçoba, cera de carnaúba e babaçu, que causaram euforia entre os proprietários rurais”.

O mapa, a seguir, evidencia as áreas de principais ocorrências de babaçuais:

FIGURA 1: OCORRÊNCIA DA AMÊNDOA DE BABAÇU NO PIAUÍ<sup>1</sup>



1 Mapa adaptado de “Estudo socioeconômico dos principais produtos do extrativismo vegetal no Piauí: babaçu”. Teresina Fundação: CEPRO, 1979. Os números assinalados no mapa correspondem às Microrregiões Homogêneas (MH), regionalização proposta pelo IBGE, em 1968, como um complemento à regionalização denominada Zonas Fisiográficas (1946). Dessa forma, segundo Carvalho (2019, p. 44), “[...] as regionalizações denominadas Zonas Fisiográficas e Microrregiões Homogêneas mesmo possuindo em comum o caráter estatístico, se diferenciavam nos critérios utilizados para regionalizar. Enquanto a divisão em Zonas Fisiográficas priorizava os aspectos físicos para regionalizar, a divisão em Microrregiões Homogêneas priorizava a homogeneidade da área, considerando o potencial econômico nas suas divisões”.

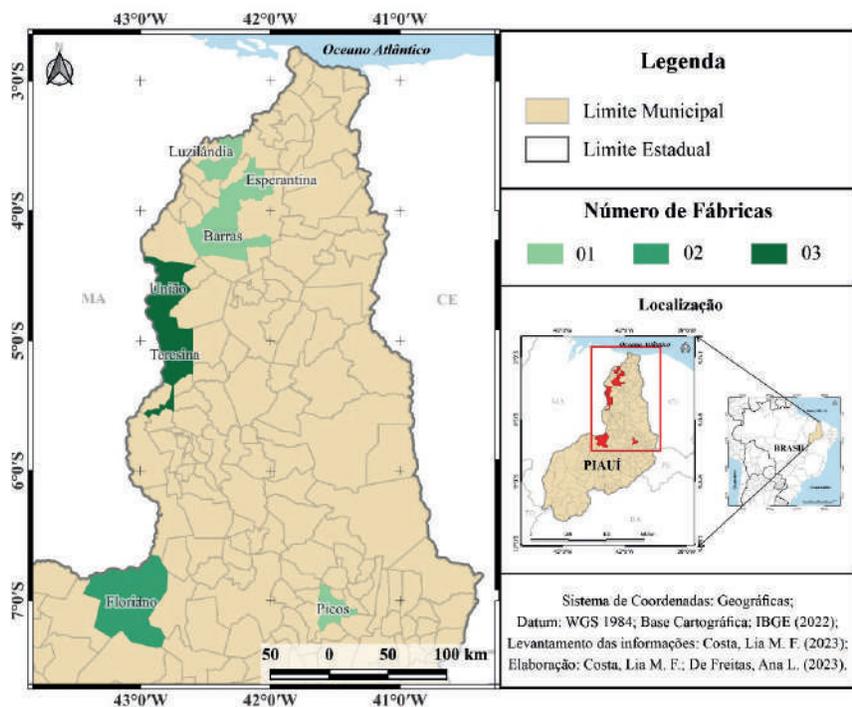
A historiografia local assinala que, após a Primeira Guerra Mundial, a demanda interna pelo babaçu e seus derivados acentua a necessidade de reorganização espacial da extratoindústria, de tal forma que o beneficiamento da amêndoa não apenas se restringisse ao Centro-Sul do país, mas também aos estados nordestinos produtores da oleaginosa. Nesse sentido, o beneficiamento da amêndoa para obtenção de óleo refinado e torta, os dois principais produtos, os quais requeriam processos químicos mais complexos, outrora, ocorriam somente nos parques industriais do Centro-Sul em um processo bastante custoso, uma vez que a matéria-prima, apesar de ser um fruto seco, é bastante perecível. Concentrando toda a cadeia produtiva, desde famílias que sobrevivam da coleta e quebra do coco, como também comerciantes, transportadores e operários das pequenas e grandes fábricas, o Meio-Norte torna-se a ponta de lança desta economia extrativa, tendo no Maranhão seu principal expoente<sup>2</sup>.

Dessa maneira, grandes proprietários de terras, pela necessidade de quebra desse “monopólio de beneficiamento”, montaram as primeiras fábricas de produção de óleo de babaçu e derivados, aproveitando não somente a distribuição espacial do bioma, mas também as relações paternalistas aí estabelecidas, elos de dependência onde a obtenção dos meios de vida era condicionada pela combinação entre cultivo em roçados e quebra de coco. De acordo com levantamento colhido da Enciclopédia dos Municípios Piauienses, elaborada em 1972, com reforço de dados e estatísticas da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, dados estatísticos do IBGE, dentre outras fontes, elaboramos o mapa a seguir:

---

2 De acordo com Jair do Amaral Filho, na fase de integração comercial, a economia do Maranhão estava sob a hegemonia do capital comercial. Posteriormente, ocorreu a fase denominada pelo autor de “Fase do Capital Industrial”, que se inicia na década de 50, onde “de um lado, cresce o número de usinas produtoras de óleo de babaçu no Maranhão e, de outro lado, instalam-se, neste Estado, firmas comerciais, filiais de grandes empresas industriais de óleo do centro-sul, a fim de adquirir, na fonte, a matéria-prima necessária” (AMARAL FILHO, 1990, p. 38).

FIGURA 2-BABAÇU: DISTRIBUIÇÃO INDUSTRIAL



Comparando os mapas 01 e 02, verificamos que a instalação de fábricas ocorreu nas regiões de maior ocorrência de babaçuais, destacando as microrregiões Baixo Parnaíba Piauiense, Teresina, Campo Maior e Médio Parnaíba, as quais, somadas, têm maior número de fábricas registradas. Importante salientar que as pesquisas realizadas, até agora, nos levaram a este número, mas não descartamos a possibilidade da existência de fabriquetas menores e não registradas no cadastro industrial.

Os registros de fábricas em Floriano e em Picos apontam para outros fatores determinantes para o surgimento dessas fábricas: a infraestrutura, facilitadora do escoamento da produção, propiciada em um município de entroncamento, como Picos, e a disponibilidade da mão de obra empregada não apenas pela proximidade da região

dos cocais (por exemplo, a fábrica Barbosa Brandão & Cia. Indústria e Comércio, cuja sede foi construída no município de Barão de Grajaú, na outra margem do Rio Parnaíba, portanto, já em território maranhense), mas pela exploração constituída com os trabalhadores dessas regiões, condições de perpetuação de pobreza que ultrapassam o campo e penetram no interior das fábricas com o aval do Estado, que, sob o signo do desenvolvimentismo e do forte apelo à diversificação e mecanização da produção, reproduz o discurso paradoxal contrário a técnicas rudimentares camponesas, mas não às relações de trabalho que sustentam toda a cadeia produtiva do babaçu, conforme veremos no próximo tópico.

### PROGRESSO E EXPLORAÇÃO DE MÃO DE OBRA RURAL

A industrialização piauiense constituiu-se num tópico fulcral e pauta da agenda política do Estado durante todo o século XX, mas as economias extrativas intensificaram o forte apelo do Estado para investimentos em mecanização de produção, bem como incentivos para proprietários de terras, detentores da maior parte das terras com ocorrências de produtos do extrativismo, tais como carnaubais e babaçuais. As palavras do Governador Chagas Rodrigues, reproduzidas a seguir, refletem a crença de que a riqueza do Estado estava nas mãos destes proprietários, incentivando não só o desapego ao capital comercial como também atrelando o interesse industrial ao uso “racional” da terra:

Nosso Piauí vive uma grande honra. tomou consciência de sua situação, de suas possibilidades e quer superar-se a si mesmo. com a ajuda do Senhor Presidente da República, do Governo Federal e especialmente da SUDENE, e com o concurso de nossa representação Federal no Senado e na Câmara, poderemos libertar-nos de um agudo e secular subdesenvolvimento, passando o nosso Povo a usufruir melhores padrões de existência. Mas o êxito de uma política de desenvolvimento econômico-social dependerá sobretudo de nós mesmos.

Que nossos homens de negócios compreendam que não mais devem viver da atividade puramente comercial e se lancem a empreendimentos industriais. Que nossos proprietários rurais percebam que precisam explorar racionalmente suas terras. Que os homens públicos do Piauí nos capacitemos todos de que urge colocar de lado interesses de família, de grupo, de facção e de partido, para pensarmos em primeiro lugar no Piauí(...) (PIAUI, 1961 p. 28-29).

O uso racional da terra e que tanto condenava as práticas rudimentares de famílias cujas sobrevivências dependiam do cultivo de subsistência consorciadas com a prática de coleta e quebra do coco babaçu ancorou-se em relações de trabalho baseadas em contratos verbais próprias do capitalismo após a crise do trabalho escravo, as quais amarram o sujeito à terra por meio do paternalismo, condiciona-os a sistemas de moradia, agregados, meeiros, posseiros e outras categorias que subalternizam o sujeito campesino, perpetrando a situação de pobreza de inúmeras famílias rurais.

Estudar a cadeia produtiva do babaçu no território piauiense nos instiga a aprofundar o olhar para além do contexto puramente econômico, se almejamos entender verdadeiramente sua complexidade. Em tempo, partilhamos da preocupação de Viviane de Oliveira Barbosa em compreender a invisibilidade dos trabalhadores agroextrativistas maranhenses, de como os estes percebem e de como se sentem em relação à economia do babaçu (2019, p.78). É também uma preocupação bastante cara para a Economia em si, cujos estudos, em geral, tratam as questões sociais de forma asséptica, temáticas que, quando abordadas pela história, também carregam tais questões que precisam ser mais bem refletidas. A adoção de modelos econômicos prontos para entender uma economia como a do babaçu no contexto rural piauiense traz alguns riscos para a construção da narrativa histórica. Para Eric Hobsbawm, a chave está na conexão direta com a realidade vivida pelos sujeitos:

Se o uso da teoria deve ser mais marginal para os historiadores (e também na prática social, eu diria), ela precisa ser especificada de maneira a trazê-la mais para perto da realidade social. Ela não pode se permitir, mesmo em seus modelos, desviar-se do verdadeiro fardo da vida, como as dificuldades práticas de substituição (HOBSBAWM, 2013, p. 169-170).

A dinâmica da economia, nesse sentido, desenha-se no discurso do Estado, relacionando o rudimentarismo das obtenções dos meios de vida de trabalhadores, de um lado, e a proficiência da indústria extrativa de outro, somente possível de ser alcançada com a modernização e mecanização de boa parte da cadeia produtiva, onde a mão de obra humana, sujeita ao proprietário nos babaçuais, por extensão, sujeita-se às máquinas no interior das fábricas.

Em 1976, a Fundação Cepro (Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí) conduziu um estudo dedicado “[...] ao microplanejamento industrial de uma gama de indústrias potencialmente aptas a fortalecer, caso implantadas, o incipiente parque industrial do estado do Piauí” (CEPRO, 1976, p. 5). Conforme a definição indica (Oportunidades de Investimentos – Refinaria de Óleo babaçu), considera a possibilidade de interiorização do parque industrial do Piauí. O município de Floriano, de acordo com o projeto, estaria em fase de estudos para a montagem de um distrito industrial potente dedicado ao beneficiamento da amêndoa do coco, resultando em óleo e torta. Consideramos que, para além dos critérios arrolados no projeto como vantajosos para a escolha da região (a rodovia transamazônica, proximidade das “fontes supridoras de matéria-prima”, “mão de obra abundante e barata”, ou seja, trabalhadores rurais que viviam da quebra do coco no Maranhão), um elemento importante pode ser destacado. Floriano já contava com experiência de fábricas (Figura 02) cujo elemento mais vantajoso é a captação de matéria-prima pela proximidade com o Maranhão e pelos acordos verbais estabelecidos entre proprietários e trabalhadores, mediados por vendeiros, que realizavam o pagamento por meio de escambo. O Escambo – a troca

da amêndoa do coco por produtos que faltam ao sertanejo – é um instrumento legitimador do grau de dependência das famílias que dependiam dessa renda para complementar o seu sustento.

Dentre os vários aspectos apresentados no documento, pinçamos um que nos chamou atenção: “[...] a unidade produtora processará anualmente 18.000t de amêndoas de babaçu, correspondendo a 60t por dia. O programa anual de produção exigirá um regime de trabalho de 24 horas por dia, durante 300 dias por ano” (CEPRO, 1976, p. 21). A especificação da carga horária da jornada de trabalho não vem acompanhada de maiores esclarecimentos sobre as condições reais dos trabalhadores da fábrica, evidenciando a naturalização da exploração da mão de obra pelo Estado. A invisibilidade destes operários de fábrica, podemos dizer, reverbera-se desde a etapa de coleta e quebra do coco, em que, em alguns documentos, as figuras de mulheres e crianças se esvanecem por trás de “trabalhador” ou “lavrador pobre”, bem como a grande contribuição destas para o sustento das famílias. Paiva, subliminarmente, nas descrições dos maquinários e etapas de beneficiamento da amêndoa, que envolvem conhecimentos técnicos mais sofisticados (principalmente da área de engenharia química), a ideia de progresso em detrimento da obtenção dos meios de vida através do campo, o moderno contra o arcaico como resposta para “[...] livrar o povo de um agudo e secular subdesenvolvimento”, tal qual o anseio apresentado pelo governador Chagas Rodrigues em sua mensagem à Assembleia Legislativa. Um argumento identificado também pelo historiador Joshua B. Freeman em seus estudos sobre a história das fábricas gigantes no século XIX e seus processos de regulamentação:

Desse modo, a grande fábrica tornou-se veículo não somente para visões de produtividade e de recompensa material cada vez maiores, mas também para a noção de que uma versão mais humana do sistema econômico que em breve seria chamado de capitalismo seria possível (FREEMAN, 2019, p. 49).

Mas, se o trabalho na fábrica carregava em si uma ideia de recompensa material, logo caracterizou-se como mais um espaço onde os tentáculos que regem as relações trabalhistas no campo se estendem e a jornada exaustiva de 24h desnuda os diversos problemas que poderiam ocorrer, como o acidente narrado por Raimundo Nonato do Rego, ex-operário da fábrica COBASI, situada no centro do município de Barras-PI, responsável pelo beneficiamento da amêndoa do babaçu para produção de óleo<sup>3</sup>.

Raimundo: eu fui colocar uma correia no disco de cortar madeira, que a correia é assim, tinha que ser com o cabo, e eu, o disco parado aqui, eu meti o cano acolá, o cano bateu no disco, o motor já tava a mil por hora, chega o cano voou da minha mão, aí quando eu fui, olhei, quebrou esse dedo bem aqui e cortou a ponta do outro.

Lia: E o que o dono falou na época?

Raimundo: Ahh... ele ficou pagando aí uns dias que eu fiquei parado.

Lia: Mas depois o senhor retornou, voltou a trabalhar?

Raimundo: Poucos dias. Fui eu quem escapei de ir pra lá...a máquina só vivia dando problema, tinha que ir pra Teresina, tinha que voltar, tornava a ir...aí terminaram eles pararam depois que eu saí. Porque o cara que cortava madeira não era eu...e é porque eu queria adiantar meu serviço pra subir a escada pra botar as madeiras lá...e ele tinha saído pra almoçar... (RAIMUNDO, 2022).

O uso de máquinas movidas a vapor tornava maior a dependência de empregados, operando-as para manter a produção no ritmo desejado. Na pressa de fazer um serviço para o qual não estava preparado, seu Raimundo acabou acidentando os dedos da mão. A precariedade das máquinas sobrecarregadas pelo funcionamento em revezamento de turnos (dia e noite) evidencia também as condições precárias de trabalho nestes espaços. Ao refletir sobre a fala “fui eu quem escapei de ir pra lá”, denota-se uma espécie de resposta a uma

---

3 A fábrica, de propriedade da família Carvalho, bastante influente na região, somava-se a outros empreendimentos industriais que ocorreram no Piauí na segunda metade do século XX, relacionados ao beneficiamento da amêndoa do babaçu, alguns mais tímidos, outros mais promissores.

questão implícita: “a fábrica não me quis fora, eu quem tomei a decisão e escapei”. O escape desnuda que, no bojo de negociações entre patrões e empregados, operar uma máquina tão problemática só representava perdas para o trabalhador, não apenas no sentido material e físico, mas também na dignidade que se forja da tessitura da memória fabril.

Acreditamos que situações como esta não eram tão incomuns neste cotidiano e, à medida que as fábricas iam se estruturando, a despeito do que veiculavam políticos e jornalistas sobre as promessas de acúmulo de riquezas e melhorias para a população, o que se percebe é uma acentuação da pauperização do trabalhador rural, justificada, assim, pelo Estado devido à grande dependência da lavoura de subsistência. Entretanto, conforme percebemos à medida que nos aprofundamos nos estudos da indústria extrativa do babaçu no Piauí, compreendemos que a propriedade da terra é o fator determinante não só para o surgimento das fábricas de beneficiamento do coco babaçu, mas também para a continuidade da exploração do trabalhador rural.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mudança de olhar diante de determinado tema permite ao historiador enxergar tensionamentos e conflitos que, investigando apenas documentos oficiais, são difíceis de serem percebidos. O registro escrito ainda tem um importante peso para o historiador no estudo da indústria extrativa no babaçu, porém o campo das subjetividades, presentes nos relatos orais, compõe outros matizes bastante necessários e, durante muito tempo, invisibilizados. O diálogo com as fontes escritas dessa forma contribui para entender a complexidade do que foi o extrativismo do babaçu no Piauí, conforme ressalta Portelli: “Se formos capazes, a subjetividade se revelará mais do que uma interferência; será a maior riqueza, a maior contribuição cognitiva que chega a nós das memórias e das fontes orais” (PORTELLI, 1996, p. 3-4).

Rosa Congost (2022) nos alerta para o exercício de um olhar diferente também sobre a propriedade, o seu conceito tal como é entendido hoje. Para a autora, uma mirada divergente é a ideal para historiadores e cientistas sociais, pois possibilita questionamentos mais abertos, com chances de gerar uma grande diversidade de respostas. Dentro do nosso estudo, entendemos que, para entender a malha social que se tece a partir das relações de trabalho extrativas, a propriedade é também um objeto de estudo complexo, que deve ser investigada para além dos códigos e posturas oficiais. Nesse sentido,

[...] lo más evidente y revelador es que los historiadores y el resto de científicos sociales no podemos contentarnos con la imagen de la propiedad representada em los códigos, sino que siempre tenemos que contrastarla con la propiedad real, es decir, con las prácticas reales de propiedad (CONGOST, 2022, p.23).

As práticas reais de propriedade envolvem também como estas pessoas que viveram do trabalho no campo e praticaram não só o extrativismo do babaçu, mas também a lavoura e outras práticas de subsistência. Estas construíram, ao longo do tempo, suas ideias de propriedade através de suas experiências, alimentando sentimentos de pertença e posse que diferem do que é definido pelo discurso dominante. Para isso, partilhamos do que é posto por Congost (2022), ou seja, de assumir um exercício constante na busca por substituir a “mirada dominante” sobre propriedade e, dessa forma, compreender como a indústria extrativa do babaçu contribuiu para a naturalização e continuidade da exploração do trabalhador rural.

## REFERÊNCIAS

### ENTREVISTAS

RAIMUNDO Nonato do Rego Filho. Entrevista concedida a Lia Monielli Feitosa Costa em Barras-PI, em 15 de Outubro de 2022.

### FONTES DIVERSAS

Fundação CEPRO. *Oportunidades de Investimentos - Refinaria de óleo de babaçu*. CEPRO:Teresina,1976.

PIAUI. *Mensagem apresentada pelo Governador do estado Dr. Francisco das Chagas Caldas Rodrigues por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1961*. Teresina: Imprensa Oficial,1961.

SANTOS, Antonio de Pádua Silva dos. *Estudo socioeconômico dos principais produtos de extrativismo vegetal do Piauí: babaçu*. Teresina, Fundação CEPRO, 1979.

### BIBLIOGRAFIA

AMARAL FILHO, Jair do. *A economia política do babaçu*. São Luís: SIOGE, 1990.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. *Mulheres do babaçu: Gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão*. Tese. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense-UFF, Niterói,2013.

CARVALHO, Kelly Cristina Melo de. *Planejamento Territorial e Regionalização no Piauí: Uma análise a partir dos Territórios de Desenvolvimento*. Dissertação. Programa de Pós Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço (PPGEO) da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA, São Luís,2019.

CONGOST, Rosa. De corsé linguístico a estímulo intelectual. Por uma mirada “desoccidentalizada” a los derechos de propiedad sobre la tierra. In: NUNES, Francivaldo Alves; FERREIRA, Marcia Milena Galdez; ROCHA, Cristiana Costa da(orgs). *O Rural entre posses, domínios e conflitos*. 1ed. São Paulo: Livraria da Física,2022.

FREEMAN, Joshua B. *Mastodontes: a história da fábrica e a construção do mundo moderno*. São Paulo: Todavia,2019.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras,2013.

MOTTA, Márcia(org). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

PORTELLI, Alesandro. A Filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*. Rio de Janeiro, vol.1, n.2, 1996, p.59-72.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Economia Piauiense: da pecuária ao extrativismo*. Teresina: EDUFPI,2006.

ROCHA, Cristiana Costa da. As faces do desenvolvimentismo no extrativismo da carnaúba no Piauí, de 1930 a 1970. In: NUNES, Francivaldo Alves; FERREIRA, Marcia Milena Galdez; ROCHA, Cristiana Costa da(orgs). *O Rural entre posses, domínios e conflitos*. 1ed. São Paulo: Livraria da Física,2022.

# **CAMPESINATO, AGROECOLOGIA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE HORTALIÇAS NO ASSENTAMENTO 28 DE AGOSTO (GOVERNADOR NEWTON BELLO-MA)**

ISAAC GIRIBET BERNAT

TAINAN DOS SANTOS PEREIRA

MARJORIE JEANINE FERREIRA SILVA

ELIZABETH PESSANHA SILVA

## INTRODUÇÃO

O texto apresenta o relato de experiência do projeto “Experiência de produção e comercialização de hortaliças agroecológicas. Assentamento do Estado Vila Santa Lucia (Governador Newton Bello-MA)”, realizado mediante três fases durante os anos de 2016 e 2017 dentro do Programa Mais Extensão da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Tratava-se de um edital de natureza extensionista atrelado ao Plano Mais Índice de Desenvolvimento Humano, o Plano de Ações MAIS IDH, do Governo do Estado do Maranhão. Dessa forma, necessariamente, o município onde seria implementado o projeto do Programa Mais Extensão da UEMA deveria ser um dos contemplados pelo Plano de Ações Mais IDH.

O Plano Mais IDH foi a proposta social de maior destaque da primeira gestão do governador Flávio Dino (2015-2018) com a finalidade de promover ações para superar a pobreza extrema e as profundas desigualdades sociais nos 30 municípios que apresentam os mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), por meio de estratégias que têm como princípios: a integração de políticas públicas, a ampliação de mecanismos de participação popular, a ampliação da oferta de programas básicos de cidadania, a inclusão e integração produtiva das populações pobres

e a valorização da diversidade social, cultural, econômica e política da população (IMESC, 2016).

A proposta foi implementada no Projeto de Assentamento do Estado Vila Santa Lucia, área destinada à Reforma Agrária pelo Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA) em 1996, após mais de três anos de intensos conflitos iniciados com a ocupação da área por parte de famílias vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no dia 28 de Agosto de 1993<sup>1</sup>.

O Assentamento ocupa uma área de 454,98 hectares, onde foram beneficiadas 50 famílias, mesmo que no momento de execução do projeto morassem no local um total de 76 famílias<sup>2</sup>. A área do Assentamento está loteada em parcelas individuais, mantendo uma área próxima a agrovila de uso coletivo, onde se encontra um açude que abastece de água as quase 25 hortas constituídas em volta dele, em uma área aproximada de 3.000 metros quadrados. Foi nesse local onde foram realizadas as atividades práticas do projeto.

O Assentamento está situado a uma distância aproximada de 14 quilômetros da sede do município Governador Newton Bello, na Mesorregião do Oeste Maranhense, o que aufere às famílias um importante potencial de comercialização da produção, no entanto, durante o período do inverno amazônico, a produção de hortaliças no local ficava inviabilizada pelo excesso de chuvas que encharcavam os canteiros das hortas. Para conseguir superar esse limite, e atendendo uma demanda da comunidade, foi construído um espaço produtivo de uso coletivo que, além de possibilitar a produção na durante a

---

1 Apesar de que, uma vez reformada, a área manteve o nome da fazenda, as famílias e o movimento social que as articula referem-se a ela como “Assentamento 28 de Agosto”. Dessa forma, doravante no texto também usaremos esta nomenclatura.

2 As conhecidas como “famílias agregadas” são uma questão comum nos assentamentos de Reforma Agrária e costumam a corresponder a familiares diretos, normalmente filhos/as, de pessoas beneficiadas pela política pública redistributiva. No caso específico do Assentamento 28 de Agosto, todas as famílias “agregadas” seguiram o padrão citado agora pouco e fizeram um pedido formal à Associação do assentamento para poder construir sua moradia, passando a partir desse momento a fazer parte da própria Associação.

primeira metade do ano (estufa), também permitiria o fornecimento de mudas durante o ano todo (viveiro).

Assim como Horácio Martins de Carvalho, entendemos as famílias Sem Terra acampadas e assentadas como uma das diversas formas de campesinato existentes no complexo emaranhado que conforma o campo brasileiro no início do século XXI (CARVALHO, 2005). Um campesinato contemporâneo que, sobretudo, a partir das últimas duas décadas, tem procurado na produção de alimentos saudáveis alternativas de existência e reprodução social (CAPORAL; COSTA-BEBER, 2004).

Finalmente, cabe destacar o elevado nível de auto-organização interna que apresentava a comunidade local, onde todas as famílias faziam parte e procuravam a Associação Unida Venceremos dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Vila Santa Lucia para resolver as mais diversas situações que aconteciam no cotidiano, tornando a Associação o elemento motor do dia-a-dia do Assentamento. Esta entidade atuou como interlocutora quando da necessidade de pautar os objetivos do projeto e como parceira nos diversos momentos de implementar as atividades. As ações do projeto tiveram como principais objetivos:

- Divulgar, na comunidade, as práticas agroecológicas em horticultura através da realização de oficinas;
- Construir um espaço produtivo para realizar a função de viveiro e estufa;
- Reforçar os canais de comercialização de hortaliças em feiras ou através de programas institucionais;
- Apoiar as formas de associação e cooperação existentes no Assentamento.

## 2. DO EDITAL AO PROJETO: AS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS JUNTO AO CAMPESINATO MARANHENSE NO TEMPO PRESENTE

O Edital Mais Extensão da UEMA foi apresentado ao MST, após o seu lançamento em 2015, em uma reunião de trabalho na Secretaria Estadual do Movimento com o Setor de Produção Cooperação e Meio Ambiente. Levando em consideração as características do Edital, assim como as demandas existentes nas áreas que poderiam recebê-lo por estar dentro dos 30 municípios de abrangência do Plano Mais IDH, o Assentamento 28 de Agosto em Governador Newton Bello foi selecionado.

Uma vez definido o local, durante os meses de janeiro e fevereiro de 2016, foram realizadas três reuniões na Cidade Universitária Paulo VI/UEMA entre o coordenador da proposta, um membro do Núcleo de Estudos da Questão Agrária Brasileira (NEQAB/UEMA) e um representante da Associação do Assentamento 28 de Agosto onde, conjuntamente e mediante uma metodologia dialógica, foram construídos os objetivos específicos e as metodologias que norteariam a proposta. Antes do início das atividades, em abril de 2016, o coordenador do projeto realizou uma visita à comunidade para conhecer o Assentamento e validar os acordos alcançados com seu representante, mediante uma assembleia que contou com participação de boa parte da comunidade.

O projeto esteve norteado pelos princípios metodológicos participativos, tanto no processo de formulação quanto na execução da proposta (THIOLLENT, 1985). Para melhor contribuir com as demandas apresentadas pela Associação do Assentamento, o projeto foi regido pelos princípios de respeito ao meio ambiente e aos conhecimentos camponeses existentes no local para, assim, contribuir no processo de transição agroecológica em andamento. As práticas agroecológicas oferecem importantes benefícios às comunidades camponesas e, além das metodologias participativas citadas acima, destacam pela utilização de tecnologias de baixo custo e pelo respeito tanto ao meio

ambiente como aos sujeitos sociais que produzem (ALTIERI, 1998; GLIESSMAN, 2002).

FIGURA 01. REUNIÕES PREPARATÓRIAS PARA A ELABORAÇÃO DO PROJETO



Fonte: Equipe NEQAB/Mais Extensão. Fevereiro de 2016.

Após resolução, com a confirmação do aceite da proposta, o coordenador iniciou o processo de seleção da equipe entre os estudantes da UEMA que participavam ou estavam próximos do NEQAB. Durante o período de vigência do projeto, de julho de 2016 até agosto de 2017, a equipe executora<sup>3</sup> realizou seminários internos mensais na sala do NEQAB na UEMA, onde foram discutidos textos que abordavam as temáticas mais relevantes do projeto, como: a ação dos movimentos sociais no campo, a questão agrária e a Agroecologia.

Antes de cada uma das três fases que conformaram o projeto (julho/agosto de 2016, fevereiro de 2017 e agosto de 2017), foram

---

3 Ao longo dos 18 meses de vigência, a equipe do NEQAB vivenciou algumas mudanças na sua composição, porém sempre esteve formada por três graduandos, um mestre/ou estudante de mestrado e o coordenador. Durante as três fases, a equipe foi integrada tanto pelos autores/as deste texto quanto por Aldineide de Jesus Padilha Batista, Jefferson Fontinele Borralho, Letícia Miledy dos Santos Silveira e Simone dos Santos Souza.

realizadas reuniões preparatórias, em que se detalhavam as atividades que seriam realizadas durante o período de campo e se dividiam as principais tarefas. Estas ações eram concebidas em sintonia tanto com os objetivos elencados no projeto assim quanto pelas sugestões apontadas pela Associação, na avaliação realizada após a finalização das fases ou mediante comunicação direta com o coordenador do projeto. Especificamente, no final da segunda e terceira fase, também eram levados em consideração a efetiva realização dos combinados entre a comunidade e a equipe NEQAB serem realizados nos períodos de entre fases. Como exemplo deste processo dialógico de execução do projeto, não isento de tensões, é importante citar que houve a necessidade de reprogramar as atividades planejadas para a segunda fase do projeto em decorrência do não cumprimento dos acordos de finalização do viveiro por parte da comunidade no período entre as duas primeiras fases (de agosto de 2016 a fevereiro de 2017). Para superar o gargalo, foi realizado um novo planejamento em consenso com a Associação e sem prejuízo das atividades que estavam projetadas para a segunda missão.

Nas oficinas ministradas, evitou-se adotar uma perspectiva *difusionista* do conhecimento (FREIRE, 1983), procurando estabelecer um diálogo de saberes com as famílias assentadas com o intuito de resgatar os conhecimentos camponeses que haveriam entrado em desuso como consequência das práxis próprias da Revolução Verde.

Durante os períodos de execução das fases, a equipe do NEQAB se hospedou nas residências das famílias, seguindo a modalidade conhecida como “estágio de vivência”. Esta proximidade com a realidade camponesa ajudou a compreender melhor a dinâmica interna do Assentamento e o papel que nele desenvolvem a Associação e o MST, assim como propiciou reflexões e questionamentos sobre o processo de formação acadêmica e o papel que deveria desenvolver a universidade pública<sup>4</sup>.

4 Como evidenciaram os relatórios individuais realizados pelos estudantes após a finalização das fases, e que foram inseridos no Relatório Final entregue à Pró-Reitoria de Extensão da UEMA.

### 3. DO PROJETO AO ASSENTAMENTO: AS ATIVIDADES REALIZADAS JUNTO À COMUNIDADE 28 DE AGOSTO

Na sequência, apontamos as atividades realizadas e os resultados alcançados levando em consideração a ordem dos objetivos elencados no projeto. Dessa forma, apresentamos a seguir uma sequência das atividades. Ressaltamos que os resultados decorrentes não seguem a ordem cronológica da execução das fases, para obter esta perspectiva temporal, ver Tabela 01.

#### DIVULGAÇÃO DAS PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS EM HORTICULTURA ATRAVÉS DA REALIZAÇÃO DE OFICINAS NA COMUNIDADE

A realização de oficinas para a produção agroecológica, nove ao todo, foi uma constante ao longo das três fases que conformaram o projeto. Mediante oficinas participativas, procurou-se questionar o modo de produção convencional e capacitar as famílias para a produção de alimentos saudáveis. No perpassar das fases, foi possível constatar um progressivo aumento do número de famílias que passaram a participar das oficinas de capacitação, assim como constatar como uma parte importante dos canteiros da horta comunitária deixaram de usar agrotóxicos e adubos químicos adotando, de forma progressiva, manejos de solo e cultivares a partir de fertilizantes e defensivos naturais produzidos por eles mesmos.

FIGURA 02. OFICINA DE PRÁTICAS DE COMPOSTAGEM (FASE 2)



Fonte: Equipe NEQAB/Mais Extensão. Fevereiro de 2017.

FIGURA 03. OFICINA DE VIVEIROCULTURA (FASE 3)



Fonte: Equipe NEQAB/Mais Extensão. Agosto de 2017.

Cabe destacar ainda que uma das metas traçadas pela Associação do Assentamento para o ano de 2018 foi a erradicação do uso de veneno nas hortas. Entende-se que este propósito precisa ser contextualizado não apenas pela eventual influência exercida pelo projeto na comunidade mas, principalmente, pelo estímulo financeiro que recebem as famílias por parte do mercado institucional, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), onde os produtos com certificado de produção agroecológica ou orgânica são um 30% melhor remunerados.

#### CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO PRODUTIVO PARA REALIZAR A FUNÇÃO DE VIVEIRO E ESTUFA.

Apesar das dificuldades enfrentadas no processo de construção do viveiro/estufa, que não conseguiu ser concluído nem durante a primeira fase nem no período entre a primeira e a segunda fase como havia sido combinado com a Associação, consideramos sua construção e início do funcionamento como ápice do projeto. O viveiro/estufa apenas foi concluído durante a execução da segunda fase após um exercício de autocrítica por parte Associação que não conseguiu articular as famílias para finalizar a atividade sem a presença da equipe do NEQAB.

A estrutura, além da questão propriamente produtiva, propiciou momentos de confraternização entre a equipe e a comunidade, pois sua edificação foi realizada de forma conjunta em forma de mutirão ficando, após a finalização do projeto e posterior doação, a gestão e manutenção da estrutura sob responsabilidade da Associação.

FIGURA 04. ESTRUTURA DO VIVEIRO E ESTUFA SENDO CONSTRUÍDA (FASE 1)



Fonte: Equipe NEQAB/Mais Extensão. Julho de 2016.

FIGURA 05. INSTALAÇÃO DA CAIXA DE ÁGUA NA ESTRUTURA DO VIVEIRO E ESTUFA (FASE 3)



Fonte: Equipe NEQAB/Mais Extensão. Agosto de 2017.

## REFORÇO DOS CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO DE HORTALIÇAS EM FEIRAS OU ATRAVÉS DE PROGRAMAS INSTITUCIONAIS.

Quando iniciou o projeto, em julho de 2016, as famílias do Assentamento estavam fora dos programas institucionais federais em decorrência de pendências administrativas de chamadas anteriores que tão logo foram resolvidos, ainda no final desse mesmo ano, possibilitaram que as famílias voltassem a acessar ao PAA e PNAE. Desse modo, a partir de agosto de 2017, a Associação conseguiu ser cadastrada junto a prefeitura de Governador Newton Bello para abastecer o Programa Cozinha Comunitária.

Desde antes do início do projeto, algumas famílias do Assentamento já participavam da feira que acontece todos os sábados de manhã na sede do município, uma atividade organizada pela Secretaria de Agricultura da prefeitura com a participação das associações dos povoados do interior do município. Ao longo dos meses em que foi implementado o projeto, foi possível constatar um aumento significativo no número de famílias da comunidade que participavam da feira, passando de nove para quinze de julho de 2016 a agosto de 2017.

Vale notar que, se houve uma ampliação dos canais de comercialização e uma maior participação nos mesmos foi, sobretudo, porque concomitantemente o decorrer da execução do projeto, houve também um aumento do número de famílias que passaram a plantar na área da horta comunitária gerando, em consequência, um aumento da produção no Assentamento.

FIGURA 7. SEMINÁRIO DE PLANEJAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO (FASE 3)



Fonte: Equipe NEQAB/Mais Extensão. Agosto de 2017.

## APOIO ÀS FORMAS DE ASSOCIAÇÃO E COOPERAÇÃO EXISTENTES NO ASSENTAMENTO

A nova diretoria da Associação do Assentamento, escolhida logo após a finalização da última fase em setembro de 2017, passou a ser conformada por um número maioritário de mulheres, que, até esse momento, tinham um papel secundário na diretoria. Cabe destacar que, nas atividades do projeto, a questão da participação feminina nas atividades produtivas foi tratada amplamente nas oficinas que, por sinal e via de regra, tiveram uma participação maior que a dos homens.

A estrutura do viveiro e as ferramentas adquiridas com os recursos do Edital Mais Extensão para a realização das oficinas demonstrativas foram doadas para a Associação. Esta criou um sistema próprio de gestão e empréstimo entre as famílias para viabilizar e maximizar o seu uso.

É importante destacar que, com o início de entrega de produtos no Programa Cozinha Comunitária e a retomada das vendas ao PAA

e PNAE para atender o aumento da produção, a Associação decidiu construir uma sede própria com um espaço destinado a administração da comercialização para o mercado institucional. Até esse momento, as reuniões eram realizadas de forma aleatória em diversos espaços coletivos do Assentamento e os produtos a serem comercializados eram estocados nas casas particulares das pessoas que faziam parte da diretoria da Associação.

FIGURA 6. APRESENTAÇÃO CULTURAL DE BUMBA-MEU-BOI (FASE 3)



Fonte: Equipe NEQAB/Mais Extensão, 2017.

Por fim, destaca-se que, durante a avaliação da primeira fase, a Associação sugeriu a possibilidade de que nas seguintes fossem abordados elementos culturais e de lazer que envolvessem a comunidade. Como uma das opções apontadas foi o cinema, tanto na segunda quanto na terceira fase, foram programadas sessões de cinema diferenciadas para as diversas franjas etárias (crianças, adolescentes e adultos). Outrossim, durante a última fase, a comunidade nos presenteou com uma apresentação de bumba-meu-boi, expressão cultural que conta com grande enraizamento no Assentamento.

Na sequência, segue a tabela que sistematiza as atividades realizadas durante as fases do projeto:

TABELA 1. FASES, DATAS E ATIVIDADES REALIZADAS DURANTE O PROJETO

| Fases | Período                | Ações  |
|-------|------------------------|--|
| 1     | 16/7/2016<br>1/8/2016  | - Construção do viveiro;<br>- Oficina sobre pragas e doenças mais frequentes na horticultura;<br>- Visita ao Acampamento 16 de Abril (área em disputa vizinha ao Assentamento);<br>- Oficina de compostagem.   |
| 2     | 14/2/2017<br>24/2/2017 | - Finalização do viveiro;<br>- Atividade na horta para a identificação de patógenos nos cultivos;<br>- Visita em diversos quintais produtivos para avaliar as problemáticas;<br>- Atividades culturais (cinema);<br>- Oficina de compostagem;<br>- Oficina de biofertilizante;<br>- Oficina de produção de composto;<br>- Oficina de produção e plantio de mudas.  |
| 3     | 2/8/2017<br>10/8/2017  | - Oficina de redesenho do croqui da horta;<br>- Oficina sobre os diversos sistemas de irrigação existentes (decidiu-se adotar o gotejamento);<br>- Atividades culturais (cinema e bumba-meu-boi);<br>- Instalação do sistema de irrigação;<br>- Visita na feira municipal;<br>- Oficina sobre expressão corporal e reunião com o Coletivo de Juventude do Assentamento 28 de Agosto e do Acampamento 16 de Abril (atividade realizada no Acampamento);<br>- Seminário de planejamento e comercialização da produção;<br>- Oficina de plantio de produção de mudas. |

Fonte: Equipe NEQAB/Mais Extensão, 2023.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após pouco mais de um ano de trabalhos divididos em três fases, pode-se afirmar que, mesmo com as dificuldades enfrentadas ao longo da execução do projeto, este contribuiu na melhora das condições materiais das famílias do Assentamento 28 de Agosto ao apoiar e qualificar o processo de transição agroecológica em andamento na comunidade. Esse cenário foi possível em razão do apoio e qualificação realizada com as oficinas de orientação técnica para a produção e comercialização de hortaliças saudáveis, assim como através da

construção de um viveiro/estufa, que também permite a produção durante o período do inverno.

Do ponto de vista do conhecimento científico, o projeto mostrou a viabilidade de iniciativas extensionistas planejadas e executadas a partir de metodologias participativas que, efetivamente, possibilitem o envolvimento dos sujeitos sociais, neste caso, as famílias camponesas Sem Terra representadas pela Associação do Assentamento, em todos os momentos que conformaram o projeto, desde a análise do edital até a idealização da proposta e sua execução. Esse processo permitiu também a construção de um conhecimento de mão dupla, baseado no diálogo de saberes e experiências junto aos setores populares organizados.

A principal dificuldade enfrentada durante o desenvolvimento do projeto foi o intervalo de aproximadamente seis meses entre as fases. Este período temporal longo dificultou o entendimento da totalidade do projeto por parte de algumas famílias, pois a realização de uma proposta em diversas fases descontínuas causou estranhamento pela comunidade. Desta forma, percebeu-se uma falta de continuidade nas atividades do projeto, que eram combinadas para serem realizadas no período entre as fases. Acredita-se que a falta de atitude pro-ativa da comunidade quando a equipe do NEQAB não estava presente responde a uma lógica herdada dos projetos inspirados em metodologias *difusionistas*, que foram implementados no Assentamento ao longo dos último vinte e cinco anos. Identificou-se, entre as famílias, um forte sentimento de imediatismo no que se refere aos resultados e de inferioridade no tocante aos conhecimentos que, como camponeses e camponesas, detêm.

Mesmo que não estivesse previsto na programação inicial, tanto na primeira como na terceira fase do projeto, realizamos atividades no Acampamento 16 de Abril, área em litígio situada a poucos quilômetros do Assentamento 28 de Agosto. Um dos coordenadores do Acampamento convidou a equipe do NEQAB para conhecer sua realidade e, após uma primeira visita para levantar as possíveis demandas,

combinamos a realização de oficinas conjuntas para os Coletivos de Juventude existentes no Acampamento e Assentamento, atividades que foram realizadas na última fase do projeto.

Finalmente, os autores concluem agradecendo às famílias do Assentamento e à Associação, que sempre se mostraram respeitadas, confiantes e afetuosas.

## REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

CAPORAL, Francisco Roberto e COSTABEBER, José Antônio. *Agroecologia: alguns conceitos e princípios*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2004.

CARVALHO, Horácio Martins de. *O campesinato no século XXI. Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

ELIAS, Michelly Ferreira Monteiro. *A cooperação agrícola na organização política do MST: um estudo sobre as experiências desenvolvidas no Maranhão*. 2008. 194 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2008.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GIRIBET BERNAT, Isaac. 2017. RELATÓRIO FINAL. *Experiência de produção e comercialização de hortaliças agroecológicas. Assentamento do Estado Vila Santa Lucia (Governador Newton Bello-MA)*. São Luís. Não publicado.

GLIESSMAN, Stephen. *Agroecología: procesos ecológicos en agricultura sostenible*. Turrialba: CATIE, 2002.

IMESC (Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos). *Diagnóstico Avançado* – Plano de Ação Mais IDH, 2016. Disponível em: < <http://imesc.ma.gov.br/atlas/Home/diagnostico>>. Acessado em 09/10/2018.

MARANHÃO. Decreto n. 30.612, 02-01-2015. *Institui o Plano de Ações "Mais IDH" e seu respectivo Comitê Gestor, e dá outras providências*. D. São Luís. MA. 2015.

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E TERRAS DO MARANHÃO. *Projeto de Desenvolvimento do Assentamento Vila Santa Lucia*. 97f. Mimeografado, 2005.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 1985.

# O (DES)ENCONTRO COM O OUTRO: TERRA, NATUREZA E AGROINDÚSTRIAS NA REGIÃO DE CODÓ-MA (1970-1990)

BRENDA MARIA VIEIRA MENDES  
CRISTIANA COSTA DA ROCHA

## INTRODUÇÃO

Na década de 1960, quando assumiu o governo do estado do Maranhão, José Sarney possuía a ânsia de modernizar o estado. Em seus discursos, sempre se ouvia falar de um chamado “Maranhão Novo”, em contraposição ao antigo, ao atrasado, de antes. A noção modernizante nos discursos do governador foi uma característica marcante de toda a governança da oligarquia Sarney no Maranhão, assim, o “novo” era um espectro que acalmava os ânimos e que infiltrava uma noção de que tempos melhores chegariam para o estado, tempos esses em que a pobreza e o desemprego já não fizessem morada (Costa, 2006).

Em seu discurso de posse como governador do estado, Sarney destaca o potencial do Maranhão para a exploração. Dessa maneira, coloca-se como a voz principal dos anseios da população “O Maranhão não quer e não quis morrer sem gritar; não quis morrer estático de olhos parados e ficar caudatário marginal do progresso, olhando o Brasil e o Nordeste progredirem, enquanto nossa terra, mergulhada na podridão, não podia marchar nem caminhar” (Sarney, 1966).

Pereira (2008) argumenta que o discurso modernizador de Sarney escondia práticas historicamente enraizadas pela política tradicional

brasileira, marcando um hibridismo de um discurso novo, mas com raízes políticas próprias da cultura brasileira. Isto é, os velhos coronéis do estado transferiram seu apoio de Vitorino Freire para José Sarney. A origem do Sarnéismo está na ditadura militar (1964-1985), Sarney atendia aos interesses ditatoriais e foi escolhido pelo próprio ex-Presidente Castelo Branco para se candidatar como governador do Maranhão nas eleições. A lógica desenvolvimentista atendia aos interesses nacionais alicerçados na acumulação de capital, na consolidação da indústria nacional e na modernização do campo brasileiro.

Cabe considerar que o projeto de desenvolvimentismo para o campo brasileiro se ancora nas estruturas rurais do país, que constitui um projeto histórico ancorado na Lei de Terras de 1850. Seguindo essa lógica, o campo não estava isento das expectativas do governo Sarney (1966-1970), o desejo de vender o Maranhão para os grupos de fora pode ser constatado em muitos de seus discursos, que reforçam a exploração de recursos naturais do estado, atendendo uma lógica desenvolvimentista (Almeida, 2008). A modernização agrária era vista como um dos principais caminhos para conduzir o Estado ao almejado progresso, assim, o latifúndio maranhense é inserido em uma estrutura agrária que o monopólio capitalista da terra ganha centralidade, isto é, as terras do estado passam a ser adquiridas por grupos sociais capitalistas.

O proeminente incentivo do governo para a aquisição de terras pelos grupos econômicos, obtém respaldo jurídico com a Lei Sarney de Terras, promulgada em 1969. A referida lei legitima a concentração fundiária e regulamenta o latifúndio moderno, transferindo do domínio público para o privado, entregando o território maranhense às empresas e fazendeiros de fora, mediante a criação de sociedades anônimas (Asselin, 1982). Na região de Codó<sup>1</sup>, verifica-se que

---

1 A região de Codó se refere ao município de Codó no Maranhão e aos municípios limítrofes, como: Caxias, Aldeias Altas, Coroatá, Timbiras. Ela está situada na Mata dos Cocais Maranhenses, zona de transição entre caatinga e cerrado, sendo conhecida pela proliferação de Babaçu e Carnaúba.

empresários chegam de todo o país e começam a adquirir terras, Santos (1984) destaca que muitos latifundiários endividados vendem suas terras a donos de agroindústrias no cerrado maranhense.

A instalação de agroindústrias na região de estudo adveio da entrada de grandes grupos econômicos brasileiros que, com toda sua influência e imbuídos da retórica modernizante do Estado, modificavam as vivências dos camponeses e camponesas. Tendo isso em conta, o objetivo deste artigo é discutir a apropriação e a degradação dos recursos naturais ocasionados pela instalação de agroindústrias. Afinal o que acontece quando o tempo do capital (agroindústrias) invade o tempo da roça (trabalhadores rurais)? Como a terra e a natureza, elementos centrais no modo de vida das populações rurais, são danificados nesse (des)encontro com outro?

Assim, com o intuito de realizar a discussão proposta neste artigo, recorreremos ao uso da história oral. Foram entrevistados, com uso da entrevista semiestruturada por meio da história oral temática, dois camponeses<sup>2</sup> que trabalharam em agroindústrias da região. Vale ressaltar que a história oral expressa a consciência da historicidade e o papel do indivíduo na sociedade (Portelli, 2001). Para a base metodológica deste trabalho, também foram acessados dados e relatórios disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – (IBGE), Comissão Pastoral da Terra – (CPT), Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDE e fontes hemerográficas.

Portanto, busca-se somar na composição de estudos sobre o Maranhão contemporâneo, chamando atenção para as degradações sofridas pelos camponeses/as, principalmente no que se refere à apropriação de seus meios de vida. Para tanto, em um primeiro momento, discutiremos o encontro dos tempos distintos representados pelo capital (as agroindústrias) e o tempo da roça (os trabalhadores rurais), visto que, precisamos entender como ocorre esse contato e quais as modificações que ele engendra no que diz respeito à apropriação da

---

2 Vale ressaltar que as identidades dos entrevistados foram preservadas, assim, os nomes associados a eles não seus nomes verdadeiros.

terra e à expulsão dos sujeitos de seus locais de origem. Por último, os danos ambientais advindos da instalação de agroindústrias serão ressaltados com o objetivo de invocar a necessidade de discutir, mesmo que brevemente, a problemática ambiental.

### O TEMPO DO CAPITAL INVADE O TEMPO DA ROÇA

Neste tópico recorreremos às noções de tempo do capital e de tempo da roça. Assim, partimos do pressuposto que o chamado tempo do capital é o representado pelo desenvolvimento, tomando como referência a noção de tempo em E. P. Thompson (1998), isto é, pela instalação de agroindústrias na região de Codó, enquanto o tempo da roça é o tempo que permanece inerente às vivências desses trabalhadores rurais, ou seja, o tempo que esses sujeitos carregam em si, que tem a ver com seus modos de vidas, com a família, com o plantio, com a sobrevivência. Esses dois tempos corriqueiramente coexistem, principalmente na situação de conflito constantemente vivenciada, porém, são tempos distintos, divergindo também do tempo cronológico.

Cabe considerar que a utilização de “tempo do capital” não está ancorada na concepção que existe apenas uma forma unilinear do capital se reproduzir dentro da sociedade, mas sim na tentativa de desmistificar as concepções que atribuem a crença de que a sociedade caminha em direção ao progresso. O intuito é denotar as contradições e as temporalidades desencontradas nesse processo, que não tem somente um lado.

Assim, quando o que chamamos aqui de tempo do capital invade o tempo da roça, novas maneiras de se organizar são postas, violências são cometidas, a antítese entre o antigo e o novo é ressaltada, mas, sobretudo, as populações rurais que são acometidas com essa invasão resistem em modificar seu próprio tempo. A partir das afirmações do sociólogo José de Souza Martins em sua obra *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*, é possível entender a confluência desse jogo de temporalidades, afinal, segundo ele:

As relações mais avançadas, mais caracteristicamente capitalistas, por exemplo, não corroem nem destroem necessariamente as relações que carregam consigo a legitimidade de outras épocas. Portanto, nesses casos, a diferença não tem sentido como passado, mas como contradição, e nela como um dos componentes do possível, o possível histórico de uma sociedade diversificada, que ganha sua unidade na coexistência das diferenças sociais e étnicas (Martins, 2018, p.155).

Tendo isso em conta, a própria noção de fronteira está fundamentada em historicidades distintas que, na situação de conflito descobrem o outro, mas também o desencontram. Logo, “a fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora” (Martins, 2018, p.11).

A legitimidade de outras épocas, a força dos costumes e da tradição, isto é, o tempo da roça, é percebido nas vivências narradas por dois trabalhadores. Antônio Santos, codoense, de 82 anos, afirma “eu trabalhava fazendo roça, e era quebrando coco, era fazendo carvão”, entre suas atividades ele também “limpava quintal, ia pro mato, matava caça e vendia um pedaço”. Em seus dias, Antônio assevera, com orgulho, que não ficava parado e mostra, na sua narrativa, um tempo que não é linear, mas, carregado de particularidades, de uma relação com a terra e com a natureza, com a garantia de sobrevivência.

João Silva, de 73 anos, natural de Barras-PI, migrou para Codó no ano de 1966, onde viveu a maior parte de sua vida, cuja narrativa compartilha semelhanças com o tempo de Antônio. João trabalhou na roça, fez carvão, mel, azeite de coco e todas as atividades comuns à historicidade de suas vivências no campo. Esses dois sujeitos distintos, mas semelhantes, presenciaram a invasão do tempo do capital e adquiriram suas próprias perspectivas.

Antônio e João trabalharam em uma das agroindústrias do Grupo João Santos<sup>3</sup> na região de Codó, porém, enquanto João interpretou

---

3 Com sede em Pernambuco, o grupo econômico João Santos possuiu empreendimentos industriais em todo o Brasil, desde por exemplo as empresas: Itajura S/A, Itapagé S/A em Coelho Neto até a Itapecuru

a sua entrada na empresa como possibilidade de melhoria, Antônio não via escolha a não ser adentrar. Nos dois casos, eles tiveram seu tempo apropriado pela agroindústria, sendo submetidos a formas de controle e exploração. Afinal, “o processo de industrialização precisa impor o sofrimento e a destruição de modos de vidas estimados e mais antigos, em qualquer contexto social concebível” (Thompson, 2012, p.32).

Assim, as agroindústrias assumem uma postura de superioridade frente ao camponês, declarando-se donos da terra, mesmo que as populações rurais que ali residem nunca tenham ouvido falar na existência de um dono de terra. Sobre as ações de expulsão de famílias de suas terras por uma dessas agroindústrias, Antônio nos conta:

Acho que por isso que essa firma faliu, porque ela judiou de muita gente [...] Pessoal que morava lá nos terrenos que ela se apossava, jogava tudim embora, botava tudinho pra correr, tinha gente que deixava porco, cachorro, gato, tudo ficava. Mandava tudinho tirar rápido, ir rápido para desocupar o terreno (Antônio, 2021).

Sobre os modos de lembrar o passado, cabe considerar que a memória não emerge de forma espontânea, é exigida além do que os sujeitos pensaram que ela poderia ser e além de seus interesses e vontades. Logo, os entrevistados falam no presente e no momento que discorrem sabem mais do que sabiam no momento dos fatos, mesmo que possam ter esquecido ou procurado o esquecimento (Sarlo, 2007).

A memória dolorosa de Antônio apresenta um corte brutal, expropriado da terra e de suas referências afetivas, ele presenciou o cenário lúgubre de uma terra que não tinha mais a riqueza costumeira. Ao percorrer os povoados que conhecia, não encontrou mais a vivacidade das pessoas que ali residiam. Quando narra esses acontecimentos no presente, ele rememora uma época que sente saudades, mas que

---

Agro industrial em Codó no estado Maranhão. Do Amazonas ao Espírito Santo, foram 11 fábricas de cimento incluindo a de Itapessoca em Goiânia. As atividades do grupo também incluíam comunicação, papel e celulose, açúcar, transporte e mineração. No Piauí, a Itapissuma em Fronteiras e a Agrimex em Miguel Alves também fazem parte do conglomerado (BELFORT, 2021).

foi interrompida. Uma temporalidade que ele e seus conterrâneos compartilhavam entre si.

Assim, percebe-se no relato de Antônio como a ação expropriatória acontece rapidamente. O camponês desprevenido deixa para trás suas roças, os animais que cria, e todo o arsenal que garante sua reprodução. Para tanto, a constatação das expulsões não acontece apenas na narrativa de Antônio, mas também nas conversas com João.

A invasão do capital começa quando esses camponeses são jogados para fora, ficando à mercê das intempéries de um futuro incerto, visto que não interessam para o desenvolvimentismo da agroindústria. É por isso que Antônio atribui a falência da empresa a um castigo divino, por todos os malefícios causados para os camponeses, mas também, por conta da força de suas crenças que vão além das bases materiais pregadas pela agroindústria.

Antônio continua sua narrativa ao afirmar que a agroindústria “desacatava nera, desacatava o povo, ela fez vantagem demais, fez vantagem demais”. Para o trabalhador, “desacatar o povo” é agir contrário aos costumes estabelecidos pelos sujeitos rurais, levando em conta que o valor da terra vai além do econômico. O narrador refere-se a toda uma rede de solidariedade e relações estabelecidas no seio da sociedade camponesa, nesse sentido, a terra possui uma herança imaterial como pensada por Levi (2000), em pesquisa sobre os moradores do vilarejo de Santena na Itália.

Contudo, na visão das agroindústrias a terra é mercadoria, uma vez que “seu uso já está antecipadamente regulado pelas necessidades do capital, e não pelas necessidades do trabalhador: é a reprodução do capital que está em jogo, e não a reprodução do trabalhador e de sua família” (Martins, 2018, p.126).

As ações do Grupo Costa Pinto<sup>4</sup> na cidade de Aldeias Altas rever-

---

4 O grupo Costa Pinto pertence ao setor sucroalcooleiro, tendo sua sede no Rio de Janeiro, chegou no Maranhão na década de 1970. A empresa tem atividades no município de Aldeias Altas, que engloba os municípios de Caxias e Codó (CPT, 2010).

beram a ânsia do capital em subjugar e se reproduzir, uma vez que, assim como os depoimentos do Grupo João Santos denotam, na década de 1970 expulsaram diversas famílias de suas terras para implantar um grande deserto verde de cana de açúcar (Mapas de Conflitos Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, 2014).

Diante disso, o capital vai se alastrando sobre a vida do camponês e se apropriando dos recursos naturais. A agroindústria que Antônio trabalhava utilizou diversas estratégias para cercear o acesso à terra. O trabalhador conta “não tirava coco, não tirava mateiro, não fazer roça, nem um talo, não é pra tirar um talo, porque é da empresa, era desse jeito” (Antônio, 2021). O entrevistado ainda acrescenta que, na década de 1970 e 1980, para os trabalhadores plantarem suas linhas roça nas terras sobre o domínio da empresa, precisavam pagar o foro.

O contexto remete ao debate sobre o uso da lei pelos pobres. Segundo Thompson (1997), corriqueiramente os direitos e as reivindicações dos pobres são criminalizados, ao lançar um olhar para a Inglaterra do século XVIII, o historiador inglês mostra como pessoas comuns eram proibidas de usar a floresta e os bosques. Essas proibições eram asseguradas pela chamada “Lei Negra” na Inglaterra.

No contexto em estudo, é possível verificar que os recursos naturais se tornam mercadoria e que o dono do capital coloca a terra em um cativeiro. Os camponeses/as são proibidos de usar as terras sobre o domínio das agroindústrias para extrair babaçu e fazer qualquer outra atividade que garanta sua sobrevivência. Além disso, as empresas compravam o coco dos camponeses e as vendiam por um preço irrisório, monopolizando a comercialização do babaçu (Santos, 1984).

Quando o tempo do capital invade o tempo da roça dentro das agroindústrias não sobra espaço para fazer a roça, assim, a apropriação dos recursos naturais se torna uma apropriação também do tempo, de uma temporalidade distinta, que é devorada pelo outro. Não é só a terra que se torna cativa, mas, com ela, todo um modo de vida também é capturado. Santos (1984) alega que pela falta de tempo e espaço, os trabalhadores das agroindústrias da região tinham

dificuldades em fazer sua roça, restringidos em exercer seu próprio tempo que lhe era de direito. As memórias de Antônio comungam com o relatado pela autora:

[...] em 1984 tinha um plantado de arroz ligeiro, em abril eu apanhei, e plantei o feijão, foi nem uma linha que plantei, pois dizia que eu tinha três linha de feijão plantado!. [...] Chegou o recado “[...] o Doutor [...] disse que era pro senhor falar com ele sete horas”, peguei minha bicicletinha cedo, tomei café cedo, cheguei lá antes das sete horas [...] “Você plantou três linhas de feijão você não sabe que não é pra se plantar mais nada”, desse jeito. “Diz, diz, que ocê plantou três linha de feijão e vim saber que não é pra se plantar mais nada”. Eu disse “Doutor, não é verdade, vai reparar, vai reparar o tanto de pedaço de chão que tem lá, não é nem uma linha”. [...] Ele disse “É pra você sair” [...] aí eu disse “Doutor [...], no tempo desses outro gerente, quando era pra sair tinha que ter justificção, porque cê num vai reparar”, disse, cê tinha que reparar, porque lá não dá nem uma linha de feijão plantado, se ele já sabe o que vou fazer, me botar pra fora. Eu saí por causa desse plantio de feijão, rapá, mas eu disse pra ele que tem que ter justificção, mas a ordem dele quando dizer botar pra fora, bota pra fora [...] Eu saí e graças a Deus ainda tô vivo (Antônio, 2021).

Antônio presenciou a agroindústria adentrar nos povoados da região, inclusive no que ele morava com sua família, com isso, teve seu sustento dificultado e precisou trabalhar para a empresa que cooptou trabalhadores, também foi proibido de plantar seu feijão. Pela fala de Antônio, é notório que a agroindústria interpreta o tempo usado para roça como uma indisciplina, visto que, rouba o tempo do capital, o tempo dedicado para o trabalho na empresa. O que chama atenção no relato é o desespero do trabalhador que se vê, mais uma vez, próximo de perder seu sustento, porém, no final, o medo e a incompreensão da ordem que feria seus costumes, são preenchidos pelo alívio de ter sobrevivido, de ter resistido.

Karl Marx, em “Os despossuídos”, discute como a lei do furto de Madeira em 1841 na Prússia, endurece o direito de apropriação

privada e restringe os direitos dos pobres. A lei proibia os pobres de colher madeira nas propriedades florestais. Porém, “a população vê a pena, mas não vê o crime, e justamente por ver a pena onde não há crime não verá crime onde houver a pena” (Marx, 2017, p. 82). O direito dos pobres se contrapõe ao das legislações e dos proprietários, sofrendo criminalização. Para a população, não há crime algum, a madeira é um bem comum da natureza e recolhê-la uma prática secular.

Logo, o tempo do capital não invade completamente a consciência das pessoas, não apaga as suas relações sociais inerentes, uma vez que, para esses sujeitos atingidos, a mercadoria não é a totalidade, o histórico de suas temporalidades está impregnado em seu ser. O tempo da roça sobrevive neles, mesmo com as imensas feridas abertas e com os danos provocados no ambiente que os cerca.

## DANOS AMBIENTAIS NO (DES) ENCONTRO COM O OUTRO

Quando duas temporalidades distintas se descobrem, elas também se desencontram, as irregularidades que esse desencontro provoca gera conflitos e consequências danosas para a natureza. O que chamamos aqui de tempo do capital advém de um progresso destrutivo e linear que se apropria da natureza e a danifica.

Ao discutir como a história ambiental pode contribuir para um melhor entendimento da história e da sociedade brasileiras, Drummond (1991) chama atenção para a problemática da escassez e degradação dos recursos naturais:

A economia e a sociedade brasileiras continuam a ser extremamente dependentes dos recursos naturais. Nosso futuro depende desses recursos, dos valores que lhes emprestamos e dos usos que lhes damos. Não temos ética do lucro, nem ética da produtividade, nem ética do trabalho; não somos criadores de tecnologia de ponta, nem de processos produtivos; não temos capital para viver de rendas; a nossa modernidade industrial e pós-industrial é tão impressionante quanto é frágil. Grandes

setores da nossa população e da nossa economia continuam a depender do uso extensivo e raramente prudente de recursos naturais: novas terras agrícolas e pecuárias, novos empreendimentos de mineração, novos produtos extrativos, novas usinas hidrelétricas. O mercado mundial está pagando cada vez menos por esses recursos naturais (Drummond, 1991, p.195).

A agroindústria que Antônio e João trabalhavam na região de Codó era responsável pela fabricação de cimento, na qual ocasionava poluição ao meio ambiente, uma vez que “toda a região do entorno da fábrica recebe volumes constantes de material particulado e de produtos da combustão e de resíduos” (Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010, p.26)

Seguindo o cenário de dependência de recursos naturais denunciado por Drummond (1991), a referida agroindústria necessitava fazer o processo de extração do calcário para a fabricação do cimento, o qual também provocava danos ambientais. A atividade mineradora do calcário<sup>5</sup> provoca impactos negativos ao meio ambiente independente de qual seja o seu destino, ela acaba com os afloramentos naturais de calcários e sua vegetação característica, podendo ser prejudicial também ao ciclo local das águas (Santi e Filho, 2004).

Segundo o IBGE (1998), em Codó-MA a exploração de calcário pela agroindústria gerou enormes crateras na região, espalhou minério no rio Codózinho, assoreou o canal do Rio, entupiu poços e exterminou peixes. João conta em detalhes um pouco do processo de contaminação do rio:

De lá, eu passei pra trabalhar no lavadouro, que é a lavagem de pedra, calcário, lá eu lavava calcário, era... tinha um alimentador, aí o carro derramava lá na primeira peneira, tem a segunda e tem a terceira peneira, tinha três separação de pedra, uma média, uma maior e a miúda

---

5 A atividade de mineração da rocha calcária é realizada em grandes lavras mecanizadas a céu aberto. As rochas são desmontadas com explosivos e cominuídas para granulometria adequada à sua alimentação nos moinhos de matérias-primas da planta de fabricação de cimento (Santi e filho, 2004).

embaixo pra chegar no malaxador. Malaxador era uma máquina, que era dois eixos para baldear água e jogar lá embaixo na classificação do classificador, aí já saía lá só o rejeito, você sabe o que é dejeito? Lama, aquela lama, aquela lama que saía pro Codózinho, que hoje o Codózinho tá morto por causa disso aí [...] lá mataram o Codózinho [...] Lá minha amiga, lá era mais ou menos umas seis toneladas [...] cinco ou oito toneladas de dejeito caía dentro desse prato, que era uma bacia, tinha uma bacia grande, uma bacia que eles fizeram de piçarra, aterro, aí de lá o dejeito que é a lama né, caía dentro daquela bacia e de lá jogava no Codózinho, tinha um cano grande [...] que ia aquele dejeito pro Codózinho e aí foi matando... matando como diz? Ah...estabilidade da água, do riacho, aí foi entupindo, hoje está lá, em uma situação difícil (João, 2021).

João lamenta não poder mais pescar no Rio Codózinho, já que o recurso natural foi contaminado pela agroindústria, interferindo não apenas na vida dele, mas na de vários pescadores da região, que vivem da atividade pesqueira para sustentar suas famílias. O Rio Codózinho não foi o único rio da região contaminado pelas agroindústrias. Em 1982 a Costa Pinto jogou no Rio Itapecuru uma grande quantidade de herbicida, a empresa também lavava cana de açúcar queimada nas águas do Rio, ocasionando mortes de animais com as águas envenenadas (Santos, 1984).

Davis (2001) critica como as injustiças ambientais e os desastres naturais são atribuídos como culpa da própria natureza maligna e hostil, a fim de mascarar os reais agentes dessa destruição, em sua maioria, empresários e políticos que caminham na lógica do avanço do capitalismo e do reducionismo econômico. O relatório do Plano de desenvolvimento dos Cocais denuncia esses agentes e a degradação da natureza:

Uma das primeiras atividades dessas empresas de exploração de cana de açúcar foi fazer a eliminação de toda a vegetação das áreas adquiridas inclusive com a utilização de fogo em duas etapas do processo como tecnologia de limpeza e na colheita tendo como consequência a

degradação ambiental em função do desmatamento e homogeneização do ambiente, a poluição do ar causada pela queima a contaminação do solo e dos fontes d'água pelo uso de produtos tóxicos. Além das alterações físicas, químicas, biológicas no solo; dos conflitos pela posse da terra conflitos trabalhistas, esses cultivos vem comprometendo também os recursos hídricos pelo uso intensivo de irrigação, com sistema de jateamento de água, com motores movidos à óleo diesel colocados às margens do rio Parnaíba e Itapecuru, provocando pressão sobre esses recursos hídricos, causando desmatamento das matas ciliares, erosões nas margens dos rios, além de carreamento de resíduo de óleo (Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010, P.25).

Nota-se que o desmatamento é recorrente, tanto o Grupo João Santos quanto o Grupo Costa Pinto desmatam a floresta de babaçu para plantar cana de açúcar ou para transformar a palmeira em papel. Para se ter ideia, na década de 1980, o grupo João Santos desmatava diariamente em média 16 hectares de palmeira (Santos, 1984). Cabe considerar que o desmatamento irregular da espécie, como de outras árvores nativas protegidas por lei, está ancorado na retórica de progresso e desenvolvimento que combina relações de trabalho escravistas, concentração da propriedade e riqueza e permanência da pobreza rural.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é possível notar que, quando temporalidades distintas se deparam uma com a outra nessa complexidade realidade, como o tempo do capital e o tempo da roça discutidos no artigo, elas se desencontram. No contexto estudado, quando o tempo do capital invade o tempo da roça, os camponeses/as que são expulsos de suas terras, sofrem um corte brutal nos modos de vida que lhe são costumeiros, como proibições de uso da natureza e acesso à terra. Ao serem cooptados para o trabalho em agroindústrias, passam a viver um tempo da acumulação do capital, que a todo momento tentar discipliná-los.

As agroindústrias da região de Codó realizam uma invasão a temporalidade camponesa, suas ações buscam a instituição de um tempo unilinear, que elimina todos que não se adequam a ele. O que antes não era costumeiro para as populações rurais se torna corriqueiro, os trabalhadores/as rurais são expulsos de suas terras, a natureza é apropriada e destruída e a reprodução de várias famílias é prejudicada. Em suma, são transformados em estranhos, no outro, em sua própria terra.

Contudo, as constantes degradações praticadas por essas agroindústrias não conseguem arrancar a força dos costumes enraizados nesses sujeitos. Logo, o tempo do capital com toda a sua brutalidade incisiva não rompe a temporalidade contida nessas populações rurais. Vários como Antônio continuam plantando seu feijão escondido da empresa, enquanto tentam lidar com a confluência de tempos distintos em sua realidade.

Foi evidenciado que o capital degrada a fauna e a flora local, despossuindo os trabalhadores/as de seus meios de produção. A natureza ganha valor de mercadoria e as interferências ocorridas raramente são responsabilizadas como frutos da ação humana.

Portanto, a retórica da modernização, em vias de alcançar o progresso, engendrada na década de 1970 no Maranhão pelos políticos e empresários, desvirtua as relações que as populações rurais possuem com a terra e natureza, uma vez que é difícil quebrar coco babaçu em uma realidade que as palmeiras são devastadas, bem como plantar uma roça sem ter tempo ou acesso à terra. As injustiças ambientais e sociais presentes no cenário maranhense contemporâneo possuem raízes profundas, que desvelam décadas de destruição e violência.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Desni Lopes. *O campo e a política: a participação do camponesinato na política maranhense. Monografia (graduação)*. Curso de História, Universidade Estadual do Maranhão. São Luis, 2008.

ANTÔNIO, Santos. *Entrevista concedida a Brenda Maria Vieira Mendes*. Codó (MA), 20 de agosto de 2021.

ASSELIN, Victor. *Grilagem: Corrupção e violência em terras do Carajás*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

BELTORNE, Angela Fernanda. *Grupo João Santos: de potência da América Latina com o Cimento Nassau à suspeita de desvios de 8 bilhões*. JC, 2021. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/economia/2021/05/12120748-grupo-joao-santos-de-potencia-da-america-latina-com-o-cimento-nassau-a-suspeita-de-desvios-de-8-bilhoes.html>. Acesso em: 28/09/2021

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. *Conflitos no Campo – Brasil*. Goiânia, 1986-2018. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campobrasil>; Acesso em: 10/02/2021.

COSTA, Wagner Cabral. *Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão*. 2006, p. 01-33 Disponível em: <https://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/cabral2.pdf>. Acesso em: 12/05/2021

DAVIS, Mike. *Ecologia do Medo: Los Angeles e a fabricação de um desastre*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SARNEY, José. *Discurso de Posse de Governador do Estado do Maranhão*. In: MARANHÃO 66: POSSE DO GOVERNADOR JOSÉ SARNEY. Direção: Glauber Rocha. Rio de Janeiro, 1966. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=t0JJPFruhAA>. Acessado em: 18/10/202.

DRUMMOND, José Augusto. *História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 4, n.8 1991, p. 171-197.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. *Subsídios ao Zoneamento Ecológico Econômico da Bacia do Rio Itapecuru*. Rio de Janeiro:IBGE,1998.187p.

JOÃO, Silva. *Entrevista concedida a Brenda Maria Vieira Mendes*. Codó (MA), 20 de agosto de 2021.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000

MAPA DE CONFLITOS INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL. MA. *Comunidades quilombolas de Queimadas, Três Irmãos e Monta Barro lutam por reconhecimento e regularização fundiária de território*. 2014. Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ma-comunidades-quilombolas-dequeimadastres-irmaos-e-monta-barro-lutam-por-reconhecimento-e-regularizacao-fundiaria-de-territorio>. Acesso: 03/04/2021.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2018.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 1986

MARX, Karl. *Os despossuídos: debate sobre a lei referente ao uso da madeira*. São Paulo: Boitempo, 2017.

MAURY, Maria Beatriz; BLUMENSCHHEIN, Raquel Naves. *Produção de cimento: Impactos à Saúde e ao meio ambiente. Sustentabilidade em Debate*, Brasília, v. 3, n. 1, p.75-96, jan/jun 2012. Disponível em: <[https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/12110/1/ARTIGO\\_ProducaoCimentoImpacto.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/12110/1/ARTIGO_ProducaoCimentoImpacto.pdf)>. Acesso em: 15 dez. 2019.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável – Território dos cocais*. São Luis, 2010. Disponível em: [http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs\\_qua\\_territorio034.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio034.pdf). Acesso: 23/05/2021.

PEREIRA, Robson Raimundo Silva. *Maranhão crisálida? Práticas discursivas e redes de relações sociais no governo de José Sarney (1966-1970)*. São Paulo: UFSCAR, 2008.

PORTELLI, Alessandro. *História oral como gênero*. Proj. História. São Paulo, 2001

SANTI, A. M. Moura; FILHO, A. O. Sevá. *Combustíveis e riscos ambientais na fabricação de cimento; casos na região do calcário ao norte de Belo Horizonte e possíveis generalizações*. Universidade de Campinas. Campinas, 2004. Disponível em: [http://www.fem.unicamp.br/~seva/anppas04\\_SantiSeva\\_cimento\\_RMBH.pdf](http://www.fem.unicamp.br/~seva/anppas04_SantiSeva_cimento_RMBH.pdf). Acesso em: 20 de agosto de 2021

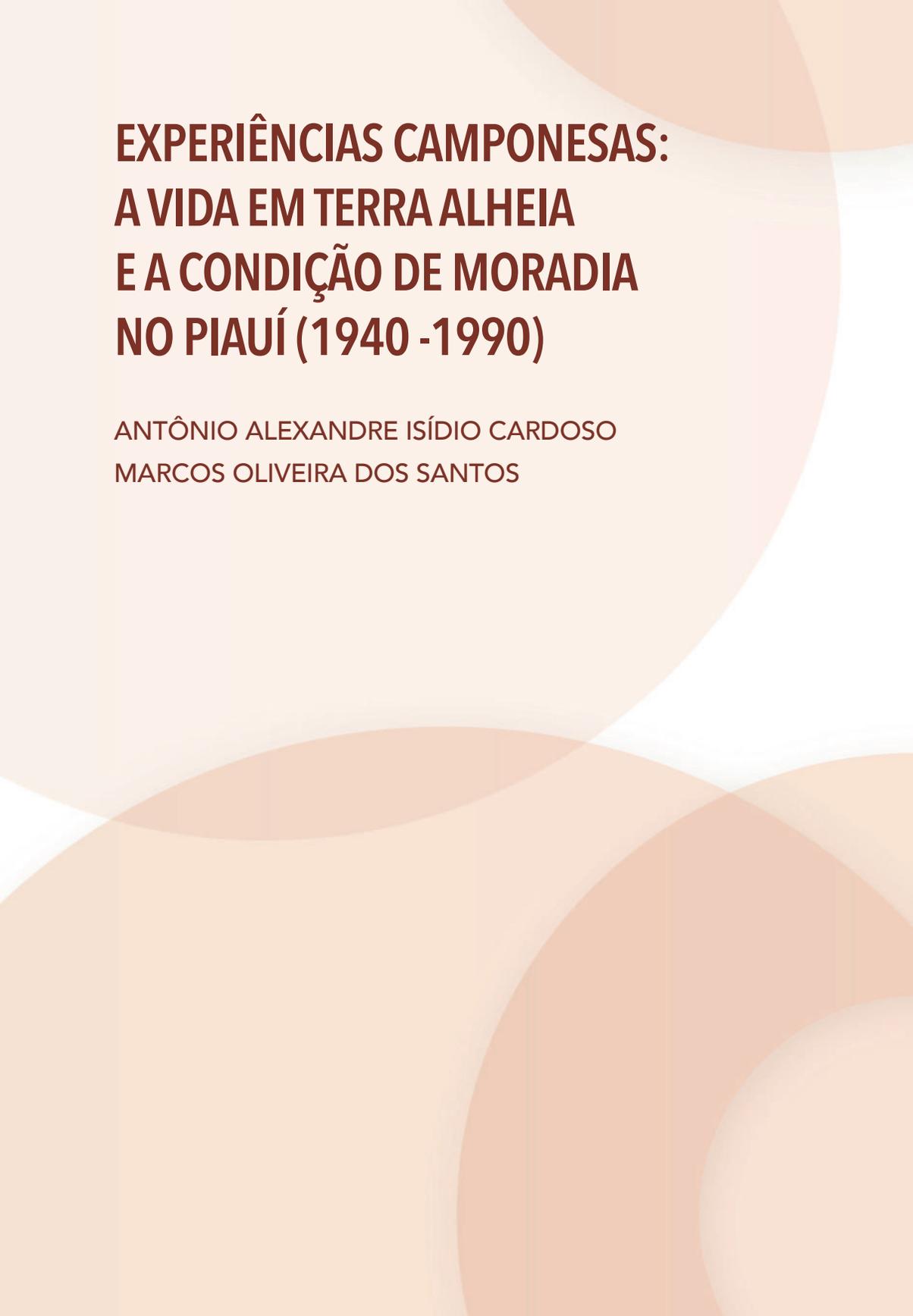
SANTOS, Marluze. *Palmeiras em chamas: os trabalhadores rurais e as empresas agroindustriais do cerrado maranhense*. Caritas Brasileira Regional de São Luís. São Luís, 1984.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução: Rosa Freire d'Aguiar. Horizonte, UFMG, 2007.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.



# **EXPERIÊNCIAS CAMPONESAS: A VIDA EM TERRA ALHEIA E A CONDIÇÃO DE MORADIA NO PIAUÍ (1940 -1990)**

ANTÔNIO ALEXANDRE ISÍDIO CARDOSO  
MARCOS OLIVEIRA DOS SANTOS

## INTRODUÇÃO

A História Oral, através de sua metodologia, possibilita ao historiador “um outro tipo de trabalho histórico, no qual questões ligadas à memória, narrativa, subjetividade e diálogo moldam a própria agenda do historiador” (PORTELLI, 2016, p. 10). Essas questões trazem maior complexidade para a análise histórica, visto que a entrevista se torna uma via de mão dupla, trazendo a imprevisibilidade dos fatos narrados e dando uma condição privilegiada para a construção subjetiva do passado.

Com o intuito de qualificar o contexto em tela, utilizaremos também o jornal *Meio Norte*, acessado de forma *online* no acervo da Comissão Pastoral da Terra, resguardado no Centro de Documentação Dom Tomaz Balduino. O impresso guarda interessantes índices analíticos e leituras sobre os conflitos e as ações de resistência dos atores sociais envolvidos no processo de luta por justiça social.

Cumprir notar que, ao analisar a narrativa jornalística, devemos ficar atentos às linhas editoriais dos veículos de comunicação, uma vez que, ao ser narrado um fato, a depender do jornal, podem ser enfatizadas determinadas falas e situações em detrimento de outras. Porém, tal perspectiva não tira a legitimidade do uso de fontes hemerográficas, já que ilustram um panorama de repercussão de fatos e de ações que estão em relevo na sociedade em determinado período

histórico. Desse modo, este artigo buscará aprofundar os estudos a respeito da problemática vivenciada por camponeses fazendo uso de fontes orais e de jornais impressos, tratando de moradores agregados em uma grande propriedade de terra, passíveis de sofrerem as mais variadas formas de exploração.

## A VIDA EM TERRA ALHEIA

O camponês, historicamente, tem sua vida pautada sob o signo do trabalho. Tal relação se mostra muitas vezes compartilhada dentro do âmbito familiar com todos os membros envolvidos de alguma forma na labuta diária. Com a prática do trabalho fincada em diárias de sol a sol, essas famílias delineiam suas trajetórias de vida de acordo com o ganho cotidiano para que assim seja possível o sustento familiar.

Essa é uma das formas que se apresenta o campesinato brasileiro, o qual se fundamenta no recrutamento da mão de obra familiar, com a organização de tarefas bem definidas dentro do processo de produção dos meios de subsistência. Esse processo de produção se diferencia pela característica de seus produtores, englobando, desse modo, os cultivadores, os agricultores e os extrativistas.

Ao analisarmos a História Geral do Brasil, percebemos que por muito tempo existiu uma espécie de amnésia social. Essa lacuna procurava apagar ou escamotear a presença do campesinato, ocultando ou minimizando seus movimentos sociais, apresentando uma imagem cordial e pacífica para o homem do campo ou fazendo surgir a figura de um pobre coitado, analfabeto e mal alimentado, residentes em espaços distantes da civilização letrada (NEVES, SILVA, 2009).

Essa aparente imagem de passividade e inferiorização procurava relativizar os históricos embates entre camponeses e proprietários de terras. Devemos entender, portanto, que a luta pela terra e pelo acesso às variadas formas de garantia de sobrevivência são pontos importantes para analisarmos a condição de vida do camponês em seu sentido mais amplo.

A condição de vida do camponês que será abordada nesse estudo é a de morador agregado que procura utilizar múltiplas formas de resistências para sobreviver, mesmo em condições adversas, adaptando-se às situações de exploração e montando novas estratégias com o intuito realizar a manutenção do sustento familiar.

Nosso recorte incide sobre moradores agregados em terras pertencentes aos donos de uma fábrica de beneficiamento do coco babaçu, situada às margens do Rio Parnaíba, na região do Entre Rios piauiense. O local em que o estudo foi realizado é chamado de Povoado Novo Nilo (PI), pertencente à cidade de União (PI), a 90 quilômetros da capital Teresina (PI). Essa fábrica foi instalada no Povoado Novo Nilo (PI) no ano de 1934, visto que já se encontrava em pleno funcionamento uma fábrica de beneficiamento de algodão. Com o passar dos anos, foram sendo feitos incrementos e diversificação da produção. Em 1936, foi instalada também uma fábrica de beneficiamento de arroz, alguns anos depois, em 1942, foi instalada uma fábrica de beneficiamento de milho e no ano de 1960 foi implantado o beneficiamento da amêndoa do babaçu dentro da mesma localidade (GECOSA, 1982).

Antes do ano 1960, a fábrica GECOSA (Industrias Integradas Gervásio Costa S/A) se limitava ao beneficiamento e escoamento da produção agrícola fruto do trabalho dos camponeses e, realizava também, a exportação da amêndoa do coco babaçu via rota fluvial através do Rio Parnaíba para a cidade de Parnaíba (PI) que, nessa época, era o grande centro comercial e industrial do estado do Piauí (GECOSA, 1982).

Na década de 1960, a fábrica passou a exportar em média 12.000 toneladas de amêndoas do babaçu por ano para a cidade de Parnaíba (PI), e devido à “segurança no abastecimento de matéria prima e a melhoria dos meios de transporte e comunicação, levaram a empresa ao seu ingresso no setor de aproveitamento industrial de amêndoa de babaçu, em 1960” (GECOSA, 1982, p. 01). Após esse momento, houve uma intensa onda migratória de camponeses para o Povoado

Novo Nilo (PI) que se deu em função do advento do beneficiamento da amêndoa do babaçu. É a partir desse ponto que as narrativas dos trabalhadores entram em cena na presente pesquisa.

Para entendermos os meandros dos fatos narrados a respeito desses camponeses, é necessário compreendermos também a condição de vida dos nossos entrevistados. O pesquisador deve estar atento às diversas temporalidades estampadas nas falas dos sujeitos envolvidos dentro da pesquisa, por isso, é preciso sublinhar que a metodologia da História Oral necessita de um cuidadoso passeio pelo campo da memória.

O nosso primeiro entrevistado é o Sr. G. G. Silva, natural de Novo Nilo (PI), 46 anos, casado e lavrador. A entrevista foi realizada na igreja evangélica a qual é membro no ano de 2019. Em sua entrevista, traçou a trajetória do seu progenitor, relatando que “o meu pai trabalhou antes da fundação da GECOSA, ali era um moinho de arroz, ele trabalhou na época lá, de auxiliar de moendeiro de arroz, na época nós morávamos ali nas Pedrinhas, aí ele vinha de pé para trabalhar lá” (SILVA, 2019).

Com o passar do tempo o pai do Sr. G. G. Silva saiu do seu local de origem por meio de um processo de migração e foi residir no Povoado Novo Nilo (PI), local onde já havia se instalado a fábrica de beneficiamento do coco babaçu, e nessa época havia uma situação bem emblemática nessa localidade, pois o entrevistado relatou que “meu pai conta, que aquele que, chegasse do outro terreno, ele tinha que ir lá [na casa do coronel] e saber porque ele saiu do terreno? Qual era a procedência? Se ele era uma pessoa de bem? Quantos filhos tinha? Se trabalhava de roça?” (SILVA, 2019).

Ele relata que os camponeses eram obrigados a se dirigirem até os proprietários da terra a fim de se apresentarem e explicarem o motivo de rumarem para as terras de Novo Nilo (PI), demonstrando assim deferência aos futuros patrões, afirmando para os donos da terra que eram pessoas de bem, que tinham uma boa procedência e que trabalhavam como lavradores em seus locais de origem.

As narrativas sobre a história de vida desses sujeitos, possibilitam múltiplas percepções acerca do cotidiano dos camponeses conforme relata Costa (2018, p.22) “Viver de roça não se restringe a contar histórias sobre escassez e fartura, mas todo o campo possível de práticas de sobrevivência que vem a acontecer na espacialidade que ele vive, seja no sítio, na fazenda, no bairro rural”. Dessa forma, entendemos que o camponês é um sujeito histórico singular dentro de sua espacialidade, e que se utiliza de práticas variadas de sobrevivência com o intuito de manter a sua família longe das atribulações da vida.

Nesse povoado existia a figura de um “coronel”, que tinha sua autoridade voltada para os laços do paternalismo, sendo um grande possuidor de terras, atuava de forma dura para com seus moradores agregados, pois o “coronel era muito rígido” (SILVA, 2019). Essa afirmação dada pelo Sr. G. G. Silva demonstra como esses camponeses estavam sob um jugo autoritário que acabava estruturando as relações de convívio social entre o coronel e seus moradores.

O termo “coronel” nos remete ao sistema de coronelismo que foi implantado pelas elites agrárias no Brasil, conforme Leal (2012, p. 45) “o ‘coronel’ como que resume em sua pessoa, sem substituí-las, importantes instituições sociais. Exerce, por exemplo, uma ampla jurisdição sobre seus dependentes, compondo rixas e desavenças e proferindo, às vezes, verdadeiros arbitramentos, que os interessados respeitam.”

A autoridade do coronel colocava no convívio dos camponeses uma lei que devia ser exercida e respeitada, trazendo dissabores para aqueles que por ventura desobedecessem às regras impostas por esse mandatário. Segundo o nosso entrevistado, uma das leis era a utilização de vales pelos camponeses ofertados pelos donos da terra, informando que “aqui na época o dinheiro era tipo assim trocado por mercadoria, meu pai trabalhava aí tinha que preencher um valezinho, e receber a mercadoria na GECOSA” (SILVA, 2019).

Essa prática realizada pelos camponeses que moravam no Povoado Novo Nilo (PI) demonstra o grau de sujeição dentro das relações de convivência, pois impõe a realização da troca do trabalho por um

“valezinho” que seria utilizado no armazém da própria fábrica para comprar alimentos de primeira necessidade. Isso caracterizava uma estratégia implementada pelos patrões que obrigava os camponeses a adquirirem os produtos no armazém da GECOSA, com os preços estabelecidos pelos donos da fábrica.

Outra prática que era comumente utilizada pelos coronéis era a arrematamento dos votos de seus moradores agregados, esse fato ficou conhecido como voto de cabresto, nesse contexto “a força eleitoral empresta-lhe prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras” (LEAL, 2012 p. 45). Com o poder que os coronéis tinham ao seu alcance, podiam submeter famílias de camponeses às mais variadas formas de sujeição, alimentando vínculos autoritários e paternalistas.

### CONDIÇÃO DE MORADIA

É importante entender como era a condição de moradia em que esses camponeses viviam em seus locais de destino, sujeitos as forças das intempéries sociais que afligiam as suas vidas, tendo que lutar em outras paragens. Assim retomamos o nosso estudo buscando entender a condição de moradia através dos relatos de vida dos nossos entrevistados.

O nosso segundo entrevistado foi o senhor B. S. Gomes, à época com 45 anos, casado, residente no Povoado Novo Nilo (PI), comerciante. O contexto da realização da sua entrevista foi no período da pandemia de Covid-19 no ano de 2021 e por conta disso a mesma foi realizada de forma remota.

O Sr. B. S. Gomes narrando a respeito da condição de vida dos moradores de Novo Nilo (PI) e das benesses que o coronel fazia nos informou que “quando ele via que o povo estava passando fome, o que é que ele fazia? Ele matava vaca, dava comida para o povo, para o povo pagar em diárias para ele. Mas ele dizia que o povo que morava em Novo Nilo e que trabalhassem para ele, não era para passar fome, porque ele tinha serviço, né” (GOMES, 2021).

Nesse ponto de sua fala, destacam-se duas questões. A primeira era a boa vontade do coronel de mandar abater o gado e distribuir para a alimentação de seus moradores. A segunda questão é que esse fato não seria feito de forma gratuita, pois os camponeses seriam responsabilizados para que pudessem pagar essa boa ação em diárias para o patrão.

Entendemos que essa prática realizada pelo coronel, apesar do aparente socorro aos camponeses, no sentido de atender as suas necessidades alimentares, tinha base nas relações de dominação e paternalismo entre os moradores dessa comunidade e o dono da terra, tendo em vista que esses camponeses ficavam à mercê do patrão, surgindo a obrigação de pagar a alimentação “dada” através da sua força de trabalho.

Além das benesses realizadas pelo coronel, havia também a questão de moradia que era implantada no povoado, sobre isso o Sr. G. G. Silva, nosso primeiro interlocutor, narrou como deveriam ser construídas as casas na época em que o coronel comandava a região relatando que “aqui em Novo Nilo na época do coronel, aqui não podia o morador chegar de fora e construir uma casa, tinha que ser uma casa simples, saber da onde era.” (SILVA, 2019). Ele relata que as casas deveriam ser feitas de forma simples e que o coronel deveria saber qual a procedência das famílias que estavam migrando para Novo Nilo (PI).

A proibição da construção das casas de alvenarias pelos grandes proprietários de terras era comum na região, tendo como objetivo principal evitar que posteriormente o camponês pudesse requerer a posse da terra onde residia como morador agregado, sobre essa questão Costa (2018) relata que:

Não era permitida a construção de casas de tijolos, apenas de barro e teto de palha; e, em alguns casos, somente de taipa, assim como era proibido, também, plantar árvores frutíferas. Portanto, eram negados elementos de fixação efetiva naquele espaço. A expectativa de gerar

um excedente que possa ser tranquilamente armazenado dá lugar à habitual característica desta relação de trabalho, a gradual espoliação do trabalhador pelo sujeito dominante, privando-o de projetar anseios para além do necessário (COSTA, 2018, p. 66).

Em outras regiões do Brasil também havia a problemática da condição de moradia dentro de um contexto rural e fabril, esse fato pode ser evidenciado em estudo feito na cidade de Magé (RJ) pelo pesquisador Felipe Ribeiro (2015) que abordou nuances da construção de uma fábrica de tecido e de seus desdobramentos dentro de uma área rural nessa cidade.

Ele problematizou em seu estudo a condição de operários que por não terem um local para residir “a direção da fábrica permitiu que os próprios trabalhadores construíssem suas moradias em terras da empresa. As casas eram bastantes simples, feitas de madeira ou pau-a-pique [...]” (RIBEIRO, 2015, p. 81).

O autor pontua a condição da construção das casas feitas pelos operários da fábrica, afirmando que as mesmas eram bastante simples, e para que fosse possível a construção das casas, os operários tinham que utilizar materiais disponíveis na natureza como a madeira e o barro, também não havia nenhum tipo de canalização apropriada para a utilização da água e demais condições sanitárias. Além disso, existia nessa propriedade espaços distintos de moradias para os seus trabalhadores a depender de sua categoria de trabalho, conforme assevera Ribeiro (2015)

[...] aquele espaço da fábrica com vila operária era entendido por eles, ao menos naquele momento, como um “lugar de direitos”, ao passo que o trabalho na lavoura era considerado hierarquicamente inferior, tido como um espaço sem direitos minimamente definidos (RIBEIRO, 2015, p. 43)

Neste fragmento, o autor problematizou a questão dos espaços que era ocupados por trabalhadores distintos da fábrica, sendo que havia um espaço reservado como vila operária para os trabalhadores

tecelões e havia o espaço que era ocupado pelos lavradores, que na maioria das vezes era composto por casas rústicas que iriam abrigar os trabalhadores do campo e suas famílias.

Esse ponto que se refere à condição de moradia de camponeses agregados se assemelha ao povoado de Novo Nilo, pois conforme assevera o Sr. B. S. Gomes havia uma grande diferença na estrutura das casas que eram ocupadas pelos trabalhadores da GECOSA, como por exemplo, aqueles que trabalhavam em ramos especializados na fábrica, em detrimento das casas dos trabalhadores braçais pois “[...] todas [as casas] tinham que ser de palha, não podiam cobrir de telha, as casas de telhas, só eram as deles [dos donos da fábrica]. E, ninguém botava comércio, ainda tinha mais essa. Os comércios de Novo Nilo só eram deles [dos donos da fábrica]” (GOMES, 2021).

O nosso entrevistado, informou que os moradores que trabalhavam na fábrica só poderiam construir suas casas somente de barro e cobertas de palhas do coco babaçu, e que as casas que eram feitas de alvenarias e cobertas com telhas se destinavam aos empregados com um cargo mais elevado dentro da fábrica. Além disso, era proibido implantar estabelecimentos comerciais dentro do povoado.

Essa determinação da impossibilidade de implantação de estabelecimentos comerciais se aproxima a outras regiões rurais do país, que tinham locais destinados à venda de produtos alimentícios de primeira necessidade para os moradores. Esses estabelecimentos eram chamados de barracões, pertenciam aos donos das fazendas e eram destinados aos camponeses que moravam nessas propriedades rurais.

Os produtos dos barracões eram disponibilizados para que os camponeses pudessem suprir suas necessidades alimentares básicas, mas os mesmos deveriam ser pagos através dos produtos que eram produzidos nas lavouras de subsistência desses camponeses ou pela venda das amêndoas do coco babaçu obtidas através do trabalho das quebradeiras de coco.

O monopólio das atividades comerciais dentro do povoado fortalecia os laços do paternalismo entre o coronel e os seus moradores,

conferindo a esse mandatário a condição de chefe político e econômico. Além disso, trazia a sua dominação pessoal para o âmbito social, caracterizando uma relação de sujeição do morador ao proprietário.

Em uma entrevista com o pai do Sr. G. G. Silva, ele nos relatou quais os motivos que levava o coronel a expulsar um determinado morador de suas terras, informando que “a questão é porque, quando na época dos moradores, ele deixava morar né, mas quando ele [o morador] fizesse alguma malinação na GECOSA, ele [o coronel] botava para fora e tinha que ir né”. (SILVA, 2019). Esse termo “malinação” se refere a algum ato realizado contra as ordens do dono da fábrica, o que ocasionaria na expulsão do seu local de moradia.

Essa atitude do coronel revela que ele tinha uma situação privilegiada tanto social, como econômica em relação aos moradores de suas terras, pois terminava colocando homens e mulheres em uma condição de dominação e de dependência pessoal, os quais agiam conforme as vontades e ordenanças do patrão no intuito de adquirirem a sobrevivência cotidiana.

O contexto em que o Sr. G. G. Silva narra, se refere ao período em que a fábrica já estava em pleno funcionamento no Povoado Novo Nilo (PI) a partir da década de 1960 e que uma parte da população residente no povoado trabalhava na GECOSA ou dependia dela, esse fato trouxe mais prestígio social e poder para o coronel.

A respeito desse autoritarismo figurado no coronelismo, Freitas (2020, p. 43) problematiza a condição de vida que moradores agregados enfrentavam afirmando que “a diferença marcava a sujeição do morador ao proprietário, e tal sujeição, como as demais, remete ao fato de que, ao morador, é permitido o acesso a um lote de terra para a sua reprodução familiar”.

Esse acesso a determinado lote de terra se dava de forma que o morador agregado deveria estar disposto a viver sobre as amarras do paternalismo, pronunciadas pelas práticas de benevolência e caridade por parte do patrão, e da submissão e do respeito às regras estabelecidas dentro dessa comunidade pelos moradores.

Além disso os camponeses de Novo Nilo (PI) antes do advento da fábrica, também eram obrigados a pagar a renda daquilo que era produzido em suas lavouras, conforme o Sr. B. S. Gomes nos informou, afirmando que:

[...] Antes da fundação da GECOSA, sim, eles cobravam [renda] né. Eles cobravam [renda] porque eles tinham terras na Santa Maria, aí lá eles já cobravam a renda né. Eles tinham os comércios deles, tinha o Centro do Designo que também era da GECOSA, tinha o Brejinho que era deles, tinha aqui o Patoci, que era deles, eles tinham o Porto das Matas que era deles. Nesses lugares eles cobravam renda porque tinham os comércios deles (GOMES, 2021).

O entrevistado narra que antes da instalação da fábrica GECOSA no Povoado Novo Nilo (PI) era feita a cobrança da renda pelos proprietários da terra a todos os camponeses que viviam como agregados, pontuando que além dessa localidade, era cobrada a renda em outras propriedades pertencentes ao coronel, e que nesses locais haviam estabelecimentos comerciais que facilitavam o recolhimento dos produtos oriundos da agricultura de subsistência.

Considerando tal contexto, conforme Farias (2020, p. 43) “predominou, na região piauiense, entre 1950 e 1970, o pagamento da renda-produto, acompanhada às sujeições. O morador devia vender a sua cota-parte do produto ao proprietário, que se encarregaria da comercialização”. O autor frisa que além do pagamento da renda do produto que era produzido pela agricultura de subsistência, em troca de mercadorias, o morador deveria vender a parte excedente para o proprietário da terra.

Dessa forma acentuava a precarização das relações de moradia, tendo em vista que o patrão não dava a contrapartida para o melhoramento da área de plantio e nem disponibilizava as sementes que seriam utilizadas pelo agricultor, assim o morador deveria produzir sozinho o seu meio de subsistência.

Com o advento da fábrica em Novo Nilo, o panorama iria se transformar em relação a cobrança da renda, tendo em vista que a

obrigação dos moradores seria com a disponibilização da amêndoa do coco babaçu, tal fato foi narrado pelo Sr. B. S. Gomes que nos informou sobre a forma como se dava a relação entre os moradores e a fábrica, afirmando que:

A GECOSA ela nunca cobrou renda de roça, ela sempre deixou as pessoas livres né. E por que? Porque eles tinham obrigação, não pagavam renda, só que o coco que quebrasse também não podia vender fora, tinha que vender pra eles aqui na GECOSA, entendeu? Eles não cobravam renda dos seus moradores (GOMES, 2021).

Ele nos informou que a partir do surgimento da fábrica GECOSA no povoado Novo Nilo (PI) foi abandonado a cobrança da renda dos roçados que eram feitos pelos camponeses agregados, mas essa condição se dava em virtude da obrigatoriedade de venderem a amêndoa do coco babaçu para a fábrica, sendo que os mesmos não poderiam vender essa matéria prima para outros compradores.

Em outro ponto da entrevista o Sr. B. S. Gomes relatou sobre a condição de vida dos moradores em relação a autoridade do coronel relatando que “porque o povo tinha que votar nos políticos deles, tinham que votar em quem eles apoiassem. Nós éramos moradores, não pagava renda, nem nada, mas tinha que votar em quem eles pediam” (GOMES, 2021).

Percebemos, portanto, através da fala do Sr. B. S. Gomes que no Povoado Novo Nilo (PI) a prática do voto de cabresto também era utilizada pelo coronel, e que a aparente bondade do patrão que se apresentava pelo fato de não ser preciso pagar a renda, resultava na obrigação moral de exercer o seu sufrágio eleitoral no partido e ou no candidato aliado do dono da terra.

A relação de poder era acentuada pela forma como se dava o condicionamento das leis de moradia que eram impostas e sobre essa problemática Farias (2020) nos informa que:

A dominação pessoal exercida pelo coronel, dentro de um dado território, a qual era transformada em poder político através de normas, valores, e práticas que regulavam o exercício do poder municipal ou local em todo Brasil, constituiu a base da estrutura de poder sobre a qual foi apoiar-se o poder estadual e federal, formando um sistema de poder bastante peculiar, cuja especificidade se deve ao singular desenvolvimento histórico das instituições sociais e políticas brasileiras (FARIAS, 2020, p. 10).

O autor pontua a dominação pessoal que havia entre os coronéis para com seus moradores em várias regiões do Brasil, evidenciando que o fenômeno do coronelismo não se limitava somente a região nordeste do país. Afirmou também que esse poder era transformado em normas, práticas e valores que regulavam o poder político e social desses locais em que tal regime imperava.

No âmbito da supremacia política na região rural, o coronel se transformava em chefe político por ser o dono das terras, dessa forma por meio do seu poder político eleitoral fazia uso do “voto de cabresto” dos seus moradores, que era realizado como forma de fidelidade aos serviços prestados ao povo que estava assentado em seu “curral” eleitoral.

Em outro ponto da sua entrevista o Sr. B. S. Gomes nos informou sobre a questão social que havia dentro do povoado no que refere a sua organização informando que “[...]era muito organizado Novo Nilo, e ele [o coronel] era quem resolvia os problemas da população, ele resolvia. Ai se o delegado viesse de União vinha procurar ele [o coronel]! E aí ele resolvia” (GOMES, 2021).

A relação de poder do coronelismo ultrapassava as linhas da política partidária, tendo em vista que personificava a figura do “senhor” dono da terra, sendo o responsável por fazer a mediação dos conflitos que havia entre a população. Essa mediação lhe conferia o poder de polícia privada dentro da comunidade rural, sendo que os moradores deveriam compartilhar com o coronel os fatos que geravam as desavenças.

Atualmente no Povoado Novo Nilo (PI) os camponeses ainda estão lutando para se libertarem das amarras do coronelismo que se configura nos mandos e desmandos dos herdeiros da terra. Isso foi evidenciado pelo jornal *Meio Norte* (2007, p. 07) pois afirmou que “na área Novo Nilo, as famílias estão apreensivas com a situação”. O jornal narra a entrevista de um representante dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de União, onde o mesmo informou que as pessoas que residem nesse povoado estavam passando por problemas a respeito da posse da terra.

No decorrer da entrevista o entrevistado informou ao jornal que “depois de terem recebido a emissão (sic) de posse da terra e se tornarem um assentamento do Incra, as famílias continuam submetidas aos abusos do ex-proprietário, que segundo ele, ‘quer mandar e desmandar na área’” (MEIO NORTE, 2007, p. 07). A fala do entrevistado mostra que os moradores estavam apreensivos com a postura adotada pelos donos da terra, depois que o povoado passou a se tornar um assentamento.

A questão de “mandar e desmandar na área” pode ser entendida como uma forma de dominação que os proprietários da terra queriam manter sobre os moradores daquele povoado. Pois apesar da disponibilização da emissão de posse para as famílias que viviam outrora como moradores agregados, os donos da terra queriam permanecer com as mesmas práticas de dominação contra aquelas famílias de camponeses.

O jornal ainda coloca a fala da Secretária da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag) que informou sobre a articulação com o Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra) e com o Instituto de Terras do Piauí (Interpi) para solucionar a situação relatando que “estamos aguardando mais empenho por parte desses órgãos para que a situação dos nossos amigos de União seja resolvida, pois somente assim as famílias poderão trabalhar na terra e assim garantir o sustento de suas famílias de maneira digna e tranquila” (MEIO NORTE, 2007, p. 07).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo abordou através da análise de fontes orais, escritas e hemerográficas a condição de vida de camponeses situados em uma comunidade rural que enfrentavam uma série de privações em suas vidas com o intuito de conseguirem a sobrevivência cotidiana. Nesse povoado imperava o coronelismo que moldava as relações de convívio dessas famílias rurais, os quais colocavam esses moradores em condições de sujeição aos donos da terra.

Com o advento da construção de uma fábrica de beneficiamento do coco babaçu nessa localidade, as relações de moradias foram moldadas na lógica do trabalho fabril, sendo que boa parte dos moradores desse povoado trabalhavam na fábrica ou sobreviviam por meio da venda da amêndoa coco babaçu e da realização de roças nas terras da fábrica. Dessa forma aumentava o grau de dependência dessa população rural aos donos da terra, como também as tensões cotidianas em busca de uma melhor condição de vida e de trabalho.

Concluimos, portanto, que a vida em terra alheia é cheia de percalços que são enfrentados diariamente pelos camponeses migrantes em terra estranha, sendo que muitas vezes eles são submetidos a situações de humilhações e desprezo por parte dos proprietários da terra, mas esses homens e mulheres procuram trilhar por esses caminhos tortuosos e movediços com o objetivo de viverem de forma mais digna e tranquila, buscando assim um bem estar social para o grupo familiar a qual estão inseridos.

## REFERÊNCIAS

GECOSA, Industrias Integradas Gervásio Costa S.A. *Projeto Apresentado ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)*. Piauí, 1982.

JORNAL MEIO NORTE. *Comunidades de União esperam há 4 anos por regularização de Terras*. Teresina, PI. 01 de ago. 2007, p. B/07. CPT - Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/u/0/folders/0Byo7P47EvrO-9WFluaGQ4ZUNxd0E>>. Acesso em: 23 de abr. 2021.

PIAUI, Diário oficial do Estado do, *Fundação da GECOSA*. 23 de agosto de 1934, ano.46, n.190, p.4.

GOMES, B. S. *Entrevista concedida a Marcos Oliveira dos Santos*. Novo Nilo, União (PI) 27 de abr. 2021.

SILVA, G. G. *Entrevista concedida a Marcos Oliveira dos Santos*. Novo Nilo, União (PI) 23 de nov. 2019.

COSTA, Lia Monnielli Feitosa. *Cultura e Cartografias de Memórias: Trabalho e Migração de cearenses para EntreRios (PI) - 1940-1970*. 2018. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Ceara, Fortaleza, 2018, CE.

FARIAS, Francisco Pereira de. *Do coronelismo ao clientelismo: práticas eleitorais no Piauí, Brasil*. Teresina: EDUFPI, 2020.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: O município e o regime representativo no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

NEVES, Delma Pessanha. SILVA, Maria Aparecida Moraes (orgs). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: Formas tuteladas de condição camponesa*, vol. 1 São Paulo: Editora UNESP, 2009.

PORTELLI, Alessandro. *A História Oral como a arte da escuta*. Tradução de Ricardo Santiago. São Paulo: Letras e Voz, 2016.

RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. *A foice e outras ferramentas de ação política: os trabalhadores rurais e têxteis de Magé/RJ (1956-1973)*. 2015. Tese (Doutorado em História) Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, RJ.

# **TERRA, TRABALHO E FRENTES DE EMERGÊNCIA DE COMBATE AOS EFEITOS DA SECA NO MEIO-NORTE (DÉCADAS 1970-1990)**

LUCAS RAMYRO GOMES DE BRITO  
CRISTIANA COSTA DA ROCHA

## À GUIA DE INTRODUÇÃO

A seca é um fenômeno climático recorrente em diversas regiões do mundo, afetando especialmente as populações rurais que dependem da agricultura e da pecuária para sua subsistência. No Brasil, a região Nordeste é uma das mais vulneráveis a esse problema, enfrentando secas prolongadas que causam impactos socioeconômicos significativos. Nas últimas décadas, o governo federal programou diversas políticas públicas na tentativa de combater os efeitos da seca e melhorar a qualidade de vida das populações afetadas, incluindo a criação das frentes de emergência.

O presente estudo apresenta resultados de pesquisa desenvolvida para Dissertação de Mestrado e tem como objetivo analisar a história das frentes de emergência no Meio-Norte do Brasil, destacando suas principais ações e impactos na vida das populações rurais afetadas pela seca. Para tanto, utilizou-se dados e informações de fontes primárias e secundárias, incluindo relatórios governamentais, estudos acadêmicos e entrevistas sobre quem vivenciou o período, no sentido de contribuir para uma melhor compreensão dos desafios enfrentados pelas populações rurais em regiões afetadas pela seca e das políticas públicas que podem ser implementadas para mitigar seus efeitos. A metodologia utilizada para a construção do capítulo envolveu uma

abordagem qualitativa, com base na análise de fontes documentais e na revisão bibliográfica. Foram utilizados métodos de pesquisa histórica e análise crítica para investigar as relações entre a seca, o trabalho rural e as frentes de emergência de combate à seca no meio-norte do Brasil nas décadas de 1970 a 1990.

Além disso, a revisão bibliográfica permitiu contextualizar o tema dentro de debates mais amplos sobre desenvolvimento rural, desigualdades sociais e políticas de combate à pobreza. A análise crítica das fontes documentais e bibliográficas foi fundamental para identificar as principais questões relacionadas à distribuição de terra, acesso a recursos naturais, modelos de desenvolvimento rural e as consequências das frentes de emergência para as comunidades rurais. A partir dessas análises, buscou-se apresentar uma reflexão aprofundada sobre as dinâmicas sociais, econômicas e políticas envolvidas no enfrentamento da seca e na promoção da resiliência das populações rurais no meio-norte do Brasil.

As *frentes de emergência* foram criadas pelo governo federal nas décadas de 1980 e 1990 como uma resposta à crise socioeconômica causada pela seca no Nordeste. Essas frentes atuaram em três frentes distintas: fornecimento de água e alimentos, implementação de medidas sanitárias e de saúde, e intervenção na produção de bens essenciais. A atuação das frentes de emergência foi fundamental para garantir a sobrevivência das populações rurais afetadas pela seca, mas também gerou impactos significativos na dinâmica social e econômica da região.

A região Meio-Norte é uma sub-região do Nordeste brasileiro que abrange parte dos estados do Piauí e Maranhão. Essa região sofre com os efeitos das estiagens prolongadas, que afetam diretamente a produção agrícola e pecuária, principais fontes de subsistência das populações rurais. Além disso, a falta de água e alimentos pode levar à migração em massa de pessoas em busca de condições melhores de vida, gerando impactos socioeconômicos significativos. A análise da história das frentes de emergência no Meio-Norte do Brasil é importante não apenas para compreender os desafios enfrentados

pelas populações rurais em regiões afetadas pela seca, mas também para avaliar a efetividade das políticas públicas implementadas pelo governo federal para combater os efeitos da seca e promover o desenvolvimento socioeconômico da região.

O recorte temporal entre 1970 e 1990 foi marcado por uma série de secas prolongadas que afetaram gravemente as populações rurais da região. Durante essas décadas, foram criadas diversas *frentes de emergência* para combater os efeitos da seca no intuito de aliviar os transtornos enfrentados pelas pela população. Essas ações foram importantes porque tentaram minimizar os impactos socioeconômicos da seca na busca também de construir resiliência frente às adversidades climáticas. Além disso, o estudo desse período permite compreender melhor as políticas públicas adotadas para enfrentar a seca e as formas como as populações rurais se organizaram para lidar com essa situação.

A dimensão social e econômica da seca é profundamente enraizada e interligada com questões de acesso à terra, distribuição de recursos e poder político. A falta de acesso à terra e aos recursos naturais pode agravar a vulnerabilidade das populações rurais afetadas pela seca, tornando-as mais dependentes de políticas públicas emergenciais e menos capazes de se adaptar às mudanças climáticas. Ora, a expansão do latifúndio pode dificultar o acesso à terra e agravar a concentração de renda e poder nas mãos de poucos, o que pode perpetuar a vulnerabilidade das populações rurais “vítimas das secas”.

Nesse contexto, a teoria de Karl Marx, especialmente em sua obra "Os despossuídos", fornece *insights* importantes sobre a relação entre propriedade fundiária, exploração do trabalho e dependência das populações rurais em relação às políticas públicas. A análise marxista destaca como a concentração de terra e a falta de acesso aos recursos naturais podem agravar a vulnerabilidade das populações rurais, levando a uma maior dependência de intervenções governamentais e impactando a capacidade de adaptação diante das mudanças climáticas.

A partir dessa análise, é possível compreender como a concentração de terra e recursos nas mãos de poucos pode perpetuar a

vulnerabilidade das populações rurais e acentuar as desigualdades sociais, reforçando a necessidade de políticas que promovam uma distribuição mais justa e equitativa dos recursos para enfrentar os desafios da seca e da pobreza no campo. Em resumo, Marx (2017) aborda a questão da propriedade fundiária da terra numa crítica mais ampla à economia política, ao direito consuetudinário dos pobres e à ideologia que sustenta a propriedade privada dos meios de produção. Ele busca desmistificar a noção de propriedade como algo natural e absoluto, evidenciando suas contradições e impactos na sociedade.

Ao examinar as ações e impactos das frentes de emergência, é possível identificar as principais limitações e potencialidades dessas políticas, bem como as estratégias adotadas pelas comunidades locais para lidar com a seca e buscar alternativas de subsistência. Além disso, a análise da história das frentes de emergência pode contribuir para o debate atual sobre as políticas públicas de combate à seca no Brasil, fornecendo subsídios para a formulação de novas estratégias e aprimoramento das existentes.

### **AS SECAS ENTRE AS DÉCADAS DE 1970 E 1990**

Neste capítulo, serão analisadas as políticas de combate à seca e suas implicações socioeconômicas nas populações rurais do Meio-Norte do Brasil. O período delimitado entre as décadas de 1970 e 1990 foi marcado pela estiagem mais longa e contínua do século XX, que abrangeu de 1979 a 1983, resultando em cinco anos de intensos dissabores para as populações rurais. Durante esse tempo, ocorreram cerca de 3,5 milhões de mortes, principalmente crianças desnutridas, conforme mencionado por Antunes (2014). Essa seca prolongada afetou áreas que anteriormente não haviam sido atingidas, incluindo a Pré-Amazônia Maranhense. A baixa precipitação pluviométrica gerou agitação social e ficou marcada como um período conhecido como "O genocídio do Nordeste", em relatório produzido pelas entidades CPT/Cepac/Ibase em 1988.

Além disso, os anos entre 1990 e 1993 também testemunharam a ativação dos Programas de Emergência de Combate aos Efeitos da Seca pelo governo federal, devido à escassez de chuvas que afetou profundamente a região Nordeste. Isso provocou uma onda de pessoas deslocadas em direção aos centros urbanos em busca de auxílio, bem como uma alta taxa de migração. Esses episódios destacam a persistência das crises provocadas pela seca na região e a necessidade contínua de ações de emergência para enfrentar as consequências adversas desse fenômeno climático recorrente.

Considera-se, então, como *frentes de serviço* ou *frentes de emergência* aqueles espaços de obras estabelecidos pelos Programas de Emergência durante situações especiais de defesa civil, com o propósito de oferecer à população ações que abranjam renda (frentes de trabalho), alimentação (distribuição de cestas básicas) e acesso à água (fornecimento de água por meio de carros-pipa). A origem dessas frentes de serviço remonta ao período monárquico, quando obras como a construção de linhas férreas, açudes, poços e outros projetos similares eram implementadas para proporcionar salário à população rural afetada pela estiagem, a qual buscava alternativas em regiões mais favoráveis. Essas frentes de serviço visavam tanto a atender às necessidades imediatas da população quanto a criar oportunidades de trabalho em momentos de crise, contribuindo para minimizar os impactos adversos da seca e manter a subsistência das comunidades afetadas.

Espedita Araújo, exagente da Comissão Pastoral da Terra (CPT), ressaltou em entrevista que as políticas de assistência durante os períodos de seca não eram necessariamente direcionadas de forma específica para regiões isoladas, mas para o Nordeste como um todo. Ela destaca que o Maranhão é um caso peculiar dentro da questão da seca, sendo considerado pelo governo como parte integrante do Nordeste, e, portanto, sujeito às mesmas abordagens e programas que os outros estados da região. Segundo ela, as frentes de serviço, distribuição de alimentos e outras iniciativas foram implementadas em todo o Nordeste, incluindo o Maranhão, independentemente das características particulares de cada região.

O Maranhão é um caso muito específico dentro da questão de seca. Porque o Maranhão [...] sempre foi considerado um Estado [...] para o governo, ainda hoje, o Maranhão é Nordeste igual os outros estados, se vinha frente de serviço pra aqui, vinha para o Maranhão também [...]. Para o governo, com certeza, tudo que vinha pra cá ia pra lá [...]. O Maranhão entra sempre para as campanhas normais do Nordeste [...] as campanhas fortes, tipo, as emergências, essas coisas; eu nunca ouvi falar que vinha diferente não. [...] Se vinha distribuição de feijão preto, [era] distribuído para todo o Nordeste. Se vinha distribuição de frentes de serviço era pra todo mundo. Mas eles [maranhenses] com as especificidades deles, com mais facilidades de água, com mais chuva, com mais vegetação [...] (Araújo, 2015).

A observação de que as políticas muitas vezes eram aplicadas de maneira abrangente para toda a região do Nordeste, incluindo o Maranhão, sem considerar as diferenças específicas entre os estados, sugere a necessidade de uma abordagem mais sensível às particularidades de cada localidade. As variações climáticas, de vegetação e de recursos hídricos entre diferentes áreas do Nordeste, como destacado por Espedita Araújo, demonstram a importância de considerar as especificidades locais ao planejar e implementar políticas de enfrentamento à seca. Ela coloca em dúvida a necessidade de inclusão do Maranhão nas políticas voltadas para a seca no Nordeste.

A interpretação de Espedita compartilha modos de ver o Maranhão como tantos outros homens e mulheres do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, que buscavam refúgio para sobreviver, fazer fortuna e, sobretudo, fugir das secas que assolavam os seus lugares de origem e construíram em suas narrativas um eldorado maranhense (Ferreira, 2015). Por sua vez, o contexto descrito pela entrevistada possui suas bases no projeto de desenvolvimento rural, tão bem expresso no projeto Operação Nordeste<sup>1</sup>

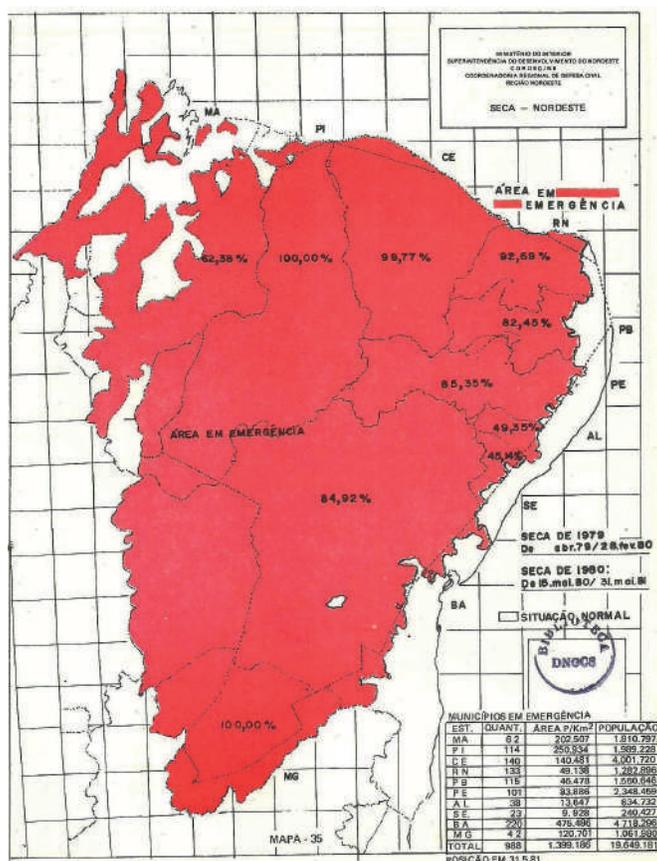
---

1 A "Operação Nordeste" foi um plano de grande envergadura implementado pelo governo brasileiro, especialmente durante a presidência de Juscelino Kubitschek, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social da região nordestina do Brasil. Esse plano envolveu ações abrangentes em diversas áreas, como infraestrutura, abastecimento de água, construção de campos de pouso, investimento em novos equipamentos para órgãos como o DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), assistência às populações afetadas pela seca, entre outras medidas. A Operação

pelo economista Celso Furtado, que moldou as estratégias de desenvolvimento para a região atendendo a uma retórica de progresso e desenvolvimento em suas políticas internas, vide a Lei Sarney de Terras de 1969.

Nesses termos, o relatório da Sudene (1981), a área de emergência em razão da seca iniciada em 1979 assolava todos os estados do Nordeste:

FIGURA 2 - NORDESTE: ÁREA EM EMERGÊNCIA (1981)



Fonte: Sudene, 1981. Mapa 35.

Nordeste visava não apenas mitigar os efeitos das secas recorrentes na região, mas também promover uma verdadeira transformação na economia e na qualidade de vida dos habitantes do Nordeste, buscando reduzir as desigualdades regionais em relação a áreas mais desenvolvidas do país, como o Centro-Sul. O plano incluía a mobilização de recursos financeiros significativos, a criação de novas políticas e a implementação de projetos estruturantes para impulsionar o desenvolvimento regional.

O relatório da Sudene de 1981 evidencia que o Maranhão teve 62,38% do território e o Piauí com 100% de área em emergência, indicando a seriedade da crise e sua influência generalizada. Essa crise de estiagem teve um impacto significativo em toda a região, causando dificuldades econômicas, sociais e humanitárias. As consequências dessa seca foram sentidas de maneira abrangente, levando a ações de emergência por parte do governo para minimizar os impactos sobre a população e as comunidades atingidas. A caracterização da seca como uma "área de emergência" ressalta a gravidade da situação e a necessidade de ações coordenadas para mitigar os efeitos adversos sobre a população, a economia e a infraestrutura da região. Essa situação demonstrou a abrangência e a gravidade do problema da seca no Nordeste e a necessidade de ações coordenadas para lidar com suas consequências. Nesse sentido, reforça-se a importância do entendimento da seca como um desafio complexo e multidimensional que exige abordagens efetivas de resposta por parte dos poderes públicos e da sociedade e que, para sua compreensão, é necessário considerar o debate acerca da ideia de desenvolvimento<sup>2</sup> criada para o campo brasileiro.

## **AS FRENTE DE EMERGÊNCIA DE COMBATE AOS EFEITOS DA SECA**

A seca é considerada por especialistas como um dos maiores problemas enfrentados pelas populações rurais, especialmente aquelas que dependem da agricultura para sua subsistência. A falta de chuvas e a consequente escassez de água afetam diretamente a produção agrícola, o que leva ao deslocamento em massa

---

2 O debate acerca da ideia de desenvolvimento para o campo brasileiro envolveu diferentes perspectivas e aborda-gens ao longo do tempo. Uma das principais discussões girava em torno do modelo de desenvolvimento rural adotado no Brasil, que historicamente seguiu padrões de industrialização e modernização, muitas vezes em de-trimento das comunidades rurais mais vulneráveis. Essa abordagem de desenvolvimento frequentemente prioriza-va os interesses do capital e a expansão do latifúndio, o que resultava em concentração de terra, desigualdades sociais e econômicas, e dificuldade de acesso aos recursos naturais para as populações rurais. A influência das ações governamentais que promoviam a expansão do latifúndio acabava por dificultar o acesso à terra e agravar a vulnerabilidade das comunidades agrícolas mais vulneráveis, especialmente em momentos de crises como a seca.

de multidões de famintos. Ao explorar a história das secas no Nordeste brasileiro, a historiografia remonta a acontecimentos que ocorreram ainda no século XIX. Nessa época, destaca-se a marcante seca de 1877-1879, conhecida como a "maldita dos três setes". Esse evento assinalou o início da percepção da seca como um relevante problema social na região Nordeste, então parte da região Norte, chamando a atenção das autoridades públicas, notavelmente o Governo Imperial. Foi nesse contexto que, no final do século XIX, surgiram os primeiros programas de construção de açudes, um esforço que ganhou força na primeira metade do século XX. Essas iniciativas visavam não apenas solucionar os desafios hídricos, mas também serviam como medidas emergenciais para proporcionar emprego à população afetada pelas secas durante os longos períodos de estiagem.

A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) surge em 1959, trazendo consigo uma abordagem abrangente que transcendeu a questão das secas, estendendo-se aos desafios econômicos, sociais e políticos da região. Na década de 1970, houve uma mudança na orientação do desenvolvimento do Nordeste, passando a ser influenciado pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) de âmbito nacional. Essa transformação foi uma resposta a uma nova configuração na política nacional. É relevante enfatizar que os PNDs direcionaram um volume de recursos consideravelmente maior para o setor agropecuário em comparação com o setor industrial (Sudene, 1980). Essa alocação de recursos reflete uma ênfase estratégica no desenvolvimento rural e agrícola como meio de impulsionar a economia da região nordestina.

No contexto da orientação delineada no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), o Governo Federal tomou medidas a partir de 1974 para estabelecer e implementar os chamados Programas Regionais Especiais. Essas iniciativas foram concebidas com o propósito de centralizar as ações governamentais em áreas selecionadas como prioritárias, com foco particular em regiões que

possuíam notáveis potencialidades de recursos naturais (Sudene, 1980). Essa estratégia buscava otimizar a exploração desses recursos, com o objetivo de acelerar tanto o desenvolvimento social quanto econômico do Nordeste.

A Sudene desempenhou o papel de órgão coordenador dos Programas Regionais Especiais, atribuído a ela a tarefa de estabelecer prioridades, analisar, aprovar, monitorar e avaliar os resultados oriundos da execução dos projetos e das atividades vinculadas a cada um desses programas. Em 1979, uma nova abordagem foi aplicada a esses programas, atribuindo também à Sudene a responsabilidade pela elaboração das programações anuais dos projetos especiais em andamento no Nordeste, em estreita cooperação com outros órgãos federais e governos estaduais envolvidos. Dentre os vários Programas Regionais Especiais, merecem destaque o Polonordeste, o Projeto Sertanejo e o Programa de Emergência contra os Efeitos de Calamidades Públicas no Nordeste, este último ativado em situações de emergência.

A seca ocorrida entre 1979 e 1983 constituiu um dos desastres naturais mais devastadores vivenciados pelo Nordeste durante a era republicana. Durante esse período, a região enfrentou sérias deficiências em seus sistemas de abastecimento hídrico, resultando em uma situação de gravíssima escassez. A falta de recursos financeiros e a limitação administrativa para lidar com essa crise levaram tanto o governo federal quanto os governos estaduais a adotar medidas emergenciais, sobretudo de natureza social e humanitária, para atenuar a aflição das populações mais vulneráveis. No contexto do Piauí, as ações principais concentraram-se no fornecimento direto de auxílio às comunidades mais expostas à seca, visando possibilitar que homens e mulheres enfrentassem a escassez cotidiana, tentando assim preservar uma qualidade de vida minimamente digna.

O Programa de Emergência contra os Efeitos de Calamidades Públicas no Nordeste tinha a função de ser ativado em situações

emergenciais, quando a região enfrentasse calamidades públicas, como secas severas. Sua finalidade era fornecer uma resposta rápida e eficaz para lidar com os impactos imediatos dessas crises, buscando melhorar a vida das populações afetadas. Dessa forma, o programa buscava oferecer ajuda humanitária, assistência médica, fornecimento de alimentos e recursos essenciais para enfrentar os desafios causados pelos eventos extremos.

As medidas emergenciais implementadas podem ser agrupadas em três categorias distintas: aquelas relacionadas ao acesso a água e alimentos, as medidas de caráter sanitário e de saúde, e as intervenções na produção de outros bens. No primeiro grupo, ações como a construção de poços e a organização de caravanas para transportar água a comunidades remotas desempenharam um papel fundamental. No segundo grupo, merecem destaque os programas de comunicação, educação e prevenção de doenças endêmicas vinculadas à escassez de água potável, tais como diarreias infecciosas e cólera, entre outras. No último grupo, sobressai o programa de revitalização de áreas afetadas pela seca, que tinha como objetivo possibilitar às famílias a chance de restabelecer a produção, como forma de desencorajar a migração. Essas ações convergiam para mitigar os efeitos das secas e melhorar as condições de vida das comunidades atingidas.

As ações mencionadas tinham como convergência principal a mitigação dos impactos das secas e o aprimoramento das condições de vida das comunidades afetadas. Ao atuar nos três grupos distintos – fornecendo acesso à água e alimentos, implementando medidas sanitárias e de saúde, e intervindo na produção de bens essenciais – o objetivo primordial era reduzir o sofrimento das populações em momentos de crise e contribuir para a construção de resiliência frente às reverses climáticas. Por meio dessas medidas, buscava-se proporcionar às comunidades uma base mais sólida para enfrentar os desafios das secas, melhorando o bem-estar e oferecendo recursos vitais para a subsistência e o desenvolvimento sustentável.

A análise da seca que ocorreu entre 1979 e 1983, bem como das medidas adotadas pela política emergencial, revela que, ainda que de maneira limitada, o governo conseguiu atender em parte às necessidades da população piauiense diante da crise, mesmo que de forma insuficiente. No entanto, a migração em massa dos camponeses e seu deslocamento para cidades maiores devido à falta de meios para sobreviver atestam que as ações tomadas não foram capazes de lidar adequadamente com as consequências da estiagem. Embora tenham proporcionado algum alívio às comunidades afetadas, a magnitude do desafio e a profundidade das necessidades foram tais que as medidas emergenciais se mostraram incapazes de prevenir o deslocamento forçado das populações rurais em busca de oportunidades em centros urbanos. Esse fenômeno evidencia as limitações e complexidades no enfrentamento das secas e suas repercussões sociais e econômicas, destacando a necessidade de abordagens mais abrangentes e sustentáveis para lidar com tais crises.

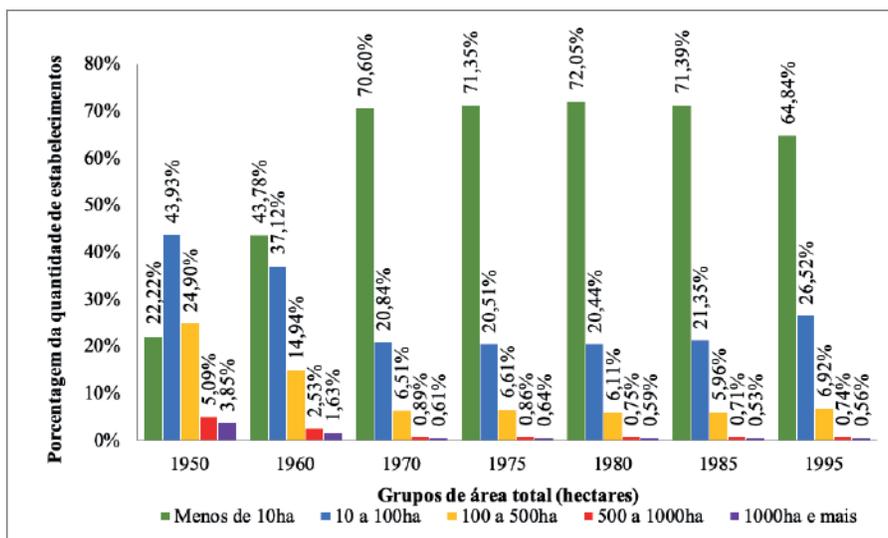
Em linhas gerais, a seca ocorrida entre 1979 e 1983 evidenciou que, apesar da disponibilidade de água em grandes reservatórios, esses não estavam estrategicamente posicionados para atender às necessidades da população de maneira adequada. A água também não estava distribuída de maneira acessível nos numerosos povoados, fazendas e propriedades rurais da região, especialmente no semiárido. A única opção para o fornecimento de água era o custoso transporte por meio de caminhões-pipa. Diante dessa realidade, surgiu o reconhecimento de que a construção de novos açudes e a perfuração de poços deveriam ser responsabilidades atribuídas ao Dnocs (Niepce, 1985). Esse entendimento refletiu a necessidade de um planejamento mais estratégico e abrangente para a gestão dos recursos hídricos na região, visando atender às demandas da população de forma mais eficaz e equitativa.

De acordo com Gondim (1984), é imperativo não confundir a questão da seca como uma simples consequência do

subdesenvolvimento regional, negligenciando o fato de que a seca é essencialmente a escassez de água, e tal problema não é solucionado pela implantação de unidades industriais localizadas fora da área afetada. Durante a seca de 1979-1983, essa abordagem teria tido resultados devastadores para o semiárido, o que evidencia um erro estratégico cometido. O cerne da questão residiria na necessidade de desenvolver a região como um todo, providenciando os meios e condições que a capacitassem a enfrentar os efeitos das secas. A perspectiva de industrialização foi reavaliada à luz desses fatos, e a experiência conduziu a uma redefinição da abordagem da seca sob três prismas: engenharia civil, engenharia agrônômica e perspectiva econômico-social, acompanhados de pesquisas e estudos para explorar o potencial dos recursos naturais da região. Essa busca redireciona para uma tentativa de compreensão mais ampla e integrada das complexas interações entre os fatores climáticos, socioeconômicos e técnicos que envolvem a questão da seca no Nordeste.

Na região Meio-Norte, as grandes propriedades latifundiárias predominam, e é nesse contexto que se encontram os camponeses sem terra. As distinções entre as várias sub-regiões são mais evidentes devido às suas características físicas peculiares e/ou histórias de formação um pouco distintas. Um exemplo é a região do Delta do Parnaíba, que era densamente povoada devido à produção extrativa, com destaque para produtos como cera de carnaúba e babaçu. Até o final da década de 1950, essas atividades constituíram a principal base econômica do estado (Bandeira, 1991). Esse contexto revela uma paisagem diversificada na região, onde diferentes formas de produção e ocupação do solo coexistem, refletindo tanto aspectos históricos quanto às características naturais únicas de cada localidade.

GRÁFICO 1 - PORCENTAGEM DA QUANTIDADE DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS NO PIAUÍ, EM HECTARES, NOS CENSOS DE 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 E 1995-1996 POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL



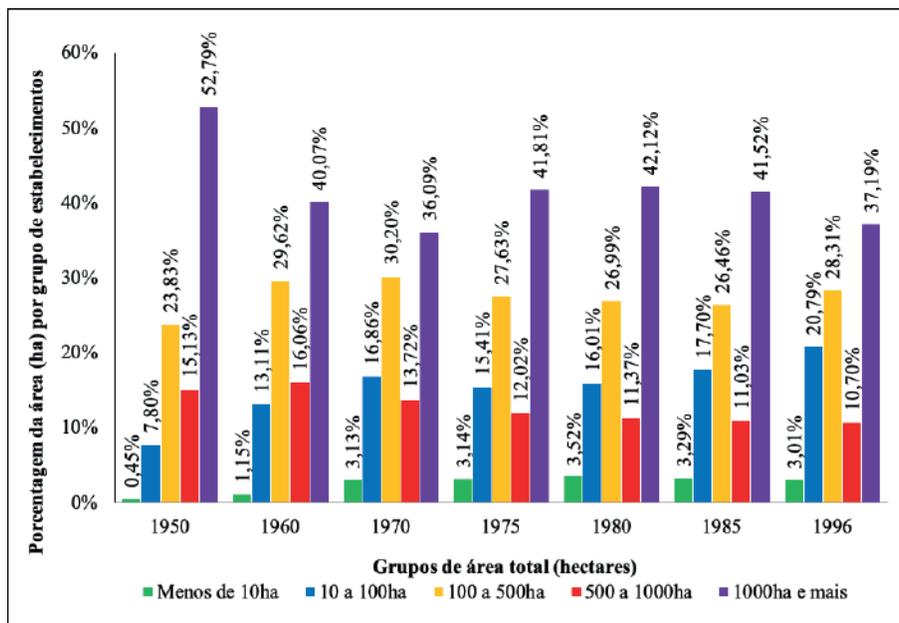
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1995-1996.

Nota: Nos Censos Agropecuários de 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996 o Piauí totalizou em quantidades, respectivamente, 34.106, 87.303, 217.886, 216.704, 249.129, 270.443 e 208.111 estabelecimentos agropecuários. Ressalte-se também que a quantidade de estabelecimentos sem declaração da área foram, respectivamente, 1, 4, 1189, 70, 163, 181 e 1113: em todos os casos representando menos de 1%.

A crise enfrentada pelo setor extrativista devido à falência dos mercados internacionais desencadeou um processo de remodelação na agricultura piauiense entre 1950 e 1970, conforme descrito por Bandeira (1994). Nesse período, a grande propriedade rural passou por uma reconfiguração, transformando-se em unidades latifundiárias que se valiam da mão de obra fornecida por meio da concessão de lotes para famílias não-proprietárias. Esse processo resultou na vulnerabilidade das famílias camponesas em situações de estiagem, uma vez que não dispunham de fontes de renda suficientes para a subsistência familiar. Em muitos casos, essas famílias ainda estavam endividadas devido a acordos de arrendamento e parceria. Esse cenário ilustra como a reestruturação do sistema agrário na região influenciou a dinâmica socioeconômica das famílias rurais, tornando-as mais

suscetíveis aos efeitos negativos das secas e outros contratemplos. O gráfico 01 permite analisar tais questões, ao passo que demonstra o aumento significativo dos pequenos estabelecimentos<sup>3</sup> agropecuários, enquanto os demais entram em declínio.

**GRÁFICO 2 - PORCENTAGEM DA ÁREA (HA) DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS NO PIAUÍ, EM HECTARES, NOS CENSOS DE 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 E 1995-1996 POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL**



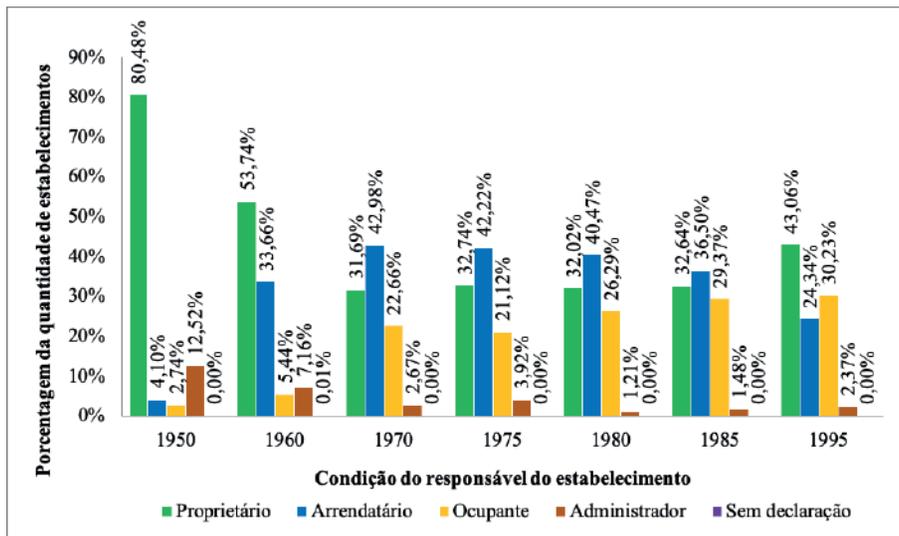
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1995-1996.

Nota: Nos Censos Agropecuários de 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996 o Piauí registrou o total de hectares dos estabelecimentos, respectivamente, 7.876.552ha, 9.106.820ha, 9.606.730ha, 10.523.517ha, 11.162.096ha, 11.828.025ha, 9.659.972ha.

3 O Censo Agrícola de 1950 considerou como estabelecimento “toda exploração agropecuária constituída de área contínua, de qualquer extensão, subordinada a uma única administração. Excluíram-se as explorações exclusiva-mente destinadas ao consumo doméstico. [...] Um estabelecimento pode ser constituído de terras próprias, de terras de terceiros, ou de terras próprias e de terceiros. As áreas sob a mesma administração quando não confinantes, bem como as explorações pertencentes a um só proprietário mas entregues a administrações diversas, foram consideradas estabelecimentos distintos. Consideram-se também estabelecimentos distintos as áreas exploradas em regime de parceria quando os responsáveis por sua administração eram os próprios parceiros (IBGE, 1950. p. XXIV)”.

Em contrapartida, o gráfico 02 revela que o predomínio da área de cobertura do solo piauiense se mantém com os grandes estabelecimentos agropecuários. A grande quantidade de estabelecimentos com menos de 10 hectares vista no gráfico 01, necessariamente não reflete na dimensão territorial, na área de cobertura, ou seja, não significa o acesso à terra pelas populações pobres. A nova dinâmica do setor rural piauiense que salta 34.106 estabelecimentos agropecuários em 1950 para 270.443 em 1985 mostra o crescimento da importância da lavoura na segunda metade do século XX, especialmente com os camponeses na condição de moradores, parceiros ou ocupantes em parcelas ínfimas de terras. Os números revelam que, especialmente no território piauiense, o cenário de seca se alterna com a formação de unidades produtivas ancoradas no latifúndio e na pequena produção de subsistência.

GRÁFICO 3 – PORCENTAGEM DA QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS NO PIAUÍ NOS CENSOS DE 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 E 1995-1996 SEGUNDO A CONDIÇÃO DO RESPONSÁVEL



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1995-1996.

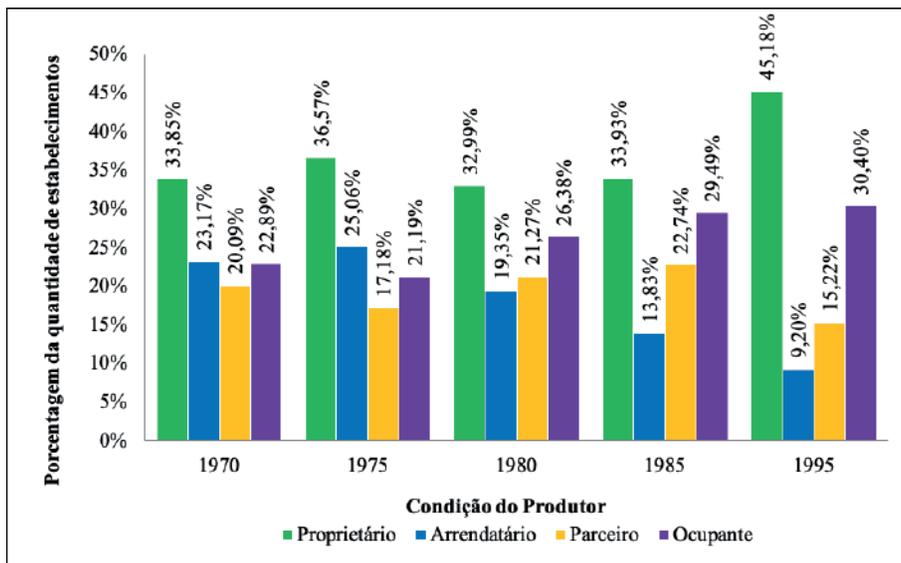
Nota: Nos Censos Agropecuários de 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996 o Piauí totalizou em quantidades, respectivamente, 34.106, 87.303, 217.886, 216.704, 249.129, 270.443 e 208.111 estabelecimentos agropecuários. Em relação aos estabelecimentos não declarante, apenas 1960 contou com 11 enquanto os demais zeraram.

No gráfico 03, visualiza-se o crescimento vertiginoso da quantidade de estabelecimentos com *responsáveis*<sup>4</sup> arrendatários entre as décadas de 1950 e 1970 e um considerável estaque até 1995, ficando esse últimos 25 anos marcados pelo aumento das participações de parceiros e ocupantes. No gráfico 04, a quantidade de estabelecimentos onde a condição do *produtor* é arrendatário entra em declínio, enquanto se observa um crescimento dos estabelecimentos onde o produtor é o proprietário, parceiro ou ocupante. Segundo Bandeira (1994), essa movimentação pode ser explicada, além de outros, pelos já citados programas governamentais e o reflexo do interesse maior dos proprietários em terras com produtos de valor comercial. Seria, pois, resultado de maior dedicação desses proprietários às suas unidades produtivas, incentivadas pelo acesso ao crédito, assistência técnica e escoamento dos produtos.

---

4 Para a *condição do responsável*, o Censo Agrícola de 1950 “considerou-se responsável pelo estabelecimento a pessoa que efetivamente o dirigia, fosse na condição de proprietária, arrendatário, administrador ou ocupante. Na condição de proprietário contaram-se ainda os usufrutuários, e os foreiros ou enfiteutas. Consideraram-se como arrendatário os responsáveis pela exploração do estabelecimento, mediante locação ou parceria. À condição de administrador equipararam-se os diretores e mandatários de organizações públicas e privadas. Na de ocupante estão classificados os que exploram terras alheias a título gratuito, com ou sem consentimento do proprietário. No caso em que o responsável fosse proprietário de parte do estabelecimento, e arrendatário ou ocupante da parte restante, prevaleceu a condição de proprietário; quando o responsável arrendasse uma parte do estabelecimento e ocupasse a outra, foi classificado como arrendatário ou ocupante, conforme predominasse a área arrendada ou ocupada (IBGE, 1950, p. XXVI)”. Já a respeito da propriedade do imóvel, o Censo Agrícola de 1950 “investi-gou-se a propriedade das terras em que se localizavam os estabelecimentos. Discriminam-se os estabelecimentos segundo se situassem em terras de propriedade individual, de condomínio e sociedades de pessoas, de sociedades anônimas, cooperativas e outras, de instituições pias e religiosas e de entidades públicas. Referem-se os resultados do Censo Agrícola de 1940 aos estabelecimentos localizados em imóveis de propriedade individual, de condomínio, de pessoa jurídica e do governo. Na categoria de pessoa jurídica destacam-se os imóveis de propriedade de sindicato ou cooperativa e de instituição religiosa e, na do governo, os pertencentes ao governo federal, aos governos estaduais e aos municipais (IBGE, 1950, p. XXV).”

GRÁFICO 4 – PORCENTAGEM DA QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS NO PIAUÍ NOS CENSOS 1970, 1975, 1980, 1985 E 1995-1996 SEGUNDO A CONDIÇÃO DO PRODUTOR



Fonte: IBGE, Censos Agropecuários 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996.

Nota: Nos Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996 o Piauí totalizou em quantidades, respectivamente, 217.886, 216.704, 249.129, 270.443 e 208.111 estabelecimentos agropecuários.

O crescimento das pequenas unidades de produção durante as décadas de 1950 e 1970 pode ser compreendido, de acordo com Rocha (2015), como decorrente da subdivisão das propriedades de pequeno e médio porte entre os membros da família, frequentemente através de heranças. As décadas subsequentes mantiveram uma certa estabilidade nesses números, em grande medida devido aos diversos programas governamentais implementados no período, como o Polonordeste e o Projeto Sertanejo. Esses programas contribuíram para reduzir o número de produtores atuando como arrendatários, enquanto aumentavam o número de parceiros e ocupantes. Esse contexto de transformações na estrutura agrária ilustra como fatores socioeconômicos e políticas governamentais podem influenciar a dinâmica das propriedades rurais e a distribuição da terra, impactando a vida das famílias camponesas na região.

O fenômeno da seca, como um evento climático, desencadeia fome e miséria nas populações agrícolas mais vulneráveis, sendo agravado pela influência das ações governamentais que promovem a expansão do latifúndio, o que por sua vez dificulta o acesso à terra. De acordo com Rocha (2022), o modelo de desenvolvimento rural adotado no Brasil segue padrões de industrialização, com impactos devastadores na vida das famílias camponesas. Essa abordagem resulta de uma agenda política que tem raízes desde meados do século XIX e atravessa a crise do extrativismo até as políticas de modernização do campo no século XX. Nesse contexto, o Estado desenha uma realidade que favorece os interesses do capital, contribuindo para uma dinâmica que prejudica as populações rurais mais vulneráveis e perpetua as desigualdades sociais e econômicas.

É crucial enfatizar que o Programa de Emergência de Combate à Seca estava intimamente relacionado à criação de *frentes de serviço*, e essas frentes tinham como principal propósito oferecer emprego imediato em situações de calamidade. Esse programa foi concebido para conter a tendência de deslocamento, que é uma alternativa comum dos trabalhadores em busca de meios de subsistência em momentos de crise. Ele surgiu como uma medida para evitar essas migrações, que são uma estratégia tradicional dos trabalhadores. A retenção dessa mão de obra era especialmente interessante para os proprietários de terra, que durante a crise podiam contar com uma força de trabalho para a realização de melhorias nas propriedades. Além disso, os governantes locais também se beneficiavam politicamente ao oferecer oportunidades de emprego em um contexto de dificuldades, fortalecendo seus vínculos com a população afetada pela seca.

Como resultado desse cenário, os camponeses foram os mais impactados, uma vez que as medidas adotadas foram em grande parte paliativas, buscando minorar temporariamente os efeitos da seca e garantir a sobrevivência da população que estava enfrentando os impactos da estiagem. Essas ações, embora tenham tido a intenção de atenuar o problema, não abordaram as causas profundas da

vulnerabilidade dos camponeses diante das secas recorrentes. Como resultado, muitos desses camponeses foram forçados a migrar em busca de melhores condições de vida, enquanto outros enfrentaram a difícil escolha de permanecer em suas terras esperando por dias melhores. Esse ciclo de migração e sofrimento ilustra a complexidade das consequências da seca e das políticas implementadas para lidar com ela, destacando a necessidade de abordagens mais abrangentes e sustentáveis para combater a vulnerabilidade das populações rurais.

A seca transcende sua natureza como mero fenômeno climático, sendo essencial considerar que suas consequências desencadeiam uma série de interesses econômicos que vão além das fronteiras da região afetada. A fome e a seca são componentes de um quadro estrutural mais amplo, onde a fome generalizada leva os habitantes do sertão a se deslocarem em busca de alimentos. Em um estado de desespero e privação, essas pessoas muitas vezes se veem compelidas a tomar medidas extremas para garantir sua subsistência. A dimensão social e econômica da seca é profundamente enraizada e interligada com questões de acesso à terra, distribuição de recursos e poder político. Compreender a seca como um problema multidimensional é crucial para desenvolver abordagens eficazes que vão além de respostas emergenciais, buscando soluções sustentáveis para as comunidades afetadas e abordando as complexas interações entre fatores climáticos, econômicos e sociais.

As *frentes de serviço* desempenhavam um papel significativo ao criar expectativas na população em relação às oportunidades de emprego, além de promover a organização das comunidades em torno dessas oportunidades e também a organização interna das famílias. Esses espaços de trabalho colaboravam para a solidariedade entre os trabalhadores, que desenvolviam estratégias conjuntas para se manterem empregados. Os operários, portanto, vivenciaram uma experiência histórica única nesse contexto. A rede de relações formada ao redor das frentes de serviço abrangeu várias esferas, incluindo as culturais, sociais, econômicas e políticas. Essa interconexão complexa

influenciou não apenas a vida dos trabalhadores, mas também a dinâmica mais ampla da sociedade, destacando como as ações governamentais e as respostas populares se entrelaçam em um cenário de adversidade como a seca.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As frentes de serviço foram estabelecidas pelos Programas de Emergência durante situações especiais de defesa civil, com o propósito de oferecer à população ações que abranjam renda (frentes de trabalho), alimentação (distribuição de cestas básicas) e acesso à água (fornecimento de água por meio de carros-pipa). Diante dos impactos calamitosos da situação, o governo federal adotou medidas mais contundentes para prestar auxílio às populações afetadas, mobilizando uma cooperação entre todos os órgãos do poder público para agir em duas frentes de ação: intervenções nas propriedades rurais e obras públicas.

As ações convergiam para mitigar os efeitos das secas e melhorar as condições de vida das comunidades atingidas. As intervenções nas propriedades rurais visavam ajudar os trabalhadores rurais que haviam perdido suas plantações e cultivos, estendendo-se também às propriedades localizadas no Sertão. Benefícios foram destinados às populações rurais afetadas pela seca através ações das frentes de emergência, que visavam atender às suas necessidades básicas e ajudá-las a enfrentar as consequências adversas desse fenômeno climático recorrente.

No que diz respeito às consequências das frentes de emergência para as populações rurais afetadas pela seca, é importante destacar que essas ações foram implementadas em um contexto de crise econômica e social, em que muitas famílias camponesas enfrentavam dificuldades para sobreviver. Nesse sentido, as frentes de emergência foram uma resposta do Estado brasileiro à necessidade de mitigar os efeitos da seca e oferecer meios de subsistência para as populações rurais afetadas.

No entanto, é importante ressaltar que as frentes de emergência também tiveram consequências negativas para as populações rurais. Em primeiro lugar, é preciso destacar que essas ações foram concebidas como medidas emergenciais, ou seja, não foram capazes de resolver os problemas estruturais que afetavam as populações rurais no longo prazo. Além disso, as frentes de emergência muitas vezes ofereciam trabalhos temporários e mal remunerados, o que não garantia uma renda estável para as famílias camponesas.

Uma repercussão adversa adicional das frentes de emergência associou-se ao modelo de desenvolvimento rural implementado no Brasil, que segue os moldes de industrialização, priorizando os interesses do capital em detrimento das comunidades rurais mais suscetíveis. Esse formato de desenvolvimento rural conduziu a uma dinâmica que perpetua as disparidades sociais e econômicas, agravando a marginalização das populações rurais e promovendo a concentração de terras nas mãos de um reduzido número de proprietários.

É possível inferir que a concentração de terras nas mãos de poucos proprietários e o modelo de desenvolvimento rural adotado no Brasil colaborou para o sofrimento das populações rurais durante os períodos de estiagem, limitando seu acesso aos recursos naturais e perpetuando as desigualdades sociais e econômicas. Por fim, é importante destacar que as frentes de emergência também foram criticadas por sua abordagem paternalista e assistencialista, que não levava em conta as demandas e necessidades das populações rurais afetadas pela seca. Em muitos casos, as ações das frentes de emergência eram implementadas sem a participação efetiva das comunidades locais, o que limitava a sua eficácia e contribuía para a reprodução das desigualdades sociais e econômicas.

## REFERÊNCIAS

### FONTES DOCUMENTAIS

CPT; CPAC; IBASE. *O genocídio do Nordeste (1979-1983)*. São Paulo: Hucitec, 1988.

DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, Divisão de Estatística. *Relatório 1979*. Ministério do Interior, Fortaleza, 1980.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censos Agrícolas/Agropecuários de 1950 a 1996*. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=767>. Acesso em: 10 jul. 2023.

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, Divisão de Acompanhamento, Controle e Avaliação. *Relatório anual de 1979*. Ministério do Interior, Recife, 1980.

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, Divisão de Recursos Naturais. *As secas no Nordeste: uma abordagem histórica de causas e efeitos*. Ministério do Interior, Recife, 1981.

### FONTES ORAIS

ARAÚJO, Espedita da Silva. *Entrevista concedida a Cristiana Costa da Rocha*. Teresina, 19 set. 2015.

### BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

ANTUNES, Luiza. Os 10 maiores períodos de seca no Brasil. *Super Interessante*. 19 Ago 2014. Atualizado em 21 dez 2016. Disponível em: <https://super.abril.com.br/coluna/superlistas/os-10-maiores-periodos-de-seca-no-brasil>. Acesso em 26 maio 2023.

BANDEIRA, Wiliam Jorge. A nova dinâmica do setor rural piauiense. *Carta Cepro*, Teresina, v. 15, n. 1, p. 46-55, 1994.

BANDEIRA, Wiliam Jorge. Considerações sobre os Projetos de Desenvolvimento Integrados dirigidos aos Pequenos Produtores. *Carta Cepro*, v. 14, n. 1 (jul./dez. 1991): 09-21.

DANTAS, Eustogio Wanderley Correia. O Nordeste desconstruído ou reconstruído? *Confins*, n. 501, 7 set. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/confins.21089>. Acesso em: 24 ago. 2023.

DE ALCÂNTARA SILVA *et. al.* O Desastre Seca no Nordeste Brasileiro. *Polêm!ca*, v. 12, n.2, pp. 284-193, abril/jun. 2013

DUARTE, Renato. Seca, pobreza e políticas públicas no nordeste do Brasil. In.: Ziccardi, Alicia (org.). *Pobreza, desigualdad social e ciudadanía: los limites de las politicas publicas sociales en America Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

FERREIRA, Marcia Milena Galdez. *Construção do eldorado maranhense: experiência e narrativa de migrantes nordestinos em municípios do Médio Mearim-MA (1930-1970)*. 2015. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, Niterói, 2015.

GONDIM, Joaquim Guedes Corrêa. *Reflexões sobre as secas*. Recife: Dnocs, 1984.

KUBITSCHKE, Juscelino. Operação Nordeste. Notícias, *Revista Brasileira de Geografia*: Rio de Janeiro, n. 2, abril-junho de 1959, p. 225-232.

NIEPCE - Núcleo Independente de Estudos e Pesquisas do Ceará. *O Dnocs e o novo nordeste: uma perspectiva histórica (1909-1984)*. vol. 1. Fortaleza: Dnocs, 1985.

ROCHA, Cristiana Costa da. As faces do desenvolvimentismo no extrativismo de Carnaúba no Piauí, 1930 e 1970. In: Nunes, Francivaldo Alves; Ferreira, Marcia Milena Galdez; Rocha, Cristiana Costa da. (Orgs.). *O Rural entre posses, domínios e conflitos*. São Paulo: Livraria da Física, 2022.

ROCHA, Cristiana Costa da. *A vida da lei, a lei da vida: conflitos pela terra, família e trabalho escravo no tempo presente*. Tese (Doutorado) em História Social – Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2015.

PARTE II

# trabalho escravo e conflitos

**O COMBATE AO TRABALHO  
ESCRAVO CONTEMPORÂNEO  
EM FAZENDAS DO AGRONEGÓCIO  
NO PIAUÍ E MARANHÃO  
(1985-1995)**

MARCELO ALEFF DE OLIVEIRA VIEIRA

## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, questões relacionadas ao trabalho escravo contemporâneo têm suscitado debates nos campos político, jurídico, acadêmico e social. No Brasil, esse problema é tipificado como crime pelo artigo 149 do Código Penal de 1940, que prevê pena de 2 a 8 anos de reclusão. Quanto a sua conceituação, violações aos princípios da dignidade da pessoa humana são elementos centrais e determinantes, ou seja, o desrespeito aos direitos humanos. Sobre isso, Ricardo Rezende Figueira argumenta que situações marcadas pela exploração de trabalho escravo são comumente caracterizadas por:

Um conjunto de práticas que podem ser, dependendo da autoridade coatora, tipificadas juridicamente como crime – manter pessoas em cárcere privado, violência física, como tortura ou lesões corporais, assassinato e danos ambientais – violações às leis trabalhistas – não assinatura de Carteira de Trabalho e Previdência Social, não recolhimento dos direitos previdenciários, não pagamento de salários e das férias, condições inadequadas de habitação, transporte, alimentação e segurança (FIGUEIRA, 2004, p.35).

Ou seja, tais práticas, definidas juridicamente como trabalho escravo, reduzem seres humanos à condição de objetos descartáveis, vilipendiam a honra e a liberdade individual, comprometem a

integridade física e psicológica, desrespeitam direitos trabalhistas e levam ao adoecimento e morte.

Um aspecto notável que se apresenta ao tratarmos desta temática é que somente em 1985, com o funcionamento do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), registra-se, “[...] na documentação oficial, pela primeira vez, o reconhecimento da existência no Brasil de relações de mão de obra designadas, de forma abreviada, como trabalho escravo” (GOMES; GUIMARÃES NETO, 2018, p. 47).

O aparecimento em documentação oficial não correspondia essencialmente ao reconhecimento de fato. Embora mediante sistemáticas denúncias e pressões exercidas por instâncias internacionais, ainda em 1992, o representante do Governo brasileiro na Organização Internacional do Trabalho (OIT) negava a existência do trabalho escravo. Porém, esse cenário de pressões apresentou-se crucial e, “[...] a partir de 1995, a atitude do Governo começou a mudar, ao reconhecer a existência de trabalho escravo no país” (OIT, 2010, p. 31).

Até aquele momento, coube à Comissão Pastoral da Terra (CPT) o papel de denunciar e prestar assessoria jurídica às vítimas. Esse trabalho pastoral, realizado desde a década de 1970, foi imprescindível por reunir elementos e contraprovas factuais da ocorrência desses crimes em diversas regiões do país, esforço fundamental por lançar as bases para a posterior atuação dos agentes públicos no sentido da fiscalização, autuação e resgate de trabalhadores escravizados.

Diante desse contexto, buscamos analisar as ações e desafios enfrentados por agentes fiscais do Estado no combate ao trabalho escravo em fazendas do agronegócio nos estados do Piauí e Maranhão, entre 1985 e 1995. Importante realçar que as propriedades rurais, alvos das operações, pertenciam ao Grupo João Santos, conjunto empresarial bilionário que figurou, por muitas décadas, entre as maiores corporações do país, atuando nos setores da produção de cimento, comunicações, agroindústria e celulose.

Por meio de fontes acessadas no arquivo da sede da CPT/PI, como relatórios de inspeções, reportagens de jornais locais, *Diário do Povo* e *O Estado*, e outros documentos, apresentamos, inicialmente, as condições aviltantes a que os trabalhadores eram submetidos no interior das unidades produtivas. Em seguida, demonstramos as atitudes de olheiros e gerentes das propriedades rurais voltadas para solapar as fiscalizações, e, igualmente, as alianças realizadas entre diferentes instituições para garantir a efetivação das inspeções. Por último, sintetizamos a argumentação.

### FISCALIZAÇÃO E O FLAGRANTE DE TRABALHO ESCRAVO

Em 29 de junho de 1993, um grupo formado por agentes de inspeção do trabalho da Delegacia Regional do Trabalho do Piauí (DRT/PI) se deslocou de Teresina em direção à fazenda Santa Júlia, situada no município de Miguel Alves<sup>1</sup>. O objetivo da equipe era investigar denúncias de condições irregulares a que estavam submetidos os empregados daquela propriedade, em especial os cortadores de bambu. A ação conseguiu identificar cerca de 185 pessoas atuando em atividades laborais sem o devido registro legal, além de outras infrações. Entretanto, o cenário se apresentava ainda mais preocupante. Ao descumprimento dos direitos trabalhistas somavam-se múltiplos atentados à dignidade e à vida de homens, mulheres, crianças e idosos, flagrados em condições desumanas. Diante disso, os componentes da fiscalização compreenderam que apenas uma vistoria não seria suficiente, dada a gravidade e urgência da situação. Logo, outra operação fiscalizatória mais ampla foi planejada para execução nos dias seguintes.

Entre 10 e 15 de julho daquele ano, uma nova inspeção foi realizada por uma equipe multidisciplinar formada: pelos auditores fiscais do trabalho, Rubervan Maciel do Nascimento, Paula Maria

---

1 Município emancipado em 1912, está situado na região Meio Norte do estado e localizado a 110 km da capital, Teresina. Sua população atual é de 32.150 habitantes e possui área aproximada de 1419,1 km<sup>2</sup>. (IBGE, 2022)

do Nascimento Mazullo e Margarida Lúcia Rocha Mendes de Alencar; médicos do trabalho, Francisco Luís Lima e Roberval de Sousa Araújo; além de policiais federais. A operação se direcionou para fazendas das empresas Agrimex Agro Industrial Mercantil Excelsior S/A, e Itajubara S/A – Açúcar e Álcool, fundadas e implementadas na região em 1979. As propriedades rurais citadas ocupavam aproximadamente 150 mil hectares nos municípios de Miguel Alves, Piauí e Coelho Neto<sup>2</sup>, Maranhão.

As atividades da Agrimex S/A giravam em torno do corte e preparação de bambu, utilizado para produção de papel, o que implicava, entre outros fatores, o aumento do desmatamento da região. A fazenda Santa Júlia, no Piauí, estava sob sua administração, da mesma forma que as fazendas Cerradinho, Zundão, Caiçara, Cajulândia e Centro do Açude, localizadas no Maranhão. Estas últimas propriedades rurais também atendiam demandas produtivas da empresa Itajubara S/A, no plantio e corte de cana-de-açúcar para produção e comercialização de açúcar e álcool.

Em relação aos regimes de trabalho impostos no interior das fazendas, os agentes da fiscalização constataram o predomínio de diversos vilipêndios aos direitos sociais e humanos dos trabalhadores: baixíssimos salários, jornadas exaustivas, mecanismos de endividamento e imobilização, alimentação e alojamentos precários. Dito em outras palavras, um verdadeiro campo de horror, arquitetado para exploração de trabalho escravo. Como constatou Rubervan Maciel do Nascimento, auditor fiscal do trabalho, que “[...] ficou horrorizado ao penetrar na fazenda e constatar o serviço semiescravo dos cortadores de bambu” (DIÁRIO DO POVO, 20 jul. 1993, p. 5).

A esmagadora maioria dos trabalhadores identificados não possuía qualquer vínculo formal com as empresas. Com idades entre 8 e 60 anos, eram vindos de localidades rurais e periferias urbanas dos

---

2 Elevado à condição de município em 1914, está situado na Mesorregião Leste Maranhense. Localiza-se a 480 km da capital, São Luís. Sua população atual é de 41.353 habitantes e seu perímetro territorial abrange uma área de 975.523 km<sup>2</sup>. (IBGE, 2022).

municípios da região (alguns até mesmo de outros estados), davam início à jornada de trabalho por volta das 5 horas da manhã e findavam às 19 horas, ou seja, cerca de 14 horas ininterruptas. Quanto ao pagamento, esse era calculado com base na produtividade. Os cortadores de bambu, por exemplo, deveriam extrair 3.500 toras por dia, medindo 3 metros cada, para conseguirem atingir pagamentos mensais que girassem em torno do salário mínimo vigente, tarefa humanamente impossível e que empurrava aquelas pessoas, obstinadas em superar a pobreza, para a exaustão de suas forças. Na realidade, o que de fato era pago jamais extrapolava 35% do valor do salário mínimo obrigatório (RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO RURAL, 1993, p. 4).

A alimentação era um dos aspectos que contribuía para o endividamento, uma vez que deveria ser comprada com o “gato”, o aliciador, que não fornecia nada além de arroz, feijão e sal. Esse, por sua vez, cobrava preços excessivamente altos e descontava do pagamento dos trabalhadores. Vale ressaltar que havia trabalhadores que, para não contraírem dívidas, providenciavam a própria comida. No entanto, as condições desses sujeitos se apresentavam de tal forma miseráveis que conseguiam levar como alimento apenas “farinha de mandioca para aguentar o pique do serviço” (RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO RURAL, 1993, p. 6).

A estratégia de fornecimento de alimentos aos empregados como forma de endividamento e aprisionamento era bastante utilizada entre exploradores de mão de obra escrava. Além disso, existiam outras estratégias adotadas para forçar os trabalhadores a contraírem dívidas, como a aquisição das ferramentas de trabalho. Esse fato pode ser vislumbrado no trecho a seguir:

A própria ferramenta de trabalho, utilizada no corte, ou machado, quando o trabalhador não dispõe da ferramenta, é descontada de seus salários. Se demora pouco no serviço, tem que devolvê-la no estado que recebeu, ou permanece trabalhando até completar a quantia exigida

pela empresa, que, conforme declaração dos trabalhadores, cobra um valor acima do mercado. Somente assim os trabalhadores podem torna-se seus proprietários. (RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO RURAL RURAL, 1993, p. 8-9)

As condições degradantes nas fazendas do Grupo João Santos também podem ser verificadas quando analisamos o fornecimento de água aos trabalhadores. A água para consumo era depositada em tambores sujos e enferrujados a céu aberto, sem qualquer proteção. Os reservatórios estavam espalhados pelas estradas principais das propriedades, geralmente muito distantes dos trabalhadores. Esses, para não desfalecerem, se viam forçados a percorrer trajetos de 6 km até a fonte mais acessível. Além disso, não havia reabastecimento dos recipientes no decorrer da jornada de trabalho.

Em relação aos alojamentos, quando existiam, eram precários. Tratavam-se de pequenas estruturas feitas de madeira, cobertas de palha e sem parede, piso, lavatório e sanitário. Havia situações onde muitos trabalhadores, diante da indisponibilidade de locais para instalação, viam-se forçados a dormir “[...] dentro das moitas de bambu, servindo de lençol/cobertor as folhagens do bambu caídas no chão” (RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO RURAL, 1993, p. 7-8).

### **OLHEIROS, ADMINISTRADORES DO AGRONEGÓCIO E OUTRAS DIFICULDADES ENCONTRADAS**

A fiscalização junto às organizações empresariais Agrimex S/A e Itajubara S/A pode ser lida na Tabela 1, que resume e sistematiza indicadores quanto ao contingente de trabalhadores sem contrato formal de trabalho, bem como trato do uso de força de menores, entre outras infrações que resultam na autuação das citadas empresas.

TABELA 1 – SÍNTESE DA FISCALIZAÇÃO REALIZADA NAS EMPRESAS AGRIMEX S/A E ITAJUBARA S/A.

|  | Agrimex S/A | Itajubara S/A | Total |
|--|-------------|---------------|-------|
| Número de trabalhadores                                | 633         | 1.990         | 2627  |
| Número de trabalhadores sem registro                   | 354         | 73            | 427   |
| Menores em serviço                                     | 17          | -             | 17    |
| Número de trabalhadores transportados em um só veículo | 82          | 71            | 153   |
| Autos de infrações lavrados                            | 10          | 02            | 12    |
| Notificações   | 03          | 03            | 06    |

Fonte: Relatório de fiscalização rural (1993)

Ao analisarmos os números dispostos na Tabela 1, um questionamento salta aos olhos: o que aconteceu para que justamente a empresa que contrata um maior número de trabalhadores apresente os menores índices de irregularidades trabalhistas?

A pressuposição de que existisse uma robusta margem de respeito aos direitos sociais e humanos nas relações de trabalho na empresa Itajubara S/A, dado o contexto abordado, seria uma interpretação, no mínimo, ingênua. Acreditamos que seja mais coerente lembrar que uma primeira vistoria havia sido executada em 29 de junho de 1993. Sendo assim, possivelmente os gerentes das fazendas adotaram precauções ante o risco do retorno da fiscalização. A isso, somava-se a questão relacionada à vastidão das propriedades e da área cultivada, configurando um duplo problema: de uma lado, tornava-se quase impossível à equipe de inspeção realizar o trabalho em todo o perímetro; de outro, facilitava aos gerentes ou proprietários burlarem a fiscalização, desativando unidades produtivas. Dessa forma, se posiciona o *Relatório de Fiscalização Rural* no tópico sobre as *Dificuldades Encontradas*:

Devido à enorme extensão da área cultivada, tornou-se quase impossível a localização de todos os trabalhadores em atividade, antes da empresa tomar conhecimento da fiscalização. Observamos que grande parte das frentes de serviço envolvendo cortadores de bambu foram

desativadas durante a permanência dos agentes fiscalizadores na região. Daí a conferência de apenas 354 (trezentos e cinquenta e quatro) empregados sem registro de um universo maior de empregados irregulares na área (RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO RURAL, 1993, p. 13)

A leitura atenta do documento dá a perceber o problema da subnotificação do trabalho escravo explorado na região. Os números constantes nos autos de infração, decorrentes da vistoria, não expressam a situação concreta, pois, como vimos, é prática corrente a desativação de frentes de serviço dos cortadores de bambu, impedindo o flagrante sobre irregularidades. Ademais, atribui-se ao fato de a ação de inspeção ter iniciado na Fazenda Santa Júlia, em Miguel Alves, acarretando efeito surpresa, ao menos inicial – a razão da abordagem de um número consideravelmente maior de trabalhadores escravizados naquela propriedade rural gerenciada pela Agrimex S/A. Por isso, no relatório oficial, a Itajubara S/A é superada na contagem de infrações. Ainda pode-se considerar a probabilidade de encarregados de fazendas localizadas no Maranhão terem recebido avisos sobre a operação de fiscalização deflagrada no Piauí. O fato concreto é que, sob risco iminente de fiscalização, os proprietários das fazendas, por meio de seus gerentes e olheiros na região, se antecipam, desativando frentes de trabalho, e camuflam as flagrantes irregularidades.

Ironicamente, diferente das conclusões apontadas pela fiscalização, para as empresas o tamanho das propriedades foi utilizado como argumento de defesa. De acordo com encarregados das fazendas vistoriadas, a exploração dos mais de 150 mil hectares, que perpassavam o estado do Piauí, atravessando o rio Parnaíba, e seguiam adiante pelas terras do Maranhão, seria pretexto para o desconhecimento da realidade humilhante enfrentadas por centenas de trabalhadores pobres. O administrador da fazenda Santa Júlia, Nelson Araújo Gomes da Silva, afirmou desconhecer o tamanho da área explorada e exclamou: “É muita Terra. Tem a Agrimex aqui no Piauí, e, logo do

outro lado do rio Parnaíba, tem a fazenda Cerradinho”(O ESTADO, 11 nov. 1994, p. 1).

Na visão do encarregado da fazenda, o desconhecimento da vasta área de terras isentava qualquer responsabilidade pelas condições aviltantes impostas aos trabalhadores, como se o tamanho da propriedade fosse empecilho à tomada de medidas que pudesse reverter as circunstâncias desumanas a que são submetidos os trabalhadores, comprovadas pelos auditores fiscais. O encarregado acima citado se recusa a falar sobre o assunto à reportagem do *Estado* e chegou a negar qualquer procedência de irregularidades, afirmando que “[...] a empresa trabalha dentro das normas exigidas pela delegacia regional do trabalho” (O ESTADO, 11 nov. 1994, p. 1)

A defesa, tomando como fundamento a extensão das terras e a negação da situação divulgada na imprensa local, não era sólida. Nelson Araújo Gomes estava ciente do que se passava na fazenda e gerenciava a complexa arquitetura que permitia a escravidão de trabalhadores. A esse respeito, na fazenda Santa Júlia havia a contratação de funcionários armados para garantir o cumprimento das ordens de manter o controle dos trabalhadores por meio da violência e disseminação do medo. Antônio Francisco Braga era um desses funcionários, também identificados como jagunços. Montado à cavalo, espingarda em punho e facão na cintura, afirmou que a autorização do administrador da Agrimex é “para não deixar ninguém sair do bambuzal durante o expediente de trabalho, que dura 14 horas” (O ESTADO, 11 nov. 1994, p. 1).

Além disso, os problemas enfrentados pela fiscalização não se limitaram aos de ordem geográfica ou entraves impostos pelas empresas. A falta de recursos logísticos quase compromete a operação; a DRT/PI não dispunha de transporte adequado para adentrar estradas em áreas rurais rumo às sedes e frentes de trabalho no interior de fazendas. Os obstáculos e a solução encontrada foram enfatizados pelos fiscais do seguinte modo:

Cumprе ressaltar que uma das grandes dificuldades encontradas para a realização da ação fiscal foi a não existência na DRT/PI de viatura adequada para fiscalização rural. Tal ação de fiscalização só foi possível graças ao apoio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, que nos cedeu uma caminhonete D20, com a qual conseguimos chegar aos locais de difícil acesso (RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO RURAL, 1993, p. 11).

O embaraço da falta de veículos apropriados para o traslado da equipe de operação foi resolvido com auxílio do INCRA. Importante realçar que esse tipo de articulação entre diferentes instituições oficiais circunscreve-se no contexto de pressão por parte de setores da sociedade civil, veículos de imprensa nacional e comunidade internacional pelo reconhecimento oficial, do Estado brasileiro, de que o trabalho escravo era uma realidade no país, sendo necessárias políticas públicas contundentes voltadas para prevenção, fiscalização e responsabilização dos criminosos.

O reconhecimento e as ações cobradas só viriam após o ano de 1995, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Até então, além das DRT's, a Polícia Federal (PF) também participava dos grupos táticos móveis de fiscalização, principalmente investigando as denúncias encaminhadas pela CPT, ou acompanhando inspeções quando solicitada. Quanto a isso, de acordo com Gomes e Guimarães Neto (2018, p. 58), a “Polícia Federal tardou a realizar ações de combate, mas foi a instituição que primeiro surgiu no noticiário da imprensa, que falava da repressão ao trabalho escravo no Brasil”. Diante disso, é relevante apontar que na fiscalização das fazendas do grupo João Santos participa ram “[...] policiais federais, em viaturas próprias, com a finalidade de interditar os veículos que transportavam os trabalhadores e garantir a segurança dos agentes da inspeção durante todo o trabalho realizado” (RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO RURAL, 1993, p. 11).

Entretanto, apesar de requerida a presença de agentes da PF naquela fiscalização rural, a Superintendência da Polícia Federal

do Piauí não considerava, entre suas prioridades, atuar junto àquela operação, argumentando a falta de recursos materiais e logísticos para operações daquela natureza. Assim, a DRT/PI assume os custos materiais, no sentido de garantir a presença de três policiais federais na equipe. Essas circunstâncias são informadas no relatório de fiscalização:

Convém ressaltar que, a princípio, a Superintendência da Polícia Federal do Piauí, que tem jurisdição, inclusive na região de Coelho Neto, no Maranhão, não considerou como prioridade o acompanhamento da fiscalização, alegando a inexistência de verbas para o custeio das diárias e combustível. Somente após o compromisso da DRT/PI de responsabilizar-se pelo referido pagamento, foi designada uma equipe de três policiais e um motorista, para o acompanhamento solicitado. Apesar das dificuldades iniciais, os policiais fizeram o trabalho com presteza e eficiência (RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO RURAL, 1993, p. 12).

A leitura da documentação permite perceber os impactos negativos provocados pela ausência de efetivas políticas de Estado para o combate ao trabalho escravo. Por isso, as ações organizadas naquele sentido às vezes esbarravam em tensão entre entidades oficiais. Embora a PF tenha participado, desde a década de 1970, do combate às práticas contemporâneas de escravidão, essa atribuição não era central em sua agenda, o que provocou atrito entre DRT/PI e PF durante as articulações para apuração das denúncias nos municípios de Miguel Alves e Coelho Neto. Há, inicialmente, a recusa da PF em participar mesmo diante do seu dever, uma vez que suas obrigações abarcavam a unidade federativa e não se restringiam a a estados específicos. Assim, coube ao DRT/PI arcar com verbas de custeio para garantir acompanhamento policial.

De maneira geral, esse quadro de dificuldades internas às instituições foi expresso em relatório produzido pela Secretaria de Fiscalização do Ministério do Trabalho, em 1998, em que se pode observar o grau de dificuldades enfrentado pelos agentes de inspeção

do trabalho, envolvendo as situações de risco, distâncias a vencer, dificuldade de acesso às áreas sob vistoria e agilidade necessária para obter o flagrante:

As ações de fiscalização e repressão envolvem situações de risco, inclusive de violência armada, com as quais os Agentes de Inspeção do Trabalho não estão preparados para lidar. As denúncias de trabalho forçado se concentram em áreas distantes da Delegacia Regional do Trabalho mais próxima, frequentemente em locais de difícil acesso, devido a fatores geográficos e climáticos. Ao mesmo tempo, é necessário grande agilidade e rapidez da fiscalização para a obtenção do flagrante, pois a situação denunciada geralmente é temporária, ou seja, ocorre durante poucos meses em cada local determinado (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 1998, p. 1).

O trecho do relatório apresenta o uso da denominação trabalho forçado, terminologia adotada pela OIT, ao invés de trabalho escravo. Isso denota como os agentes públicos ainda estavam aprendendo a lidar e nomear o problema enfrentado de maneira eficaz. Ademais, enfatizamos que, na passagem, são elencadas barreiras impostas às operações de combate ao trabalho escravo no Brasil durante período anterior a 1995. Pudemos analisar muitas destas com proximidade, tomando o caso da fiscalização realizada nas fazendas do grupo João Santos, no Piauí e no Maranhão, em 1993. Entre essas emergiram o perigo mediante violência armada, localização da denúncia em regiões distantes da DRT, mecanismos de burla por parte dos administradores das fazendas – fazendo uso da grande dimensão das propriedades para desativar frentes de trabalho e ocultar trabalhadores, no intento de escapar ao flagrante – além da falta de estrutura logística e recursos para executar as operações.

Portanto, os argumentos expostos neste capítulo revelam uma série de obstáculos enfrentados pelos agentes públicos interessados no combate ao trabalho escravo. Além das resistências impostas às fiscalizações, por olheiros e gerentes das fazendas do agronegócio,

somavam-se problemas de ordem logística, e financeira, que refletiam os impactos da ausência de políticas públicas eficazes para o enfrentamento do problema.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos pesquisadores, agentes públicos e militantes consideram o ano de 1995 como um dos marcos na luta contra o trabalho escravo no Brasil. O reconhecimento oficial da situação por parte do Estado foi seguido pela implementação de mecanismos eficazes de combate, atendendo às demandas exigidas por movimentos sociais, como a CPT.

Entre os mecanismos, destaca-se o Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GM), equipe multidisciplinar, exclusivamente dedicada a agir, com velocidade e sigilo, na investigação de denúncias, resgate de trabalhadores e autuação das empresas. Por meio das ações desse instrumento, e de acordo com dados da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), aproximadamente 59.215 pessoas foram libertadas de regimes de trabalho escravo entre 1995 e junho de 2023. Apesar disso, desde 2013, as operações de combate ao trabalho escravo têm enfrentado problemas graves. Na última década, as verbas destinadas para fiscalizações reduziram drasticamente, impossibilitando diversas ações e forçando readequações, o que se refletiu nos números de trabalhadores resgatados que reduziram consideravelmente.

Diante do atual panorama de retrocessos e desafios, ainda mais agravados pelos impactos econômicos e sociais trazidos pela pandemia de Covid-19, se faz importante analisar o contexto de combate entre 1985 e 1995, aqui tomando como base fiscalizações realizadas em fazendas do agronegócio no Piauí e Maranhão. Além disso, abordar os esmagadores regimes de trabalho escravo impostos por empresas pelo Grupo João Santos, e desnudar tanto as estratégias de gerentes e olheiros das propriedades rurais contra as inspeções como apontar as parcerias realizadas entre as instituições. Assim, este capítulo busca realçar que foi por meio da mobilização e articulação

entre setores da sociedade, e da superação dos mais variados problemas, que o Brasil se tornou, para o mundo, um exemplo na luta contra o trabalho escravo. Esse exemplo deve ser lembrado, de modo a continuar fomentando ações combativas e garantir ampla proteção aos direitos da classe trabalhadora.

## REFERÊNCIAS

### LIVROS COMPLETOS:

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Pisando fora da própria da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GOMES, Ângela de Castro; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Trabalho escravo contemporâneo: tempo presente e usos do passado*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

### FONTES HEMEROGRÁFICAS:

DIÁRIO DO POVO. DRT pode fechar fazendas que escravizam. *Diário do Povo*, Teresina, Piauí, 20 de jul. 1993, p. 5.

O ESTADO. Boias-frias enterrados no trabalho. *O Estado*, Teresina, Piauí, 11 de nov. de 1994, p.1.

### DOCUMENTOS

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Brasileiro de 2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Fiscalização Móvel*. Brasília: MTE, 1998.

OIT. *Combatendo o Trabalho Escravo Contemporâneo: o exemplo do Brasil*. Brasília: OIT, 2010

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO RURAL. *Delegacia Regional do Trabalho do Piauí*. Teresina, DRT/PI, 1993.

# **AMAZÔNIA LEGAL, AMAZÔNIA LETAL: VIOLÊNCIA E NECROPOLÍTICA EM CONFLITOS NO CAMPO NO TERRITÓRIO AMAZÔNICO (2012-2021)**

JOÃO MARCEL EVARISTO GUERRA  
CRISTIANA COSTA DA ROCHA

## INTRODUÇÃO

Organizado a partir de uma pesquisa de natureza exploratória de fontes documentais, cujos dados foram coletados ao longo de dez anos pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), compilados na dissertação *Eles continuam entre nós: reverberações contemporâneas da capatazia colonial e violência no campo brasileiro* (Guerra, 2023, p. 112) e aqui perscrutados sob uma metodologia estatística-quantitativa, este artigo objetiva apresentar uma perspectiva de análise da violência no campo no território amazônico, a partir do número absoluto de homicídios verificados, ao longo dos anos de 2012 a 2021, nas unidades federativas incluídas na Amazônia Legal.

Como será exposto ao longo do desenvolvimento, neste ínterim, os estados integrantes da Amazônia Legal concentraram 77,56% de todos os homicídios decorrentes de conflitos rurais verificados no Brasil. Esta letalidade é a consequência mais sensível de conflitos que envolvem desde lutas pela posse da terra e em defesa de comunidades tradicionais até militâncias em prol do meio ambiente (Guerra, 2023, p. 112). Com fundamento nesta constatação, o estudo passa a levantar e analisar questões sociais, econômicas, políticas e culturais que contribuem para a letalidade dos conflitos no campo nessa região, examinando especificidades locais que

estimulam ou, no mínimo, toleram a ocorrência de índices de violência tão preocupantes.

Como já mencionado, uma das principais fontes da presente pesquisa é a dissertação *Eles continuam entre nós: reverberações contemporâneas da capatazia colonial e violência no campo brasileiro*, construída entre os anos de 2022 e 2023, pelo pesquisador brasileiro João Marcel Evaristo Guerra (2023, p. 112) durante o mestrado no Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura (PPGSC), da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Consta desta dissertação uma tabela que registra o quantitativo de homicídios no campo brasileiro, entre os anos de 2012 a 2021, segmentados por estado e por ano, a partir de dados coletados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e utilizada aqui com o fito de subsidiar o presente artigo.

Constituem ainda fontes, informações advindas de publicações eletrônicas, livros e artigos científicos publicados em periódicos nacionais e internacionais versando sobre violência e letalidade dos conflitos no campo brasileiro, com enfoque sobre aqueles verificados dentro dos limites do território definido como Amazônia Legal. Nesse tópico, podem ser mencionados dois artigos que contemplam relevantes referenciais teóricos para a compreensão da violência amazônica, quais sejam: *Conflitos e violência no campo, na Amazônia brasileira*, de Airton dos Reis Pereira e José Batista Gonçalves Afonso (2018, p. 183) e *Estado, políticas públicas e agronegócio na Amazônia Legal: uma análise a partir dos conflitos sócio territoriais*, de Roberto de Souza Santos (2020, p. 1398).

Integra ainda o supedâneo teórico da presente pesquisa a concepção de necropolítica, termo criado pelo filósofo camaronês Achille Mbembe (2018, p.7), em 2003, em um ensaio homônimo e, posteriormente, transformado em livro. Em resumo, diz respeito ao manejo do poder político e social, principalmente por parte de entes estatais, de forma a determinar dentro da sociedade, por meio

de omissões ou ações, quais segmentos sociais devem permanecer vivos e quais devem morrer (Mbembe, 2018, p. 7).

A partir dessa seleção, o Estado gera, por exemplo, condições de risco para alguns agrupamentos ou segmentos da sociedade, como as vítimas de violência letal em conflitos camponeses tratadas no presente trabalho, dispostos em contextos de desigualdade e em zonas de exclusão e violência, como o território reconhecido como Amazônia Legal, espaço no qual os grupos vulneráveis citados alhures resistem em condições de existência precárias e cujas mortes não despertam no Poder Público o despertar de uma urgente consciência da gravidade da questão.

## AMAZÔNIA LEGAL

Originalmente delimitado pela Lei n.º 1.806, de 6 de janeiro de 1953, o território denominado de Amazônica Legal compreendia os estados do Pará e Amazonas; os à época territórios federais do Acre, do Amapá, de Guaporé e de Rio Branco e, ainda, a parte de Mato Grosso localizada ao norte do paralelo 16°, a porção do estado de Goiás localizada a norte do paralelo 13° e parte do Maranhão localizada a oeste do meridiano de 44° (IBGE, 2020).

Pouco mais de 13 anos depois, a Lei n.º 5.173, de 27 de outubro de 1966, atualizou a área correspondente à Amazônia Legal, abrangendo agora os estados do Acre, do Pará e de Amazonas, os territórios federais do Amapá, de Roraima e de Rondônia e, ainda, as áreas norte dos estados do Mato Grosso e de Goiás e oeste do Maranhão (IBGE, 2020). Por meio da Lei Complementar n.º 31, de 11 de outubro de 1977, uma nova atualização da área referente à Amazônia Legal passou a integrar todo o estado de Mato Grosso (IBGE, 2020).

A Amazônia Legal foi instituída com o objetivo de definir uma delimitação geopolítica com vistas na efetivação de políticas de soberania territorial e econômica para a promoção de

desenvolvimento regional (IBGE, 2020). Atualmente, ela ocupa 5.015.067,749 km<sup>2</sup>, correspondente a cerca de 58,9% do território brasileiro (8.510.295,914 km<sup>2</sup>) (IBGE, 2020).

Atualmente, nove estados e 772 municípios brasileiros integram a Amazônia Legal: Acre, com 22 municípios; Amapá, com 16 municípios; Amazonas, com 62 municípios; Mato Grosso, com 141 municípios; Pará, com 144 municípios; Rondônia, com 52 municípios; Roraima, com 15 municípios; Tocantins, com 139 municípios e a parte oeste do Maranhão, do qual 21 dos 181 municípios integram a Amazônia Legal. (IBGE, 2020).

Todos os estados mencionados, à exceção do Maranhão, contam com 100% de seus territórios e todos os seus municípios incluídos na Amazônia Legal. No caso maranhense, 79,3% do seu território (ou 261.350,785 km<sup>2</sup>) integra à área de abrangência da Amazônia Legal (IBGE, 2020), compondo uma região com características naturais, socioculturais e socioeconômicas próximas e conexões capazes de consolidar e disseminar o desenvolvimento local e intrarregional, a partir da bacia amazônica, de seus fluxos e conexões rodoviárias e fluviais (IBGE, 2020).

Além de conter 20% do bioma cerrado, a região abriga todo o bioma brasileiro denominado de Amazônia, o mais extenso entre os biomas nacionais e que alberga 1/3 das florestas tropicais úmidas do planeta, detém a mais elevada biodiversidade, o maior banco genético e 1/5 da disponibilidade mundial de água potável (D'antona; Bueno; Dagnino, 2013, p. 402).

QUADRO 1 – AMAZÔNIA LEGAL E PERCENTUAL TERRITORIAL DOS ESTADOS INTEGRANTES

| Estado      | Percentual (%) da área territorial do estado incluída na Amazônia Legal |
|-------------|---|
| Acre        | 100   |
| Amapá       | 100   |
| Amazonas    | 100   |
| Mato Grosso | 100   |
| Pará        | 100   |
| Rondônia    | 100   |
| Roraima     | 100   |
| Tocantins   | 100   |
| Maranhão    | 79,3  |

Fonte: IBGE, 2020.

A disponibilidade de água associada à equivocada percepção de terras disponíveis para o cultivo tornaram a Amazônia Legal uma área de interesse da exploração agrícola desde antes mesmo da concepção do Brasil enquanto Estado independente. Em que pesem esforços que remetam à colonização, foi a partir de 1930 que a expansão da fronteira agrícola sobre o território amazônico adquiriu os contornos atuais.

De 1930 até 1970, verificou-se a concessão de terras da região com vistas à colonização oficial e doação de glebas. “Nos anos 1930, as terras devolutas foram vendidas às empresas colonizadoras e as áreas de colonização oficial ficaram reservadas às pessoas físicas” (Santos, 2012, p. 267). Foi a partir deste período que o Governo Federal passou a dimensionar sua estratégia política de colonização e ocupação do território com a privatização de terras devolutas e a instalação da colonização dirigida – e de natureza política – na Amazônia.

Ainda na Era Vargas, instituiu-se a política ocupacional da Marcha para o Oeste, objetivando a criação de colônias agrícolas para desenvolver e integrar as regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil, que até aquele momento apresentavam uma baixa densidade demográfica. Era reconhecida pelo Poder Público a necessidade

de abrir novas fronteiras econômicas e ampliar a malha viária para favorecer a penetração do capital agropecuário, especialmente na região amazônica (Santos, 2012, p. 267).

Além da Marcha para o Oeste, outras iniciativas como a Operação Amazônia, intentada pela Ditadura Militar, notadamente sob a gestão Castelo Branco (Santos, 2020, p. 1407), a partir da década de 1970, tiveram por objetivo a consolidação do pacto federativo e a integração da Amazônia. A tentativa militar ensejava um amplo processo de reformas estruturadas na busca de romper o poder das “oligarquias regionais, submetendo a esfera administrativa ao domínio da tecnocracia” e se baseava em incentivos e isenções fiscais, instituídos como estratégia de atração de capitais para investimento na Amazônia (Santos, 2020, p. 1407).

Para o custeio da Operação Amazônia, o governo federal buscou suporte em agências de investimento internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), com o fito de financiar “infraestrutura de comunicações, transportes e energia para viabilizar a penetração do capital na região” (Santos, 2020, p. 1407).

A onda desenvolvimentista militar pós-1970 nos territórios da Amazônia Legal, entretanto, ainda necessitava de um importante elemento para efetivamente deslançar: força de trabalho, motivo pelo qual o Poder Público “desencadeou ampla campanha procurando atrair mão de obra para ocupar o ‘vazio demográfico’ amazônico”, valendo-se para tanto da estratégia de construção das grandes obras de infraestrutura, como a rodovia Transamazônica e de projetos de colonização ao longo dessas estradas (Santos, 2020, p. 1407).

Apesar dos esforços, na práxis, as medidas acabaram por legitimar um status quo constituído pelas oligarquias regionais já poderosas desde o Império (Santos, 2020, p. 1405). No presente, a Amazônia legal se caracteriza como um ambiente de fronteira agrícola

e, como tal, um espaço de conflito. Verifica-se a concretização de políticas muito mais afeitas à acumulação do capital e à inserção da Amazônia nos circuitos internacionais da economia globalizada que às questões sociais tão preocupantes na região (Santos, 2020, p. 1410), como a letalidade verificada nos conflitos no campo naquele território, tema a ser enfrentado na seção adiante.

## AMAZÔNIA LETAL

Na dissertação *Eles continuam entre nós: reverberações contemporâneas da capatazia colonial e violência no campo brasileiro*, construída entre os anos de 2022 e 2023, pelo pesquisador brasileiro João Marcel Evaristo Guerra (2023, p. 112) durante o mestrado no Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura (PPGSC), da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), consta uma tabela que compila o quantitativo absoluto de homicídios no campo brasileiro, entre os anos de 2012 a 2021, segmentados por estado e por ano, a partir de dados coletados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT).

A organização dos dados aponta que na década pesquisada, o Brasil registrou 401 mortes violentas em conflitos no campo. Desse total, 311 homicídios, vale dizer, 77,56%, ocorreram nos estados que integram a Amazônia Legal.

QUADRO 2 – HOMICÍDIOS EM CONFLITOS NO CAMPO BRASILEIRO (2012-2021)

|   | Estado              | Homicídios (2012-2021) |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      | Total | Percentual |
|---|---------------------|------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-------|------------|
|   |                     | 2012                   | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |      |       |            |
| Estados incluídos na Amazônia Legal     | Acre                | 0                      | 1    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 1    | 0    | 2    | 311   | 77,56%     |
|   | Amapá               | 0                      | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 1    | 0    | 0    | 1    |       |            |
|   | Amazonas            | 2                      | 1    | 0    | 1    | 2    | 3    | 0    | 6    | 5    | 0    | 20   |       |            |
|   | Mato Grosso         | 1                      | 3    | 5    | 1    | 2    | 9    | 2    | 3    | 0    | 1    | 27   |       |            |
|   | Pará                | 6                      | 6    | 9    | 19   | 6    | 22   | 16   | 12   | 1    | 2    | 99   |       |            |
|   | Rondônia            | 9                      | 1    | 5    | 20   | 21   | 17   | 6    | 1    | 1    | 11   | 92   |       |            |
|   | Roraima             | 0                      | 5    | 0    | 0    | 1    | 0    | 0    | 0    | 2    | 3    | 11   |       |            |
|   | Tocantins           | 0                      | 0    | 0    | 0    | 3    | 0    | 0    | 0    | 0    | 3    | 6    |       |            |
|   | Maranhão            | 3                      | 3    | 5    | 6    | 13   | 5    | 0    | 4    | 5    | 9    | 53   |       |            |
| Estados não incluídos na Amazônia Legal | Alagoas             | 1                      | 0    | 0    | 0    | 2    | 1    | 0    | 0    | 0    | 0    | 4    | 90    | 22,44%     |
|   | Bahia               | 1                      | 6    | 3    | 1    | 4    | 10   | 2    | 1    | 1    | 2    | 31   |       |            |
|   | Ceará               | 0                      | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    |       |            |
|   | Distrito Federal    | 0                      | 0    | 0    | 0    | 0    | 2    | 0    | 0    | 0    | 0    | 2    |       |            |
|   | Espírito Santo      | 0                      | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    |       |            |
|   | Goiás               | 0                      | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 1    | 1    |       |            |
|   | Mato Grosso do Sul  | 0                      | 3    | 3    | 1    | 1    | 0    | 0    | 1    | 0    | 0    | 9    |       |            |
|   | Minas Gerais        | 3                      | 0    | 1    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 4    |       |            |
|   | Paraíba             | 3                      | 1    | 0    | 0    | 1    | 0    | 2    | 0    | 0    | 0    | 7    |       |            |
|   | Paraná              | 0                      | 1    | 1    | 0    | 2    | 0    | 0    | 1    | 1    | 0    | 6    |       |            |
|   | Pernambuco          | 3                      | 0    | 0    | 1    | 1    | 0    | 0    | 1    | 0    | 0    | 6    |       |            |
|   | Piauí               | 0                      | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    |       |            |
|   | Rio de Janeiro      | 4                      | 3    | 1    | 0    | 1    | 0    | 0    | 0    | 1    | 0    | 10   |       |            |
|   | Rio Grande do Norte | 0                      | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    |       |            |
|   | Rio Grande do Sul   | 0                      | 0    | 2    | 0    | 1    | 2    | 0    | 0    | 0    | 3    | 8    |       |            |
|   | Santa Catarina      | 0                      | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    |       |            |
| São Paulo                               | 0                   | 0                      | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 1    | 0    | 0    | 1    |      |       |            |
| Sergipe                                 | 0                   | 0                      | 1    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 1    |      |       |            |
| Brasil                                  | 36                  | 34                     | 36   | 50   | 61   | 71   | 28   | 32   | 18   | 35   | 401  | 100% |       |            |

Fonte: Guerra, 2023.

Outro ponto interessante quando se compulsa a tabela comparativa é o fato de que, ao longo da década analisada, todos os estados encerrados no contexto da Amazônia Legal registraram ao menos um homicídio decorrente de conflitos no campo. Nesse sentido, considerando este espaço amostral, o Amapá é o estado da Amazônia Legal menos violento (com apenas uma morte ocorrida em 2019). Por seu turno, o Pará, Rondônia, Maranhão, Mato Grosso e Amazonas são os mais violentos, respectivamente, com 99, 92, 53, 27 e 20 homicídios decorrentes de conflitos no campo registrados ao longo dos anos 2012 a 2021 (Guerra, 2023, p. 112).

Fora do contexto da Amazônia Legal, há unidades federativas brasileiras cujos conflitos no campo não registraram nenhuma morte ao longo da década analisada, como, por exemplo, o Ceará, o Piauí, o Rio Grande do Norte, o Espírito Santo e Santa Catarina. Esse dado não autoriza a construção de um raciocínio de que os meios rurais nestes estados sejam ambientes plenamente pacíficos, sem qualquer manifestação de conflito entre os agrupamentos humanos atuando dentro deste cenário sociológico, mas induzem que os conflitos rurais verificados entre 2012 e 2021 nestas unidades federativas manifestaram-se sem violar o mais importante bem jurídico tutelado pelo Estado, qual seja, a vida humana.

Não se trata de mera coincidência o fato de o território referente à Amazônia Legal ser o segmento rural que concentra 77,56% do total de homicídios decorrentes de conflitos no campo registrados no Brasil entre os anos de 2012 e 2021. Trata-se de uma área que se caracteriza como um ambiente em que questões como a necessidade e a extemporaneidade da reforma agrária e a urgência de efetivação de políticas públicas de enfrentamento e melhoria das péssimas condições de vida das populações vulneráveis lá inseridas nunca foram compreendidas enquanto questão primordial para o Estado, desafiando, nesse sentido, a arquitetura e a concretização de atos coordenados, o que, por seu turno, só fomentou a perpetuação intergeracional de elites agrárias históricas ligadas à concentração das terras e, atualmente, ao agronegócio.

A violência, que é a tônica das relações intersociais nestes espaços, agrega um componente de letalidade, consubstanciada no grande número de homicídios decorrentes de conflitos no campo. Esta violência letal, por sua vez, adota uma concepção utilitarista: não se trata de violência por si só, mas de uma violência com vistas a tutelar privilégios hereditários, que primordialmente derivam de um único bem: a terra.

Dissecando a violência letal no território amazônico, Pereira e Afonso (2018, p. 184) apontam que o agravamento do quadro estrutural de conflitos armados com resultado morte naquele espaço se deve principalmente à “prioridade política da elite dominante”, pautada na “valorização do agronegócio, da mineração e da exploração de inúmeros recursos naturais”. Assim,

[...] a manutenção da grande propriedade da terra pode significar também a manutenção do status e do prestígio social e político do grande produtor rural no Brasil. Ou seja, a propriedade privada da terra aparece aos olhos dos grandes proprietários como direito incontestável, eterno e absoluto, sendo uma forma segura de se criar riqueza e obter reconhecimento político e prestígio social. Muitos proprietários e empresários rurais que negociam diariamente as suas ações nas bolsas de valores no Brasil e no exterior, que utilizam da alta tecnologia na produção e reprodução de seu rebanho e são ditos como defensores da competitividade, não abrem mão da utilização da violência e de um dos métodos mais arcaicos que possibilitam aumentar o lucro em seus imóveis, que é o trabalho escravo (Pereira e Afonso, 2018, p. 184).

A concentração de terras no território amazônico não é um fim em si mesmo. É o instrumento para a constituição de riquezas, obtenção de reconhecimento político e relevo social. Assim, os conflitos pela terra com resultado morte no território amazônico não são, por assim dizer, apenas decorrentes da luta pela terra. Muito mais que isso, são manifestações exemplares de reprimenda pedagógica orquestradas por elites agrárias na defesa de seus privilégios (financeiros, sociais e políticos). Esse é o traço que explica, finalmente, o porquê de os

conflitos camponeses amazônicos serem sempre matizados pela letalidade, uma vez que é a morte de vulneráveis que preservará o *status* de privilégios das elites rurais locais.

Essas elites agrárias podem receber designações ora mais literais, como latifundiários, ora mais eufêmicas, como empresários do agronegócio. Para Bruno (2002, p. 166), contudo, as designações latifundiários e empresários são suplementares, não opostas, porque ambas inserem-se em um mesmo espaço de referências e de significações; albergando a improdutividade, o trabalho escravo, o crime ambiental, a violência e o lucro. Em suma, é práxis que comunga formas antigas e contemporâneas de dominação desumanizadora, ou, conforme preleciona Bruno (2002, p. 166), por detrás do agronegócio esconde-se o latifundiário, que, dissimulando um discurso moderno oculta o conservador.

Ainda conforme, Pereira e Afonso (2018, p. 184), nos casos de assassinatos de camponeses na Amazônia, é possível identificar “o grau de brutalidade, crueldade e punição pela dor, uma verdadeira arte de fazer sofrer, teatro do terror. Cadáveres degolados, carbonizados, ensanguentados, desfigurados”. Essas práticas que tem como finalidade fazer com que as pessoas saibam, mas também assistam com seus próprios olhos “os recados dos grandes proprietários rurais escritos com caligrafias sangüentas. Avisos de morte. Por essa razão se pode entender porque os corpos foram expostos para que fossem vistos”. São práticas que revelam o poder sobre os corpos subalternizados, “não só dos mortos, mas também dos vivos”, ou como elaboram os citados autores, trata-se de uma pedagogia do terror, instrumentalizada com vistas à manutenção de hierarquias – uma estrutura cuja manutenção exige dos grupos vulneráveis um componente de obediência, silêncio, disciplina e docilidade. “Uma ação codificada, violenta e disciplinar. Exemplos que deverão ficar marcados para sempre na alma de homens, de mulheres, de jovens e crianças” (Pereira e Afonso, 2018, p. 187).

## NECROPOLÍTICA

Outra das explicações para a letalidade de conflitos no campo verificados na Amazônia Legal – que ceifa vidas de homens e mulheres camponesas envolvidas em lutas diversas, como pela posse da terra, na tutela de comunidades tradicionais ou em prol do meio ambiente – se fundamenta no conceito de necropolítica, incidente sobre os grupos rurais vulneráveis, um elemento estruturante da crise humanitária perceptível no território amazônico.

Por necropolítica (Mbembe, 2018, p. 7), deve-se compreender o manejo do poder político e social, notadamente por parte de entes estatais, de forma a selecionar dentro da sociedade, por meio de ações ou omissões, quais segmentos sociais devem permanecer vivos e quais devem morrer (Mbembe, 2018, p. 7). É a partir dessa escolha que o Estado desenvolve, por exemplo, condições de risco para alguns grupos ou segmentos da sociedade, em contextos de desigualdade, em zonas de exclusão e violência ou em condições de vida precárias.

No mesmo sentido, pode ser analisado enquanto uma aptidão sócio-estatal de estabelecer parâmetros normativos em que a submissão da vida à morte é legitimada, numa orientação estrutural consubstanciada não apenas pela instrumentalização da vida, mas também pela destruição dos corpos. É, em suma, uma tecnologia social de gerenciamento e repartição dos indivíduos entre as vidas que importam e as vidas que não importam e, respectivamente, dos que merecem viver e dos que não merecem, o que constitui um elemento basilar nas realidades colonizadas que vivenciam o capitalismo neoliberal do presente (Mbembe, 2018, p. 19).

Dentro da realidade rural amazônica, as vítimas da violência letal em conflitos no campo – materializadas em homicídios de camponeses em luta pela redistribuição fundiária e por mínimas condições de vida e produção, bem como a de pessoas envolvidas na defesa de comunidades tradicionais e do meio ambiente – são, à luz do conceito de necropolítica, os indivíduos que devem morrer, uma vez que

se opõem aos privilégios agrários históricos do segmento que deve viver, qual seja, aquele que integra as elites agrárias, concentradoras de terras e que se valem dos efeitos pedagógicos da letalidade dos conflitos rurais.

Partindo da teoria de Mbembe, os indivíduos cuja morte é legitimada pelo aparato estatal e social, em vida, não ensejam na sociedade e no Estado a construção e a efetivação de políticas públicas de existência digna e de tutela de sua integridade física e moral.

São, nesse sentido, existências menores, que não desafiam o zelo e a proteção para manutenção de suas vidas, razão pela qual, quando efetivamente morrem, não ensejam uma reflexão estatal de que há algo bastante problemático no fato de a Amazônia Legal concentrar 77,56% do total de homicídios decorrentes de conflitos no campo registrados no Brasil entre os anos de 2012 e 2021, um quantitativo quase três vezes superior à soma dos homicídios de mesma natureza e no mesmo lapso temporal, verificados nos estados brasileiros que não integram a Amazônia Legal.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compulsando o artigo, restam atingidos os objetivos propostos na introdução. Ao compor um panorama entre a Amazônia Legal e a violência letal verificada entre 2012 e 2021 nos conflitos no campo na região, resta também plenamente compreensível o trocadilho proposto no título, qual seja, o jogo de palavras entre Amazônia Legal e Amazônia letal, uma vez que, o território originalmente delimitado pela Lei n.º 1.806, de 6 de janeiro de 1953 e reformado pela Lei n.º 5.173, de 27 de outubro de 1966, concentra 77,56% do total de homicídios decorrentes de conflitos no campo registrados no Brasil entre os anos de 2012 e 2021.

O olhar do Poder Público – quando não promove uma reflexão quanto ao problemático quadro de letalidade amazônica – revela ainda uma fundamentação necropolítica, que prefere ignorar as mortes

camponesas, concebidas enquanto existências menores, vidas das quais o Estado pode dispor, para garantir as vidas que efetivamente ensejam no ente político seu dever de cuidado: as historicamente privilegiadas elites agrárias.

A área que atualmente congrega nove estados e 772 municípios brasileiros apresenta um quantitativo quase três vezes superior à soma dos homicídios de mesma natureza e no mesmo lapso temporal, verificados nos estados brasileiros que não a integram. Embora instituída com o objetivo de definir a delimitação geopolítica com vistas na efetivação de políticas de soberania territorial e econômica para a promoção de desenvolvimento, o território em análise converteu-se num verdadeiro ambiente de barbárie atravessado por questões como a necessidade de construção e de efetivação de políticas públicas de reforma agrária e de enfrentamento das péssimas condições de vida a que se encontram submetidas populações vulneráveis lá instaladas. Compondo uma análise histórica, resta perceptível que a meta de integração amazônica e inserção daquele ambiente na ordem econômica contemporânea, embora intentada desde os anos 1930, com maior incremento após os anos 1970, não foi alcançada, na medida em que não revelou benefícios para a sociedade, mas apenas para um pequeno grupo – as elites agrárias, já detentoras de terras e de privilégios delas decorrentes, hoje, eufemicamente denominadas de Agronegócio.

## REFERÊNCIAS

BRUNO, Regina Ângela Landin. O ovo da serpente: Monopólio da terra e violência na Nova República. Campinas: UNICAMP, 2002. 316 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, 2002.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. Conflitos no Campo Brasil. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>. Acesso em: 29 jan. 2023.

D'ANTONA Álvaro de Oliveira; BUENO, Maria do Carmo Dias; DAGNINO, Ricardo de Sampaio. Estimativa da população em unidades de conservação na Amazônia Legal brasileira – uma aplicação de grades regulares a partir da Contagem 2007. Revista Brasileira de Estudos de População, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p 401-428, 2013.

GUERRA, João Marcel Evaristo. Eles continuam entre nós: reverberações contemporâneas da capatazia colonial e violência no campo brasileiro. Teresina, 2023. 183 p. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Sociedade e Cultura) – Universidade Estadual do Piauí. Teresina, 2023.

IBGE atualiza Mapa da Amazônia Legal. Agência IBGE Notícias, 29 jun. 2020. Geociências. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28089-ibge-atualiza-mapa-da-amazonia-legal>. Acesso em: 17 jan, 2024.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. 1. Ed. São Paulo: N1 edições, 2018.

PEREIRA, Airton dos Reis e AFONSO, José Batista Gonçalves. Conflitos e violência no campo, na Amazônia brasileira. In: Comissão Pastoral da Terra (Org.). Conflitos no Campo - Brasil 2017. Goiânia: CPT Nacional, 2018, p. 183-191.

SANTOS, Roberto de Souza. Fronteira agrícola, força de trabalho e o processo de urbanização em Mato Grosso. *Caminhos de Geografia, Uberlândia* v. 13, n. 43, p. 264-279, out. 2012.

SANTOS, Roberto de Souza. Estado, políticas públicas e agronegócio na Amazônia Legal: uma análise a partir dos conflitos sócio territoriais. *Ciência Geográfica, Bauru*, v. 24, n. 3, p. 1398-1417, 2020.

# **UM LUGAR DE INDIGNIDADE: EXPLORAÇÃO DA MÃO DE OBRA INFANTIL DOMÉSTICA**

IRAMAIRA DE OLIVEIRA TORRES

ANTONIO ALEXANDRE ISIDIO CARDOSO

## INTRODUÇÃO

Atualmente não é algo incomum e muito menos novidade pesquisadores usarem o cinema como fonte para suas pesquisas. No entanto, nem sempre foi assim. Como por exemplo na área da História, os diálogos entre História e Cinema tiveram destaque quando Marc Ferro e Pierre Sorlin publicaram suas reflexões sobre a possibilidade da utilização do filme como fonte histórica na revista francesa *Annales*, por volta da década de 1960. Desde então, várias discussões foram engendradas em torno da temática. Desse modo, segundo Mônica Almeida Kornis (1992) de modo geral, os documentos visuais são usados de forma marginal e secundária pelos estudos históricos. Diferente do que foi assinalado por Kornis (1992) em seu texto intitulado *História e Cinema: um debate metodológico*, nesse artigo utilizaremos a fonte audiovisual como centralidade de nossa análise. Além disso, utilizaremos a metodologia da História Oral com a análise de trechos de narrativas colhidas em entrevistas.

O presente estudo tem como objetivo analisar as memórias de mulheres exploradas no período da infância na casa de terceiros no trabalho doméstico, a partir da leitura audiovisual brasileira chamada *Curica*<sup>1</sup>, na qual são evidenciadas as memórias de cinco mulheres

---

1 O filme-documentário *Curica* tem roteiro e direção de Thiago Furtado, direção de fotografia, colorização e mixagem de som Eduardo Crispim, produção Poliana Oliveira e Maria de Jesus Rufino, som

piauienses e maranhenses vítimas de exploração doméstica infantil/trabalho análogo à escravidão, em paralelo à história da carta de Esperança Garcia. Em consonância, à análise de relatos colhidos por meio da História Oral em entrevistas realizadas no ano de 2021, sobre a força da escravidão no trabalho doméstico na cidade de Barras-PI, para Trabalho de Conclusão de Curso da graduação. Onde ao longo dos relatos podemos observar a ênfase na infância como início do trabalho doméstico na casa de terceiros nas narrativas das mulheres entrevistadas. Nesse sentido, o estudo aqui proposto tem diálogo direto com a pesquisa ainda em andamento no Programa Interdisciplinar em Sociedade e Cultura (PPGSC) sobre a utilização da mão de obra infantil na casa de terceiros no trabalho doméstico, a partir da cidade de Barras-PI. Para tanto, é importante ressaltar que buscamos uma análise interdisciplinar do assunto aqui analisado estabelecendo diálogo com diversos campos do conhecimento.

A memória é um dos elementos primordiais para a compreensão do contexto no qual iremos nos debruçar neste estudo. Assim, partimos da perspectiva defendida por Ecleia Bosi (2003), ao ressaltar a importância da busca das fontes nos próprios sujeitos- viventes para construção de estudos e pesquisas sobre sujeitos subalternizados. Tendo em vista que, existe um vazio no que diz respeito às fontes relacionadas a esses sujeitos. Portanto, como bem pontuado por Portelli (2013), é necessário recolher as vozes dos sujeitos marginalizados e amplificá-las no debate público. Nesse sentido, compreendemos que essas narrativas sempre existiram apenas não foram ouvidas e o uso da História Oral nos permite acessar essas fontes a partir da memória das pessoas.

Ao longo da produção audiovisual são destacados alguns trechos da carta de Esperança Garcia, mulher escravizada no século XVIII na capitania do Piauí, pertencente a uma das fazendas reais incorporadas à coroa a partir da expulsão dos Jesuítas. A propriedade se

---

direto David Oliveira, drone dos pássaros Alexandre Rufino, Narração da carta Shirlei Silva. Realização da produtora Madre Filmes e Coletivo VDC Teresina no ano de 2021.

chamava fazenda Algodões que fazia parte da Inspeção de Nazaré, onde ela era cozinheira. Esperança Garcia foi retirada à força dessa fazenda e levada para outra fazenda na qual junto com seu filho era bastante torturada. Na atualidade, é reconhecida como a primeira advogada piauiense pela OAB/PI. O filme traça discussões em torno da exploração, humilhação, abusos, resistências e dentre tantas outras questões que permeiam o âmbito da exploração da mão de obra infantil doméstica na casa de terceiros. De modo geral, o filme retrata a história de Rosalina Coelho, Suelli Rodrigues, América Costa, Edite Rosa e Antonia Cardoso.

A mão de obra infantil é utilizada desde quando a escravidão era legal no Brasil. Muitas crianças eram vistas realizando diversas atividades. Sendo bastante comum na época anúncios em jornais procurando crianças para realizarem “pequenos” afazeres domésticos ou fazer companhia para os filhos dos senhores em troca de alimentação ou moradia. Além disso, com a promulgação da Lei do Ventre Livre em 1871, senhores/as donos de escravizados se aproveitaram dos processos de tutela, para permanecer com a posse dos corpos infantis por meio de mecanismos legais (Teles, 2011). Desse modo, não podemos desvincular a discussão de utilização da mão de obra infantil, desse período, tendo em vista que são relações muito semelhantes as vivenciadas por muitas mulheres no país afora na contemporaneidade. Refletir e ressaltar as experiências dessas mulheres nesse estudo é um ato de denúncia para que sejam evitados sofrimentos como os vividos por essas mulheres.

Nos últimos anos o trabalho doméstico ganhou grande visibilidade na esfera pública. A partir dos anos 2000 eram notadas algumas pesquisas em torno da temática, mas somente após discussões em torno da aprovação da lei popularmente conhecida como PEC das domésticas a visibilidade dessa categoria aumentou. A lei complementar 150 de 06/2015 equiparou legalmente os direitos de trabalhadoras/es domésticas/os as/os demais trabalhadoras/es, o que causou grande repercussão e ampliou o número de pesquisas, produções audiovisuais

e denúncias de exploração da mão de obra doméstica infantil e adulta. É necessário ressaltar, que utilizaremos o termo feminino ao longo da discussão, devido mais da metade de trabalhadoras/es serem pessoas do sexo feminino e as narrativas aqui em análise trazem relatos de mulheres, nesse sentido tal utilização não quer dizer que não haja trabalhadores do sexo masculino.

## O CINEMA COMO FONTE

No século XIX com o predomínio da História dita positivista, era impossível pensar na utilização do Cinema como uma possível fonte para historiadores fundamentarem suas pesquisas. Esse olhar em relação ao audiovisual modificou-se no decorrer dos anos como veremos adiante. Nesse sentido, “na perspectiva da moderna prática historiográfica, nenhum documento fala por si mesmo, ainda que as fontes primárias continuem sendo a alma do ofício de historiador”. (Napolitano, 2008, p. 240). Diante de tal afirmação percebemos a importância dos documentos para pesquisa, porém entendemos a atuação do pesquisador diante das fontes como ação primordial para o desenvolvimento de qualquer pesquisa.

Com o advento da Nova História, para sermos mais específicos na terceira geração dos Annales, o cinema começou a ser cogitado na historiografia como fonte. A nova história impulsionou a História das mentalidades e a História do imaginário. Além disso, ampliou a concepção de documento, pois está se restringia apenas a documentos escritos (Kornis, 1992) . Desse modo, muitas possibilidades no que se refere às fontes foram inseridas no campo historiográfico. Nesse contexto

o filme adquiriu de fato o estatuto de fonte preciosa para a compreensão dos comportamentos, das visões de mundo, dos valores, das identidades e das ideologias de uma sociedade ou de um momento histórico. Os vários tipos de registro fílmico - ficção, documentário, cinejornal e atualidades - vistos como meio de representação da história, refletem

contudo de forma particular sobre esses temas. Isto significa que o filme pode tomar-se um documento para a pesquisa histórica, na medida em que articula ao contexto histórico e social que o produziu um conjunto de elementos intrínsecos à própria expressão cinematográfica. (Kornis, 1992, p. 239)

Diante do exposto, observamos a importância da fonte fílmica para pesquisas historiográficas, no entanto é preciso destacar que o cinema se configura em fonte para pesquisas nas mais diversas áreas como antropologia, sociologia, ciências sociais, artes, filosofia dentre tantas outras. Ressaltamos ainda dois encontros realizadas no Brasil citados por Kornis (1992) o primeiro patrocinado pela Embrafilme, Fundação Cinemateca Brasileira de São Paulo e Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, ocorrido em 1979 e o segundo em 1983, sob a organização da Casa de Rui Barbosa e da Cinemateca do Museu de Arte Moderna. De modo geral, os dois encontros tiveram como principal objetivo debater a utilização do cinema como fonte.

Napolitano (2008) ressalta três possibilidades básicas de relação entre História e Cinema: o cinema na História; a história no cinema e a História do cinema. Descrevendo as três possibilidades da seguinte forma o cinema na História é o cinema visto como fonte primária historiográfica; a história no cinema é o cinema produtor de "discurso histórico" e "intérprete do passado" e a História do cinema evidencia o estudo dos "avanços técnicos", da linguagem cinematográfica e condições sociais de produção e recepção de filmes.

Nesse sentido, como ressaltado anteriormente é importante frisar a importância da sétima arte como fonte de pesquisa em diferentes áreas do conhecimento. Essa ferramenta se apresenta como fonte de análise riquíssima para desenvolvimento de pesquisas que partem da perspectiva interdisciplinar, podemos citar o estudo de Rafael Siqueira de Guimarães (2010) intitulado *Itinerário de pesquisa sobre o cinema dos Bálcãs: uma contribuição pluridisciplinar*, o autor apresenta possibilidade metodológica da pesquisa construída com base na

concepção interdisciplinar desenvolvida para o estudo do cinema, baseada nas leituras sociológica, antropológica e psicológica.

### **CURICA: EXPLORAÇÃO DE CRIANÇAS NO TRABALHO DOMÉSTICO**

A gênese do atual trabalho infantil tem relação direta com o período escravista, pois muitas crianças realizavam atividades domésticas na casa de seus senhores. Ademais, era comum a ocorrência de anúncios em jornais à procura dos pequenos para desempenharem tais atividades ou fazer companhia aos filhos dos proprietários. A Lei do Ventre Livre de 1871 libertaria e impediria a venda de filhos de escravizadas, entretanto era um paradoxo, ao mesmo tempo que representava um fim próximo da escravidão, foi um meio de assimilação da mão de obra infantil de “cor” em permanência servil por meio da tutela (Teles, 2011). Nesse interim, como senhores/as não tinham a posse dos corpos infantis, aproveitaram-se dos processos de tutela para manter as crianças sob seus “cuidados” muitas vezes castigando-os e utilizando-os em serviços como de escravizados, como se fossem cativos e até alugando-os a terceiros, como destacado por Lorena Teles (2011). Desse modo, a tutela garantia que os filhos de cativas continuassem nas mãos de seus senhores até completar 21 anos de idade. Mesmo depois de mais de 150 anos da promulgação da dita Lei e posterior abolição definitiva da escravidão legal, vivências semelhantes são narradas no filme - documentário Curica e em entrevistas realizadas com mulheres que tiveram suas infâncias suplantadas pela cruel experiência da exploração infantil doméstica na casa de terceiros.

As famílias as quais essas crianças pertencem na maioria das vezes não têm escolha diante da situação de pobreza em que estão inseridas. Assim como as manobras realizadas nos processos de tutela pelos senhores donos de escravizados após a promulgação da Lei do Ventre Livre de 1871 para reconhecimento diante da legislação e da sociedade de prestação de favor ao invés de crime, o uso da mão

de obra infantil continua ocorrendo de forma a ser vista por grande parte da sociedade como um favor as famílias empobrecidas. Desse modo, nesse contexto, a configuração de crime passa a ser percebida como um favor. Até o ano de 2008, no Brasil, vigorou o artigo 248 do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA (Lei 8069/1990), o qual regularizava a guarda do adolescente empregado na prestação de serviços domésticos. Uma contradição da legislação, sendo que o Estatuto tinha como principal intuito proteger as crianças e adolescentes. E mais uma vez a legislação corroborando para utilização da mão de obra infantil, porém apesar das falhas é importante ressaltar a importância da legislação inclusive do ECA. O artigo 248 do ECA só foi revogado devido ao trabalho doméstico infantil ter sido incluído na lista de piores formas de trabalho infantil. Desse modo, essa revogação é bastante recente, evidenciando a exploração da mão de obra infantil na casa de terceiros no trabalho doméstico como “natural” no Brasil.

Em relação ao termo curica utilizado na produção audiovisual, é o nome de uma pequena ave que habita vários locais da América do Sul. No estado do Piauí o termo é utilizado para fazer referência a empregada doméstica em tom de deboche, por esse motivo o nome do pássaro e o som são utilizados ao longo da produção. No documentário *Curica*, Antonia Cardoso e Rosalina Coelho ressaltam que iniciaram muito cedo no trabalho doméstico. O termo é explicado por Antônia e Rosalina da seguinte forma, respectivamente “(..) tratavam a gente como curica, como curica, né? Curica é um pássaro, não precisa comer toda hora não, precisa comer não. Então, eles brincavam assim com a gente, né?” (Furtado, 2021, 0:03:14). Em seguida mais um relato complementando a explicação “Eu ouvi muito isso, fui muito chamada de Curica e eu mesma me sentia uma curica, né?” (Furtado, 2021, 0:03:28). Logo no início podemos ouvir o cântico desse pássaro e em alguns momentos reaparece o som ao longo do filme entre um corte e outro. Além disso, os pássaros são usados para destacar os nomes das mulheres por ordem de aparição.

Essa produção audiovisual tem relação próxima com o período escravocrata do país, por se tratar de casos que tem como centralidade o trabalho análogo ao de escravo no âmbito doméstico. São mulheres que relatam suas vivências na exploração infantil doméstica. Entre os relatos são narrados trechos da carta de Esperança Garcia. Como assinalamos anteriormente, Esperança Garcia é atualmente considerada a primeira advogada piauiense reconhecida pela OAB/PI. A carta foi encontrada em 1979 pelo historiador Luiz Mott no arquivo público do Piauí durante sua pesquisa de mestrado, datada de 6 de setembro de 1770 e endereçada ao governador da Capitania do Piauí. Como afirmado por Sueli Rodrigues, durante sua fala (Furtado, 2021), Esperança Garcia é um grande símbolo de resistência na luta por direitos no contexto do Brasil escravocrata do século XVIII.

A carta foi traduzida para o português atual e é disponibilizada na íntegra no site do Instituto Esperança Garcia, além disso é possível ter acesso a um dossiê e o reconhecimento feito pela OAB, pois após 247 anos a carta foi considerada uma petição. O documento na íntegra diz o seguinte:

Eu sou uma escrava de Vossa Senhoria da administração do Capitão Antônio Vieira do Couto, casada. Desde que o capitão lá foi administrar que me tirou da fazenda algodões, onde vivia com meu marido, para ser cozinheira de sua casa, ainda nela passo muito mal. A primeira é que há grandes trovoadas de pancadas em um filho meu sendo ainda uma criança que lhe fez extrair sangue pela boca, em mim não posso explicar que sou um colchão de pancadas, tanto que caí uma vez do sobrado abaixo peiada; por misericórdia de Deus escapei. A segunda estou eu e mais minhas parceiras por confessar a três anos. E uma criança minha e duas mais por batizar. Peço a Vossa Senhoria pelo amor de Deus ponha aos olhos em mim ordenando digo mandar ao procurador que mande para a fazenda de onde me tirou para eu viver com meu marido e batizar minha filha (Mott, 2017, p.7).

A petição de Esperança Garcia é direta no que se refere a violência com ela e seu filho, a separação forçada de sua família e o

impedimento de obrigações religiosas. Exige na carta o fim dos maus tratos, a reunião com sua família e o direito de exercer a religião. Taís de Sant’anna Machado (2022) enfatiza a sabedoria de Esperança Garcia a respeito do direito português, pois viu na sua condição de cristã uma oportunidade para reivindicar seus direitos, de seu filho e de suas parceiras. Como cristã, mesmo sendo escravizada poderia reivindicar a legitimidade do seu casamento, não sendo permitido pelos valores religiosos a separação de seu marido, deixar seu filho sem batismo e sofrer castigos violentos.

Ter ao longo do filme trechos narrados dessa carta do início ao fim, é uma forma de deixar ainda mais evidente a semelhança da exploração da mão de obra infantil na contemporaneidade ao período escravocrata brasileiro. Apesar de Esperança Garcia não ser uma criança, era mãe de uma criança, a qual sofria muito sendo espancada como destacado na carta. Somado a isso era utilizada como escrava doméstica e é um grande símbolo de resistência do período. De acordo, com Norberto Ferreras (2022) o fato de a escravidão ter sido abolida legalmente, não impediu o surgimento de outras formas de exploração ao longo do tempo. Nessa perspectiva, no decorrer do filme-documentário Sueli Rodrigues destaca o seguinte

Isso não modificou, a situação enfrentada pela Esperança Garcia. A única diferença é que lá tinha uma declaração oficial de desigualdade e aqui a gente tem uma declaração oficial de igualdade. Então, a gente pode se apropriar disso, mas a gente ver as meninas sendo tratadas de modo muito semelhante (Furtado, 2021, 00:06:40).

As crianças antes tuteladas são as crianças empobrecidas de hoje que em razão das exíguas condições de vida são obrigadas a sujeitarem-se a exploração doméstica infantil na casa de outras pessoas. Sendo exploradas e humilhadas como veremos a seguir, nos relatos do filme e em trechos de entrevistas realizadas em 2021 sobre o trabalho doméstico no contexto de 1980. Atualmente diversos casos de denúncias têm ganhado a esfera pública, porém como sabemos esse

tipo de trabalho é desempenhado no âmbito privado, facilitando a ocultação da exploração e a subnotificação.

Recentemente, uma mulher de 27 anos foi resgatada no estado do Piauí, na cidade de Teresina em condições análogas à escravidão no trabalho doméstico. Segundo reportagem do Portal A10+ foi sequestrada pela própria madrinha em uma cidade do interior ainda criança. A mãe sofria ameaças de morte para não ter contato e não buscar a filha de volta para casa. Foram 15 anos vivendo sem liberdade, sob castigos e realizando atividades domésticas sem remuneração até o resgate no dia 23 de maio de 2023 (Barreira; Couto, 2023). Na realidade brasileira muitas crianças do meio rural são levadas para casas de famílias por meio de promessas que terão melhores condições de vida, possibilidade de estudar e serem tratadas como membro da família. Entretanto, logo as promessas são substituídas por longas jornadas de trabalho.

Rosalina Coelho (Furtado, 2021) afirma que saiu de casa aos dez anos de idade quando sua mãe faleceu e foi morar com seu pai. Ela diz que, próximo à casa de seu pai morava uma senhora, que um dia levou a proposta de uma família a qual queria uma menina para criar como “filha” para seu pai. Mais adiante Rosalina relata o trabalho como de escravizada com castigos e humilhações ao fazer algo errado. Em uma das cenas fala sobre levar um tapa no rosto ao derramar sem querer um leite. Assim como Rosalina as outras mulheres que relatam suas vivências no decorrer do documentário, também reconhecem a situação de escravidão as quais estavam submetidas durante suas infâncias.

Sueli Rodrigues (Furtado, 2021) saiu de sua comunidade rural aos 8 anos de idade em direção a cidade, afirma que foi nesse momento que teve conhecimento do que era dor e sofrimento. Sendo reconhecida por ela como a sua primeira experiência de injustiça. Sueli descreve seu cotidiano da seguinte maneira “a filha da dona da casa ficava dormindo e eu que acordava muito cedo, para ajudar nos trabalhos da cozinha e ajudar no trabalho da higienização da casa” (Furtado,

2021, 00:08:05). Nesse sentido, descreve um cotidiano de uma criança explorada permeado por afazeres domésticos. Antonia Cardoso (Furtado, 2021) na sua fala diz que foi obrigada pelo próprio pai a ir trabalhar ainda criança na casa de uma senhora.

Diante disso, acreditamos que a abordagem interseccional é indispensável em nossa análise. O termo faz referência a uma ferramenta analítica baseada na relação entre três categorias: raça, classe e gênero, conceito criado em 1989 por Kimberlé Crenshaw. No entanto, podemos observar análises realizadas antes relacionando as três categorias, sem o uso do termo interseccionalidade. Como no livro intitulado *Mulheres, raça e classe* Ângela Davis (2016) ressalta a escravidão do século XIX nos Estados Unidos, um contexto terrível de violência e expropriação de corpos, além disso evidencia os desafios enfrentados pela população negra, no pós-abolição especialmente, no que se refere as mulheres. No decorrer do livro a autora destaca a ligação existente entre raça, classe e gênero e como essas categorias devem ser analisadas de forma conjunta. Na esfera do trabalho doméstico a relação entre essas categorias é algo explícito mais da metade de trabalhadoras/es são do sexo feminino, negras e pertencentes a famílias empobrecidas. Isso corrobora para maior vulnerabilidade de mulheres e meninas no âmbito desse trabalho. Embora no documentário as mulheres não se autodeclarem em relação a cor, notamos que todas elas são mulheres negras. Nesse sentido, essas categorias perpassam o âmbito do trabalho doméstico de forma explícita.

Outrossim, em obra mais recente, *Memórias da Plantação* de Grada Kilomba (2019) a noção de interseccionalidade está presente na sua análise, mas não de forma teórica. Ao narrar suas vivências fica explícita a discussão interseccional, ou seja, a relação que faz entre as categorias de raça, classe e gênero. Uma de suas memórias que remetem a essa ligação entre as categorias, foi sua ida ao médico quando tinha entre 12 e 13 anos de idade, assim que adentrou o consultório o médico a perguntou se ela gostaria de limpar a casa dele.

Para a autora o fato de ser uma menina, pobre e negra induziram o médico a fazer tal indagação.

Voltando a discussão do documentário, Edite Rosa (Furtado, 2021) relata o desejo de morar em Teresina em razão do sonho de ser atriz, nesse sentido pediu para sua mãe encontrar uma casa para que ela pudesse morar. Em dado momento Edite narra uma memória permeada pelo racismo, assim que chegou ao seu destino quando saiu de sua casa para trabalhar, a dona da casa não permitiu que ela dormisse no quarto. Edite afirma que a mulher pensou que ela era branca e o fato de não ser, fez com que ela dormisse na cozinha e não no quarto. Nesse caso observamos que o fato de Edite ser negra reduziu sua qualidade de vida, sendo tratada como inferior a outra trabalhadora da casa, a qual dormia no quarto por ser branca.

Semelhante as narrativas dessas mulheres existem muitas espalhadas no país afora, com infâncias interrompidas pela exploração doméstica. Como o caso de Agnes natural de Barras, Piauí, saiu de casa aos 9 anos de idade, por volta de 1980, para outra cidade com objetivo de estudar e ter melhores condições de vida. Segundo a mulher que a levou para Picos, Piauí, ela iria apenas brincar com uma criança, porém ao chegar ao destino a realidade enfrentada por Agnes foi outra. Como ela mesma ressalta não tinha nada de brincar, era trabalhar puxado.

(...) minha tia, arrumou uma casa de uma mulher, lá em Picos pra mim ir. Segundo eles, lá era só pra mim brincar com uma menininha de três anos. Aí, tudo bem meu pai deixou isso pelo período do mês de abril, do ano de 86, eu fazia dez anos em 87, porque eu sou de 77, né? Aí, eu fui pra lá essa era a intenção de brincar, né? Só apenas brincar com essa menina, quando na verdade cheguei lá não era brincar, era trabalhar puxado mesmo lavar, passar, limpar os quarto das menina. Tanto é que, eu era do interior não tinha experiência com ferro elétrico me queimei feio ainda hoje tem a cicatriz no meu braço esse foi o primeiro período assim, que eu passei da minha vida muito ruim. (Agnes, 2021)

Com os dias permeados pelos afazeres domésticos Agnes só teve como opção estudar a noite, o que antes era uma prioridade em sua vida passou a ocupar uma posição secundária. Além disso, ao realizar algo de forma errada era castigada pela dona da casa com surras. Os momentos para brincar só existiam apenas quando havia visitas na casa como relatado por ela durante a entrevista.

Em outra entrevista, Maria, também natural de Barras, Piauí, relata sua saída de casa aos 9 anos de idade, por volta de 1980, em busca de trabalho na casa de terceiros para ajudar na renda da família.

Iramaira: Quando começou trabalhar fora?

Juditti: Se não me falha na memória acho que foi com uns oito a nove anos,

que eu comecei a trabalhar fora de lá.

Iramaira: Onde era?

Juditti: Em casa de família, no início era cuidando de criança porque não sabia

fazer quase nada. Aí depois foi que eu cresci, aprendi aí foi que veio o trabalho

doméstico, aí foi que comecei a trabalhar fazendo as coisas de casa. (Maria, 2021)

Mais adiante, Maria narra o momento em que esteve submetida ao trabalho como um período bom de sua vida. Porém devemos ressaltar que Maria destaca essa visão romantizada da situação devido ao fato de em sua casa, onde vivia com sua família, não havia comida e onde estava mesmo que fosse realizando afazeres desproporcionais a sua idade, tinha comida para garantir sua alimentação. Mesmo sendo de forma restrita, pois ela menciona que não tinha autorização para comer danone. Nesse sentido, Maria relata o seguinte:

Ah, era muito, era bom. Que eu fui pra lá, aí agora fazer que nem aqueles menino, que tinha uns meninos que ia para o colégio e não queria estudar só ia pela merenda. Aí, lá como eu não fui logo

praticamente fazer o trabalho doméstico foi mais para olhar a criança, só brincava mais ele e comia, era muito era bom lá. Porque não tinha, que naquele tempo era difícil, né? (Maria, 2021).

Ao falar sobre a comida e esse ser um dos motivos da sua submissão ao trabalho, Maria deixa evidente em sua narrativa as condições precárias de sobrevivência de sua família. Além disso, descreve o trabalho realizado por ela, primeiro olhava uma criança ainda também sendo uma e somente depois começou a realizar atividades domésticas. Nesse sentido, um dos principais impulsionadores de crianças a saírem de suas casas em busca de melhores condições de vida eram/são as condições exíguas de sobrevivência nas quais estavam submetidas.

Então, diante do exposto a coisa mais importante no trabalho com fontes orais, no trabalho de campo, é que não se trata de trabalhar com papéis, ou com coisas, ou com animais, mas de trabalhar com seres humanos, com cidadãos, com nossos iguais. É um trabalho de relação e, como todos os trabalhos de relação, levanta questões políticas e questões éticas. Isso é fundamental (Portelli, 2010). Nesse sentido, ao fazermos uso de fontes orais buscamos ressaltar narrativas de sujeitos que vivenciaram e carregam consigo memórias que as fontes oficiais jamais alcançariam, pois dessa forma conseguimos acessar a subjetividade das pessoas. Além disso, nos comprometemos com questões políticas e éticas ao desenvolver pesquisa baseada na relação e diálogo com nossos iguais.

Conforme, Silvia Federeci (2019), “a questão das mulheres” se transformou em uma análise do trabalho doméstico como fator crucial na definição de exploração das mulheres no capitalismo. Tal afirmação ressalta como a categoria gênero nos revela sobre a predominância de mulheres no trabalho doméstico. Sabemos, que o trabalho doméstico se insere em uma estrutura secular a qual restringiu lugar social a ideia de feminilidade, isto é, o serviço executado no lar como natural do sexo feminino.

No que se refere ao gênero, os assédios fazem parte das memórias dessas mulheres. Edite Rosa diz “(...) eu acordei ele me pegando aí eu

gritei com medo. Mesmo ele dizendo que ia parar, que não ia mais continuar, mais na hora que todo mundo pegava no sono ele já vinha de novo” (Furtado, 2021, 00:13:48). Antônia Cardoso também faz referência a isso quando narra

Aí, eu ficava com a menina, ele telefonava do quarto onde ele tava, lá pra cozinha e dizia assim: “Fátima, diga para dona Antônia trazer a Priscila aqui pra eu brincar um pouco com ela”. Quando eu chego, bato na porta do quarto. Aí, pra mim entrar com a menina ele tá em cima da cama nuzinho, pelado, né? Deixava a menina lá e voltava, entendeu? Muitas tentativas, ele tentou realmente, mas só que Deus é mais, Deus é mais (Furtado, 2021, 00:14:06).

Michael Pollak no seu texto *Memória, Esquecimento, Silêncio* afirma “Para poder relatar seus sofrimentos, uma pessoa precisa antes de mais nada encontrar escuta” (p.4, 1989) As mulheres que narraram suas vivências encontraram uma escuta por meio dessa produção audiovisual e das entrevistas realizadas por meio da História Oral, no entanto por vezes recorreram ao silêncio e às lágrimas. Suas memórias atravessadas pelo sofrimento e dor as fizeram optar pelo silenciamento em alguns momentos. Em certo momento do filme, Antônia diz que prefere não falar mais. Observamos ainda o silêncio de Rosalina em alguns momentos. Notamos que o silenciamento é usado como ferramenta para fugir de memórias traumáticas, ou seja, são memórias que ainda doem muito ao recordar por esse motivo o silêncio é na maioria das vezes acompanhado de lágrimas.

Conforme a perspectiva apontada por Edward Palmer Thompson (1998) em *Costumes em comum* e por James Scott (1985) no livro *Weapons of the Weak* as vítimas, os excluídos, os oprimidos não são passivos, eles resistem. Nesse sentido, importa destacar o conceito de “resistência cotidiana” desenvolvido por James Scott durante uma pesquisa realizada com camponeses de uma pequena vila rural da planície de Muda, no estado de Sedaka, no nordeste da Malásia. Esta aldeia se dedicava especialmente à agricultura de

arroz. As práticas de resistências cotidianas são desenvolvidas diante de uma "luta prosaica mas constante entre o campesinato e aqueles que buscam extrair trabalho, comida, impostos, rendas e juros dos camponeses" (Scott, 1985, p. 32-33). O corpo mole, dissimulação, benevolência, furto, simulação, fuga e difamação são alguns exemplos de práticas de resistência sutil as quais funcionam como ferramenta de auto-ajuda, ou seja, são atitudes que evitam confronto direto com quem ocupa o poder.

James Scott (1985) centraliza sua discussão nas formas pelas quais pessoas em condições de subalternidade resistem à dominação. Nesse sentido, Scott destaca as resistências cotidianas como atos pequenos que causam grande efeito, pois muitas vezes são ignorados. Percebemos alguns atos de resistência durante o documentário *Antonia*, mesmo levando uma surra de seu pai, não voltou mais para trabalhar na casa onde era humilhada. Ao lembrar do ocorrido diz que sentiu muita fome, só comia quando sobrava e quando sobrava era pouco por tal razão decidiu ir embora. Narra o acontecimento apenas pela metade, e as lágrimas invadem seus olhos e o silêncio a cena. Em certo dia Rosalina (Furtado, 2021) fez algo errado, diz não recordar especificamente. Sendo assim, foi obrigada a comer uma cabeça de peixe sob supervisão. No entanto, ao encontrar uma brecha jogou a cabeça do peixe no lixo, para fingir ter comido. Mas logo descobriram e ela terminou comendo a cabeça do peixe. Em seguida Rosalina (Furtado, 2021) relata não ter continuado nesse lugar, arrumou suas coisas e disse que iria embora. Tais atitudes são exemplos de resistências cotidianas.

Ao longo dos relatos o cotidiano dessas mulheres durante o período de infância são revelados. Além dos abusos, humilhações, racismo e exploração como assinalamos anteriormente, narram situações nas quais foram acusadas de roubo. Antônia Cardoso (Furtado, 2021) fala que a própria patroa forjava situações para lhe acusar. Destarte, ao longo de nossa análise percebemos como as relações estabelecidas nas vivências dessas mulheres apresentam relações diretas com o período escravista brasileiro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho doméstico infantil na casa de terceiros é um lugar de indignidade perpassado por humilhações, abusos, racismo e exploração. São relações que tiveram suas bases no período escravocrata do país e perduram até os dias atuais. Como enfatizado por Norberto Ferreras (2022) a exploração apenas mudou a sua roupagem. Ainda segundo esse autor é necessário prevenir ao invés de combater, tendo em vista que a prevenção deve acontecer antes da ocorrência. A produção audiovisual *Curica* e as entrevistas, as quais nos debruçamos revelam a partir dos diversos relatos, como esse passado ainda é bem presente. Mesmo diante de tudo isso, é possível perceber nesses espaços práticas de resistências cotidianas.

Documentários e outras produções audiovisuais sobre a questão do trabalho no Brasil são importantes ferramentas, no que se refere ao grande alcance do público a respeito de debates e elucidações importantes nesse âmbito. Importa destacar, que após as várias discussões engendradas em torno do trabalho doméstico com a popularmente conhecida PEC das domésticas como assinalado anteriormente, surgiram diversas produções audiovisuais em torno da temática. A exemplo o filme *Há que horas ela volta* lançado em 2015 e a novela da rede globo *Cheias de chame* de 2012, a qual tinha como principais personagens trabalhadoras domésticas. De modo geral nos últimos anos muitas produções audiovisuais em torno do trabalho no Brasil têm tido grande repercussão, a exemplo o filme *Pureza*, estrelado por Dira Paz.

Destarte, a produção audiovisual *Curica* analisada nesse estudo tem importante papel neste cenário. Teve participação em aproximadamente 12 festivais e ganhou dois prêmios de cinema: Mostra Competitiva de curtas maranhenses do 44º Festival de Cinema, São Luís, MA – 2021, como melhor curta maranhense e Seleção Oficial do Festival de Cinema de Santa Teresa, ES, como melhor curta-metragem documental. *Curica* foi exibido em alguns lugares públicos

como museus e em Organizações não governamentais- ONGS. O acesso ao filme é disponibilizado pelo Diretor Thiago Furtado por meio de suas redes sociais ou via e-mail.

As narrativas tanto do documentário, como das entrevistas se entrelaçam à medida que têm como fio condutor a exploração doméstica de crianças. As memórias dessas mulheres sobre suas infâncias marcadas pela exploração laboral precoce, nos direcionam a observar a repetição de certas práticas seculares na atualidade. Apesar de não aparecerem de forma legal na legislação continuam a ocorrer escancaradamente no Brasil nos mais diversos cantos do país. E se faz cada vez mais necessário romper com a visão romantizada de tal exploração ser um “favor” ao invés de ser visualizada como um crime cruel.

## **FONTES**

BARREIRA, Ana Paula; COUTO, Anna. Mulher é presa após manter parente em cárcere privado por 15 anos em Teresina; vítima é resgatada. Disponível em: <https://a10mais.com/noticias/policia/mulher-e-presa-apos-manter-parente-em-carcere-privado-por-15-anos-em-teresina-vitima-e-resgatada-12012.html> acessado em: 24/06/2023.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002. BRASIL.

CURICA. Direção de Thiago Furtado. Teresina: Madre Filmes, 2021.

SILVA, Agnes. Entrevista [setembro. 2021]. Entrevistadora: Iramaira de Oliveira Torres. Teresina, 2021. Arquivo mp3 (19 min).

SOUSA, Maria. Entrevista [setembro. 2021]. Entrevistadora: Iramaira de Oliveira Torres. Barras, 2021. Arquivo mp3 (13 min).

## REFERÊNCIAS

Alves, Douglas Moreira. História, cinema e memória. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos/3922.pdf> . Acessado em: 28/06/2023.

BOSI, Ecléa. O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista Estudos Feministas, [s.l.], v. 10, n. 1, p.171-188, jan. 2002. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2002000100011>.

DAVIS, Ângela. Mulheres, raça e classe. Tradução: Heci Regina Candiani (1 Ed.). São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERICI, Silvia. O ponto zero da revolução: Trabalho doméstico, reprodução e luta feminina. São Paulo, Editora: elefante, 2019.

FERRERAS, Norberto Osvaldo. Escravidão e trabalho forçado: das abolições do século XIX às abolições contemporâneas. 1. Ed. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2022.

GUIMARÃES, Rafael Siqueira de. Itinerário de pesquisa sobre o cinema dos Bálcãs: uma contribuição interdisciplinar. Cadernos de Pesquisa pluridisciplinar em Ciências Humanas. Florianópolis, v.11, n.98, p. 65-88, jan/jun. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/1984-8951.2010v11n98p65>. Acessado em: 17/02/2024.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação. Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KORNIS, Mônica Almeida. História e Cinema: um debate metodológico. In: Estudos Históricos, RJ, vol.5, nº 10, 1992.

MACHADO, Tais de Sant'Anna. Um pé na cozinha: um olhar sócio-histórico para o trabalho de cozinheiras negras no Brasil. São Paulo: Fósforo, 2022.

MOTT, Luiz Roberto de Barros, Piauí colonial: população, economia e sociedade. [s.l.]: Projeto Petrônio Portella, 1985; SOUSA, Maria Sueli Rodrigues de, Dossiê Esperança Garcia: símbolo de resistência na luta pelo direito. Teresina: EDUFPI, 2017.

NAPOLITANO, Marcos. Fontes audiovisuais: a história depois do papel. (in): PINSKY, Carla Bassanezi.(org). Fontes Históricas. 2.- São Paulo Contexto, 2008.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, 1989.

PORTELLI, A. História Oral e Poder. I: Mnemosine. Revista eletrônica do Instituto de Psicologia da UERJ. vol. 6. n.o 2, p. 2-13. 2010b. (Tradução de BLUME, L.H.S; RODRIGUES, H.C.B.). Disponível em: <<http://www.mnemosine.cjb.net>.> Acessado em: 03/06/2021.

PORTELLI, Alessandro. Um trabalho de relação. Observações sobre História Oral. In: CARDINA, Miguel; CORDOVIL, Bruno (orgs.). A morte de Luigi Tratulli e outros ensaios. 1 ex. Lisboa: Edições Unipop, 2013.

SÁ, Antônio Fernando Araújo. História e Cinema. Disponível em: [https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/14180109042014Temas\\_de\\_Historia\\_do\\_Brasil\\_Contemporaneo\\_Aula\\_2.pdf](https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/14180109042014Temas_de_Historia_do_Brasil_Contemporaneo_Aula_2.pdf) . Acessado em: 23/06/2023.

SOUZA, F. F. de; SILVA, M. H. Trabalho doméstico: sujeitos, experiências e lutas. Revista Mundos do Trabalho, Florianópolis, v. 10, n. 20, p. 9-14, 2019. DOI: 10.5007/1984-9222.2018v10n20p9. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/19849222.2018v10n20p9>. Acessado em: 11 out. 2021.

SCOTT, James C. Weapons of the weak: everyday forms of Peasant Resistance. New Haven: Yale University Press, 1985.

TELLES, Lorena Ferres Silva. Libertas entre sobrados: contratos de trabalho doméstico em São Paulo na derrocada da escravidão. 2011. Dissertação (mestrado em História) –Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

THOMPSON, Edward Palmer. Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

# CHACINA DO CASTANHAL UBÁ (1985): CONFLITOS NO MEIO RURAL NO LIMIAR DA ABERTURA POLÍTICA

LEANDRO CHAVES BATISTA

MARCIA MILENA GALDEZ FERREIRA

Este capítulo apresenta parte dos resultados da pesquisa *Violência em espaço de fronteira: a Chacina de Ubá na imprensa e na documentação da CPT-Marabá*, vinculada ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), e com fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA).

## INTRODUÇÃO

Em meados da década de 1980, o Brasil viveu um processo de abertura política ancorado na arbitragem de interesses de variados segmentos sociais, sejam referentes à circulação das classes dominantes na máquina estatal, seja pelo atendimento de algumas demandas populares. Um dos pontos de tensão da conjuntura de transição era a questão da terra e os conflitos que se espalhavam no campo brasileiro face às disputas fundiárias.

Conforme o levantamento de Airton dos Reis Pereira (2013), o período entre 1970 e 2010 abrigou um número de 905 assassinatos, dentre os quais 647 situados no Sul e Sudeste do Pará. A década de 1980 desponta como a mais violenta, com 349 mortes, número superior à soma das demais que totalizam 298. Os anos entre 1983 e 1987 acumulam 245 assassinatos, sendo 108 deles concentrados apenas em 1985. Nesta região do país, em meados da década de 1980, foram registradas as mortes de: quatro trabalhadores no castanhal Terra Nova (em agosto de 1984), mais três na fazenda Fortaleza (em janeiro de 1985), 17 posseiros na fazenda Surubim (entre maio e junho de 1985), cinco trabalhadores na fazenda Princesa (em setembro de 1985), entre outros casos. O presente capítulo debruça-se sobre a

chacina<sup>1</sup> de oito trabalhadores rurais ocorrida no castanhal Ubá, em junho de 1985.

Originalmente, a área da fazenda Ubá era um castanhal de serventia pública trabalhado pelos moradores da comunidade de São João do Araguaia (região de Marabá/PA) até que, em 1965, uma área com total de 4.201,2514 hectares foi arrendada para José Oscar de Mendonça Vergolino. O arrendamento consta em processo administrativo de nº 889/65, autuado em 15 de julho de 1965 perante a Secretaria de Obras, Terras e Águas do Estado do Pará e localizado no arquivo da Gerência de Aforamento (GEA) do Instituto de Terras do Pará (ITERPA). De acordo com Dafne Bastos (2013), no arquivo do GEA, há documentos que apontam para a expedição do título de propriedade definitivo do castanhal datada de 1928. Sendo assim, quando da ocorrência da chacina, a área não era mais de domínio público e sim propriedade privada.

No início do ano de 1985, uma porção da terra referente à fazenda Ubá começou a ser ocupada, com mais ênfase, por trabalhadores rurais, em virtude das migrações características do quadro de “modernização” da região amazônica. Rogério Almeida & Airton Pereira (2022, p. 383) apontam que cerca de 115 famílias haviam se fixado no castanhal desde o mês de abril daquele ano. Tais ocupações provocaram conflitos entre posseiros em busca da terra para seu sustento, e o então proprietário da Ubá, José Edmundo Ortiz Vergolino, filho do arrendatário inicial e sujeito disposto a pegar em armas para a defesa da sua propriedade.

Neste capítulo, abordar-se-á a chacina a partir das seguintes fontes: a carta de denúncia e os termos de declarações das testemunhas, ambos recolhidos junto ao dossiê *Chacina no Castanhal Ubá, 13 e 18-06-85*, produzido pelo Comitê Rio Maria (CRM) Contra a

---

1 A CPT trabalha com o conceito de Chacina ou Massacre do antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida (1997) e “reconhece como Massacre os casos nos quais um número igual ou superior a três pessoas é morto na mesma data e em uma mesma localidade, portanto, em uma mesma ocorrência de conflitos por terra”.

Violência e a Impunidade<sup>2</sup> e publicado em 1991. O dossiê reúne arquivos referentes ao caso Ubá e consistiu, no âmbito de sua produção, em um instrumento de crítica à demora da justiça em resolver o caso que, no ano de sua publicação, estava tramitando na Comarca de Marabá (PA).

As declarações testemunhais utilizadas datam do mês de junho de 1985, tendo sido prestadas pelos seguintes depoentes: Raimundo Pereira Santana (lavrador, com 32 anos), José Romão da Silva Rocha (lavrador, com 27 anos), Maria de Fátima Julião Freitas (doméstica, com 26 anos), Pedro Avelino da Silva (lavrador, com 64 anos de idade) e Terezinha Alves de Jesus (professora, com 35 anos). Os testemunhos foram prestados junto ao delegado Electo Djalma Monteiro Reis na Delegacia Regional do Sul do Pará, em Marabá.

Mediante os depoimentos prestados por estes sujeitos, delimitou-se eixos espaciais que serviram de pano de fundo para os acontecimentos, sendo eles: o ônibus; a estrada; o posto de gasolina; o bar; e a escola. Esta foi uma forma de atestar o nível de projeção da violência para distintos locais de uma mesma localidade, a rodovia Transamazônica (BR-230), em uma perspectiva cronológica.

Estando contidos no dossiê, tanto a carta de apresentação do caso, quanto as declarações testemunhais, não podem ser perspectivas isoladas. Estes documentos, além de outros não explorados neste trabalho, integram um conjunto de informações armazenadas no arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

A CPT é uma entidade da Igreja Católica, vinculada diretamente à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), tendo sido criada

---

2 O Comitê Rio Maria (CRM) contra a Violência e a Impunidade foi uma entidade criada em 16 de fevereiro de 1991 no município de Rio Maria (PA) com o intuito de provocar a apuração de crimes ocorridos na porção sul do estado. Em trabalho monográfico sobre o CRM, Airtton dos Reis Pereira (1999) aponta que a organização visava desenvolver suas atividades em quatro campos: organizativo - abrangendo a participação de vários segmentos sociais e das famílias das vítimas de violência; jurídico - reunindo advogados sensibilizados a causa dos trabalhos rurais; político - articulando apoio com a várias outras entidades; e institucional - atuando junto a delegacia de polícia. É importante assinalar que o CRM não ficou restrito ao seu município de origem. Do polo original, se ramificaram muitos outros CRMs em outros municípios, comprometidos, cada um, com suas questões locais.

em junho de 1975 no âmbito do Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, realizado em Goiânia (GO). O principal objetivo da CPT é fornecer suporte e assessoria à organização de trabalhadores e trabalhadoras do campo na luta pelo direito à terra, trabalho e acesso a recursos.

A princípio, a CPT enfocava sua atuação no acolhimento a trabalhadores rurais vítimas de violência, mas, com o tempo, os agentes pastorais passaram a registrar, com maiores detalhes, os conflitos no campo, identificando nomes de pessoas assassinadas, datas dos conflitos, número de famílias envolvidas, etc. (PEREIRA, 2013). Nesse viés, é notável a iniciativa da CPT em publicar, desde 1985, estas informações em seu dossiê anual: *Conflitos no Campo Brasil*. Estes dados se tornaram importantes subsídios tanto para o trabalho diário de padres, freiras e agentes pastorais, quanto a formalização de denúncias das violações junto a órgãos como a CNBB, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Ministério da Justiça, a Presidência da República, entre outros.

A apreciação dos conflitos na Amazônia brasileira, com destaque para o estado do Pará, exige que sejam concebidos como fenômenos característicos de zonas fronteiriças, e para tanto, nos interessam os contributos teóricos de José de Souza Martins (2009). Para o sociólogo, a fronteira representa um cenário conflitivo, de intolerância, ambição e morte, orquestrados pelo encontro e desencontro de alteridades. A apreensão da noção de fronteira no Brasil prescreve a necessidade de se entender a dimensão das lutas étnicas e sociais que conformaram, e conformam, as identidades coexistentes no território nacional.

A fronteira pode ser vislumbrada pelo viés da frente pioneira, na qual os atores de referência são empresários, fazendeiros, ou o pequeno agricultor moderno, que trazem consigo instituições políticas e jurídicas “modernas”; ou pelo ângulo da frente de expansão, que toma como base o impacto do capitalismo sobre indígenas, camponeses, garimpeiros, vaqueiros, seringueiros, castanheiros e pequenos

agricultores tradicionais (MARTINS, 2009, p. 134-136). Enquanto a primeira enfoca questões econômicas, a segunda situa-se na expansão de uma sociedade nacional. Desse modo, a superposição da frente pioneira em relação à frente de expansão é um potencial vetor de conflitos, como é o caso da chacina na fazenda Ubá.

Para além desta introdução, o texto está estruturado em mais três seções: um quadro geral da política de colonização da Amazônia Brasileira durante a ditadura militar; uma breve discussão a respeito dos fluxos migratórios para a região supracitada; uma descrição dos principais elementos que caracterizam a prática da pistolagem; uma análise da chacina de Ubá.

### **A LUTA PELA TERRA E O TEMA DA REFORMA AGRÁRIA**

No Sul e Sudeste do Pará, a luta pela terra entre a segunda metade da década de 1970 e os primeiros anos da década de 1990 caracterizou-se por um complexo movimento de ocupação de terras. Complexo, pois envolveu confrontos de variadas ordens, atores e direções. Em linhas gerais, pode-se elencar três cenários recorrentes: a expulsão de posseiros ocupantes de terras devolutas por empresários e proprietários rurais do Centro-Sul do Brasil; a ocupação de imóveis com títulos definitivos ou de aforamentos por parte de trabalhadores rurais migrantes de outras porções do país; e ainda o caso da chegada e ocupação simultânea de uma mesma área devoluta, de um lado, por empresários, comerciantes e fazendeiros, e de outro, por trabalhadores rurais empobrecidos, vaqueiros, garimpeiros, etc., portanto, uma disputa palmo a palmo, em áreas situadas às margens de rodovias como a PA-70 e a PA-150 (PEREIRA, 2013).

Desse modo, a seara dos conflitos fundiários na região supracitada excede a imagem essencialista do posseiro como o sujeito que, via de regra, se estabelece na terra, sendo tão somente expropriado por empresários e proprietários rurais. Esse é um relevante caminho para complexificar a noção de sobreposição da frente de expansão pela

frente pioneira, advogada por José de Souza Martins (2009). Certamente, muitas famílias camponesas já residiam nesta região do país sem nenhum documento comprobatório e passaram a ser expulsas pelos grandes empreendimentos. Destaca-se, no período trabalho, a preponderância das ocupações por parte de migrantes de estados como o Maranhão, Piauí, Paraíba, Ceará, Espírito Santo, entre outros.

Outro aspecto a ser apontado é a diferenciação interna dos atores envolvidos: se por um lado, nem todos os empresários, comerciantes e fazendeiros que disputavam terras na região eram provenientes de outros estados do país, sendo, portanto, proprietários que desejavam ampliar os seus domínios em áreas vizinhas às suas, por outro, existiam posseiros que almejavam lotes: por terem vendido suas antigas terras; ou por terem sido expulsos por agentes da “frente pioneira”; ou por desejarem adquirir um pedaço de terra para algum parente; ou para vendê-la futuramente. No entanto, as ocupações por esse contingente local eram minoritárias se comparadas às empreendidas por trabalhadores rurais migrantes (PEREIRA, 2013, p. 52). Alguns dos pontos de chegada destes migrantes eram áreas próximas aos povoados de São João do Araguaia, Apinagés, Viração, São Domingos do Araguaia, Itaipavas, Santa Isabel, São Geraldo do Araguaia, etc.

Um importante avanço para a organicidade da luta foi a criação das delegacias sindicais nas regiões onde já havia atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Essa era uma estratégia de descentralizar o polo de representatividade dos trabalhadores, até então resumido aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), fortemente influenciados pelo patronato rural. Mas, como proceder essa descentralização? Formando chapas de oposição que galgassem disputar a direção dos STRs. A formação dessas delegacias pode ser vista como um processo embrionário de uma ação política mais coesa entre os posseiros no Sul e Sudeste estado do Pará que, de acordo com Pereira (2013), passaram a se envolver nas oposições em quase todos os municípios.

A progressiva incorporação desses indivíduos na cena política possibilitou, já na década de 1980, a transformação das estratégias de atuação. Desde então, a ocupação de prédios públicos e a pressão direta aos órgãos governamentais, sem necessariamente a intermediação dos membros da Igreja Católica, se tornou recorrente. Generalizou-se o uso de documentos reivindicatórios, denúncia na imprensa e rodadas de negociação com órgãos estaduais e federais. Nos locais onde ocorriam audiências judiciais, é premente ressaltar a presença de representantes dos STRs, da CPT e da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH). Era uma nova fase na luta política dos posseiros, que neste momento passaram a se identificar como sem-terra. Apesar disso, Airton Pereira dos Reis (2013) reforça que os STRs do Sul e Sudeste do Pará só deixarão de ser órgãos eminentemente colaborativos à ação do Estado com o fim da Ditadura Militar. Anterior a isso, nenhum STR da região foi coordenado por posseiros.

Tais iniciativas organizativas dos trabalhadores são, para Leonilde Medeiros (1996, p. 5), alguns dos principais fatores para o alargamento da violência no meio rural, uma vez que, ao emergirem com mais força na cena pública, criando fatos políticos que visibilizem suas demandas, estes atores confrontavam o poder dos grandes mandatários ou mesmo de agentes policiais. O processo de organização de trabalhadores produz novas identidades, resultantes da cisão com antigas relações de fidelidade pessoal junto a proprietários/patrões. Desse modo, o uso da violência como via essencial da ação dos proprietários sinaliza para a degradação do seu poder em dada região.

A conjuntura de abertura política demandava do governo de José Sarney, então presidente do Brasil, uma arbitragem de interesses dos mais variados segmentos sociais<sup>3</sup>, seja o trânsito das classes

---

3 O período entre fins dos anos 1970 e o início da década de 1980, no Brasil, caracterizado por Rostoldo (2003) como ciclo movimentalista e foi marcado por uma profusão de movimentos e lutas da sociedade civil pleiteantes de melhores condições de vida, resolução da crise econômica, ampliação dos direitos de cidadania, liberdade e democracia. Este foi um momento de abertura de novos canais de diálogo entre o Estado e a sociedade, de modo que esta última demonstrou sua capacidade de se contrapor à tradição política autoritária vigente no país. Algumas das principais iniciativas foram: o Movimento dos Transportes Coletivos (1979); a criação do Partido dos Trabalhadores (1980); o Movimento dos

dominantes na máquina do Estado, seja pelo atendimento de algumas reivindicações dos movimentos populares. A conciliação representava um desafio para o encaminhamento do projeto da Aliança Democrática<sup>4</sup> que, em seu “Compromisso com a nação”, havia arrolado, fundamentalmente, questões como a democratização das instituições políticas, o combate à inflação, ao desemprego e ao problema da dívida externa, a realização de uma reforma agrária, além da superação da injustiça social e desigualdades regionais.

A reforma agrária constituiu-se como importante elemento da plataforma política da Aliança Democrática, mas nem por isso o tratamento do tema deve ser entendido como uma convicção programática ou concessão unilateral do lobby governista aos trabalhadores rurais. O lançamento do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), via Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), foi uma resposta institucional ao processo de mobilização do movimento sindical rural e trabalhista nos anos que antecedem a abertura política no país. Os crescentes conflitos fundiários que assolavam o campo brasileiro demandaram uma reorientação por parte da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) que, até fins da década de 1970, atuava no sentido de solicitar providências junto aos órgãos públicos competentes para a resolução dos conflitos, além da realização da I Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT).

O III Congresso da CONTAG, realizado em maio de 1979, representou um momento de inflexão, no qual a entidade adotou uma postura mais vigorosa com relação à bandeira da reforma agrária,

---

trabalhadores para a construção de Centrais Sindicais (1981); a criação da Confederação Geral dos Trabalhadores (1982); o Movimento de Desempregados em São Paulo (1983); o Movimento Diretas Já (1984); a realização do primeiro Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (1984), entre muitos outros.

4 A Aliança Democrática foi uma coalizção formada em 1984, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), opositorista, e pela Frente Liberal, dissidente do Partido Democrático Social (PDS), governista. Tal bloco surgiu para apoiar a chapa composta por Tancredo Neves e José Sarney na eleição presidencial que seria realizada pelo Colégio Eleitoral em janeiro de 1985. Sua vida útil coincide com os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988), quando começou a ser desfeita, gradativamente.

defendendo, sob o signo do Estatuto da Terra, a distribuição massiva de terras (em áreas de maior concentração de assalariados, parceiros, arrendatários, posseiros e ocupantes); a redistribuição imediata, ao trabalhador rural, das terras que se concentram em áreas prioritárias de reforma agrária e em áreas desapropriadas; a discriminação e titulação das terras públicas com entrega imediata ao legítimo trabalhador; e a luta pela não destinação de áreas às grandes empresas (GRAZIANO DA SILVA, 1985, p. 48).

Em agosto de 1981, dirigentes sindicais de todo o país se reuniram na I CONCLAT a fim de unificar as bandeiras de luta dos trabalhadores brasileiros: contra o desemprego, pela reforma agrária, pelo direito à moradia, contra a carestia, pela liberdade e autonomia sindical e pelas liberdades democráticas. Especialmente sobre a reforma agrária, exigia-se que ela fosse ampla (em todo o território nacional), imediata e com a participação dos trabalhadores rurais. Na I CONCLAT, inclusive, demandou-se por mudanças estruturais no regime de posse, uso e propriedade da terra e criticou-se a metodologia de colonização utilizada pelos governos militares naquele contexto, com ênfase na modalidade particular (empreendimentos agrícolas e agroindustriais) em detrimento de unidades de produção de tamanho familiar.

Enquanto isso, de forma paralela ao sindicalismo rural, mas nem por isso totalmente descolado das lutas institucionais, entre o fim dos anos 1970 e início da década de 1980 processou-se um amplo movimento de ativismo político e social no Centro-Sul brasileiro: a luta dos sem-terra, que se opunham ao modelo de reforma agrária imposto pelo regime militar, notadamente, a questão da colonização de terras devolutas. A criação formal do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se deu em janeiro de 1984, no âmbito de realização do I Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra. As principais linhas de ação do MST são: formação de acampamentos em terras improdutivas; a organização de assentamentos; práticas de formação político-pedagógica e reivindicação de reforma agrária junto aos órgãos públicos.

É mediante este conjunto de iniciativas concernentes à luta pela reforma agrária que se deve compreender o lançamento da proposta do PNRA em maio de 1985 no IV Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais da CONTAG. O cenário de abertura política, o agravamento dos conflitos fundiários e a crescente capacidade de organização e mobilização dos camponeses impuseram ao Estado a necessidade de um novo tratamento da questão agrária. A colonização e a tributação estavam entre os instrumentos estipulados para o PNRA, mas aquele que causou maior imbróglio entre a classe dominante agrária (produtores e empresários rurais) foi a desapropriação por interesse social, mecanismo previsto na Constituição e que confere ao Estado o direito de desapropriar terras improdutivas (que não estejam cumprindo sua função social). O valor dessas terras deveria ser indenizado em Títulos da Dívida Agrária (TDAs) e o repasse de dinheiro se daria apenas para o pagamento de benfeitorias, quando existissem.

A eleição do mecanismo de desapropriação por interesse social como o principal instrumento da reforma agrária da Nova República tornou o tema um barril de pólvora, uma vez que isso inverteu a pirâmide mantida em políticas agrárias anteriores: colonização, discriminação de terras e tributação como instrumentos centrais, relegando à desapropriação um caráter complementar e, conseqüentemente, desagradou latifundiários e grandes empreendimentos econômicos dotados de grandes extensões de terras improdutivas.

Em 10 de outubro de 1985, Sarney assinou o Plano Nacional de Reforma Agrária para os anos de 1985 a 1989. O documento estava em sua décima segunda versão e seu conteúdo muito distante da proposta inicial, apresentada no IV CONTAG. Segundo afirma Pedro Oliveira (2018), um aspecto fulcral para o esvaziamento do caráter reformista do plano foi a questão da demarcação de áreas prioritárias para a reforma agrária. Enquanto a proposta inicial, como visto anteriormente, estipulava critérios para a delimitação das áreas a serem objetos de desapropriação, o que tornaria, em teoria, a atividade mais

objetiva, a versão final do PNRA deixou a cargo dos governos estaduais a elaboração dos planos regionais de reforma agrária.

A partir de então, o relacionamento do governo com os movimentos dos trabalhadores rurais no Brasil se enfraqueceu e os conflitos por terra recrudesceram. Oliveira (2018) caracteriza o Plano Nacional de Reforma Agrária como “natimorto”, no sentido de que, as fortes contestações das entidades patronais esvaziaram as possibilidades de mudança na distribuição de terras no país. O historiador ressalta que, por mais heterogênea que a classe dominante fosse, ela apresentou ampla organicidade quando viu seus interesses ameaçados, chegando inclusive a contratar pistoleiros para expulsar trabalhadores rurais de suas terras (BRUNO, 2002).

É uma violência sistemática, com ampla organização que almeja, ao fim e ao cabo, privatizar os espaços públicos. A manutenção de práticas violentas no campo, mesmo em meio ao efervescente debate sobre a redemocratização, cria a noção de que o meio rural é um “universo à parte, com regras próprias” (MEDEIROS, 1996, p. 6). Este universo à parte é bem representado pelos números coletados pela CPT Nacional<sup>5</sup> e referentes ao ano de 1985:

TABELA I: DADOS ESTATÍSTICOS DOS CONFLITOS DE TERRA NO BRASIL E PARÁ, 1985

| #      | Número | Famílias | Pessoas | Área/ha   | Mortos | Feridos | Presos |
|--------|--------|----------|---------|-----------|--------|---------|--------|
| Brasil | 636    | 86.854   | 405.456 | 9.557.902 | 125    | 117     | 482    |
| Pará   | 78     | 13.191   | 64.385  | 2.012.787 | 52     | 20      | 57     |

Elaborado pelos autores a partir de CPT (1986)

A partir da tabela acima é possível depreender a ampla dimensão da violência ocorrida no Pará em 1985, uma vez que, por exemplo, o número de mortos neste estado (52) representa cerca de 41% do total contabilizado para o país (125).

5 É imprescindível assinalar que os dados das publicações Conflitos no Campo Brasil não esgotam a dimensão da violência no campo brasileiro. Os números apresentados são apenas uma “pálida imagem da realidade brasileira” (CPT, 1986, p. 5), não abarcando todos os conflitos desencadeados, mas apenas aqueles que puderam ser registrados.

## O CASO UBÁ NO ARQUIVO DA CPT-MARABÁ

Alguns dos aspectos que caracterizaram a chacina do castanhal Ubá foram sistematizados pelo Relatório Final sobre Violações de Direitos no Campo (1946-1988), produzido pela Comissão Campesina da Verdade (CCV). Neste documento, designa-se ao massacre violações de diferentes ordens: torturas, maus tratos, assassinatos, além da queima de cadáveres e casas. Este conjunto de elementos nos permite afigurar o quão este caso é representativo do espectro de violência que assola o campo brasileiro: não basta aniquilar o corpo-objetivo, é preciso controlar o espaço que o envolve (sua moradia, seus pertences) para, então, efetivar um domínio sobre as mentes dos que não tombaram. No depoimento a seguir, é notável o clima de suspeição no primeiro dia do massacre:

### QUADRO I: DEPOIMENTO DE RAIMUNDO PEREIRA SANTANA À DELEGACIA REGIONAL DO SUL DO PARÁ

#### **O ÔNIBUS, por Raimundo Pereira Santana**

Era dia 13 de junho de 1985, por volta das 08hrs. Acompanhado de dois amigos, Raimundo Pereira caminhava na rodovia Transamazônica a fim de apanhar um coletivo com destino a Marabá. O grupo foi surpreendido por outro lavrador que se apresentava bastante nervoso e aflito ao alertar que eles deveriam cuidado pois, a poucos minutos, teria ocorrido um tiroteio (do qual não soube informar se era da polícia ou de pistoleiros). Temendo por sua vida, Raimundo apanhou uma carona até o KM 40 onde conseguiu apanhar um coletivo até Marabá.

Por solicitação de dois indivíduos desconhecidos, o ônibus parou em frente à casa de um lavrador conhecido como Zé-da-Piçarra. Os sujeitos subiram ao ônibus, pagaram suas passagens na quantia de 24 mil cruzeiros e se acomodaram, um na poltrona ao lado de Raimundo e o outro na paralela. O depoente afirma não ter estabelecido qualquer diálogo com aqueles “estranhos”, mas conseguiu ver que ambos estavam armados. Ao chegarem no KM 6, já em Marabá, os dois indivíduos saltaram e pelo que ouviu, Raimundo assinalou que dali iriam apanhar outro ônibus. No dia seguinte, quando retomou à área da fazenda Ubá, Raimundo se deparou com cinco cadáveres insepultos, sendo de quatro homens e uma mulher.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de COMITÊ RIO MARIA CONTRA VIOLÊNCIA E IMPUNIDADE, 1991.

De acordo com a carta de denúncia, às oito da manhã do dia 13 de junho de 1985 [quinta-feira] José Vergolino saiu de sua propriedade em um veículo do tipo Corcel II junto de seis pistoleiros, dentre os quais um funcionário seu, de apelido Santinho. Alguns instantes depois, assassinaram, “de maneira brutal e fria”, “em plena a luz do

dia”, João Evangelista Vilarins (30 anos) e Francisco Pereira Alves (18 anos) (COMITÊ RIO MARIA CONTRA VIOLÊNCIA E IMPUNIDADE, 1991). Ressalta-se que a primeira das vítimas não tem seu nome indicado no relatório produzido pela Comissão Camponesa da Verdade, mas foram verificadas menções a este nome em veículos de imprensa regional.

A presença do fazendeiro, ao menos no primeiro dia do massacre, confere ao caso uma característica *sui generis* em relação a outros episódios semelhantes na região. Conforme apontam Guimarães & Barp (2011), o comparecimento do mandatário é um caso atípico pois a contratação de pistoleiros se configura como uma estratégia de ocultamento do idealizador mental do crime, o que dificulta quaisquer associações da sua figura aos assassinatos.

Após as duas primeiras mortes, o grupo de assassinos encontrou o lavrador Manoel Guedes que deixou de ser morto em virtude de um dos pistoleiros, Evandro Guedes, ter-lhe reconhecido como seu irmão, franqueando sua fuga. Este recorte interno à chacina revela a ambivalência da trajetória do pistoleiro, noção advogada por César Barreira (2006). Em geral, ele possui uma origem humilde, o que o aproxima dos mais pobres (os lavradores), mas apresenta uma postura de recusa ao lugar de “dominado”, perspectivando na violência, um passe para conquistar dinheiro, prestígio e, de forma ampla, sua liberdade.

Em seguida, os pistoleiros chacinaram mais três lavradores: Luís Carlos Pereira de Sousa (32 anos), Januário Ferreira Lima (27) e Francisca (13) que, naquele momento estava grávida e quatro meses e com o marido, Adércio de Souza, desaparecido. Após chacinarem estes trabalhadores, queimaram as barracas que eles ocupavam, com todos os pertences dentro. Neste mesmo dia, no Km 30, os corpos de João Evangelista e Francisco Pereira foram resgatados por moradores da região.

Em 15 de junho, o sargento PM Sebastião, responsável pelo destacamento de São Domingos do Araguaia, foi até a região de ocorrência

do massacre. Na ocasião, foram encontrados mais dois corpos, mas como já estava prestes a escurecer, o sargento precisou voltar para São Domingos. No dia seguinte, o corpo de Francisca foi encontrado “em estado de putrefação” e com a “presença de urubus” por comitiva formada por membros da Comissão Pastoral da Terra, do diretório do Partido Movimento Democrático Brasileiro da região de São João do Araguaia e Marabá, um soldado PM, dois correspondentes da revista IstoÉ e moradores de São Domingos. No dia seguinte, 17 de junho, membros da CPT, um investigador e um legista voltaram ao local no qual os corpos foram localizados para fazer a autópsia (COMITÊ RIO MARIA CONTRA VIOLÊNCIA E IMPUNIDADE, 1991). Em 18 de junho, uma nova empreitada de violência se anuncia:

#### QUADRO II: DEPOIMENTO DE MARIA DE FÁTIMA JULIÃO FREITAS À DELEGACIA REGIONAL DO SUL DO PARÁ

##### **O POSTO DE GASOLINA, por Maria de Fátima Julião Freitas**

Era dia 18 de junho de 1985, cerca de 12 horas. Maria de Fátima estava próxima ao posto de gasolina, à espera de uma condução para a cidade de São João do Araguaia, quando viu chegar ao local um veículo azul, cuja marca e placa não foram identificadas, e ocupado por cinco indivíduos. A depoente aponta que o sujeito que ocupava o banco ao lado do motorista (de calça Top, camisa azul clara, baixo, forte, usando chapéu marrom de massa) saltou, adentrou no comércio do posto, comprou uma garrafa de uísque, embarcou no veículo, que saiu no rumo de Marabá. Os quatro acompanhantes não chegaram a descer do carro. Segundo Maria, “pelos gestos logo algumas pessoas que estavam no local comentaram são bem pistoleiros”.

Algumas horas depois, quando retornou a esta localidade, Maria de Fátima foi informada pelo filho de Santinho (gerente da fazenda Edmundo Virgolino) que, a poucos minutos, os pistoleiros do fazendeiro teriam matado Zé Pretinho. A depoente constatou a veracidade da informação quando se deparou com os cadáveres de Zé Pretinho e de seu sobrinho, atingidos por vários disparos de armas de fogo; e para ela, o menor que veio lhe avisar do ocorrido pode ter sido o informante dos elementos que procuravam na vila.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de COMITÊ RIO MARIA CONTRA VIOLÊNCIA E IMPUNIDADE, 1991.

No dia 18 de junho, “não tendo a polícia condições de fazer o seu trabalho”, um advogado e o coordenador da CPT foram até São Domingos para conduzir as testemunhas a deporem na Delegacia Regional de Marabá. Alguns minutos antes das quatro da tarde, o grupo foi informado da ocorrência de novas mortes no Km 40. Nesta localidade, três homens, “um forte, um barbudo e um fino, alto e branco” adentraram na casa de José Pereira da Silva (líder

comunitário apelidado como Zé Pretinho) e, além dele, assassinaram também a Waldemar Alves de Almeida (COMITÊ RIO MARIA CONTRA VIOLÊNCIA E IMPUNIDADE, 1991). Momentos antes das mortes, um outro momento de tensão:

**QUADRO III: DEPOIMENTO DE PEDRO AVELINO DA SILVA À DELEGACIA REGIONAL DO SUL DO PARÁ**

**O BAR, por Pedro Avelino da Silva**

Entre as 14h e 15h do dia 18 de junho de 1985, Pedro Avelino estava no bar localizado próximo ao terminal de coletivos, às margens da rodovia Transamazônica até que... cinco indivíduos desconhecidos saltaram de um automóvel de cor cinza. O depoente descreveu os sujeitos da seguinte forma: o primeiro com “estatura baixa, forte, usando um chapéu massa, calça Lee escura”; “dois mais altos”; “um de estatura baixa, usando também chapéu de massa, cor preta”; e “um outro de baixa estatura, magro, cor branca, tipo goió”. No discurso de Avelino, a ação centra-se em um dos indivíduos, o que portava a “calça Lee escura”. Foi este sujeito que adentrou primeiramente no recinto, solicitando um litro de uísque para ingerir junto aos companheiros e, em instantes... chamou Pedro e o levou para fora do bar.

Já na área externa, o desconhecido inquiriu Avelino sobre algumas questões: Se morava naquela região? – sim; se teria notícias “do povo que estava invadindo as terras do sr. Edmundo” – não; se saberia informar onde morava o senhor Messias – não, alegou não saber; se ele teria cortado terra (posse de terras) na área de Edmundo ou saberia quem tinha ateado fogo em algumas casas no outro lado – não, Avelino alegou não ter terras e que não poderia esclarecer nada; e por fim, em que Avelino trabalhava – no comércio de bananas. Após tais indagações o sujeito agradeceu a Pedro e tomou, junto a seus acompanhantes, o veículo em direção à Marabá. Cerca de 30 minutos depois, quando Avelino chegava em sua casa, seu filho (menor de idade) logo lhe informou que haviam matado Zé-Pretinho.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de COMITÊ RIO MARIA CONTRA VIOLÊNCIA E IMPUNIDADE, 1991.

O irmão de Waldemar, Waldemir da Conceição presenciou os assassinatos, conseguindo fugir. Ele contou que, antes de morrer, o seu irmão havia conseguido pegar um facão e ferir levemente o “pistoleiro mais forte, na mão e no ombro”. Os três pistoleiros fugiram do local em um carro marrom claro que os aguardava com o motor ligado. Um aspecto intrigante neste trecho da carta é que o filho de “Santinho”, empregado de Edmundo, ao escutar os tiros enquanto estava na escola da Vila Ubá, proferiu: “morreu Zé Pretinho”, seguido pela afirmação de que todos os “invasores” das terras do Edmundo iriam morrer (COMITÊ RIO MARIA CONTRA VIOLÊNCIA E IMPUNIDADE, 1991). Essa é uma evidência de que, ao menos, a morte desse indivíduo já tinha sua iminência repercutida em determinados espaços de sociabilidade, como as casas dos funcionários do fazendeiro, como consta o depoimento:

#### QUADRO IV: DEPOIMENTO DE TEREZINHA ALVES DE JESUS À DELEGACIA REGIONAL DO SUL DO PARÁ

##### **A ESCOLA, por Terezinha Alves de Jesus**

Era por volta das 15 horas do dia 18 de junho de 1985 e as aulas na Escola Municipal "Ma Luiza Cardoso" ocorriam normalmente. A professora Terezinha de Jesus estava preocupada com a hora em face de se aproximar o horário da merenda escolar, o que justifica a minutagem de 15h12min. indicada por ela como o momento em que ouviu alguns disparos de arma de fogo. Lhe chamou atenção o comentário de um dos alunos: "Fizera fogo no Zé-Pretinho". A frase foi proferida por Horlando Resplande Capela, filho do sujeito chamado Santinho Manuel Capela dos Prazeres, gerente da fazenda de Edmundo Vergolino. Imediatamente, Terezinha advertiu o garoto, indicando que se ele sabia disso, deveria ter lhe informado, que ela mesma avisaria Zé Pretinho. O aluno apenas respondeu que foram pistoleiros de Edmundo.

Espalhou-se na escola um clima de nervosismo e a equipe manteve os alunos em suas salas. Ao se dirigir à porta da local, Terezinha diz ter visto um veículo de cor azul (do qual não pôde anotar a placa) passando em alta velocidade e ocupado "por vários elementos estranhos em direção à Marabá". Ela ainda vislumbrou que um dos homens, o que ocupava o banco do passageiro, estava mãos sangrando e envoltas em um pano, provavelmente em virtude de ferimento. Após esse momento, ela se juntou à aglomeração de populares e certificou-se de que aqueles ocupantes do carro haviam assassinado Zé Pretinho e seu sobrinho.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de COMITÊ RIO MARIA CONTRA VIOLÊNCIA E IMPUNIDADE, 1991.

Além destas mortes, neste mesmo dia a equipe da CPT foi informada pelo fazendeiro João Oscar Miranda que, um funcionário da sua propriedade, chamado Nelson Ribeiro, havia sido morto "com mais de 40 tiros" quando aguardava, no Km 26 da rodovia Transamazônica, o caminhão leite. No dia seguinte, 19 de junho, soube-se que, ainda no dia anterior (por volta de uma da tarde), cinco pistoleiros abordaram três posseiros na rodovia. O depoimento de João Romão esmiuça o que ocorreu neste dia:

## QUADRO V: DEPOIMENTO DE JOSÉ ROMÃO DA SILVA ROCHA À DELEGACIA REGIONAL DO SUL DO PARÁ

### *A ESTRADA, por José Romão da Silva Rocha*

Era dia 18 de junho de 1985, por volta das 13 horas, quando José Romão da Silva Rocha, seu sogro, Manoel Pereira Gonçalves, e um lavrador chamado Edgardo estavam voltando do roçado na localidade de Consulta (cujo terreno ficava em paralelo com a fazenda e terras do fazendeiro Edmundo Vergolino) e rumavam em direção ao povoado do Km 40. Quando estavam a três quilômetros do destino, foram surpreendidos por quatro indivíduos lotados em um veículo Táxi tipo Corcel II, de cor cinza (a placa não pôde ser anotada). José Romão caracterizou fisicamente, no depoimento, dois dos sujeitos: sendo um deles "um pouco baixo, moreno, forte", que mais tarde viria a confirmar ser Sebastião da Terezona; e o outro "moreno, baixo". A caracterização está diretamente relacionada à ação direcionada aos lavradores: Sebastião os indagou de onde eles vinham e para onde iam (sendo prontamente respondido pelo interlocutor) e o "moreno, baixo" tomou a espingarda de Manoel, desarmando-o. Apreensivo, e presumindo que se tratavam de pistoleiros, "dado o problema da área de EDMUNDO VIRGULINO" que repercutia há alguns dias na região, José Romão foi logo dizendo que aquela área da Consulta não pertencia ao fazendeiro, sendo posteriormente indagado sobre a procedência do saco de arroz que ele trazia consigo, sobre o qual o depoente afirmou ser do seu roçado. A tensão prenuncia a violação. O indivíduo "moreno, baixo", com um revólver na mão, aplicou uma coronhada na cabeça do José Romão e fez o grupo de lavradores deitar de bruços no chão. Nesse instante, Sebastião determinou que não atirassem naqueles lavradores, pois eles nada tinham com o "peixe", mas isso não impediu o rapaz "moreno, baixo" de aplicar lapadas de terçado nas costas de José, Manoel e Edgardo. Em seguida, Sebastião determinou que os lavradores os esperassem em um mato na margem da estrada, pois ele iria até o Km 40 e queria encontrá-los quando retornasse e caso os visse caminhando, eles seriam mortos. Assim ficou acordado...até o veículo dar a partida, pois, desse momento em diante o José Romão e seus companheiros fugiram do local afinal de contas, "sabia que se ali ficasse fatalmente iria morrer". Mais tarde, depois de terem se refugiado na casa de um senhor chamado Sinobe Lino, chegaram ao povoado do Km 40 e foram informados: Zé Pretinho e seu sobrinho estavam mortos.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de COMITÊ RIO MARIA CONTRA VIOLÊNCIA E IMPUNIDADE, 1991.

Em sua parte final, a carta apresenta uma forte crítica à vista grossa da justiça paraense com relação ao caso, negando até mesmo a existência da justiça no Sul do Pará, uma vez que a “matança indiscriminada de lavradores” não havia resultado em nenhum processo judicial até o momento da redação da carta [22/06]. O documento caracteriza a prática dos assassinatos de posseiros como “a mais primitiva e bárbara das soluções” e provoca: “Será que a impunidade contínua para os mandantes e assassinos não é a grande responsável pelo surgimento de um monstro como Edmundo?”. Por fim, a carta delega às autoridades, a tomada de “coragem” para cessar com o terror e violência no Sul do Pará e aplicar a reforma agrária (COMITÊ RIO MARIA CONTRA VIOLÊNCIA E IMPUNIDADE, 1991). Adianta-se

que o caso Ubá não pode ser entendido como de duração razoável, tendo em vista a instrução criminal de 26 anos, no qual se fez presente um padrão de impunidade, tendo apenas o mandatário sido preso pelos crimes. Um dos pistoleiros morreu na penitenciária Fernando Guillon, em Belém, quando cumpria pena por outro crime e os dois outros indiciados evadiram-se.

Apesar de compreendermos a violência no campo como um fenômeno pluridimensional, sendo instrumentalizada tanto por proprietários de terra, quanto por trabalhadores rurais, entre outros atores, no caso Ubá a violência foi direcionada por um latifundiário a posseiros e a um funcionário de fazenda, nos convida a refletir sobre as relações de classe, profundamente imbuídas de poder. O poder aqui mencionado é simbólico e, quando desafiado, fragmentado. Simbólico porque, até certo ponto, ele é uma alternativa produtora para a conformação dos indivíduos sob determinada estrutura por uma classe dominante (o proprietário de terra), sem despendendo, aparentemente, grande energia (BOURDIEU, 1989), e fragmentado, quando os trabalhadores rurais, ignorando os limites estipulados pelo dono da fazenda Ubá, se estabeleceram na terra, confrontando um poderio local, em nome de sua sobrevivência. Sendo o poder fragmentado, instauram-se, com maior ímpeto, as práticas de violência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, lançou-se enfoque tanto para a luta pela terra no Sul e Sudeste paraense, quanto para a luta pela reforma agrária, que ganha maior pujança no ano de 1985, com o lançamento do plano do MIRAD-INCRA. A referida proposta fez transparecer em parte da classe patronal rural (empresários e proprietários rurais), uma tendência ao uso de mecanismos de violência (via de regra, organização de milícias privadas) como instrumentos de defesa da propriedade. É justamente nessa seara que a chacina da fazenda Ubá se insere.

Especificamente sobre o caso Ubá, foi possível atestar questões como: a especificidade do caso em relação a outros de mesma natureza na região, em virtude da participação ativa do mandatário; a extensão da violência para além da privação da vida, quando as barracas e pertences de algumas vítimas foram queimadas; a presença de religiosos no cotidiano dos trabalhadores rurais; uma breve abordagem do comportamento patronal com relação às disputas por terra e o imbricamento entre o eliminacionismo e a lógica da impunidade.

Vislumbrou-se a referida chacina como um representativo episódio de violação de direitos materiais e processuais. Ao mesmo tempo que se verificou a violação no direito à vida, acompanhado de torturas, dados os ferimentos nos corpos das vítimas, o desenrolar do processo criminal não pode ser caracterizado como de duração razoável, visto que se estendeu por aproximadamente 26 anos. A negligência e morosidade na resolução do caso se manifestou em aspectos como a demora para a instauração da ação penal (seis anos após a ocorrência), as sucessivas remessas dos autos, os constantes refazimentos de provas testemunhais, entre outros.

No mais, foi possível associar a situação de violência que perpassou a chacina de Ubá à concepção de *cidadania dilacerada*, advogada por Tavares dos Santos (1995). Esta noção atrela a manifestação da violência física ao cerceamento das possibilidades de participação social para determinados atores. Portanto, o recrutamento de milícias armadas no campo, pelo patronato, visa, em uma perspectiva ampla, destituir trabalhadores rurais de qualquer tipo de agência vinculada ao acesso a direitos e, por consequência, preservar seus privilégios em um status quo.

## REFERÊNCIAS

### DOCUMENTAÇÃO

COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE. *Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988*. Sérgio Sauer [et al.] Organizadores. Brasília: Universidade de Brasília, 2014.

COMITÊ RIO MARIA CONTRA VIOLÊNCIA E IMPUNIDADE. *Dossiê Chacina no Castanhal Ubá 13 e 18-06-85*. Marabá, 1991.

CPT. *Conflitos de Terra no Brasil - 1985*, Goiânia, 1986.

### BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Ritos de passagem entre a chacina e o genocídio: conflitos sociais na Amazonia. In: ANDRADE, Maristela de Paula (org.). *Chacinas e Massacres no Campo*. São Luís: UFMA, 1997.

ALMEIDA, Rogério; PEREIRA, Airton dos Reis. Luta pela terra no Pará: apontamentos sobre algumas chacinas da década de 1980 no sudeste do estado (E-book). In: Rogério Almeida; Elias Sacramento. (Org.). *Luta pela terra na Amazônia: mortos na luta pela terra! Vivos na luta pela terra* (E-book). 1ª ed. Santarém-PA: Ed. dos autores, 2022, v. 1, p. 367-401.

BARREIRA, César. Matadores de aluguel: códigos e mediações. Na rota de uma pesquisa. *Revista de Ciências Sociais*, v. 37, n. 1, 2006, p.41-52.

BASTOS, Dafne Fernandez de. *Castanhal Ubá: Violação de Direitos Humanos na Amazônia Paraense*. 2013. 234 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Jurídicas, Belém, 2013.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.

BRUNO, Regina Ângela Landim. *O ovo da serpente*. Monopólio da terra e violência na Nova República. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2002.

GRAZIANO DA SILVA, José Francisco. *Para entender o plano nacional de reforma agrária*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

GUIMARÃES, Ed Carlos de Sousa; BARP, Wilson José. Pistolagem no contexto do judiciário: o caso do Pará. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. ed. 9, p. 120-133, 2011.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2009.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Dimensões políticas da violência no campo. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, p. 126-141. 1996.

OLIVEIRA, Pedro Cassiano Farias de. A reforma agrária em debate na abertura política (1985-1988). *Tempos Históricos*, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 161–183, 2018.

PEREIRA, Airton dos Reis. *A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo*. 2013. 278 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

PEREIRA, Airton dos Reis. *O fruto da justiça será a paz: uma análise das práticas do Comitê Rio Maria - (1991-1998)*. 1999. 130 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura plena em História) - Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Marabá, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História e Antropologia, Curso de História, Marabá, 1999.

ROSTOLDO, Jadir Peçanha. Movimentos populares e sociais: a sociedade brasileira em ação na década de 1980. In: *XXII Simpósio Nacional de História*, João Pessoa, 2003.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. A violência como dispositivo de excesso de poder. *Sociedade e Estado*, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 281–298, 1995.

# DIÁLOGOS SOBRE REDES DE MIGRAÇÃO E TRABALHO DE GARÇONS DE PEDRO II-PI EM SÃO PAULO (1980-)

RAIANE MELO BRITO

CRISTIANA COSTA DA ROCHA

## INTRODUÇÃO

O fenômeno das migrações internas esteve presente na construção social e econômica do Brasil, principalmente entre as décadas de 1950 a 1980. Devido à mecanização do campo e ao êxodo rural, famílias camponesas foram fragmentadas pela busca de sobrevivência e de melhoria de vida através destes deslocamentos rumo às regiões urbanas do país. O drama da seca e da carestia na década de 1980 se apresenta em narrativas de jornais e periódicos de circulação local no Piauí, associados à saída de homens e mulheres pobres, que rumavam para a região Sudeste em busca de oportunidades de trabalho.

Não houve exagero quando o secretário executivo da Comissão de Defesa Civil, Coronel da PM José Rodrigues Alves, disse que o sertão piauiense está ficando só com os velhos e as mulheres. Pior que isto são as outras consequências causadas pela seca: o povo estava prestes a morrer de fome, quando às primeiras horas da manhã de segunda-feira passada os escritórios da Emater-PI iniciaram o alistamento dos flagelados. Longas filas se formaram em mais de 90 municípios piauienses. Apesar disto a paisagem não mudará nos próximos dias: a mulher continuará buscando a água a quilômetros de distância; os ônibus para o sul do país estarão cheios de sertanejos famintos; os rios secos formarão com o campo coberto pelo sol abrasador a imagem do interior piauiense (Desespero assola sertão piauiense. Jornal O Estado, Teresina, 22 de maio de 1980. Arquivo Público Teresina-PI).

O fragmento acima remete a referências corriqueiras construídas no imaginário e na representação social acerca do homem sertanejo e seu modo de vida. Demonstrando a existência de um ser flagelado e faminto, atravessado pela dor e pela seca, pelo sofrimento e desejo de superação, que circulavam nos jornais, periódicos e que está muito presente também na literatura brasileira. *Em Ataliba, o vaqueiro*, romance regionalista escrito pelo piauiense Francisco Gil Castelo Branco no ano de 1878, a narrativa escrita em folhetim publicada no Diário de Notícias do Rio de Janeiro, evoca aspectos sociais e culturais do cotidiano dos sertanejos, ao mesmo tempo que reforça o estigma idealizado dos retirantes, junto da imagem do vaqueiro, retratado como destemido e honrado, que lutava com bravura e resistia diante do cenário causado pela seca que assolava a ele e sua família no sertão do Piauí.

A mesma construção literária do sertanejo flagelado pela seca, segue presente em obras de projeção nacional, como *Vidas Secas* (1938) de Graciliano Ramos. Tal obra se mostra decorrente do cenário da pobreza e ausência de chuvas, assim, o deslocamento em busca de um lugar para salvação dos retirantes com suas famílias era crucial para garantir a sobrevivência daquelas pessoas. No livro *A invenção do nordeste e outras artes*, o historiador Durval de Albuquerque Júnior, analisa a obra de Graciliano e os aspectos sociais que contribuem e moldam esta identidade estigmatizada construída sobre o sertanejo e sua vida camponesa no sertão.

Graciliano constrói, na própria textura da linguagem, uma imagem da região: minguada, nervosa, áspera e seca. O Nordeste do parco, do pouco, da falta, do menos, do minguado, que ele quer ver conhecido e ferindo a consciência de todos no país. O Nordeste onde até o papagaio era mudo. Nordeste do vaqueiro que se entendia melhor com o cavalo do que com os outros homens, que falava uma linguagem cantada, monossilábica, gutural, cheia de exclamações e onomatopeias. Homem incapaz de nomear as coisas do espaço mais alargado das cidades, que tinha poucos nomes para poucas coisas, que não nomeia porque não

sabe e não sabe porque não pode. O Nordeste segmentado entre os que gritam, mandam e a maioria que obedece, que silencia. Nordeste, segmentação dura, território de revolta e mudez, grandes espaços para a exploração e a dominação, grandes espaços para a solidão (Albuquerque Junior, 2011, p. 258).

À medida que estas obras literárias denunciam, de certa forma, a desigualdade social existente no meio rural, caem nas armadilhas de um discurso que alimenta um imaginário no qual se animaliza e nega o camponês e suas práticas. Reforçando, dessa forma, uma identidade pejorativa que concebe o sertão como um lugar de subalternidade em detrimento de outras regiões consideradas desenvolvidas e modernas, que seriam o destino de salvação para os “sujeitos errantes”.

Alimentam-se desta mesma criação e idealização de um Nordeste, os projetos de desenvolvimento implementados pelo Estado. Especialmente voltados para as regiões Norte e Nordeste na segunda metade do século XX, que pregava o discurso de combate à seca e à escassez de alimentos, por meio de ações paliativas de caráter assistencialista, que não provocaram mudanças sociais profundas, mas reforçavam relações de clientelismo, beneficiando o monopólio de terras dos latifundiários do estado do Piauí e do sertão nordestino.

Apesar da crise econômica presente no país ao longo da década de 1980<sup>1</sup>, não houve tamanha interferência no crescimento e modernização da agropecuária na região. Enquanto os grandes produtores e proprietários de terra se beneficiavam, a população rural sofria com os flagelos da seca e da fome. Dados do IBGE naquela década, acerca da região Nordeste, apontavam que a industrialização se deu de forma mais lenta e tardia e que o estado do Piauí possuía uma população essencialmente rural, tendo uma relação híbrida com os espaços urbanos. Assim, as mudanças ocorridas no campo, na produção e na

---

1 A década de 1980 e os últimos anos de golpe militar na gestão de João Figueiredo, ficou marcada por uma grave crise econômica pelo país, decorrente principalmente pela constante alta das taxas de juros internacionais, a disparada da inflação e uma dívida externa sem precedentes. Os planos de emergência da Sudene não obtiveram êxito e a carestia era pauta na luta de movimentos sociais pelo país, que reivindicavam os altos custos dos produtos básicos e o arrocho salarial dos trabalhadores.

organização, resultaram em uma nova estrutura no espaço geográfico, condicionadas aos interesses econômicos de grandes grupos e com o aval do Estado.

Em 1980, 11,5 milhões de famílias não dispunham de terra ou já não sobreviviam em pequenas propriedades. Isso significa que um terço da população, cerca de 40 milhões de pessoas, estava em permanente migração, tentando fixar-se no campo, mas frequentemente não conseguindo. É um novo patamar do êxodo rural, devido a uma combinação explosiva da estrutura fundiária arcaica em zonas agrícolas tradicionais e da modernização capitalista do campo em zonas dinâmicas e em áreas de colonização agrícola e de ocupação recente (Santos; Silveira, 2008, p. 213).

Neste cenário econômico, os mais vulneráveis eram inviabilizados de continuar vivendo e produzindo no campo e, sem o direito à terra, a população rural partia em direção às cidades, onde uma massa de trabalhadores se formava à disposição do capital. Contudo, o fenômeno da migração não é apenas um processo de deslocamento espacial, mas também implica em um conjunto de fatores sociais, tornando migrantes, os agentes deste processo.

O historiador Paulo Fontes (2008) reforça que os sujeitos na condição de migrante, não estão simplesmente à mercê das condições econômicas, sendo vítimas de processos impessoais, mas são protagonistas da sua própria história, com suas trajetórias, articulações políticas, sociais e culturais.

Não há dúvidas sobre a importância desse quadro socioeconômico como pano de fundo do processo migratório e do desenvolvimento brasileiro. Entretanto, a supervalorização dos fatores econômicos acaba por perder de vista o papel dos próprios migrantes enquanto agentes envolvidos nesse processo. Em muitos desses estudos os migrantes são vistos apenas como cifras, como força de trabalho que se transfere passivamente das regiões menos para as mais desenvolvidas. Os migrantes rurais nordestinos não eram apenas reflexo de forças econômicas determinadas externamente, embora estivessem imersos nelas. Eles também foram

agentes do seu próprio movimento e dessa forma, através de estratégias diversas, contribuíram na moldagem do processo migratório (Fontes, 2008, p. 54).

Embora a migração envolva claramente questões econômicas de trabalho e mão de obra, estes aspectos não dão conta de explicar o fenômeno completamente. Não se pode esquecer que se tratam de projetos de vida e realização pessoal, atravessando e impactando, neste caso aqui analisado, a vida da família pedro-segundense e sua prática constitutiva de reprodução social marcada pela migração.

Assim, ao analisarmos o fenômeno dos deslocamentos, não apenas pela lente econômica reducionista, mas partindo das vivências dos sujeitos sociais que se constroem diante de suas diversas experiências, como nas práticas do seu cotidiano e suas formas de resistência (Certeau, 1994), enfatizamos o olhar “a partir de baixo”, proposto por Thompson (1998), que aplica-se na necessidade de nos opor a uma visão espasmódica, na qual as condições econômicas não determinam estritamente as práticas sociais e culturais dos indivíduos.

A proposta deste artigo, portanto, é traçar um diálogo sobre os deslocamentos desses trabalhadores para São Paulo, tendo não apenas como eixo central o pano de fundo econômico, comumente apontado como principal motivador para os deslocamentos, mas indo além, nas interfaces das narrativas dos migrantes entrevistados e os sentimentos envolvidos na escolha de migrar. Para tanto, através da História Oral, captamos as vivências de dois pedro-segundenses, combinando o vivido conforme concebido por quem realmente os viveu.

Na História Oral há uma vivacidade, um tom especial, característico de documentos pessoais. É da experiência de um sujeito que se trata; sua narrativa acaba colorindo o passado com um valor que nos é caro; aquele que faz do homem um indivíduo único e singular em nossa história, um sujeito que efetivamente viveu- e, por isso dá a vida a – as conjunturas e estruturas que de outro modo parecem tão distantes. E, ouvindo-o falar, temos a sensação de ouvir a história sendo contada em

um contínuo, temos a sensação de que as descontinuidades são abolidas e recheadas com ingredientes pessoais: emoções, reações, observações, idiossincrasias, relatos pitorescos. Que interessante reconhecer que, em meio a conjunturas, e meio a estruturas, há pessoas que se movimentam, que opinam, que reagem, que vivem, enfim! (Alberti, 2004, p. 14).

Deste modo, buscamos compreender os elementos relacionados às questões subjetivas dos sujeitos, como as motivações e expectativas que levaram estes jovens a saírem de suas casas do município rural de Pedro II e trilharem um novo caminho em direção a metrópole de São Paulo, juntamente com as estratégias e articulações compartilhadas nas redes entre os familiares e conterrâneos, que fazem parte e são cruciais no processo de migração e das vivências neste novo lugar.

### **O LUGAR DE ORIGEM: ENTRE O DISCURSO DOMINANTE E A NARRATIVA DOS MIGRANTES**

Foi notório que as promessas da Ditadura Militar que estipulavam progresso e milagre econômico, não passavam de ilusões. Já no início da década de 1980, o Governo não conseguiu mais estimular a economia do país e os índices de concentração de renda e pobreza eram o resultado do desastre. O discurso adotado pelo governo militar via no desenvolvimento técnico e científico, juntamente com a modernização e progresso industrial, um motor de esperança para sanar as crises e mazelas sociais, mas não foi suficiente.

Com o direito à terra negado e o meio de vida rural cada vez mais fragilizado pelo sistema econômico, o fenômeno de migração rural-urbano seguia intenso pelo país. O estado do Piauí sofria pelos problemas econômicos nacionais e continuava a penar em relação a seca e a falta de alimentos no sertão, como resultado, surgia uma aguda crise espacial na sociedade rural, que impulsionava os deslocamentos.

As análises da relação entre migração e crise econômica são constantes, tendo em vista os fatores que contribuem para o surgimento e

o direcionamento dos fluxos. Entretanto, o fenômeno não se constrói apenas por questões estruturais, econômicas e climáticas. A narrativa da ideia de um Nordeste atrasado em oposição ao progresso da região Sudeste, condiciona os piauienses e seu território a este lugar de um suposto subdesenvolvimento. Assim, o atraso precisava existir para que o moderno passasse a se tornar legítimo, tanto no espaço geográfico quanto no imaginário da população. Desta forma, a desigualdade regional no Nordeste não é linear, mas sim uma desigualdade proposital em nome do progresso e expansão do capital.

A fome no sertão piauiense aumentou nos últimos dias, o que está levando os flagelados da seca a comerem as sementes distribuídas ou que recolheram para os plantios de vazantes depois das enchentes do início do ano, segundo revelação do secretário da Agricultura, agrônomo Odair Soares. Odair confirmou que o êxodo rural é “tão grande no interior”, que realmente muitos povoados estão ficando só com os velhos, inválidos e as mulheres, “porque os jovens de idade para o trabalho vão procurar meio de sobrevivência em outros Estados, desde derubar madeira ou procurar ouro no Amazonas, como ir para as fábricas do Sul” (Fome campeia e flagelado come sementes do plantio. Jornal O Estado, Teresina, 24 de maio de 1980. Arquivo Público Teresina-PI).

A palavra “flagelado” presente no fragmento carrega, para além da língua, um significado social em seu uso, visto que retrata o contexto sociocultural ao qual se atribui. Seu uso, a princípio, estava atrelado a epidemias e surtos de varíola durante a colonização do Brasil, na qual a população mais pobre era marginalizada, personificada e estigmatizada, sendo condicionada às mazelas e culpabilizadas pelas crises econômicas e sociais daquele contexto. Se nas epidemias de varíola do século XIX, os escravizados eram apontados como os transmissores da doença, mesmo ela tendo sido trazida pelos portugueses anteriormente vê-se, na atualidade, que os mesmos estigmas são impostos às populações rurais, no projeto político e econômico de culpabilizar determinadas populações em detrimento de outras.

Neste sentido, a seca e a fome na região Nordeste, são vistas pelo Governo, pelos meios de comunicação e por parte dominante da sociedade, como um flagelo, uma vez que seria resultante de ação natural e da organização social das populações rurais, ou até mesmo para alguns, um castigo dos céus, do qual o povo deveria se proteger através de orações e fé, não culpabilizando o sistema econômico e político ao qual estavam inseridos.

No estado do Piauí, durante a década de 1980, houve duas crises com a ausência de água consecutivas e foi declarado situação de emergência por parte do Governo em ambas. Porém, para Domingos Neto e Borges (1987, p. 37), “não falta água no Nordeste, o drama não vem do céu. A natureza oferece os recursos hídricos. A sociedade como está organizada é que não permite aos agricultores nordestinos tirar proveito”.

É preciso então compreendermos o fenômeno da “seca” no Nordeste como um resultado também do processo colonial no Brasil. Segundo também analisou Domingos Neto e Borges, (1987, p. 46), “o problema no Piauí se aflora nas áreas onde a atividade típica do interior nordestino havia se firmado no período de colônia, junto da exploração com a criação intensiva de gado e a agricultura desenvolvida”.

Neste mesmo sentido, além da narrativa construída sobre um sertanejo condicionado ao flagelo social da seca, decorrente de uma suposta estrutura de organização social “precária” rural, e da ausência de chuvas como as únicas explicações a tamanha pobreza, o problema relacionado a fome também ganhava uma invenção pelo discurso dominante.

Sabemos que produção e justa distribuição de alimentos no sistema capitalista são processos antagônicos, de maneira não homogênea que propicia de forma excludente, o desenvolvimento da agricultura em diferentes regiões. O conceito da fome antes tratado como uma concepção naturalista, foi usado de maneira ideológica pelos Estados Unidos durante os anos de Guerra Fria, para defender o avanço da modernização agrícola no campo, alegando que, com o crescimento

da população, a produção rural dos alimentos seria incompatível para atender a demanda, sendo a modernização dos métodos de produção agrícola, a solução para a erradicação da fome no sistema capitalista global.

Josué de Castro em seu livro, *Geografia da Fome* (1946), mapeia o fenômeno da fome, até então velado no Brasil. Dessa forma, o autor busca analisar através dos hábitos alimentares de cada região do país, com sua diversidade climática e de vegetação, as causas naturais e as causas sociais que resultam naquele determinado padrão alimentar, buscando compreender de qual forma a estrutura econômica e política interfere na distribuição de alimentos. Constatando assim, como Domingos Neto e Borges (1987) que, ao analisarem o contexto do sertão do Nordeste, alegam que a fome na região é um fato social total, fruto da ação do homem. Para Castro (1946), sem reservas alimentares e sem poder aquisitivo para adquirir os alimentos nas épocas de carestia, o sertanejo não tem defesa e cai irremediavelmente nas garras da fome.

Se a região do Nordeste não fosse uma área subdesenvolvida, de economia tão fraca e rudimentar, poderia resistir perfeitamente aos episódios das secas sem que sua vida econômica fosse ameaçada e as suas populações acoçadas pela fome. Poderiam mesmo esses episódios funcionar como um fator de propulsão e de expansão de sua economia (Castro, 1992, p. 260).

Seguindo este caminho de análise crítica dos processos econômicos e políticos que resultam na fome, cabe aqui a análise do geógrafo Milton Santos (2001), que ajuda a compreender o conceito de território e ao espaço rural ao qual se refere. Para o autor, é importante que se compreenda a dinâmica que constitui este espaço. Assim, parte do conceito de “território em si” primeiramente, sendo o espaço natural sem possuir uma categoria de valor adicionada pelo sistema capitalista, e o “território usado”, como vivo vivendo, que sofre alterações da ação humana, onde fazemos a análise social das relações entre os

indivíduos e o meio. Sendo assim, a formação social ocorre simultaneamente com a formação espacial através de interesses econômicos e políticos.

Este território da ação humana é constantemente transformado e o seu uso não ocorre de forma homogênea em todos os locais conforme as dinâmicas do sistema econômico e a configuração do período técnico-científico-informacional. O espaço se torna desigual e se altera por quem nele habita, carregando consigo, identidades, simbologias e poder, dentro do sistema econômico capitalista. Cabe, mencionar então, o município rural de Pedro II, local de saída dos “garçons migrantes”, que também aparece nas narrativas de seca, como pode ser evidenciado nos jornais de circulação local, já nos primeiros meses do ano de 1980.

Com a falta de chuvas e a perda quase que total da produção os agricultores de Pedro II estão saindo do município à procura de recursos e trabalhos em outros centros, pois a situação do município não oferece condições para seus moradores da zona rural. E, com isso, afirmou o prefeito, o êxodo rural tem aumentado nos últimos dias (Seca causa êxodo de lavradores da cidade de Pedro II. Jornal O Estado, Teresina, 09 de maio de 1980. Arquivo Público Teresina-PI).

Pedro II é um município rural com pouco mais de 37 mil habitantes<sup>2</sup>, fundado por portugueses e emancipado em 1854. Está localizado ao norte do estado do Piauí a cerca de 200 km da capital Teresina. É reconhecido pela sua natureza, clima ameno, turismo, artesanato, gastronomia, extração da pedra opala e produção de joias, atividades estas que contribuem para o desenvolvimento da economia local atualmente.

A busca de trabalho em outras regiões para sobrevivência e com perspectiva de retorno à terra natal, mobilizou e ainda mobiliza o deslocamento de homens e mulheres para outras regiões do país, com o sonho de fazerem fortuna. Através de um fluxo intenso de migração

---

2 Segundo dados do último censo IBGE 2022.

a partir de 1970, o município se constitui como o de origem de grande parte dos garçons que atuam trabalhando em restaurantes na cidade de São Paulo<sup>3</sup>.

Com isso, aqui compreendemos que o pano de fundo do Piauí tendo as secas e as condições socioeconômicas como motivos de expulsão do Nordeste existiram, mas não são suficientes para explicar completamente os deslocamentos, como apresentado na historiografia tradicional, na qual o protagonismo do migrante é “apagado” e reduzido aos “retirantes”, como se os sujeitos não tivessem participação ativa no processo migratório.

Com a falta de recursos no município os agricultores estão deixando a zona rural de Pedro II. O prefeito Francisco Barros informou que não pode conter as famílias que estão se deslocando para outros estados a procura de recursos, pois a Prefeitura não tem condições de atender todos os flagelados da seca e como ainda não recebeu ajuda do Governo estadual nada pode fazer para ajudar ao povo de seu município (Prefeito denuncia êxodo em Pedro II. Jornal O Estado, Teresina, 16 de maio de 1980. Arquivo Público Teresina-PI).

O fragmento retrata o êxodo e o deslocamento das famílias pedrosegundenses, não percebendo estes migrantes enquanto protagonistas de suas trajetórias de vida, mas como se estivessem saindo sem rumo para outros lugares, a mercê das iniciativas públicas. Entretanto, percebemos, assim como Marilda Meneses (2002, p. 64), que a migração se apresenta como um fenômeno central na reprodução dos camponeses, sendo uma experiência recorrente através de gerações, transmitida de pai para filho desde as fases iniciais de socialização das crianças. Refletindo desta forma, uma organização e um amplo planejamento, tornando-se uma estratégia comum destas populações no contexto capitalista.

Desse modo, encontrar um migrante de retorno no município de Pedro II, que já foi garçom em São Paulo, não é uma tarefa tão difícil,

---

3 Ver mais em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/garcom-pedro-capital/>

fato que nos estimulou a ida a campo para o encontro com Lusimar, primeiro entrevistado para esta pesquisa.

Na mesma casa em que nasceu e viveu até a maioridade, ele narrou com riqueza de detalhes, durante cerca de uma hora, sua trajetória de vida, junto ao sentimento de orgulho da travessia feita em busca de trabalho e superação da pobreza. Lusimar Coelho de Brito, 54 anos, migrou para a metrópole no dia 16 de outubro de 1987, e dos seus sete irmãos, seis seguiram o mesmo caminho. Lusimar começa a entrevista contando como era o cenário de pobreza que vivia e sobre a influência da família, que foi crucial para seguir a decisão de sair de casa rumo a São Paulo aos 18 anos.

Eu falei pro papai que ia e aí cadê o dinheiro? Papai não tinha dinheiro. Eu criava cabra, né? Eu tinha umas 7 cabeças de cabra, 7 ou 8. Meu irmão chegou de São Paulo e eu vendi as cabras pra ele, né? Aí com esse dinheiro eu comprei minha passagem pra São Paulo. Olha só, pela necessidade que você passava, pela vida que você vivia, pela seca, pelas dificuldades que a gente tinha, não tinha acesso a quase nada, né? Ai você já ia se preparando pra quando chegasse nos seus 18 anos, né? Ai você já ia ter como comprar sua passagem. Você não podia depender de outra pessoa. O que me fez sair, foi ir atrás de renda, né? Arrumar um jeito de ganhar dinheiro, porque aqui você não arrumava dinheiro. Aqui você não tinha nada, você era agricultor junto com seu pai e seus irmãos, e você tinha que plantar de tudo pra você comer, entendeu? Pra sua família se alimentar do que você plantava. Não sobrava nada, às vezes até faltava no final do ano. Então aqui não vai dar pra mim... Eu vou embora, vou atrás de recurso. Quando eu inteirei meus 18 anos, meu irmão Chico Toim chegou de São Paulo de férias. Meu amigo... meu amigo! Esses homens chegaram, não era bonito não, era lindo! Tudo bem arrumado, minha fia, tudo bem perfumado, o cabelo a coisa mais linda do mundo, chega espelhava! Pelo amor de Deus, eu pensava, agora é que eu vou me embora! (Lusimar, 2023).

No cenário descrito por Lusimar, fica nítido a organização elaborada previamente, corroborando que a migração não é um ato desordenado e sem preparação. No contexto rural, com pouco recurso

financeiro, a estratégia encontrada foi a criação e venda de animais para partir. Além disso, o retorno do irmão mais velho e o acesso a bens de consumo, é visto como uma prova palpável da melhoria de vida na cidade e reforça a vontade de sair daquele local sem perspectivas, mesmo sendo em direção a um destino nunca visto, apenas imaginado por ele.

Junto com Lusimar também foram outros parentes, idas que são fundamentais na constituição de redes de apoio no lugar de destino. Francisco de Brito Neto, 58 anos, é seu primo e foi para São Paulo no dia 06 de janeiro de 1984. Dos seus três irmãos, todos migraram para São Paulo naquela década. Quando entramos em contato com ele, Francisco fez questão que o nosso encontro fosse em frente à adega de bebidas onde hoje é proprietário. Neto, como prefere ser chamado, se aposentou após mais de 30 anos trabalhando em restaurantes de São Paulo e, segundo ele, o retorno tendo seu próprio estabelecimento no lugar de origem sempre foi um sonho, o que demonstra que o retorno à terra natal com melhores condições financeiras era uma meta. Assim como Lusimar, ele narra como era a perspectiva de quem vivia no Piauí na década de 1980.

Tinha a falta de chuva, não tinha um futuro pra nós ficar aqui. Não tinha perspectiva. Nada, nada. Era ficar esperando... ajudando os pais na lavoura. Eu fui pra São Paulo ia fazer 18 anos. Naquela época ouvia que a gente se daria bem lá. Primeiro eu fui pra Brasília, aí um grande amigo meu, foi até meu padrinho de casamento, foi a pessoa que me levou pra São Paulo. Eu já fui sabendo que era pra trabalhar em restaurante. Eu fui pra São Paulo no dia 6 de janeiro de 1984, cheguei em São Paulo as 8 horas da manhã, um frio! Eu pensei que não ia resistir nem duas horas! Eu sai daqui já com meu objetivo traçado. O que era meu objetivo traçado? Era minha independência financeira e ajudar minha família. Eu mandava dinheiro, ajudei muito meus pais (Francisco, 2023).

Neto decidiu migrar já sabendo que iria trabalhar em um restaurante e, através das vivências de familiares, compreendia que São

Paulo seria um lugar próspero para fazer fortuna e ajudar os parentes. Com isso, o objetivo traçado antes da partida, demonstra um conjunto de estratégias elaboradas no seio da família desses sertanejos, como o envio de dinheiro, prática fundamental entre os laços familiares durante a migração.

Como expresso nas duas narrativas, o projeto entorno da migração confirma a lógica que contraria a perspectiva de que o sujeito migra fugindo aleatoriamente, ou que faz de forma desordenada como os jornais e a literatura apresentavam. A lógica da migração articula vontades e desejos através de estratégias entre a família e a comunidade de origem. As saídas dos sujeitos não se restringem aos deslocamentos geográficos, elas representam uma articulação histórica de reprodução social.

Desde a saída de Pedro II, redes de apoio e acolhimento são formadas entre os pedro-segundenses. Familiares, amigos e conhecidos cooperam entre si para que o migrante consiga se fixar e viver de forma mais prática no contexto metropolitano, movidos pelo sentimento de pertencimento a um mesmo contexto de origem. Para a cientista social Marilda Menezes (2002), este contato com os conterrâneos é essencial e, além de facilitar a adaptação do novo migrante ao seu destino, constitui a identidade da comunidade de origem, em conjunto com a percepção de si mesmos e outros valores que são adquiridos ao longo do processo da migração.

Aqueles que se deslocam mantêm-se em contato com a família, através de uma variedade de formas de comunicação. Uma destas é a circulação de pessoas, através das quais se enviam dinheiro ou outras mercadorias. Os que migram pela primeira vez são acompanhados por amigos ou parentes e aqueles e aquelas que retornam gastam a maior parte do tempo visitando colegas e familiares. Todas essas interações sociais atuam como canais difusos para a comunicação das experiências dos migrantes (Menezes, 2002, p. 108).

Dentro das redes de migração, a difusão de informações é intensa e também contribui para amenizar as incertezas que possam surgir pelo

caminho. As informações vão desde indicações sobre o mercado de trabalho e qual a melhor profissão a seguir no lugar de destino, até compartilhamentos de moradia e formas de lazer, espaços esses onde a presença dos conterrâneos é constante e favorece a integração da vida na cidade. Esta solidariedade entre os pedrosegundenses remonta ao estudo do sociólogo Antônio Candido (2010) sobre o modo de vida do caipira paulista, constatando que a solidariedade formada pelo parentesco e os meios de subsistência de um grupo não podem ser compreendidos separadamente do conjunto das “reações culturais” desenvolvidas sob o estímulo das “necessidades básicas” (Candido, 2010, p.33). Assim, a procura de soluções que tragam a sobrevivência e melhoria de vida das famílias, vê na migração uma estratégia para a existência também daquela comunidade.

Lusimar relata como estas redes entre os amigos e familiares funcionavam assim que chegou em São Paulo pela primeira vez em 1987.

O que tava lá já ia te guiando, você não era jogado na rua, você ia morar com um irmão, um amigo, um primo. Aí ele já te orientava, ó vai fazendo assim, assim e assim. Era um suporte pra você começar. Alguns amigos nossos que estavam lá fizeram questão de nos receber, te dar apoio, sabe? A gente se sentiu... Aquelas pessoas te recebendo, né? Então foi mais um apoio moral assim pra você continuar lá, pra você seguir, entendeu? Você não tava sozinho, assim, lógico, que ninguém, mas as pessoas tinham prazer de te guiarem, te orientar, né? Porque você era um perdido numa cidade daquela, uma cidade que nem São Paulo. Aí quando descemos do ônibus pra ir pra pensão, né? Quando eu desci que olhei o prédio assim ó, meu Deus! Que lugar é esse? Que loucura, sabe? Nunca tinha visto um prédio na minha vida. Todo lado que a gente ia e olhava era o que dava a vista era luz. E aqui nem tinha luz, nós vivia na luz de candeeiro. Minha fia de Deus, a gente via aquele mundo que dava era vista. Aí meu colega disse assim pra mim: Lusimar, Lusimar de Deus! O que que nós viemos fazer nesse lugar? Aqui é grande demais! Era tudo novo pra nós, um mundo novo (Lusimar, 2023).

Ao referir-se a chegada em São Paulo, além da recepção e do acolhimento dos conterrâneos como um ponto de apoio para as novas condições impostas, Lusimar expressa seus sentimentos em relação à cidade grande, sendo um lugar assustador e, ao mesmo tempo, fascinante. Junto a isso, destaca o desejo de concretizar seus sonhos e de um novo mundo de possibilidades, que carrega também enormes desafios.

### **A CHEGADA NA METRÓPOLE DE SÃO PAULO E O TRABALHO DE GARÇOM NOS RESTAURANTES**

Para os pedro-segundenses, a ida e o emprego em São Paulo eram motivações que significavam melhoria de vida e uma estratégia de ajudar a família que ficava em Pedro II além de, muitas vezes, proporcionar a compra de terra no lugar de origem, o que reproduz a lógica da condição camponesa nos municípios rurais. Sendo assim, os restaurantes eram os lugares de realização, uma forma de ter acesso ao consumo, um emprego com registro e benefícios trabalhistas, antes não garantidos no meio rural.

Você chega em São Paulo, você começa a trabalhar, começa a entrar dinheiro, aí você começa a realizar os seus desejos, né? Ajudar os que ficaram, né? Aí você imagina só, você morar no interior, você tinha tanta vontade de comer um pedaço de doce de goiaba, aquela latinha de doce e você não conseguia, você só via nos comércios e não tinha dinheiro, aí quando você chegava em São Paulo, você se esbaldava! Como quem diz... agora eu posso comprar! Todo dinheiro que eu ganhava, eu... eu ficava com o dinheiro pra me manter e mandava o dinheiro pra comprar gado, eu cheguei a ter umas 40 cabeças de gado aqui. Meu sonho era comprar boi! (Francisco, 2023).

As mudanças na vida de Francisco demonstram que seus desejos também estavam associados ao lugar de origem. Mesmo de longe, ele mantinha a criação de animais e a vontade de adquirir bens no meio rural em que vivia, desejos que já existiam antes de partir e, naquele

momento, começavam a prosperar, mostrando que migrar não se dissocia do projeto de ficar, de manter raízes na terra natal. Mesmo quando a família migra, a manutenção da casa exprime a continuidade de uma base sólida na região de origem, e acalenta o desejo de retorno (Menezes, 2002).

Ao analisarmos a chegada na metrópole, percebemos que os centros urbanos implicam um processo em que o ser migrante já carrega, por si só, estar em uma condição de vulnerabilidade social. No contexto de origem rural, como vimos, seu direito a terra e modo de vida é negado pelo Estado junto com a avassaladora produção agrícola e pecuária moderna, que prioriza o latifúndio e o mercado. Quando desloca pra cidade, o produtor rural se torna consumidor urbano, porém de baixa renda. No contexto urbano, o indivíduo se depara com uma dinâmica que apresenta questões de pertencimento e adaptação, que precisam se construir e se recriar neste espaço que é marcado pela desigualdade social.

Para o sociólogo Sayad (1998, p. 54), a migração deriva-se do processo colonial e econômico que condiciona o indivíduo migrante que se torna, essencialmente, uma força de trabalho provisória, em trânsito. A vulnerabilidade social que origina o migrante, está presente principalmente no trabalho, mas se estende também nas formas de moradia, no acesso ao lazer, além de nas barreiras construídas politicamente. A maioria destes migrantes se instala em bairros periféricos e os que necessitam trabalhar em restaurantes em bairros nobres da cidade, como é o caso dos garçons pedro-segundenses, enfrentam adversidades cotidianamente.

A gente tinha um local que a gente tirava um descanso no restaurante, mas no chão. Não tinha uma rede pra você descansar, uma cama. Tinha um espaço ali, você botava um papelão lá no chão, uma caixa lá, e ficava ali dormindo naquelas 3 horas, pra você voltar e trabalhar de novo. As vezes tinha lugar que você não tinha nem um espaço pra tomar um banho antes e você não podia ir pra casa, né? Você morava longe, tinha que ficar dentro do restaurante, arrumava um canto ali e sentava ali

no chão e ficava ali esperando a tua hora passar. Ó pra você ter ideia como o garçom sofria, aconteceu comigo, eu trabalhava nesse Rubayat dois horários, eu torci o tornozelo saindo pra ir pra casa, entendeu? Eu torci o tornozelo, teve uma luxação, eu trabalhei doente, eu trabalhava mancando dentro do restaurante. A cobrança de restaurante dos garçons era muito, eu vi muitas pessoas perderem o emprego por bobagem, entendeu? Eu mesmo perdi emprego. A gente era muito discriminado, sabe? Os garçons não eram chamados pelo nome, os próprios patrões e os clientes botava os apelidos. Chamava de Piauí, de cearense... Não chamava pelo nome. Mas aí tem a questão, né? Eu queria ser garçom! Estar na linha de frente do restaurante, de gravatinha, tava lá todo se apresentando. Fazendo a presença, né? (Lusimar 2023).

O trabalho precarizado dos garçons retrata a segregação social e as relações de poder que impõem fronteiras, exclusões e estigmas muito bem delimitados entre os sujeitos, assim como Elias e Scotson (2000) apontam ao categorizar os estabelecidos e os *outsiders* no contexto urbano. Ao mesmo tempo que o restaurante é o local das realizações e uma forma de melhorar de vida para o migrante, é também carregado de violências físicas e simbólicas. Entretanto, Lusimar enfatiza a vontade de exercer a profissão de garçom, a mesma de seus irmãos, primos e conterrâneos. De alguma forma, estar naquele ambiente com a rede social que o cercava era também estar perto de casa, mesmo que de longe.

A ida para São Paulo e a profissão nos restaurantes constituem parte da identidade do município rural de Pedro II, tornando-o uma referência gastronômica do estado do Piauí. A escolha de sair de casa, as redes com os familiares e conterrâneos, as vivências e estratégias, além de todo o conhecimento adquirido nos anos fora, são trazidos na bagagem e constituem a memória e a trajetória dos sujeitos ativos no processo migratório.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo é pensar a migração como um fenômeno social para além da dimensão econômica retratada pela historiografia tradicional. Ao analisarmos como as redes migratórias funcionam nos deslocamentos, mostrou-se que os pedro-segundenses são orientados pela solidariedade, cooperação e o sentimento de pertencimento ao mesmo local de origem, dentro da experiência migratória.

Ao trazermos as narrativas de memórias dos migrantes como fonte central, desmistificamos o discurso dominante sobre o sertanejo e um suposto modo de vida precário no meio rural, que compreende a migração como relações impessoais e desordenadas, decorrentes estritamente da seca e da fome.

Entretanto, as redes migratórias constituem a base sólida e ampla que estrutura as relações de quem parte e quem fica, servindo como guia e suporte para uma nova vida no lugar de destino. O historiador Frederico Croci (2010) compreende essa relação através do conceito de teias migratórias, onde estipula que “as metas de chegada são avaliadas em relação às possibilidades de trabalho, e quem já emigrou lança as bases para uma ponte de notícias” (Croci, 2010, p. 310). Deste modo, através da metodologia da História Oral e das vivências dos migrantes, percebe-se que a articulação elaborada pelos pedro-segundenses segue o mesmo princípio, uma teia de informações que se forma no município piauiense, recheadas de desejos e vontades, e que atravessa o mesmo caminho que parentes e amigos já percorreram antes, onde o cotidiano acontece em meio ao cenário de segregação social da metrópole, que não garante uma São Paulo idealizada, mas demonstra que os trabalhadores migrantes não estão totalmente submetidos ao contexto econômico imposto, e sim articulam suas práticas sociais e os desafios, que são superados ao passo que o desejo de retorno para a terra natal se concretiza.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2011

BRASIL, IBGE. *Censo Demográfico 1980*.

CÂNDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*, 11ª Edição. Rio de Janeiro, Ouro sobre azul, 2010.

CASTELLO BRANCO, Francisco Gil. *Ataliba, O Vaqueiro*. 3º ed. Teresina, PI: Convênio com a oficina da palavra, 2005.

CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*. 11. ed. Rio de Janeiro: Gryphus, 1992.

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano I: as artes do fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CROCI, F. *As cartas de chamada: vestígios das redes sociais e familiares transnacionais*. In: CARNEIRO, M. L. T.; CROCI, F.; FRANZINA, E. (orgs). *Histórias do trabalho e histórias da imigração*. São Paulo: EdUSP/ FAPESP, 2010.

DOMINGOS NETO, Manoel; BORGES, Geraldo Almeida. *Seca Seculorum, flagelo e mito na economia rural piauiense*. Teresina: Fundação CEPRO, 1987.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, Jhon L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FONTES, P. *Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.

FRANCISCO de Brito Neto. *Entrevista concedida à Raiane Melo Brito*, em 18.10.2023, no município de Pedro II – PI.

LUSIMAR Coelho de Brito. *Entrevista concedida à Raiane Melo Brito*, em 19.10.2023, no município de Pedro II – PI.

MENEZES, M.A. *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes. Um estudo de famílias de camponeses – migrantes*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/JP/UFPB, 2002.

PIAUI. *Jornal O Estado – Piauí – Maio de 1980*. Arquivo Público Teresina -PI.

RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. 89a. edição. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. São Paulo: Record, 2001.

SAYAD, A. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.

THOMPSON, E.P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PARTE III

# escravizados e indígenas Nos sertões

# A CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA DO EXTERMÍNIO DA POPULAÇÃO INDÍGENA NO PIAUÍ (DÉCADA DE 1830)

HELLEN BEATRIZ DA SILVA ARAÚJO  
JOÃO PAULO PEIXOTO COSTA

## INTRODUÇÃO

Nesse artigo ensaiamos uma reflexão sobre a condição em que foi colocada a população indígena na primeira metade do século XIX na província do Piauí. Os indígenas foram sujeitos que tiveram sua existência negada pelo discurso intelectual e institucional, diante da engenhosa estratégia de apagamento operada a partir da década de 1830, como o processo de deslegitimação das identidades étnicas e de apropriação das terras indígenas. No Brasil, os discursos de independência e os arranjos da formação do Estado-Nação se encontravam conectados também pela forma que os povos indígenas foram representados na História do país. Segundo Monteiro (2001), esse cenário do século XIX se manifestava pela intensa disputa entre intelectuais e políticos. Ademais, o próprio Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) orquestrou os lugares nos quais os *índios* seriam colocados na História do Brasil, isolados e inertes no passado.

Logo que, “no movimento de definir-se o Brasil, define-se também o outro” (Guimarães, 1988, p.6), foi que o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro deu sequência à construção de uma identidade e de uma memória nacional aos moldes da civilização branca e europeia. Como destaca Guimarães (1988), a ideia engendrada por trás dessa instituição era pautada no viés político e, até o projeto historiográfico dispersado para os demais núcleos nas províncias, era de reprodução

dos ideais formuladas no centro do Império. A intenção era fazer com que o IHGB funcionasse como um centro autorizado para produção de um discurso sobre o Brasil.

Afinal, acreditou-se no gradual e definitivo desaparecimento da população indígena em alguns territórios brasileiros, a exemplo do Piauí. Na Historiografia piauiense no século XIX, o discurso do desaparecimento foi representado e nutrido por grandes intelectuais que teceram a História do Piauí e puseram aos indígenas a condição do silenciamento.

As raças menos numerosas emigraram com as primeiras conquistadas ou entradas, e as que por muito numerosas não puderam fazer, ou consentiram ser aldeias, ou foram aniquilados pelo ferro dos conquistadores. Os Gueguez, Acoroás (Coroados), Aruazes, Jaicos, e Pimenteiros subsistiram até há bem poucos anos, porem já completamente degenerados como cruzamento, e outras razões geralmente sabidas, que fazem perder a primitiva feição, o caracter, os hábitos e costumes (D'Alencastre, 1857, p. 24).

Sendo reproduzido assim a narrativa da extinção das populações indígenas, como destacou José Martins Pereira D' Alencastre (1857), o projeto do governo provincial, junto à Assembleia Legislativa e às câmaras municipais, operou também no processo de deslegitimação das identidades étnicas, negando a existência indígena a fim de usufruir de seus territórios. No Piauí, assim como nas demais províncias, a questão indígena se interconectou às questões das disputas e conflitos que envolviam a terra, trabalho e identidade étnica, categorias que nos possibilitam pensar a História Indígena como uma história de luta, tendo em vista o processo de (re)emergência étnica contemporânea e de luta contra a usurpação dos territórios e direitos indígenas.

Buscamos problematizar os usos do discurso do extermínio indígena no Piauí a fim de compreender suas relações com os discursos institucionais do período. Entendendo, para isso, que, junto às intenções de apropriação das terras indígenas, tanto o governo provincial

quanto as elites agrárias locais usualmente compartilhavam da tese de mistura, na intenção de deslegitimar a identidade indígena e negar os seus direitos de usufruto da terra.

Na província do Piauí, o discurso do extermínio dialogava bem com os interesses políticos, administrativos e econômicos da época, fazendo com que a narrativa da extinção da população indígena compactuasse com os interesses econômicos de expansão da agricultura e da pecuária local. Na tentativa de refletirmos sobre esses processos de deslegitimação étnica e invasão das terras indígenas na província do Piauí, consideramos as ações das câmaras municipais da vila de Jaicós e São Gonçalo do Amarante que, junto aos interesses administrativos, políticos e econômicos, compartilharam da narrativa do extermínio, considerando as terras que compunham os antigos aldeamentos como devolutas e com a qualidade para maior usufruto para agricultura e criação de gado.

No texto serão discutidos os eixos importantes que nos ajudam a compreender a condição da população indígena no Piauí no período pelo qual a dinâmica das formulações das ideias nacionalistas e liberais ganhavam espaço, período que foi palco também de conflitos étnicos multifacetados (Morel, 2003, p. 9). A concepção do novo Estado brasileiro se baseava nos valores europeus de modernização, progresso e superioridade do homem branco, como já discutia Maria Celestino de Almeida (2010). Por isso, o papel dado aos políticos e intelectuais foi o de homogeneizar identidades e histórias, assim fazendo valer o *modus operandi* da narrativa do extermínio indígena pelo processo de deslegitimação das identidades étnicas e de usurpação da mão de obra e das terras indígenas.

Para o estudo a metodologia se valeu de levantamento e análise bibliográfica relacionada à temática, também foram utilizadas fontes hemerográficas disponibilizadas pela Hemeroteca da Biblioteca Nacional, como o jornal *O Correio da Ass. Legislativa da Província do Piauí* (1835), na possibilidade de percebermos a dinâmica pela qual era colocada a questão indígena na citada província, junto à

organização e criação de novas vilas. Nos tópicos a seguir buscamos localizar a condição indígena na História e sob a égide do desaparecimento e seus desafios ligados à questão da terra, trabalho e identidade.

### **ESCRITA E TEMPO: A HISTORIOGRAFIA PIAUIENSE E O DISCURSO DO EXTERMÍNIO INDÍGENA**

Benjamin (2005) critica o tempo homogêneo e vazio, aquele cuja única temporalidade viável se fundamenta na linearidade dos acontecimentos, não apresentando a diversidade. Para o autor, o tempo se constitui como carregado de agora, heterogêneo, qualitativo e pleno, no qual o presente e a vivacidade dos sujeitos se apresentam. Ao pensarmos a escrita e tempo sob o viés da historiografia piauiense sobre os indígenas, é importante considerarmos que a escrita sobre esses povos possui uma relação direta com a época em que foi produzida, nutrida pela instituição de um tempo homogêneo e vazio.

Certeau (1982) pensando nessa relação entre escrita e seu tempo e na colonização das Américas, define um tipo de escrita conquistadora em que “o conquistador irá escrever o corpo do outro e nele traçar a sua própria história. Fará dele o corpo historiado – o brasão – de seus trabalhos e de seus fantasmas. Isto será a América "Latina" (Certeau, 1982, p.05). Assim, os corpos são colonizados pelo discurso do poder, é por esse caminho que surge um novo funcionamento da escrita ocidental.

Ao nos aproximarmos da História Indígena no Brasil é importante que nos afastemos dos discursos de extinção e de apagamento. No transcurso da História, aos povos indígenas, por muito tempo, fora dada a condição inerte de um passado marcado pela violência da conquista. A própria Historiografia tradicional e eurocêntrica tem como marco as guerras contra os europeus, o encontro entre os dois mundos e a colonização do outro como preâmbulo da História do Brasil. No Nordeste, sob a égide o discurso da extinção e do apagamento, a

história indígena era a que remetia ao passado distante daqueles que foram “exterminados” ou assimilados.

É importante considerar que há espaços a serem preenchidos na História do Piauí e, entre esses, o lugar dos indígenas que, por muito tempo, foram colocados à margem e reduzidos ao silenciamento e ao discurso de uma época. A primeira fase da historiografia piauiense sobre os indígenas pode ser caracterizada por se identificar como parte da historiografia profissional. A historiografia tradicional sobre os indígenas no Piauí em sua primeira fase foi composta pelo grupo de José Martins Pereira d’ Alencastre (1857), Odilon Nunes (1975), Moysés Castello Branco (1953) e Monsenhor Chaves (1984). Esses teceram a História do Piauí, a perspectiva reducionista de silenciamento e ocultamento dos indígenas como agentes históricos. Outros vieram depois com uma proposta mais ampla em relação aos indígenas, ainda que com a mesma perspectiva inferiorizante e de desaparecimento inevitável.

Diante disso, toda produção historiográfica tem relação com seu lugar de produção, por meio dos interesses contido nesse âmbito, a historiografia nada mais é do que a articulação entre o real e o discurso (Certeau, 1982). A escrita da história piauiense do século XIV e XX estava ligada a uma concepção positivista, em que os documentos se tornam verdade absoluta, analisando o escrito desses pesquisadores da primeira fase no Piauí, verifica-se a pretensão de construir uma verdade daquilo que havia acontecido, a partir de um modelo. Certeau (1982) nos chama atenção para a ligação que a escrita possui com o não-dito, ao invés de estabelecer padrões que apenas mostram a visão oficialmente compartilhada, deve-se procurar sentido por meio do contexto e de suas lacunas.

Assim, na segunda fase da historiografia, Paulo Machado (2002), Reginaldo Miranda (2005), João Renôr (2005), Wilson Correia (2011), Claudete Maria Dias (2010), ainda que tenham sido uma referência nos estudos sobre os indígenas no Piauí, não se apartaram totalmente da concepção inferiorizante dada a esses povos.

Atualmente, o terreno no qual está a temática indígena no Piauí necessita de mais estudos, a fim de propor uma nova interpretação da História e da própria identidade piauiense. Afinal, o tripé da historiografia tradicional sobre dos povos indígenas se resume a conquista, resistência e “extermínio”.

Ainda pensando na relação entre a escrita e seu tempo, Bloch (2001) nos demonstra que o tempo é um *continuum*, estando sempre constantes mudanças. Assim, a nossa compreensão do passado está sempre se transformando, mesmo que o passado em si, seja o mesmo. O discurso do extermínio indígena marca uma escrita que estava submetida aos ditames de uma época, em que a preocupação com aspectos políticos, administrativos e econômicos e onde a reprodução da narrativa do colonizador dominava, ainda notamos sua presença nas narrativas que foram sendo construídas a partir dos anos 2000, já que passado e presente estão em constante contato na reprodução dos discursos hegemônicos.

Logo, a escrita da história dos povos indígenas esteve enviesada pelos discursos de extermínio, com os sujeitos representados como populações em vias de apagamento e nos rastros da extinção. Esses discursos revelam as marcas de um passado colonial, em que os habitantes da América, na óptica do outro, foram vistos como sujeitos sem história e sem futuro. Apareciam apenas no momento de confronto, isto é, quando pegavam as armas e lutavam contra os inimigos, como guerreiros, ou vítimas indefesas da ordem, pela condição de escravo aculturavam-se e deixavam de ser índios e desapareciam da nossa história. Esse suposto desaparecimento, todavia, se dava no compasso das ideologias e interesses econômicos e políticos da época (Almeida, 2010, p. 14).

Estudos recentes produzidos pelo GT Povos indígenas na História, organizados pelos pesquisadores da ANPUH Nacional, têm avançado no processo de luta e resistência pela história dos povos indígenas nas diversas regiões do Brasil. Nessa perspectiva, trazemos ao campo das disputas (o campo científico estudado por Pierre Bourdieu), os

estudos sobre a condição da população indígena no Piauí a partir da década 1830. Trata-se também de uma discussão de valor político que reivindica a historicidade e a memória dos povos indígenas que estiveram e estão mais presentes do que nunca como agentes históricos e protagonistas da História.

### **A POPULAÇÃO NÃO DESAPARECEU, MAS FOI CATEGORIZADA**

No Piauí acreditou-se que até o final do século XVIII e início do século XIX já não se encontraria nenhum aldeamento e nenhum indígena no território piauiense. A Historiografia piauiense é permeada pela narrativa inferiorizante que, por muito tempo, colocou a população indígena do estado na zona de apagamento. É de se considerar o que buscamos a desconstrução da narrativa que nutriu o imaginário e a memória local sobre o extermínio total da população indígena no Piauí, colocando em xeque até a própria questão da formação da identidade piauiense.

Para Wilson Correia (2011), o processo de extermínio no Piauí se deu, em um primeiro momento, devido aos conflitos com os fazendeiros criadores de gado, que visavam apossar-se das aldeias, as quais geralmente se localizavam estrategicamente próximas a rios, para garantir as instalações dos currais em regiões bem servidas de água. É percebido nesse contexto que as migrações forçadas ocorreram logo após os povos indígenas terem suas terras invadidas. Outro ponto em análise para a ideia do extermínio foi a ação religiosa por meio da instalação de aldeias. Todavia, o processo de extinção das nações indígenas estaria diretamente relacionado às disputas pela posse da terra. Afinal, a frente de expansão da pecuária era o que norteava os direcionamentos econômicos no período, que alcançam também o século XIX (Correia, 2011, p. 444-445).

Diante dos projetos encabeçados no século XIX, notamos algumas continuidades coloniais e nisso destacamos seus impactos em relação a condição da população indígena. O século XIX se apresentou

também como contexto fértil para o desenvolvimento de práticas liberais e nacionalistas que logo transformariam também as relações sociais e impactariam os indígenas e a política indigenista, especialmente no que trata dos direitos coletivos indígenas às terras que ocupavam e à própria existência deles como grupos étnicos específicos dentro do Estado nacional (Almeida; Moreira, 2022, p.124).

A questão indígena no Ceará é discutida por Costa (2018), que destaca a ligação direta entre a questão da terra, a exploração da força de trabalho indígena e o campo político. Enquanto em algumas regiões prevaleceu a Carta Régia de 1798, em outras prevaleceu o Diretório, como no caso do Ceará que em 1843 recriou a lei que serviu como um mecanismo que atendia aos interesses específicos das elites cearenses de eliminar os indígenas dos espaços políticos, apoderar-se de suas terras e usufruir de sua mão de obra.

Sobre o uso da mão de obra indígena, o trabalho compulsório e os processos de territorialização das terras indígenas, Gonçalves (2020) detalha a experiência dos aldeamentos na província do Espírito Santo no contexto de 1845 a 1889, o Imperial Afonsino e Mutum. Foram aldeamentos criados pelo Diretoria Geral dos Índios no Espírito Santo e que, pelo discurso colonizador reproduzido na Província, foram criados e diretamente associados à política indigenista regional, à medida que visavam, com a instalação, o usufruto da mão de obra indígena aldeada para os serviços públicos. A experiência do Espírito Santo perpassou também a reprodução de uma narrativa de desaparecimento que se consolidava no século XIX e fazia parte das estratégias das elites locais em orquestrar processos de territorialização.

No Piauí, segundo Miranda (2016), os aldeamentos do início do século XIX foram criados ainda no período colonial. No lugar Cajueiro, foi fundado o aldeamento Nossa Sra. das Mercês em 1714, hoje a cidade de Jaicós; São Gonçalo, habitado inicialmente pelos índios Akroá, fundado pelo tenente-coronel João do Rego Castelo Branco em 1772, hoje a cidade de Regeneração; e São João de Sendé, fundado em 1765, de onde os Gueguê foram removidos para São Gonçalo

anos depois e que hoje é localidade do município de Tanque no Piauí (Miranda, 2016, p. 56-57). É de fundamental importância localizar esses dois primeiros aldeamentos, que nos oitocentos foram elevados a categoria de vilas, dentro da dinâmica do século XIX, dando atenção ao projeto orquestrado pelo discurso intelectual e institucional, que enfatizava a extinção dos indígenas, pondo em ação, por meio das câmaras municipais, as estratégias e os interesses de posse das terras indígenas na província do Piauí na primeira metade do século XIX.

Miranda (2016) argumenta que a política de aldeamentos no Piauí esteve marcada em duas fases, sendo a primeira o contato entre o branco português em 1759 (que marca também o período de instalação da Capitania, expulsão dos jesuítas e implementação do Diretório) e a fase posterior à proclamação da Independência, em que se acreditou que as últimas aldeias já haviam perdido suas características e logo assumiram a categoria de vilas. Contudo, a linha de argumento sustentada por Reginaldo Miranda desconsidera a hipótese que esses primeiros contatos possam ter sido feitos em momentos anteriores, e que além disso aconteceram em temporalidades diferentes para grupos diferentes. E a fase em que destaca como pós independência, o mesmo autor nutre o discurso do extermínio, ao modo que menciona a ideia da “perda das características” dos povos indígenas a partir desse contato.

Nisto, as considerações acerca da construção discursiva desse extermínio programado para os indígenas no Piauí, perpassam os argumentos que se remetem às questões de etnia e identidade, logo que esse discurso do extermínio se valia das estratégias de aldeamento e miscigenação como fatores “determinantes” para o desaparecimento, ressaltando a perda das características que os legitimassem como indígenas. Todavia, a “justificativa” do contato, da mistura e da ideia de desaparecimento estiveram longe de apagar a cultura e a identidade dos povos indígenas no Piauí. Afinal, nos contrastamos com a narrativa de alguns outros autores que teceram a História do Piauí e deixaram na condição do não-dito a presença indígena no

estado. Além do mais, os povos indígenas não foram sucumbidos pelo peso do discurso, mas estão mais vivos do que nunca reivindicando seus direitos e lutando pela preservação da sua identidade e cultura.

Nas regiões da província do Piauí, na primeira metade do século XIX, que em um passado próximo foram antigos aldeamentos indígenas, é possível destacarmos o movimento de disputas étnicas e territoriais. Com isso, problematizamos, no contexto da década de 1830, as ações das câmaras municipais de Jaicós e São Gonçalo do Amarante, elevadas à categoria de vilas. O processo de desamortização e privatização das terras indígenas acontece, portanto, sob a justificativa genérica de que os indígenas estavam desaparecidos ou misturados à população livre (e mestiça) nacional. (Moreira, 2022, p. 116).

Os ofícios da câmara municipal da vila de Jaicós de 6 de outubro de 1834 registram a petição das terras que foram dos *extintos índios Jaicós* para patrimônio da mesma câmara. A proposta foi levantada no intento de que ficassem sendo patrimônio da dita vila três léguas, em que foram outrora aldeados os *extintos índios Jaicós*, “em que cujo centro foi criada a vila, no qual foi julgado a comissão que as ditas terras podiam ser concedidas para o logradouro da câmara por se acharem desaproveitadas” (O Correio, 1835, p. 8).

Outro parecer da referida comissão, agora sobre a representação da vila de São Gonçalo, retrata que

[...] a total falta de rendas para ocorrer às suas despesas, demonstrando que não podia se utilizar das terras, em que estava fundada a vila, por pertencerem a nação de índios, de que ainda restavam mui poucos descendentes, e julgando a comissão que o local da vila pertence câmara e que ela pode por isso ser autorizada a aforar o terreno para casas e quanto às demais terras dos índios, visto estarem quase extintos, passa também a câmara tirar delas alguma utilidade. (O Correio, 1835, p. 31).

Na Seção de 16 de junho de 1835 foram lidas e aprovadas as resoluções para que as câmaras das vilas de Jaicós e São Gonçalo passassem a aforar em pequenas porções a benefício de sua receita de terras,

para que as câmaras provinciais passassem a providenciar sobre a abundância de carne nos seus municípios (O Correio, 1835, p. 34).

Segundo Arruti (1995), de acordo com o discurso da época, quando exterminados ou assimilados passariam a compor o tipo humano e cultural do caboclo e sertanejo, representando bem o projeto de descaracterização étnica dos povos indígenas que eram vistos como empecilhos para o desenvolvimento e o progresso do Estado-Nação. O projeto de apagamento e desaparecimento dos povos indígenas no Brasil foi orquestrado e fez parte dos processos de integração pensados na época, em que tinham a perda da identidade como elemento fundamental para a dominação. A proposta assimilacionista, de acordo com Almeida (2010), teve objetivos claros em transformar as aldeias em vilas e nisso se reproduzia a proposta de integração, mistura e extinção dos antigos aldeamentos.

Outro elemento importante para considerarmos no processo de deslegitimação das identidades étnicas no Piauí foi a introdução de brancos nas povoações indígenas, que, por meio de estratégias como a dos casamentos mestiços, visava a descaracterização do grupo étnico. O perfil de mistura que representava “mestiço nascido de branco com índio era chamado de mameluco na Bahia, curiboca na Amazônia, caboclo no Piauí – por extensão, o gentio e o sertanejo” (Castello Branco, 2011, p. 66). A estratégia da mistura surge desde o início da colonização como mecanismo de dominação, tendo na mestiçagem a tentativa para encaminhá-los ao desaparecimento (Arruti, 1995, p. 66).

De acordo com Castello Branco (2011), no Piauí não haveria mais tradições indígenas, já que, três séculos após o desbravamento da terra, os descendentes dos silvícolas estariam integrados na família rural piauiense. Portanto, não haveria colônias de indígenas em luta por terras. Os indígenas foram categorizados como caboclos, assumindo a identidade de vaqueiros, moradores nas terras das fazendas. Se constrói e é reproduzido um discurso de desindianização, ou seja, as estratégias administrativas, políticas e intelectuais tencionavam

a diluição das identidades através do discurso de que quando assimilados os povos indígenas estariam fadados ao desaparecimento.

Em sua obra *Índios no povoamento do Piauí*, Castello Branco (2011) menciona que:

No século XIX, na era da cera da carnaúba e do coco babaçu, os caboclos continuaram agregados as fazendas em decadência. Ocupavam-se do corte de palha de carnaubeira e da quebra do coco babaçu, a salários minguados, investidos na birosca do fazendeiro, em gêneros e trastes, por preços especulativos. Novas gerações de caboclos ainda habitam os campos do sertão do Piauí, ressequidos e pisoteados em quase três centenas de anos pelos rebanhos à solta (Castello Branco, 2011, p. 67).

Ao modo que eram *extintos* nos discursos oficiais, aparecem no mesmo cenário, mas recategorizados e identificados por *caboclos*. Esse *acaboclamento* era pensado como o resultado das tentativas de integração e assimilação da cultura branca e nisso incluíam questões que envolviam a utilização da mão de obra e a disposição de suas terras. Para Almeida (2012), as disputas territoriais foram fruto de um processo gradual iniciado no século XVIII e intensificado em meados do século XIX, somado às outras estratégias pelas quais identificamos o processo da deslegitimação étnica, produto das políticas assimilacionistas, dos projetos de mistura, civilização e nacionalização, ainda que nenhuma dessas estratégias pudessem determinar, de fato, a “desindianização” dos povos indígenas. No Piauí, a tese do extermínio ganhou espaços semelhantes à de outras províncias do período, contudo, a população indígena resistiu ao intento da dominação e do silenciamento, visto que continuaram existindo apesar das tentativas de apagamento operadas pelo discurso intelectual e institucional do século XIX. Costa (2011) ao mencionar que muitos ainda acreditam na ideia de que os *índios* foram completamente exterminados do solo piauiense, apesar da construção dessa narrativa, destaca que “*a destruição física dos índios não era, nem de longe, a intenção das várias formas de governo que passaram pelo Brasil*” (p.154) afinal de contas,

esses eram movidos pelo intento de se apossarem das terras e de usufruírem da força de trabalho indígena.

Nesse sentido, a contrapelo desse discurso sobre o desaparecimento, muitos deles ressurgem no processo de etnogênese definido por João Pacheco de Oliveira em *A viagem de volta*, através da reelaboração de histórias, memórias e identidades, reafirmando assim a identidade indígena e reivindicando seus direitos coletivos (Oliveira, 2004). Isso nos aproxima da condição da população indígena no Piauí na contemporaneidade, dada a importância de considerarmos a historicidade dos povos indígenas no território piauiense, a fim de compreendermos suas trajetórias e lutas no tempo presente.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da reflexão realizada neste artigo podemos concluir, por meio de uma perspectiva interdisciplinar, que a narrativa do extermínio indígena no Piauí está presente em toda a história do estado. Os historiadores e pesquisadores que pensaram os aspectos políticos e econômicos do Piauí, em muitos momentos contribuíram para construção da narrativa do extermínio indígena no Piauí, essas produções aliadas também ao discurso de assimilação e desindianização corroboraram para produção de uma desmemória sobre a presença indígena no Piauí. Entretanto, a relação da escrita com seu tempo também fez parte dos estereótipos construídos e da instituição de um tempo vazio e linear sobre os povos indígenas.

Para rompermos com esse tipo de escrita, e nos aproximarmos das produções que abordam os povos indígenas em todas as suas multiplicidades e condições de protagonismo, cabe a nós consideráramos a perspectiva interdisciplinar, levando em conta o entrelaçamento da antropologia, da economia, geografia e das diversas outras disciplinas que possam interromper a concepção única de história.

Notamos também que as tentativas de apagamento e de extermínio das populações indígenas no Piauí, foram tencionadas por meio do

discurso das perdas das características indígenas oriundas da assimilação, miscigenação e classificação dos indígenas como caboclos. Do mesmo modo, a questão étnica que contribuiu para a tese do desaparecimento, nos mostra que as ações governamentais utilizam desse discurso para se apropriar das terras indígenas. Concluímos que a narrativa do extermínio indígena foi criada e arquitetada com intencionalidades. Logo que, o argumento da perda das características não consegue fechar a conta. Considerando as reverberações da temática dentro do campo interdisciplinar, as considerações acerca da construção discursiva desse extermínio programado para os indígenas no Piauí, perpassam as questões que se remetem aos elementos fundamentais de etnia e identidade, pois esse discurso do extermínio se valia das estratégias de aldeamento e miscigenação como fatores determinantes para o desaparecimento, atenuando a perda das características que os legitimassem como indígenas, contudo, as estratégias de deslegitimação das identidades não conseguiram por fim na presença indígena no estado, afinal, estudos contemporâneos na área da Antropologia sobre etnicidade tem corroborado na compreensão da dinâmica das construções das identidades étnicas, da cultura e das relações interétnicas que abrangem o campo de discussão de etnia, identidade e territorialização.

A história precisa ser reescrita a cada geração e deverá contar com o aporte interdisciplinar. Conforme Arruti (1995), a história indígena no Nordeste hoje tende a abandonar as explicações sobre as formas pelas quais aqueles grupos teriam desaparecido, ou melhor, teriam sido colocados em zonas de desaparecimento pelo discurso intelectual e institucional no século XIX, e que hoje têm sido reescrita sob a proposta de emergência étnica regional e histórica “marcadas sobretudo pelo resgate de uma memória e pela releitura de suas histórias” (Arruti, 1995, p. 85). No Piauí do século XXI, a tentativa de propormos uma releitura e uma nova interpretação do passado bate à porta, já que a luta dos povos indígenas não se restringiu a um passado imóvel, mas se agudiza no presente marcada pelos conflitos relacionados à demarcação dos territórios e à luta da reafirmação da identidade indígena.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de; MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Os povos indígenas e a formação do Estado Nacional brasileiro*. MOREIRA, Vânia Maria Lustosa; DANTAS, Mariana Albuquerque; COSTA, João Paulo Peixoto; MELO, Karina Moreira Ribeiro; OLIVEIRA, Tatiana Gonçalves de (Org.). *Povos Indígenas, Independência e muitas histórias: repensando o Brasil no século XIX*. Curitiba: CRV, 2022. (p.123-148)

ARRUTI, José Maurício. *Morte e vida do Nordeste Indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.8, n.15, 1995 (p.57-94).

BENJAMIN, Walter. *Tese XII*. In: LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses "Sobre o conceito de História"*. São Paulo: Boitempo, 2005.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro. Ed. Zahar/2001.

CASTELLO BRANCO, Moysés. *O índio no povoamento do Piauí*. In: DIAS, Claudete Maria Miranda; SANTOS, Patrícia de Sousa. (Org.). *História dos Índios do Piauí*. Teresina: EDUFPI, 2011. 549p.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CORREA, Wilson. *Da liberdade ao extermínio*. In: DIAS, Claudete Maria Miranda; SANTOS, Patrícia de Sousa (Org.). *História dos Índios do Piauí*. Teresina: EDUFPI, 2011. 549p.

COSTA, João Paulo Peixoto. *Na Lei e na Guerra: Políticas indígenas e indigenistas no Ceará (1798-1845)*. Teresina: EDUFPI, 2018.

COSTA, João Paulo Peixoto. *A farsa do Extermínio*: reflexões para uma nova História dos índios no Piauí. IN: MENDES, Algemira de Macedo; FERREIRA, Elio; COSTA, Margareth Torres de Alencar (Org.). *Literatura, História e Cultura Afro-Brasileira e Africana: memória, identidade, ensino e construções literárias*. V.2, Teresina UFPI/UESPI, 2011.

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *Legislação indigenista no século XIX: uma compilação (1808-1889)*. São Paulo: Edusp, 1992.

D'ALENCASTRE, José Martins Pereira. REVISTA, *Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Memoria Cronologic, Histórica e Geograohica da Provincia do Piauhy*. Rio de Janeiro: Tomo XX, 1ª trimestre de 1857, p.5-169.

GUIMARÃES, Manoel L. *Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n.41, 1988, p. 5-27

MACEDO, Helder Alexandre. *Em busca dos desaparecidos: remanescentes indígenas no Sertão do Seridó (Séculos XVIII E XIX)*. Revista de humanidades, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, v.4, nº8 abr/set, 2003.

MACHADO, André Roberto de A. *Para fazer vencer a “verdadeira causa da independência”*: herança, reação e reinvenção do trabalho compulsório dos indígenas no Pará (1821-40). In: MOREIRA, Vânia Maria Lustosa; DANTAS, Mariana Albuquerque; COSTA, João Paulo Peixoto; MELO, Karina Moreira Ribeiro; OLIVEIRA, Tatiana Gonçalves de (Org.). *Povos Indígenas, Independência e muitas histórias: repensando o Brasil no século XIX*. Curitiba: CRV, 2022. (p.475-500)

MIRANDA, Reginaldo Miranda. *Indigenista no Sertão de Dentro*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2016.

MIRANDA, Reginaldo. *A ferro e fogo: vida e morte de uma nação indígena no sertão do Piauí*. Teresina, 2005

MOREL, Marco. *O período das regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Comentário- Liberalismo e povos indígenas no século XIX – Notas sobre um diálogo necessário*. In: MOREIRA, Vânia Maria Lustosa; DANTAS, Mariana Albuquerque; COSTA, João Paulo Peixoto; MELO, Karina Moreira Ribeiro; OLIVEIRA, Tatiana Gonçalves de (Org.). *Povos Indígenas, Independência e muitas histórias: repensando o Brasil no século XIX*. Curitiba: CRV, 2012.

MONTEIRO, John Manuel. *Tupi, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. 2001. Tese (Doutorado em Antropologia) –Universidade de Campinas, Campinas, 2001.

O Correio: Da Assembleia Legislativa da Província do Piauí (PI) Seção em 15 de maio de 1835, Disponível em: <<https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=717932&pesq=%C3%ADndios&pasta=ano%20183&hf=memoria.bn.br&pagfis=9>> Acesso em: 26 de Maio de 2023

OLIVEIRA, João Pacheco. *A fronteira e a viabilidade do campesinato indígena*. Acervo ISA. 1987. Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/fronteira-e-viabilidade-do-campesinato-indigena>>. Acesso em: 21 de jul., 2023.

OLIVEIRA, João Pacheco. *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Livraria/LACED, 2004.

OLIVEIRA, Tatiana Gonçalves. *Terra, trabalho e relações interétnicas nas vilas e aldeamentos indígenas da província do espírito santo (1845-1889)*. Manhuaçu, 2020

XAVIER, Maico Oliveira. *Cabôcullos São os Brancos: dinâmicas das relações socioculturais dos índios do Termo da Vila Viçosa Real – Século XIX*. Fortaleza: Secult, CE, 2012.

# HISTORIOGRAFIA E TRABALHO ESCRAVO RURAL NO PIAUÍ

NAIARA ROSA FELIX DE SOUSA

SOLIMAR OLIVEIRA LIMA

## INTRODUÇÃO

Ao longo da história, as análises sobre a escravidão têm sido repletas de debates e controvérsias. Esse tema tem sido amplamente abordado nas pesquisas acadêmicas, evidenciando sua relevância e a necessidade de compreender a formação da sociedade, especialmente em áreas em que ainda há carência de estudos históricos aprofundados. Neste artigo, busca-se apresentar e caracterizar a escravidão rural, a partir de autores considerados a base da historiografia clássica acerca da escravidão no Piauí.

Atualmente, a historiografia piauiense consensua que a escravidão estava presente desde o início da colonização do território piauiense, pois a mão de obra de pessoas negras escravizadas foi utilizada em todo o contexto do trabalho e atividades das fazendas. Porém, era comum a negação da existência do trabalho escravo. A origem dessa interpretação pode ser encontrada em relatos de memorialistas e viajantes dos séculos XVIII e XIX, que deixaram registros sobre a sociedade do Piauí e as relações escravistas. Esses relatos descreviam um mundo rural onde o trabalho compulsório e ocasional era comum, especialmente nas atividades rurais, em que havia um “controle mais brando” sobre os escravizados (cf. GARDNER, 1942; ALENCASTRE, 1981; SPIX; MARTIUS, 1981). O mito criado através desses relatos foi utilizado dentro da historiografia

piauiense para encobrir a origem do sistema escravista, relegando a população negra a um local e uma posição de inexistência e invisibilidade.

Os estudos sobre escravidão no Piauí iniciaram-se por volta dos anos 1950, que se alinha a um processo de ampliação do debate em contexto nacional. Segundo Rafael Marquese (2013), o aumento desses estudos se devia às alterações das condições políticas imediatas que haviam impulsionado as discussões nas décadas de 1950 e 1960 e, também, da própria mudança do ambiente historiográfico. Os estudos no Piauí possibilitaram uma visão através de duas tendências: na defesa das relações paternalistas ou na defesa das relações determinadas pela violência. Desse modo, durante muito tempo havia uma noção de que a principal fonte econômica da região, a pecuária, era uma atividade que dependia principalmente das condições naturais do local onde o Piauí estava situado, dispensando assim a necessidade de trabalho escravo.

Nesse sentido, o gado, tanto *vacum* como cavalar, animais de grande porte e com capacidade de reprodução rápida, ocupava extensas áreas territoriais, contribuindo para a colonização do Piauí, no entanto, o trabalho empregado nessa atividade econômica era predominantemente livre, sendo o vaqueiro o principal representante desse tipo de ocupação. Essa perspectiva se manifesta ao longo de várias gerações de autores, uma vez que havia uma tentativa de mascarar a real face do escravismo no Piauí, que acabou favorecendo durante muito tempo uma classe social, que se sustentava na exploração demasiada do trabalho escravizado, mantendo seus privilégios econômicos e políticos.

A violência marca o escravismo no Piauí e o cotidiano dos trabalhadores nas fazendas de gado. A atividade da pecuária se fazia presente em todo território piauiense, como atividade principal, e permaneceu até o fim do sistema escravista. Os estudos que enfocam nas fazendas e na pecuária oferecem perspectivas diversas em relação ao trabalho escravo e aos meios de conservar o sistema escravista

no Piauí. É importante destacar que, embora haja uma escassez de estudos sobre o assunto, as pesquisas existentes, com suas particularidades, contribuíram significativamente para o debate histórico sobre essa temática.

O trabalho escravo sempre se constituiu como tema central na historiografia piauiense. No artigo intitulado “Historiografia da escravidão negra no Piauí”, Solimar Oliveira Lima (2005) categorizou os estudos sobre a escravidão negra no Estado do Piauí em dois grupos: a “historiografia clássica” e os “jovens historiadores”. O primeiro grupo, que será o foco deste trabalho, é composto por Odilon Nunes (1996), Monsenhor Chaves (1998), Luiz Mott (2012), Tanya Brandão (1999), Miridan Falci (1995) e Solimar Lima (2005), que realizaram as primeiras pesquisas sobre escravidão no Piauí e estabeleceram os fundamentos para o debate acerca das relações escravistas na formação social, focando no trabalho rural. Esses trabalhos, apesar de possuírem convergências e divergências, foram fundamentais para romper com a noção da incompatibilidade da economia com o trabalho escravizado defendidas por Nunes e Chaves, além de romper com a visão do paternalismo existente nas relações escravistas entre senhor e escravizado, e descrever a diferenciação entre o cativo público e privado.

## **A HISTORIOGRAFIA PIAUIENSE SOBRE O TRABALHO ESCRAVO**

Em sua gênese, a escravidão no Piauí não foi implantada somente considerando o fator econômico, mas também o social, haja vista que os escravizados desempenharam um papel significativo, não apenas na criação de gado, mas no cultivo de diversos produtos agrícolas utilizados tanto para sustento próprio quanto para a venda no mercado local. Durante a colonização, vieram com o gado os primeiros escravizados para trabalhar na criação do gado extensivo, na produção de charque, dentre outras atividades agrícolas. Segundo o historiador Alcebíades Costa, a população

piauiense era em sua totalidade rural, as famílias residiam em fazendas situadas em áreas distantes umas das outras.

De acordo com o censo do Império Brasileiro de 1872, no Piauí havia uma quantidade de 23.795 escravizados, 11.945 homens e 11.850 mulheres, os municípios do estado que mais obtinham escravizados foram: Teresina, Jaicós, Valença e Barras. A partir de 1851 o número de escravizados aumentou na cidade de Teresina, devido a necessidade da mão de obra para a construção da capital, no entanto, vieram escravizados transferidos das fazendas nacionais, pois os mesmos eram ministrados pela coroa.

Segundo o censo de 1872 sobre a ocupação e os trabalhos exercidos pelos escravizados: costureiras: 1435 mulheres, operários: 509 mulheres e 167 homens, lavradores: 1579 mulheres e 4675 homens, criados e jornaleiros 555 mulheres e 1390 homens, serviços domésticos: 3316 mulheres e 1370 homens, sem profissão: 4447 homens e 4352 mulheres. Através dos dados podemos perceber que homens e mulheres realizavam atividades diversas, ou as mesmas atividades, exceto a costura era feita exclusivamente por mulheres. No meio rural a distribuição das tarefas conforme o gênero se fazia mais presente nas propriedades mais extensas, enquanto nas propriedades menores, os trabalhadores eram empregados de maneira igualitária em diversas atividades. Segundo Alcebíades Costa Filho (1992), em sua pesquisa feita nas Listas de Classificação, entre 1872 a 1880, em um grupo de 4.097 escravizadas, 3.447 possuíam atividades definidas, 1.236 escravizadas eram roceiras, 976 desenvolviam a atividade de cozinha e 582 de costura.

O trabalho escravo se estendeu até o século XIX e, durante esse período, o trabalho exercido pelos escravizados se deu de forma violenta, com exploração demasiada, e sem dúvidas mantinham o sustento da economia. Porém, a existência dos relatos dos viajantes fez com que alguns autores considerassem a presença dos trabalhadores escravizados na formação da sociedade piauiense de pouca relevância. Dessa forma, as análises fundantes da historiografia piauiense

visavam reduzir a importância dos trabalhadores, reforçando o paternalismo<sup>1</sup>.

Os primeiros trabalhos que ressaltavam o trabalho escravo surgiram apenas na segunda metade do século XX, os quais traziam pesquisas sobre a formação do território piauiense. Em *Pesquisa para a história do Piauí*, publicado em Teresina pela Fundação Monsenhor Chaves em 1996, especificamente o volume 4, Odilon Nunes foi um dos primeiros historiadores a dedicar-se a escrever sobre a instituição escravista, defensor de uma visão paternalista, de relações benevolentes entre senhor e escravizado e precursor de uma “escravidão branda”, buscava negar a violência e minimizar a presença dos escravizados. Segundo o historiador: “[...] ordinariamente, tratava de modo paternal sua escravaria, e ainda melhor tratava, se era ele pobre, pois disporia apenas de escravos como serviçais, para pajem, ou trabalhos domésticos, e desde então ficavam integrados na vida familiar como criados” (NUNES, 1996, p. 63).

O autor argumentava que o fato de a base econômica ser a pecuária, o trabalho não exigia grandes esforços, por isso, os senhores sentiam pouca necessidade da utilização da violência e aplicação dos castigos, estes, quando eram utilizados, eram “motivados pelos próprios escravizados”. A pesquisa de Odilon Nunes projeta uma imagem negativa e uma existência minimizada dos escravizados, os quais também carregam a culpa pelo atraso moral e econômico da província piauiense. Para ele, tornava-se conveniente construir uma sociedade de “tendências democráticas, ao exercício da liberdade, donde, o respeito à dignidade humana” (NUNES, 1996, p. 63). Essa sua interpretação atribuía ao elemento cativo, e somente a ele, a herança de uma má índole que,

---

1 A partir das análises de Thompson, o paternalismo é um conceito que descreve certos elementos da relação de dominação presentes em sociedades onde existe uma significativa disparidade social entre aqueles que detêm o poder e os que são subjugados, com os detentores do poder econômico concentrando-se predominantemente entre os dominadores. Para Genovese, surgiu da necessidade de disciplinar e justificar, moralmente, um sistema de exploração. Estimulava a bondade e a afeição, mas também, simultaneamente, a crueldade e o ódio. A distinção racial entre senhor e escravo acentuava a tensão inerente a uma ordem social injusta. No entanto, o paternalismo citado refere-se à bondade do senhor com o escravizado, caracterizada pela benevolência.

no passado, era prevalente na sociedade do Piauí durante os primeiros anos de ocupação do território, caracterizado por conflitos e tensões. O escravizado foi resgatado de uma condição de ser negado ou minimizado em sua existência, chegando a ser quase invisível socialmente, para ser visto como uma presença negativa responsável pelo atraso moral e econômico da capitania e, mais tarde, da província.

Na labuta do campo, para o autor, o escravizado era apenas um auxiliar dos vaqueiros e do senhor, sendo dispensado quando não houvesse necessidade:

[...] é que não tínhamos agricultura, e o feitor, principal instrumento da selvageria, a que se referem os observadores, foi coisa rara no Piauí [...] o trabalho doméstico absorvia em grande parte a escravaria. Dessa forma era o escravo um apenso da família não tinha direitos, mais era quase sempre estimado. Sabia retribuir com lealdade o afeto do senhor. Dessa forma o negro do Piauí tinha vida de folgazão, especialmente os das fazendas nacionais (NUNES, 2007, p. 250).

Sem hesitar, o autor ressalta que o negro tinha vida de “folgazão”<sup>2</sup>, principalmente nas fazendas públicas. O autor faz uma ocultação do uso da mão de obra escrava no processo de montagem e manutenção de toda a infraestrutura do criatório, incluindo o manejo do gado, a construção de currais, cercas e o trabalho de piadores. Em vista disso, Lima (2009) apresenta a necessidade de romper com a ideia de que as fazendas pastoris serviam apenas para a criação de gado, pois com o aumento da população, ocorreu uma diversificação das atividades, e a agricultura demandava trabalho braçal. Também há uma tentativa do deslocamento da mão-de-obra negra para o âmbito doméstico, tornando afável a relação entre senhores e escravizados.

A obra de Nunes, considerada primordial na historiografia piauiense, encobre as origens da força de trabalho escrava nas fazendas de gado do Piauí. O autor Monsenhor Chaves (1998), em *Obras*

2 A expressão “folgazão” é empregada para descrever uma pessoa preguiçosa, ociosa ou que foge das tarefas e obrigações. É comum relacionar o termo a alguém que procura constantemente evitar esforço ou compromissos, optando por passar o tempo despreocupadamente, sem assumir responsabilidades.

*Completas*, divide o regime escravagista em duas fases. A primeira era fortemente marcada pelo uso da violência, como afirmava o próprio autor: “[...] imperou, com certa ênfase, o regime de ferro e fogo, com castigos mais violentos e mais fortes, com o abandono de doentes e dos velhos. Esta fase enche todo o período colonial alongando-se pelos começos do Império” (CHAVES, 1998, p. 190).

O autor utiliza anúncios dos jornais da época, que anunciavam fugas. Em sua maioria, os escravizados possuíam marcas no corpo, assim, essas marcas e cicatrizes nos corpos significavam a violência do sistema escravista no Piauí, mas também as marcas poderiam ser adquiridas na labuta do trabalho, como exemplo do escravizado Antonio Isidio: “tem pouca barba, olhos encarniçados, panos pretos no rosto, e além desses sinais tem um dos dedos grandes de um pé rachado de um talho de machado” (CONCILIADOR PIAUIENSE apud CHAVES. Teresina, 1994, p.190).

Já na segunda fase houve todo um cuidado no tratamento dos escravizados, porém, o próprio autor dispensa a totalidade desses bons tratamentos afirmando que ainda houveram muitos castigos, que seriam um dos principais motivos para as fugas. A justificativa para se afirmar a “escravidão branda” na segunda fase se dava pelo fim do tráfico negreiro em 1850. Assim como Odilon Nunes, Chaves buscava afirmar a bondade senhorial, e reiterar que os negros escravizados abusavam dessa bondade, tomando posturas inadequadas. Monsenhor Chaves aponta a boa postura da sociedade, que havia uma civilização e estes se contrapunham ao uso excessivo da violência, havendo um limite permitido.

Apesar de não trazer o foco principal para as relações escravistas, uma das primeiras obras a revisá-las: Piauí Colonial, de Luiz Mott (2012), retomou a questão de o trabalho escravo ser “escasso”. O autor nega essa afirmação, ressaltando que apesar de existirem os trabalhadores livres e indígenas, a mão de obra negra se fazia mais presente. Segundo conta:

[...] desde o início e ao menos durante todo os setecentos, a pecuária piauiense dependeu substantivamente da mão de obra negra e mestiça. Embora existindo um lugar para o trabalho livre, inclusive indígena, o escravo negro sempre foi uma presença importante e indispensável nas fazendas de criatório, superior ao abraço indígena, quiçá mesmo ao braço livre. (MOTT, 2012, p. 107).

O autor desmistifica o entendimento de que na pecuária não necessitava de muitos braços, demonstra que o escravizado se fazia presente, bem como ressalta que os escravizados representavam 45,5% da população rural e 68,8% se faziam presentes nos domicílios. Dessa forma, realizando um panorama com a população brasileira, aponta que os cativos representavam 98,8% da população total do império, e conclui que o trabalho escravo foi vastamente empregado na zona pastoril.

Outro ponto na obra é a desmistificação do absentéismo, empregado por Odilon: “Ricos Sesmeiros, senhores de grandes prestígios, viviam em Salvador e Olinda” (NUNES, 1998, p. 111). O autor reconhece que existiu a ausência dos senhores nos primórdios da colonização, no entanto, isso estava associado a vários fatores, principalmente à dificuldade do acesso à comunicação, assim, cita que o erro dos historiadores locais foi generalizar para todo período colonial, quando na realidade se restringiu apenas às primeiras décadas de atividade ganadeira.

A exemplo da violência, Mott apresenta uma carta escrita pela escravizada Esperança Garcia, escrita em 1770, a qual residia em Oeiras, primeira capital do Piauí. Na carta, Esperança Garcia direcionou-se ao governador da Capitania, e denunciou os maus tratos sofridos por ela e seus filhos, além da denúncia, ela reivindicava retornar ao antigo local que vivia com sua família. A partir dos estudos de Mott, podia-se perceber a violência presente, faltando apenas desvelar a sua intensidade.

Apesar de reconhecer a relevância dos trabalhadores escravizados na economia, as pesquisas apontam para uma dualidade no sistema escravista. Essa dualidade refere-se à existência de

diferentes condições de trabalho e qualidade de vida entre o cativo público e privado. Essa perspectiva é abordada de maneira mais enfática nos estudos de Tanya Brandão e Miridam Falci, que serão vistas a seguir.

Em *O Escravo na formação social do Piauí*, publicado em Teresina, pela Editora da Universidade Federal do Piauí, em 1999, Tanya Brandão deu continuidade a analisar o trabalho escravo nas fazendas, ressaltando que a lida diária não estava totalmente centrada na pecuária, mas nos trabalhos secundários. A autora enfatiza a participação dos escravizados nas atividades do campo que, além de executar o trabalho braçal, eles também serviam como objeto de ostentação para seu senhor, uma demonstração de *status* social. De acordo com a autora, a natureza extrativista da atividade pecuária demandava poucos trabalhadores, resultando em uma participação limitada dos escravizados no manejo do criatório. Sua principal utilização ocorria em tarefas consideradas mais pesadas. De tal modo, ela desloca o olhar para a diferenciação do cativo público e privado:

Quando se pretende estudar o funcionamento da escravidão no Piauí, faz-se necessário observar, em primeiro lugar, que, de acordo com o tipo de proprietário, existiam pelo menos dois grupos de escravos: um composto de cativos pertencentes à coroa e outro que abrangia os de propriedades de particulares. Esse fato provavelmente implicaria na vigência de pelo menos dois tipos de tratamentos. (BRANDÃO, 1999, p. 158-160).

A autora traz a noção de que nos cativos privados a violência se fazia mais presente pelo fato dos senhores estarem sempre nas fazendas, monitorando o trabalho realizado, já os escravizados públicos administrados pela coroa ou pelos jesuítas, desfrutavam de uma certa liberdade. Enquanto os escravizados do fisco em Oeiras poderiam receber tratamento quando necessitavam, os escravizados das fazendas particulares dependiam dos seus senhores para realizar o pagamento do tratamento.

Ao relatar o uso da violência, a autora afirma que o castigo físico era tido como uma necessidade, não somente pela falta de disciplina, mas como meio para manter o sistema escravista, uma prevenção. A exemplo, em sua pesquisa, ela traz as penalidades que existiam na legislação da colônia que seriam aplicadas aos escravizados rebeldes, porém, as recomendações evitavam exageros nos castigos. Por esse motivo, os escravos do fisco eram castigados de forma menos violenta, pois caso chegasse ao conhecimento do governador, poderia resultar na demissão dos administradores que tivessem cometido tal ato, no entanto, sentiam-se na obrigação de zelar pela massa de cativos.

Em relação aos escravizados da propriedade privada, ela se baseia na carta de Esperança Garcia<sup>3</sup> para reiterar que, ao ser destacado para trabalhar na residência das inspeções, o escravo estava sujeito a um tratamento mais violento. Nas fazendas, talvez se sentissem mais livres, embora provavelmente trabalhando em serviços mais exaustivos (BRANDÃO, 1999).

Dessa forma, apesar de reconhecer a violência, a autora se utiliza do argumento de que a pecuária não exigia muitos trabalhadores:

[...] ocorre que no Piauí, muito embora as riquezas fossem baseadas na posse de terras e animais, o que permitia lucros no comércio do gado e do arrendamento dos sítios, a posse da terra e do gado sem o domínio da força de trabalho não deixava de gerar de riquezas. Isso porque a pecuária exigia poucos braços, que não precisava necessariamente ser importados e escravizados. (BRANDÃO, 1999).

É perceptível que ainda há uma noção enraizada na afirmação da incompatibilidade do trabalho escravo com a economia. A própria autora, ao trazer dados sobre a atividade pastoreia, cita que, no Piauí, as fazendas e sítios possuíam 1.010 cavalos, 1.860 bestas e 50.670

---

3 Esperança Garcia era uma escravizada da fazenda Algodões, pertencente a Domingos Afonso Mafrense, localizada na cidade de Oeiras, primeira capital do Piauí. A sua carta foi escrita direcionada ao Governador da Capitania do Piauí e do Maranhão. Esperança denunciava os maus tratos que sofria juntamente com seus filhos e companheiros, também reivindicava retornar ao seu lugar de origem. Através da sua carta, conseguiu demonstrar a condição do escravizado, além de ser considerado um ato de resistência.

cabeças de gado vacum, e 489 escravizados, esse gado era vendido nas regiões de mineração e produtoras de açúcar, sendo usado como força de trabalho no transporte e para fornecer carne como alimento. Isso evidencia a existência de um comércio dinâmico e bem-sucedido. Consequentemente, a demanda por mão de obra era presente, necessária para sustentar e expandir a pecuária.

Em *Escravos do Sertão*, fruto de sua tese de doutorado pela Universidade de São Paulo, Miridam Falci (1995) volta o olhar para as relações escravistas, a proximidade entre as classes: senhor X escravizados, o batizado e do compadrio entre ambos, fortalecendo o consenso e a contratualidade que se deslocavam para além do espaço produtivo, tanto no espaço público, como no espaço privado. Segundo a autora, esse ato de apadrinhamento no Piauí por parte do senhor dono do escravizado quase não existia, e quando ocorria, se houvesse divergência na escolha do padrinho, a escolha do senhor predominaria. O apadrinhamento descrito pela autora reforça uma ideia de que escravizados e senhores dividiam o mesmo espaço e conviviam sem conflitos, em harmonia, principalmente nas fazendas nacionais, onde afirmava que nesses espaços a jornada de trabalho era menos árdua, e assim se reproduzia a escravidão amena no Piauí.

Falci retorna a dicotomia presente nos escritos de Tanya Brandão, fazendo a diferenciação entre as fazendas nacionais e as fazendas privadas. Afirma que os escravos do fisco possuíam mais liberdade e possuíam a jornada de trabalho mais amena:

“Acreditamos que o mito das relações “brandas”, do trabalhador escravo vivendo livre pelas campinas atrás do gado, adviesse mais dessas fazendas nacionais, onde passaram Spix e Martius e Gardner e encontraram “sertanejos fortes e saudáveis advindos do uso constante de carne e do leite [...] tivessem passado nas fazendas de particulares suas impressões teriam sido diferentes em relação ao trabalho escravo. Usando uma expressão corriqueira, diríamos que esses escravos eram “escravos funcionários públicos”. (FALCCI, 1995).

A autora também levanta um questionamento: se o número de escravizados estava além do necessário poderia gerar preocupação ao governo, podendo ele transferir escravizados para outras propriedades, caso identificassem alguma ociosidade, pois assim reequilibravam a demografia das fazendas. Na diferenciação das formas de cativo, Falci aponta que, na análise das documentações do século XVIII e XIX, fica evidente que nas fazendas nacionais “o escravo sempre cresceu, ao contrário do gado, que sempre diminuiu” (FALCI, 1995, p. 182).

Segundo a autora, os escravizados alforriados após conseguir a carta alforria, especificamente os das fazendas nacionais, continuavam nas fazendas com os outros escravizados, demonstrando um quadro de benevolência e amparo, pois possuíam boas condições de vida, podendo plantar para consumo próprio. Reiterava também que os escravos do fisco demonstravam melhores condições de trabalho, e laços afetivos. A autora em toda sua obra deixa muito evidente o reforço do paternalismo e que a memória do trabalho escravo permanecia em um local minimizado.

Em uma das primeiras obras a trazer uma visão diferente e desvelar a violência dominante nas fazendas públicas, contrário ao sistema paternalista, Solimar Oliveira Lima, em *Braço Forte: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí – (1822-1871)*, publicado em Passo Fundo (RS), pela Editora da Universidade de Passo Fundo, em 2005, traz como foco de sua pesquisa as condições dos trabalhadores escravizados nas fazendas e a pecuária, destacando a importância da mão de obra escrava para a economia, a dominação e a exploração dos trabalhadores.

Segundo o autor, nas fazendas públicas, foi estabelecida e organizada uma produção escravista que se dedicava sistematicamente a várias atividades produtivas com o objetivo principal de comercialização. Essa estrutura mercantil se baseava exclusivamente no trabalho escravizado, em que o trabalhador cativo era tão essencial para a produção pastoril quanto para todas as outras atividades desenvolvidas

nas fazendas. A predominância na produção de mercadorias e o uso generalizado do trabalho escravo levaram a que apenas uma minoria de propriedades rurais no Piauí fossem uma exceção, confirmando, na verdade, a norma do escravismo predominante no país (LIMA, 2005).

Lima também se contrapôs à ideia de que nas fazendas nacionais a fiscalização era frouxa e que os trabalhadores se acomodavam à leve jornada de trabalho. Através das denúncias e queixas dos trabalhadores escravizados à conduta dos administradores das fazendas, fazia-se perceber a violência e castigos violentos. Essa prática da violência se “explicaria” pelo controle por parte dos administradores para manter a estabilidade das relações escravistas. O sistema de quarta descrito pelo autor também servia como uma forma de controle psicológico, servindo como forma de disciplina: “Na prática, o sistema tinha mais efeito psicológico que econômico. A acumulação decorrente da ‘quarta’ foi insignificante. O gado, no geral, transformou-se em matalotagem para consumo dos trabalhadores e, quando não, foi reincorporado ao patrimônio do senhor” (LIMA, 2005, p. 110).

Essa atitude visava manter a escravidão e mantê-los como escravizados, pois a subjetividade dos escravizados era um aparato para serem controlados pelos senhores. Dessa maneira, os escravizados não poderiam possuir mais de quarenta reses e não se tornariam fazendeiros, sem antes adquirir sua alforria.

O autor discorda da tese da diferenciação do tratamento e das condições de trabalho das fazendas públicas e privadas empregadas por Tanya (1999) e Miridam (1995), demonstrando todo o conjunto de tarefas que eram desenvolvidas pelos trabalhadores nos dois locais. Assim, afirma que todos estavam a serviço do mercado e se opõe à teoria de que nessas fazendas havia uma frouxa fiscalização e, por isso, os trabalhadores se acomodavam. Nesse sentido, ele descreve um panorama da escravidão no Piauí, destacando como os escravizados contribuía e estavam presentes em várias atividades nas propriedades.

O texto retrata a natureza dessas relações, abordando as práticas de castigos brutais e a utilização da violência como meio eficaz de controle para manter a ordem das relações escravistas. Para o autor, “o cotidiano das propriedades era marcado por permanentes tensões, que evoluíam quase sempre para conflitos, diante das exigências de submissão e da violência praticada por inspetores e criadores” (LIMA, 2005, p. 58), nesse prisma, os casos de violência poderiam ser percebidos através das denúncias e queixas realizadas pelos próprios escravizados, pois eram permitidas denúncias aos escravos da nação.

Ainda para o autor, a historiografia piauiense analisou o trabalho dos escravizados da nação como sendo apenas atividade pecuarista, eles não se dedicavam apenas ao criatório. Existiam variadas atividades produtivas, com a finalidade da comercialização, assim, nessa estrutura produtiva, não se trabalhou pouco, demandava muito trabalho, no entanto, se utilizavam de diferentes mecanismos de exploração e dominação dos escravizados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das leituras e da sistematização desses textos, percebemos que o período em que a escravidão era vigente foi marcado pelo duro trabalho e controle. Partimos de um lugar em que os negros escravizados possuíam vida de “folgazão” e chegamos ao lugar que tornou possível perceber as jornadas excessivas de trabalho, a constante violência por parte dos senhores proprietários e feitores, para quem o negro era visto e tratado como objeto. Também verificamos que mesmo com as condições de vida adversas, os escravizados não estavam passivos à aceitação e sujeição completa desse sistema.

Portanto, pudemos perceber que a historiografia piauiense, através dos debates, revela uma dualidade. As primeiras discussões sobre o sistema escravista no Piauí foram enraizadas na teoria da incompatibilidade da economia com o trabalho escravo, porém, é consenso na historiografia que o trabalho escravo se fez presente durante três

séculos, baseado na exploração e na violência. Assim, por mais que a historiografia tenha preenchido algumas lacunas, abriu-se novas possibilidades de análises da escravidão rural e da necessidade do trabalho para a manutenção do sistema e da economia pecuarista.

## REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVII*. Teresina: EDUFPI, 1999.

CHAVES, Monsenhor. *Obra Completa*. Prefácio de Teresinha Queiroz. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

FALCI, Miridan Britto Knox. *Escravos do Sertão: Demografia, Trabalho e Relações Sociais*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

COSTA FILHO, Alcebíades. História da mulher escrava no Piauí. *Cadernos de Teresina*. Agosto, 1992. p. 28.

LIMA, Solimar Oliveira. *Braço Forte: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí: 1822-1871*. Passo Fundo: UPF, 2005.

LIMA, Solimar Oliveira. *Historiografia da Escravidão Negra no Piauí*. Teresina. EDUFPI, 2015.

LIMA, Solimar Oliveira. Publicação do Agricultura nas fazendas pastoris escravistas do Piauí: aspectos da produção de alimentos. *Informe econômico do Departamento de Ciências Econômicas*. n. 19, maio/jun., 2009.

LISBOA, Karen Macknow. Viagem pelo Brasil de Spix e Martius: quadros de natureza e esboço de uma civilização. *Revista Brasileira de História*. n. 15, p. 73-91, 1995.

MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MOTT, Luiz. *Piauí Colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN. 2010.

NUNES, Odilon J. *Pesquisa para a história do Piauí: Lutas partidárias e a situação da província*. Teresina: FUNDAPI, 2007.

SPIX, Johann Baptist Von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp Von. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*.

# AUTORAS E AUTORES

The background of the page is a light beige color, overlaid with several large, semi-transparent circles in various shades of orange and peach. These circles overlap each other, creating a layered, organic effect. The text 'AUTORAS E AUTORES' is positioned in the upper left quadrant of the page.

**FRANCIVALDO ALVES NUNES** Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense(2011), com Estágio Pós-Doutoral na Universidade Nova de Lisboa(2014). Pesquisador Produtividade do CNPq(PQ-2). Atua nos curso de graduação do Campus de Ananindeua, nos programas de Pós-graduação em História Social da Amazônia (Campus de Belém) e Ensino de História (Campus de Ananindeua). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Rural da Amazônia, com os seguintes temas: conflito de terra, apropriação territorial, agricultura, educação rural, núcleos coloniais e migração. Desenvolve pesquisas também voltadas para Ensino de História e História da Educação.

**LIA MONNIELLI FEITOSA COSTA** Lia Monnielli Feitosa Costa é professora SEDUC-PI, graduada em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Especialista em História, Cultura e Sociedade (UESPI) e Mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Atualmente cursa doutorado em História Social (UFC) e é bolsista FAPPEPI. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Social, atuando principalmente nos seguintes temas história social do campesinato, história oral, trabalho e migrações. Email: monnielli23@gmail.com

**ISAAC GIRIBET BERNAT** Professor do Departamento de História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Doutor, mestre, bacharel e licenciado em História pela Universitat de Lleida (UdL). Coordenador do Núcleo de Estudos da Questão Agrária Brasileira (NEQAB/UEMA) e pesquisador vinculado ao Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (NEAPO/UEMA).

**TAINAN DOS SANTOS PEREIRA** Bacharel em Engenharia Agrônômica e mestre em Agroecologia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Coordenador do subprograma de Etnodesenvolvimento do Plano Básico Ambiental Componente Indígena Guajajara e Awá Guajá/VALE, executado pelo Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN). Pesquisador vinculado ao Núcleo de Estudos da Questão Agrária Brasileira (NEQAB/UEMA).

**MARJORIE JEANINE FERREIRA SILVA** Bacharel em Engenharia Agrônômica pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Agente de base da Comissão Pastoral da Terra no Mato Grosso (CPT/MT). Pesquisadora vinculada ao Núcleo de Estudos da Questão Agrária Brasileira (NEQAB/UEMA).

**ELIZABETH PESSANHA SILVA** Licenciada em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Especialista em Metodologia do Ensino de Geografia pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI). Mestranda em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Pesquisadora vinculada ao Núcleo de Estudos da Questão Agrária Brasileira (NEQAB/UEMA).

**BRENDA MARIA VIEIRA MENDES** Mestranda do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura (PPGSC) da Universidade Estadual do Piauí- UESPI. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Graduada em História – Licenciatura pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Membro do Núcleo de Documentação e Estudos em História, Sociedade e Trabalho – NEHST/UESPI/CNPQ. Email: brendamvieiram@aluno.uespi.br

**CRISTIANA COSTA DA ROCHA** Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense. É professora Adjunta IV do Curso de História da Universidade Estadual do Piauí e vinculada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura-PPGSC/UESPI- Campus Poeta Torquato Neto. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Social, atuando principalmente nos seguintes temas: história oral, conflitos de terra, história rural, trabalho e migrações.

**ANTÔNIO ALEXANDRE ISÍDIO CARDOSO** Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Professor do Colegiado de Ciências Humanas/História do Centro de Ciências de Codó, Universidade Federal do Maranhão. E-mail: alexandre.antonio@ufma.br

**MARCOS OLIVEIRA DOS SANTOS** Graduado em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura (UESPI). E-mail: marcosdosantos@gmail.com

**LUCAS RAMYRO DE GOMES BRITO** Mestrando em Sociedade e Cultura (PPGSC/UESPI), Especialista em História Sociocultural pela Faculdade do Médio Parnaíba (Famep) e graduado em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), atuando principalmente nos seguintes temas: seca, história social, frentes de emergência, história oral e história do trabalho. Atuou como voluntário pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) na Rede Ação Integrada de Combate à Escravidão (Raice). É membro do projeto Fronteiras em movimento: terra, trabalho e deslocamentos no Meio Norte e Amazônica Oriental (1970/2000), financiado pelo Universal/CNPQ.

**MARCELO ALEFF DE OLIVEIRA VIEIRA** Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí, (2012-2015), Mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará, (2018-2021). Desenvolve pesquisas sobre temas da História Social do Trabalho e História Agrária. Atualmente leciona História em escolas públicas do ensino fundamental e médio, nos municípios de Miguel Alves e União, Piauí. E-mail: marvieira21@hotmail.com

**JOÃO MARCEL EVARISTO GUERRA** Doutorando em Direito pela Universidad Nacional de Mar del Plata (UNMDP/Argentina). Mestre em Sociedade e Cultura pela Universidade Estadual do Piauí (PPGSC/UESPI, 2023). Especialista em Direitos Humanos e Questão Social pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR, 2022). Especialista em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho pela Universidade Federal do Piauí (UFPI, 2022). Especialista em Direito Processual Penal com capacitação para o Ensino no Magistério Superior pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC, 2019). Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Piauí (UFPI, 2013). Membro do Conselho Editorial da Revista Eletrônica do Ministério Público do Estado do Piauí. Revisor de periódicos como a Revista Juris, do Centro Universitário de Toledo-SP (Unitoledo) e a Revista Direito, Estado e Sociedade da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro-RJ (PUC-RJ). Pesquisador do Núcleo de Documentação e Estudos em História, Sociedade e Trabalho (NEHST/UESPI), com pesquisas temáticas voltadas à População, Saberes e Territórios; Direitos Humanos e Direito Humano à Alimentação Adequada

**IRAMAIRA DE OLIVEIRA TORRES** Mestranda do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura (PPGSC) da Universidade Estadual do Piauí- UESPI. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Graduada em História – Licenciatura pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Membro do Núcleo de Documentação e Estudos em História, Sociedade e Trabalho – NEHST/UESPI/CNPQ e do Grupo de Estudos e Pesquisas em História Social dos Sertões – GEPHSertões/ UFMA/ CNPQ . Email:ideoliveiratorres@aluno.uespi.br

**LEANDRO CHAVES BATISTA** Graduando em História pela Universidade Estadual do Maranhão. Pesquisador junto ao Núcleo de Estudos de Historiografias e Linguagens (NEHISLIN). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Contemporânea; Política externa brasileira; Relações Brasil-África; Terra, trabalho e migrações e Violência no campo.

**MARCIA MILENA GALDEZ FERREIRA** Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (2015). É professora Adjunta IV da Universidade Estadual do Maranhão, vinculada ao Programa de Pós Graduação em História, e ao Departamento de História desta IES. Tem experiência na área de História e Antropologia, atuando principalmente nas seguintes áreas: História e Memória, História Rural, História das migrações e do trabalho, Ensino de História.

**RAIANE MELO BRITO** Raiane Melo Brito é mestranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura da Universidade Estadual do Piauí - UESPI e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP (2017). É membro do Núcleo de Documentação e Estudos em História, Sociedade e Trabalho - NEHST da UESPI. Dedicar-se aos estudos com temáticas relacionadas a migrações e mundo do trabalho; raianemb@aluno.uespi.br.

**HELLEN BEATRIZ DA SILVA ARAÚJO** Mestranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura (PPGSC-UESPI); Bolsista CAPES; Graduada em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e Membro do Grupo de Pesquisa Povos Indígenas na História do Piauí (IFPI). E-mail: hellenbeatrizdasa@aluno.uespi.br

**JOÃO PAULO PEIXOTO COSTA** Doutor em História Social pela Unicamp, Professor do IFPI Floriano (PI), do Profhistória (UESPI) e no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura (PPGSC-UESPI). E-mail: joão.peixoto@ifpi.edu.br

**NAIARA ROSA FÉLIX DE SOUSA** Graduada em Licenciatura plena em História pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, atualmente é aluna do Mestrado Interdisciplinar em Sociedade e Cultura da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, e-mail: naiararosasousa@gmail.com.

**SOLIMAR OLIVEIRA LIMA** Professor Titular da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), e-mail: sol.lima0512@gmail.com.

# ÍNDICE REMISSIVO

## **"LHE(S) FALTAM CONTUDO TERRAS": ROCEIROS, EXTRATORES E A AGRICULTURA NOS SERTÕES AMAZÔNICOS DO SÉCULO XIX**

- Agricultura: 22, 28, 29, 31, 34
- Amazônia: 24, 25, 28, 29, 33, 35
- Extrativismo: 31, 32
- Indígenas: 26, 30
- Lavoura: 26, 29, 31
- Mata: 24, 28, 29, 30, 31, 34
- Rios: 24, 30, 31, 34
- Terra: 22, 23, 24, 27, 28, 29, 30, 34
- Roceiros: 22
- Trabalho: 23, 25, 26, 28, 30, 33, 34

## **CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A INDÚSTRIA EXTRATIVA DO BABAÇU NO PIAUÍ**

- Babaçu: 38,39,40,41,42,43,44,45,46,47,48,49,50
- Desenvolvimentismo: 38,44
- Estado: 38,39,42,44,46,47,49,50
- Extrativa: 38,39,42,44,46,49,50
- Exploração: 38,39,40,44,47,49,50
- Indústria: 38,39,42,44,46,49,50
- Rural: 44,45,49,50
- Terra: 38,39,42,44,45,49
- Trabalho: 38,39,44,45,47,48,50
- Trabalhador: 38,39,44,45,46,47,49,50

**CAMPESINATO, AGROECOLOGIA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA:  
RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE PRODUÇÃO E  
COMERCIALIZAÇÃO DE HORTALIÇAS NO ASSENTAMENTO  
28 DE AGOSTO (GOVERNADOR NEWTON BELLO-MA)**

- Agroecologia/práticas agroecológicas/transição agroecológica: 56, 57, 58, 60, 67
- Assentamento/Assentamento 28 de Agosto/família assentada: 54, 55, 56, 57, 59, 60, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69
- Associação Unida Venceremos dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Vila Santa Lucia/Associação: 55, 56, 57, 59, 62, 64, 65, 66, 68
- Extensão/extensionista: 54, 57, 58, 59, 61, 63, 65, 66, 67, 68
- Hortaliças/horticultura: 54, 55, 56, 60, 64, 67
- Metodologias participativas: 57, 60, 68
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra /MST/Sem Terra: 55, 56, 57, 59, 68
- Núcleo de Estudos da Questão Agrária Brasileira (NEQAB): 57, 58, 59, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68
- Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)/Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)/Cozinha Comunitária: 62, 64, 65, 66
- Reforma Agrária: 55

**O (DES)ENCONTRO COM O OUTRO: TERRA, NATUREZA E AGROINDÚSTRIAS  
NA REGIÃO DE CODÓ-MA (1970-1990) -BRENDA MARIA VIEIRA MENDES**

- Agroindústrias: 71, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85
- Camponês: 77, 78, 79
- Codó: 73, 75, 76, 77, 78, 82, 85
- Desenvolvimentismo: 73, 78
- Fronteira: 75,76
- História oral: 74
- Maranhão: 72, 73, 74, 77, 78, 85
- Natureza: 74, 76, 81, 83, 84, 85
- Populações rurais: 74, 75, 77, 85
- Terra: 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 84, 85

## **EXPERIÊNCIAS CAMPONESAS: A VIDA EM TERRA ALHEIA E A CONDIÇÃO DE MORADIA NO PIAUÍ (1940 -1990)**

- Agregados: 91, 92, 94, 95, 98, 99, 100, 101, 103
- Camponeses: 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 100, 103, 104
- Coronel: 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 102
- Fábrica: 92, 93, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 104
- Famílias: 91, 95, 96, 98, 103, 104
- Lavouras: 98, 100
- Moradores: 91, 92, 94, 95, 96, 98, 99, 101, 102, 103, 104
- Posse, páginas: 96, 103
- Renda, páginas: 100, 101
- Terra, páginas: 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105

## **TERRA, TRABALHO E FRENTES DE EMERGÊNCIA DE COMBATE AOS EFEITOS DA SECA NO MEIO-NORTE (DÉCADAS 1970-1990)**

- Desenvolvimento rural: 109, 115, 116, 126, 129
- Desigualdades sociais: 109, 111, 115, 126, 129
- Dinâmica socioeconômica / Dinâmica: 109, 121, 123, 125, 126, 128, 129
- Frentes de emergência / Frentes de Serviço: 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 126, 127, 128, 129
- Latifúndio: 110, 115, 123, 126
- Meio-Norte do Brasil: 108, 109
- Políticas / Programas / Ações governamentais: 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 124, 125, 126, 127, 128
- Terra / Propriedade: 109, 110, 111, 112, 114, 115, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129
- Trabalhadores / Comunidades / Populações rurais: 108, 109, 110, 111, 112, 115, 117, 118, 119, 126, 127, 128, 129
- Seca / Estiagem: 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 128, 129

**O COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO EM FAZENDAS DO AGRONEGÓCIO NO PIAUÍ E MARANHÃO (1985-1995)- MARCELO ALEFF DE OLIVEIRA VIEIRA**

- Ações combativas: 148
- Administradores do agronegócio: 140
- Agentes públicos: 136, 146, 147
- Aliciador: 139
- Dignidade da pessoa humana: 135
- Entraves: 143
- Fiscalização: 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148
- Olheiros: 137, 140, 142, 146, 147
- Reconhecimento oficial: 144, 147
- Trabalho escravo contemporâneo: 135, 148

**AMAZÔNIA LEGAL, AMAZÔNIA LETAL: VIOLÊNCIA E NECROPOLÍTICA EM CONFLITOS NO CAMPO NO TERRITÓRIO AMAZÔNICO (2012-2021)**

- Violência: 150, 151, 152, 156, 159, 160, 161, 162
- Letalidade: 150, 151, 156, 159, 160, 161, 162
- Rural: 158, 159, 161
- Campo: 150, 151, 152, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162
- Brasil: 154, 156, 157, 158, 159, 162
- Amazônia: 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 163
- Homicídios: 150, 151, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163
- Terra: 150, 151, 156, 159
- Meio ambiente: 150, 161
- Necropolítica: 151, 161

## **UM LUGAR DE INDIGNIDADE: EXPLORAÇÃO DA MÃO DE OBRA INFANTIL DOMÉSTICA**

- Cinema: 167,170,171,172,183
- Curica: 167,172,173,183
- Escravidão: 168, 169, 172, 175,176,177
- Esperança García: 169,174,175
- Exploração: 168, 169,170,172,173,174,175,176,178,180,182,183,184
- História Oral: 167, 168,181, 186
- Infância: 167,168,172, 176, 178,182, 184
- Lei do Ventre Livre: 169, 172
- Memória: 167, 168, 177, 178, 179, 180, 181, 184, 185
- Trabalho doméstico: 168, 172, 173, 175, 177, 180,183, 187

## **CHACINA DO CASTANHAL UBÁ (1985): CONFLITOS NO MEIO RURAL NO LIMIAR DA ABERTURA POLÍTICA**

- Abertura política: 188, 189, 195, 196, 198, 209
- Comissão Pastoral da Terra: 191, 202
- Pará: 189, 191, 192, 193, 194, 195, 199, 200, 202, 203, 204, 205, 208, 209
- Reforma agrária: 193, 196, 197, 198, 199, 205, 206, 209
- Violência: 188, 191, 192, 195, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209
- Fazenda Ubá: 190, 193, 200, 206
- Fronteira: 188, 192, 209
- Luta pela terra: 193, 206, 208, 209
- Patronato Rural: 194
- Pistoleiros: 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206

## **DIÁLOGOS SOBRE REDES DE MIGRAÇÃO E TRABALHO DE GARÇONS DE PEDRO II-PI EM SÃO PAULO (1980-)**

- Carestia: 211
- Êxodo rural: 211, 214, 217, 220
- Flagelado: 211, 212, 217, 221
- Garçons: 221, 226, 228
- Migrações: 211
- Redes de migração: 224
- Seca: 211, 212, 213, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 229
- Sertanejo: 211, 212, 218, 219, 224, 229
- Terra: 213, 214, 216, 220, 223, 226, 227, 229
- Trabalho: 211, 214, 215, 217, 220, 222, 225, 226, 227, 228, 229

## **A CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA DO EXTERMÍNIO DA POPULAÇÃO INDÍGENA NO PIAUÍ (DÉCADA DE 1830)**

- Aldeamento: 236, 240, 241, 242, 243, 244, 247
- Conflitos: 235, 236, 240, 247
- Desaparecimento: 235, 237, 238, 239, 241, 242, 244, 245, 246, 247
- História: 234, 235, 236, 237, 328, 239, 240, 241, 242, 246, 247
- Historiografia: 235, 237, 238, 239, 240
- Indígena: 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247
- Jaicós: 236, 241, 243
- Piauí: 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249
- São Gonçalo: 236, 241, 243
- Terra: 234, 235, 236, 237, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 250

## HISTORIOGRAFIA E TRABALHO ESCRAVO RURAL NO PIAUÍ

- Alforria: 263, 264
- Censo: 255
- Escravidão: 252, 253, 254, 256, 258, 260, 262, 264, 265, 266
- Fazendas: 252, 253, 255, 257, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 266
- Fugas: 258
- Historiografia: 252, 254, 255, 257, 265, 266
- Pecuária: 253, 256, 259, 260, 261, 262, 263
- Piauí: 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267
- Trabalho: 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266
- Violência: 253, 256, 258, 259, 260, 261, 263, 264, 265, 266



**EDUESPI**

Este livro foi composto com as famílias tipográficas:  
Variex, desenvolvida por Rudy VanderLans and Zuzana Licko;  
Avenir, desenvolvida por Adrian Frutiger;  
Dupincel, desenvolvida por Rodrigo Saiani.

A presente coletânea reúne discussões sobre a questão rural, com ênfase na contemporaneidade, em perspectiva interdisciplinar, considerando múltiplos olhares, histórico, sociológico e da literatura, para debater temas como, escravidão, direito à terra, estratégias camponesas agronegócio, trabalho escravo contemporâneo. Na conjuntura atual, entendemos que somente através dos diálogos possíveis com outras ciências humanas enriquecemos o debate sobre temas sociais que se delineiam como pertinentes e necessários, operando direta ou indiretamente na reflexão de narrativas construídas pelos dominantes, problematizando-as e relevando-as ao grau de complexidade que caracteriza a questão da terra em nosso país. O exercício desta compreensão já desperta desde cedo o interesse e horizontes de perspectiva. As diversas realidades aqui apresentadas convergem no interesse comum nos estudos sobre o Mundo Rural, suas interfaces com as cidades, em um país que conserva uma estrutura secular de escravização, exploração e opressão de grupos subalternizados. Os pesquisadores comprometidos com esse escopo e reunidos nesta coletânea caracterizam-se por diferentes graus de formação e experiência acadêmica, muitos deles jovens pesquisadores e docentes vinculados a Programas de Pós-Graduação. São em parte frutos dos estudos possíveis vinculados ao Núcleo de Estudos e Documentação em História Sociedade e Trabalho - NEHST, reunindo artigos de discentes e docentes da disciplina Sociedade e Cultura do Mestrado em Sociedade e Cultura - PPGSC/UESPI, e alguns pesquisadores convidados. O livro nasce dos anseios e trabalhos desses pesquisadores preocupados em compreender as sociedades rurais e suas relações com a natureza, à mercê do avanço desenfreado do capitalismo internacional sob a insistente retórica do desenvolvimentismo.



Universidade  
Estadual do Piauí

